

LISANDRO PEZZI SCHMIDT

**A (RE) PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL: PODER E
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM GUARAPUAVA (PR)**

**Florianópolis-SC
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Lisandro Pezzi Schmidt

**A (RE) PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL: PODER E
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM GUARAPUAVA (PR)**

Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

TESE DE DOUTORADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

**Florianópolis-SC
2009**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S349r Schmidt, Lisandro Pezzi

A (re) produção de um espaço desigual [tese]: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR) / Lisandro Pezzi Schmidt ; orientador, Elson Manoel Pereira. - Florianópolis, SC, 2009.

1 v., 281 f.: il., grafs., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia.

Inclui referências

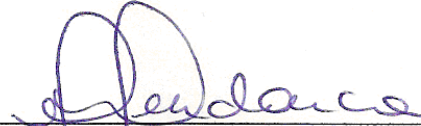
1. Geografia. 2. Planejamento urbano - Guarapuava (PR). 3. Habitação. 4. Administração de imóveis - Guarapuava (PR). I. Pereira, Elson Manoel. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

A (re) produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR)

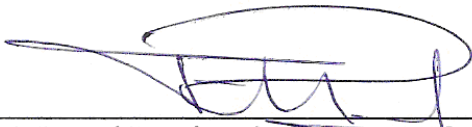
Lisandro Pezzi Schmidt

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

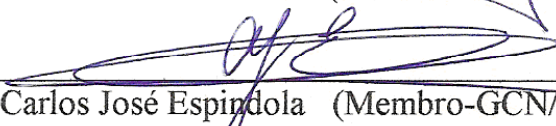


Prof. Dra. Magaly Mendonça
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 01/12/2009



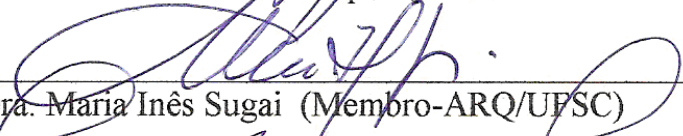
Dr. Elson Manoel Pereira (Presidente e Orientador-GCN/UFSC)



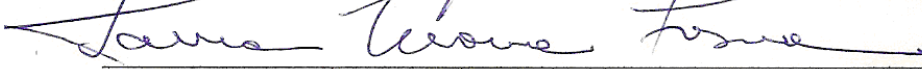
Dr. Carlos José Espindola (Membro-GCN/UFSC)



Dr. Nazareno José de Campos (Membro-GCN/UFSC)



Dra. Maria Inês Sugai (Membro-ARQ/UFSC)



Dra. Tania Maria Fresca (Membro-UEL)

Dedico tudo à minha família e a todos que acreditaram e colaboraram para alcançar esse objetivo.

AGRADECIMENTOS

Pense no cientista como um explorador de labirintos. Ele se meteu pela ala à esquerda, terminou num beco sem saída, voltou e colocou à entrada um sinal vermelho. Este sinal é digno de confiança, final, decisivo. Ele prossegue, encontra caminhos abertos, volta, coloca um sinal verde. Este sinal não é digno de confiança. Nada garante que, mais adiante, a ala por ele explorada não termine também num beco sem saída. O sinal vermelho diz: é inútil entrar por este caminho. Tal sinal tem um enorme valor: poupar esforços. A informação de que certos caminhos não levam a lugar algum são informações tão importantes quanto quaisquer outras. Se você encontra, no início de uma rua, uma tabuleta com a informação: “Beco sem saída”, você não entra por ela. Economizará. Isto também é conhecimento.

Rubem Alves

A frase acima é apresentada como uma síntese dos caminhos percorridos para elaboração desta pesquisa. Muito distante de qualquer equívoco, neste momento, que faço estes agradecimentos, tenho certeza que todos aqueles que passaram e deixaram um pouco de sua sabedoria, foram apontando caminhos para a saída dos inúmeros labirintos impostos durante o processo de investigação.

Sem ordem de classificação, é assim que quero demonstrar meus agradecimentos por mais essa etapa:

- a Deus, pela oportunidade em cumprir este trabalho;
- a toda minha família – minha mãe Leda (palavras e fé brilhantes), Raphael (garra e fé), Liciane (*in memoriam* - sabedoria), Luciano (otimismo e fé), meu pai Ouribi (estímulo e fé), Carla e Dona Cida, Luizão, Dona Cida e família, Nico e família, todos sempre presentes, prestando apoio, compreensão, companhia e atenção em momentos mais complicados;
- a Luciane, esposa, companheira, pelo otimismo, pela fé, pelo apoio, enfim, obrigado, por me acompanhar desde o início da seleção para o Doutorado;
- Dona Anita (*in memoriam* – simplicidade e sabedoria);

- em especial, ao Prof. Dr. Elson Manoel Pereira, orientador, pelo seu grande acolhimento quando o procurei, pela confiança, por partilhar os seus conhecimentos, pelas suas preciosas contribuições, seu comprometimento e apoio diante das dificuldades e superações durante a pesquisa;
- aos Professores Doutores: Amélia Luisa Damiani, Carlos José Espíndola, Cesar Miranda Mendes, Leila Christina Duarte Dias, Luiz Fernando Scheibe, Marcelo Accioly Teixeira de Oliveira, pelos ensinamentos quando a realização dos créditos, contribuições no Exame de Qualificação e pelas oportunidades de dividir as dúvidas;
- à Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia, nas pessoas de Marli e Arlete, pelo apoio nas questões administrativas do Programa;
- à Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela oportunidade de afastamento parcial e integral;
- aos colegas professores, Doutores do Departamento de Geografia: Edivaldo Lopes Thomaz e Márcia da Silva, pelo forte estímulo e confiança, bem como pelo constante debate, sempre oportuno;
- ao colega Doutor Leandro Redin Vestena, pela troca de idéias e pelo auxílio no tratamento dos dados estatísticos;
- a Clô, a Noeli, a Dona Augusta, a tia Nair, a Ana, todas sempre presentes;
- aos engenheiros cartógrafos Mônica Rubio e Flavio Alexandre, pelas informações prestadas;
- a professora Sonia Maria Kurchaidt, pelo auxílio no tratamento dos dados estatísticos;
- ao Luciano Galvão, pela atenção e confecção dos mapas;
- à Prof. Dra. Rosana Gonçalves, pela atenção e correção;
- às pessoas que nos ajudaram construir a pesquisa, pela disposição em colaborar com informações, documentos e depoimentos importantes;
- enfim, a tudo e a todos que me ensinaram e dividiram suas experiências de vida, transmitindo palavras que ajudaram superar parte da trajetória até aqui vivida, muito obrigado.

Ontem, eu estava aprendendo engatinhar,
não sabia o rumo tomar.
Hoje, eu sei os meios que posso me direcionar.
Amanhã, terei a luz divina para sempre me guiar, em todos os
propósitos que estou conquistando nesse espaço de tempo.
Não tenho tudo que gosto,
mas gosto tudo que tenho.
A fé sem a obra é morta,
a obra sem a fé é morta

(CQG, 23/12/08)

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar os fatores que foram determinantes na estruturação e consolidação do espaço urbano de Guarapuava. O privilégio dado às evidências empíricas e o cruzamento dos indicadores qualitativos e quantitativos, analisados conjuntamente, permitiram a interpretação da dinâmica intraurbana. Caminhos diversos foram percorridos e incorporados à análise, tendo como preocupação o conjunto de características socioespaciais, as estratégias dos agentes produtores, a produção habitacional e o movimento dos grupos sociais. Observamos que as estratégias do poder público local direcionaram ações que se basearam no reforço para sustentar o acúmulo do capital gerado em nível local, como meio de garantir a hegemonia política e promover uma importância ampliada da identidade territorial de Guarapuava. Ao longo dos anos, a política urbana ordenou a manutenção e o controle dos setores de bairros mais bem valorizados, garantindo a seletiva ocupação do espaço, ora favorecidos pelos financiamentos do governo federal e estadual, ora direcionados pelos ideais políticos que fortalecem os valores comuns da sociedade tradicional. A legitimação, portanto, do cumprimento do poder local esteve associado a distintas modalidades de poder e de culturas políticas que passaram pela gestão municipal. Nesse caso, o clientelismo se constituiu como concepção principal de poder. As estratégias do poder público e a centralização na tomada de decisão tiveram dois impactos: a manutenção dos grupos de baixa renda longe da área central, restringindo a ocupação pelos mecanismos de uso e ocupação do solo, e uma forte intervenção nos bairros com população de maior renda, alvos do mercado imobiliário local. A dimensão física e social atingida pelas intervenções do poder público influenciou na fragmentação socioespacial, motivada pelas propriedades distintas dos grupos sociais que se tornaram efetivas no espaço diferentemente apropriado. O pensamento urbanístico do poder público tem um enfoque estético e modernizador, expressando interesses sociais distintos e interferindo na construção de territórios dos grupos de alta e de baixa renda. A comunicação com os grupos sociais segregados figura como um diálogo surdo, ou seja, o poder público atua silenciosamente no discurso, mas torna-se alarmante para grupos de baixa renda, de modo a corrigir ou mesmo produzir habitações nos núcleos habitacionais populares, longe dos territórios dos grupos de alta renda. A segregação socioespacial, portanto, surge das relações entre os agentes produtores do espaço e do movimento combinado dos grupos sociais, compreendendo um conjunto de valores construídos e produzidos juntamente com a sociedade, com atribuições imaginadas e determinadas pelo poder dominante e pelos múltiplos interesses dos agentes produtores.

ABSTRACT

The research aims to analyze the determining factors that have been consolidated in the urban space structuring in the city of Guarapuava. The privilege given to empirical evidence and the cross of the qualitative and quantitative indicators analyzed together allowed the interpretation of intra-urban dynamics. Different paths were coursed and incorporated into the analysis, concerning in the set of socio-spatial characteristics, the strategies of the producers, the housing production and the movement of social groups. We note that the strategies of local government orientated actions that are based on the strengthening to support the accumulation of capital raised locally, as a mean to ensure political hegemony and promote a larger importance of the Guarapuava's territorial identity. Over the years, the urban policy has ordered the maintenance and control of the sectors of the most valued neighborhoods, ensuring the selective occupation of space, sometimes favored by the funding from the federal and state government, sometimes by political ideals that strengthen the common values of traditional society. Therefore, the legitimacy of the local government compliance was associated with various kind of power and political cultures that passed by the municipal management. In this case, the clientelism is constituted as the main idea of power. The strategies of public power and the centralization in decision-making had two impacts: the maintenance of low-income groups away from the central area, restricting the occupation by the mechanisms of use and occupation the land and a strong intervention in districts with higher income population and target of the housing market. The physical and social dimension achieved by the intervention of the public power influenced the socio-spatial fragmentation, motivated by the various properties of the social groups that became effective in the differently appropriate space. The urban thought of the public power has an aesthetic and modernizing focus, express different social interests and interfere in the construction of the territories of groups of high and low income. The communication is maintained with segregated social groups in a deaf dialogue; in other words, the public power works silently in the speech, but it becomes alarming for low-income groups, in order to correct or even produce housing in popular housing units, far from the territories of the high-income groups. Therefore, the spatial segregation arises from the relationships between the producer agents in the space and the combined movement of social groups. Thus, the spatial segregation is a set of values designed and produced by the society and expected duties to the space of the dominant form and the multiple interests of producer agents.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Comunidades autônomas paranaenses.....	60
FIGURA 2 – Planta de Guarapuava de 1821, segundo descrição do Padre Chagas	72
FIGURA 3 – Evolução da ocupação urbana de Guarapuava.....	87
FIGURA 4 – Mesorregiões do Paraná, 2000.....	96
FIGURA 5 – Divisão Político-administrativa da mesorregião Centro-sul e hierarquia da centralidade.....	98
FIGURA 6 - Zoneamento urbano segundo a Lei N° 552/1969.....	128
FIGURA 7 – Densidade populacional por setores em Guarapuava, 1969.....	131
FIGURA 8 – Faixa de renda (salário mínimo) por bairros em Guarapuava, 1979	149
FIGURA 9 – Ocupação e formação de favelas até 1980.....	151
FIGURA 10 – Zoneamento urbano segundo a Lei N° 37/1986.....	156
FIGURA 11 – Esquema analítico das relações entre poder local e ocupação por grupos sociais de baixa renda em Guarapuava.....	200
FIGURA 12 – Núcleos habitacionais municipais e loteamentos particulares em Guarapuava, 2006	208
FIGURA 13 - Relação poder local e grupos sociais de baixa renda em Guarapuava	215
FIGURA 14 – Localização dos condomínios horizontais em Guarapuava..	231
FIGURA 15 – Tendências espaciais da promoção imobiliária, segundo o valor do solo em Guarapuava.....	237
FIGURA 16 – Valor do solo urbano em Guarapuava.....	245
FIGURA 17 – Distribuição dos núcleos habitacionais públicos (edificação e lotes) no período 1991/2005.....	247

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Atividades setoriais e de madeiras em Guarapuava (1915-1974).....	82
TABELA 2 - População total, grau de urbanização, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população por situação de domicílio, segundo mesorregiões geográficas do Paraná, 1970/2000.....	102
TABELA 3 - População total, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população urbana e rural nos municípios da Mesorregião Centro-sul no período 1970/2000.....	103
TABELA 4 - Indicadores do nível e composição da renda dos municípios da microrregião de Guarapuava, 1991 e 2000.....	105
TABELA 5 - Indicadores de pobreza dos municípios da microrregião de Guarapuava, 1991 e 2000.....	106
TABELA 6 - Número de empregos segundo municípios com mais de 100 postos de trabalho em subsetores selecionados da indústria de transformação, mesorregião Centro-sul, Paraná, 2001.....	108
TABELA 7 - Número de domicílios segundo classe de salário na mesorregião Centro-sul, 2000.....	110
TABELA 8 - Categoria de produtores rurais em Guarapuava, 2007.....	112
TABELA 9 - Distribuição fundiária em Guarapuava, 2005.....	113
TABELA 10 - Principais produções agropecuária e rendimento físico e econômico em Guarapuava, 2007.....	114
TABELA 11 - Ocupação da propriedade rural em Guarapuava, 2007.....	114
TABELA 12 – Evolução da população economicamente ativa em Guarapuava no período 1970/1995.....	115
TABELA 13 - Número de funcionários por setor em Guarapuava, 1998 e 2004.....	115
TABELA 14 - Indicadores de pobreza em Guarapuava, 1991 e 2000.....	116
TABELA 15 - Percentagem da renda apropriada por extratos da população em Guarapuava, 1991 – 2000.....	117

TABELA 16 – Fluxo de mão-de-obra, segundo tipo de movimento por setores em Guarapuava no período 2001/2005*	119
TABELA 17 - Número de estabelecimentos e empregos segundo atividades econômicas, 2004.....	120
TABELA 18 – Distribuição por bairro e por de renda em Guarapuava, 1979.....	147
TABELA 19 – População por bairro, número de unidades e pessoas nas ocupações em Guarapuava, 1980.....	150
TABELA 20 - Infraestrutura e serviços básicos em Guarapuava, 1979.....	152
TABELA 21 - Ocupação do solo urbano segundo a Lei N° 37/1986.....	155
TABELA 22 – População total por bairro, ocupações (unidades) e total de pessoas nas ocupações em Guarapuava, 1986.....	158
TABELA 23 - Evolução da população total em Guarapuava no período 1991/2004.....	179
TABELA 24 - Domicílios urbanos por faixas de renda mensal familiar em Guarapuava, 2000.....	179
TABELA 25 - Evolução da população urbana e rural em Guarapuava, 1950/2000.....	180
TABELA 26 - Déficit habitacional, conforme faixa de renda em salário mínimo em Guarapuava e no Paraná, 2000.....	181
TABELA 27 - Participação dos componentes do déficit habitacional em Guarapuava, 2000.....	182
TABELA 28 - Déficit Habitacional, domicílios com inadequação habitacional e número de famílias segundo classes de renda familiar mensal em Guarapuava, 2000.....	185
TABELA 29 - Número de núcleos habitacionais produzidos pela prefeitura municipal de Guarapuava no período 1997/2004.....	190
TABELA 30 – Regularização fundiária segundo a Lei Municipal N° 1413/2004.....	192
TABELA 31 – Núcleos habitacionais públicos, edificações e lotes produzidos em Guarapuava no período 1991/2005.....	194

TABELA 32 - Alvará de licença para construção (m ²) em Guarapuava no período 1990/2007.....	223
TABELA 33 - Loteamentos particulares aprovados em Guarapuava no período 1990/2005.....	226
TABELA 34 - Evolução dos alvarás para construção de edifícios em Guarapuava, 2004/2007.....	230
TABELA 35 – Distribuição da propriedade urbana por bairro em Guarapuava, 2008.....	234
TABELA 36 - Distribuição de freqüência das classes de valores dos imóveis em Guarapuava, 2005.....	243

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Fases do desenvolvimento regional da economia e da sociedade no Centro-sul paranaense.....	101
QUADRO 2 – Tipologia dos municípios da mesorregião Centro-sul, 1991/2000.....	109
QUADRO 3 – Zoneamento em Guarapuava segundo a Lei N° 552/1969..	127
QUADRO 4 – Zoneamento em Guarapuava segundo a Lei N° 37/1986....	154
QUADRO 5 – Área mínima dos lotes propostos pela Lei N° 1023/2001.....	165

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Vista aérea de Guarapuava, 1969.....	94
FOTO 2 – Vista parcial da área onde foi construído o Parque do Lago, área central de Guarapuava, 1980.....	144
FOTO 3 – Vista parcial da área onde foi construído o Parque do Lago, área central de Guarapuava, 1980.....	145
FOTO 4 – Vista parcial do Parque do Lago, área central de Guarapuava, s/d.....	145
FOTO 5 – Moradias auto-construídas no Bairro Xarquinho (quadrante norte da cidade).....	196
FOTO 6 – Condomínio para baixa renda produzido pela prefeitura municipal de Guarapuava, 2007.....	197
FOTO 7 – Vista parcial de ocupação - Vila Bela, 2007.....	209
FOTO 8 – Vista parcial de ocupação – Bairro Cascavel, 2007.....	209
FOTO 9 – Vista parcial de ocupação - Vila São Jorge no bairro Santana, 2007.....	210
FOTO 10 - Vista parcial do centro de Guarapuava.....	229

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição por bairro e por faixa de renda em Guarapuava, 1979.....	148
GRÁFICO 2 – Evolução da população urbana e rural em Guarapuava, 1950/2000.....	180
GRÁFICO 3 - Domicílios urbanos por faixas de renda mensal familiar em Guarapuava, 2000.....	182
GRÁFICO 4 - Carência de infraestrutura urbana por faixas de renda em Guarapuava, 2000.....	184
GRÁFICO 5 – Percentual de imóveis territoriais e imóveis edificados por bairro em Guarapuava, 2008.....	236
GRÁFICO 6 - Correlação entre o total de imóveis edificados e total da população por bairro, 2008.....	239
GRÁFICO 7 – Correlação entre o total de imóveis edificados e total da população por bairro, exceto o bairro centro, 2008.....	240
GRÁFICO 8 - Correlação entre o total de imóveis territoriais e total da população por bairro, 2008.....	242

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A -Evolução do perímetro urbano de Guarapuava 1961-2003	274
APÊNDICE B – Cálculo para medidas separatrizes.....	275
APÊNDICE C – Gráficos de correlação em Guarapuava.....	277

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado nas ocupações em Guarapuava.....	280
ANEXO B – Questionário aplicado aos promotores imobiliários em Guarapuava	281

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIG - Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
BNH - Banco Nacional de Habitação
CAEG - Companhia de Água e Esgotos de Guarapuava
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPLUG - Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava
CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPJ - Comissão Nacional de Política Urbana
COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
CONPLUG - Conselho do Plano Diretor Urbano de Guarapuava
COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CURA - Programa Comunidade Urbana para Renovação Acelerada
DERAL - Departamento de Economia Rural
EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMOPAR - Empresas de Obras Públicas do Paraná
FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná
FAO - sigla de *Food and Agriculture Organization* (Organismo Especial da ONU)
FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano
FJP - Fundação João Pinheiro
FUBEM – Fundação do Bem Estar do Menor
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPESPAR - Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominal
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC - Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
OMS – Organização Mundial da Saúde

PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo
PEDU - Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano
PIB - Produto Interno Bruto
PLANASA - Plano Nacional de Saneamento
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNCCPM - Plano Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio
RMC - Região Metropolitana de Curitiba
RML – Região Metropolitana de Londrina
RMM – Região Metropolitana de Maringá
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SEAB - Secretaria de Abastecimento
SECOVI-PR - Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná
SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SINDUSCONPR - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná
SMAA - Serviço Municipal de Água
SNIC - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
ZRAD – Zona Residencial de Alta Densidade
ZRMD-1 – Zona Residencial de Média Densidade
ZRMD-2 - Zona Residencial de Média Densidade
ZRBD - Zona Residencial de Baixa Densidade
ZCC – Zona Comercial Central
ZCB - Zona Comercial de Bairro
ZCS - Zona de Comércio e Serviço
ZI-1 - Zona Industrial Um
ZI-2 - Zona Industrial Dois
ZPRH - Zonas de Preservação dos Recursos Hídricos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. SEGREGAÇÃO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E RELAÇÕES DE PODER: APONTAMENTOS TEÓRICOS	30
1.1 O estudo da segregação urbana	30
1.2 Produção do espaço e relações de poder.....	38
1.3 A construção da análise e as indagações.....	49
1.4 Os procedimentos de pesquisa.....	50
2. A CARACTERIZAÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL: O CONTEXTO ESPAÇO / TEMPORAL DE GUARAPUAVA	58
2.1 O povoamento do Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava: a formação de uma identidade	58
2.2 A ocupação dos campos de Guarapuava e a formação da elite local.....	63
2.3 Pressupostos históricos da formação do espaço urbano.....	70
2.4 As novas formas de integração campo-cidade: a madeira (1940) e os imigrantes (1951)	80
2.5 As transformações da base produtiva (1970) e os efeitos para o crescimento urbano e desordenado.....	88
2.6 Guarapuava no contexto da mesorregião Centro-sul do Paraná.....	95
2.7 Características das atividades econômicas em Guarapuava.....	111
3. A ESTRUTURAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DE GUARAPUAVA ENQUANTO PRINCIPAL CENTRO URBANO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL	124
3.1 Do tempo do “chapéu na mão” à normatização do espaço urbano (1964/1977).....	124
3.2 A reestruturação do espaço urbano e a institucionalização da segregação socioespacial (1977/1988).....	140
3.3 O canteiro de obras e o remédio caseiro para a habitação popular (1988/2004).....	158
3.4 A dinâmica intraurbana e o diálogo “surdo” do poder público com os grupos sociais segregados.....	168

4.	AS DIVERSAS PARTES DA CIDADE E A PRODUÇÃO HABITACIONAL.	178
4.1	A urbanização desigual e os sinais de conflito na produção habitacional.....	178
4.2	O movimento dos grupos sociais de baixa renda: a periferização da pobreza.....	201
4.3	A atividade imobiliária e a valorização do espaço.....	219
4.4	As tendências do espaço produzido.....	228
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	248
	REFERÊNCIAS.....	255
	APÊNDICES	274
	ANEXOS	280

INTRODUÇÃO

Nas ciências humanas, a tradição e a importância no entendimento dos múltiplos aspectos da urbanização não são recentes, como as pressões econômicas, o aumento da desigualdade socioespacial, as redefinições da política urbana, a qualidade de vida da população e a pobreza.

As tentativas de explicação e definição das diversas questões urbanas se relacionam com os diferentes campos de conhecimento que tratam da dinâmica “cidade e sociedade”.

Na geografia, as orientações teórico-metodológicas têm reafirmado significativas contribuições para compreensão dos processos espaciais, à luz dos demais subprocessos: políticos, econômicos e culturais. Inclui-se, ainda, uma agenda que busca promover a integração dos conteúdos da vida urbana com os mecanismos de participação na formulação da política local.

Abreu (2002) afirma que as escalas região e lugar, piores de particularidades e de singularidades, são acopladas a uma preocupação maior com o movimento do geral, da totalidade social. Portanto, é uma geografia mais diversificada e bastante polêmica, nem por isso mesmo, mais rica. Nesse conjunto, a interpretação teórica dos processos espaciais é traduzida pelo desafio de sistematizar diferentes problemas da realidade socioespacial.

As distintas apropriações no espaço urbano intensificam as diferenças sociais e espaciais, além de trazerem implicações físico-territoriais e ressaltarem a necessidade de mecanismos de planejamento e de gestão urbana, que não se limitam simplesmente a coibir a ocupação, mas procuram respeitar o direito à cidade.

Em Guarapuava, a urbanização é resultado da evolução socioeconômica, pautada no regime de posse e uso da terra (Abreu, 1986) e na herança de uma sociedade tradicional¹, apresentando forte desnível interno, em razão de fatores

¹ Refere-se aos descendentes do branco-português, negro e índio (ABREU, 1986).

ordem econômica, cultural e espacial que (re) definem as relações sociais em todo o território.

A concentração da renda e a permanência na cidade de um elevado contingente de população empobrecida acentuam as diferenças no espaço urbano. Problemas urbanos, definidos localmente como ocupações em terrenos públicos e privados, loteamentos irregulares e crescimento da população empobrecida, são partes integrantes da complexa realidade intraurbana, restritas a uma parcela da população local que convive diariamente em territórios bem definidos pelos agentes produtores locais.

A paisagem urbana de Guarapuava é marcada pela forte desigualdade entre o centro e a periferia, percebida nitidamente nos diferentes bairros e nos diferentes padrões de moradia, que refletem a complexa realidade socioespacial². A paisagem urbana em Guarapuava aproxima-se da descrição de Santos (1999): “reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa, autorizando comportamentos econômicos e sociais diversos” (SANTOS, 1999, p.245).

A realidade de Guarapuava não é diferente dos padrões de algumas cidades brasileiras, pois, como salienta Ribeiro (2002), a ordem urbana exprime de maneira nítida, na sua territorialidade e sociabilidade, a hibridez de sua ordem social. Nessa ordem social, as pessoas são consideradas naturalmente desiguais, em termos de poder social, ocupam posições inferiores na escala da honra social, convivem com os relativos a uma ordem competitiva e individualista, onde o mercado distribui os recursos, e são consideradas socialmente por sua autonomia e capacidade. Há uma aproximação física, mas há distância social que corresponde a uma sociabilidade conflituosa (RIBEIRO, 2002).

Guarapuava é objeto de estudo para pesquisas relacionadas a elementos diversos, como a propriedade da terra e condições políticas e ideológicas do espaço

² A ocupação em Guarapuava é também denominada de favela. Para Maricato (1999), a condição jurídica totalmente ilegal de propriedade do lote serve para definir o que é favela. Outras denominações, segundo a autora, são utilizadas nas diversas regiões do Brasil: áreas de posse (Goiânia), vilas (em Porto Alegre), entre outras. Os movimentos sociais que lutam pela moradia rejeitam o termo invasão que consideram ofensivo e adotam ocupação. Assumimos assim, a idéia de ocupação e, eventualmente, favelas, quando consideradas características locais que aparecerão no texto. Conforme Maricato (1999), somente a caracterização jurídica de propriedade assegura o direito de permanência no local.

urbano³. Entre as pesquisas, Kobelinski (1999) estudou a ação intencional do poder público, que procurou consolidar uma imagem urbana comum e que poderia ser firmada socialmente entre os habitantes. O autor identificou a postura política e ideológica adotada pelas realizações materiais da gestão pública como ponto de partida para outras referências.

Silva (2002) analisou o poder simbólico da verticalização, a natureza e seu significado, a maneira como a sociedade de Guarapuava concebia o *status* e como a verticalização alicerça a identidade de um grupo, garantindo sua diferenciação social. Os elementos identitários de Guarapuava sustentaram a imagem de superioridade da elite campeira e viabilizaram o processo de verticalização. Para a autora, as relações de pessoalidade se constituíram como a marca das relações de interdependência entre os agentes produtores do espaço urbano e se projetaram num duplo vínculo, que se dá entre espaços de pessoalidade – exercício de pessoalidade.

Tembil (2004) teve como preocupação a compreensão das transformações na cidade pelos discursos construídos em torno das questões postas pela modernidade. As narrativas e os resquícios materiais legitimaram a história dos lugares da cidade, pois reconstituíram os modos de viver, de trabalhar, de divertir, de sentir e de pensar dos habitantes de Guarapuava, marcando temporalidades diversas na cidade moderna.

Na busca de respostas sobre as relações de poder político, Silva (2005) teve por objetivo compreender a formação de territórios conservadores de poder, identificados a partir das condições históricas de ocupação e formação territorial e dos discursos dos grupos de poder político local, legitimadores de ideologias e de práticas sociais determinadas. Segundo a autora, os valores socioculturais levam à formação de territórios conservadores de poder, posto a existência de relações e de práticas conservadoras.

³ Para Chauí (1994), a ideologia pode ser entendida como idéias e representações pelas quais os homens procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. As idéias e representações tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Por intermédio das idéias, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Considerando o conjunto das investigações em Guarapuava, cujos assuntos estão relacionados à histórica concentração fundiária e que passam pelas transformações sociais, econômicas e espaciais, não distantes das práticas conservadoras, personalistas e de poder familiar, percebemos a necessidade de uma melhor apreensão da objetividade dos movimentos estratégicos, das ações e das propostas dos agentes produtores.

A presente pesquisa busca responder:

- de que maneira foram orientadas ações para formação e reprodução do espaço intraurbano num centro regional e tradicional no Centro-sul do Paraná?

Nossa pesquisa tem como ponto de partida a formação urbana e os interesses dos agentes produtores, no intuito de analisar fatores determinantes que se consolidaram na estruturação do espaço urbano de Guarapuava e repercutem na segregação socioespacial, sobretudo, dos grupos de baixa renda.

Cabe, pois, compreender o significado da segregação. Bueno e Guidugli (2004) comentam a esse propósito, quando citam Baldus (1939), que, por sua vez, define segregação como forma de dissociação que se realiza quando unidades similares, obedecendo ao mesmo impulso, se concentram, distanciando-se, ao mesmo tempo, de outras unidades consideradas diferentes ou divergentes. Vários são os aspectos observados na estrutura interna da cidade e apreendidos para entender a segregação, cujas referências são as diferentes acepções para a análise da diferenciação social.

Diante das necessidades inerentes ao papel da cidade e de sua estrutura interna, a segregação socioespacial é entendida pela ruptura dos interesses dos grupos sociais, motivada pelas intervenções do poder público e, de maneira mais incisiva, pelos interesses dos promotores imobiliários.

Vale lembrar que a segregação espacial existe desde a fundação das primeiras cidades. Os agrupamentos humanos entraram em cooperação por um comando central, remodelando a paisagem, construindo uma rede de comunicação e transporte, entre outras atividades, e estabelecendo um tecido interno de ordem e

justiça. Nesse sentido, em meio aos aperfeiçoamentos positivos que demandaram esforço e ajuda mútua de populações heterogêneas, ocorreu uma simbiose negativa, como destaca Mumford (1998), que tem acompanhado a cidade na maior parte da sua história e que ainda se conserva em forma acentuadamente brutal, sem as sanções religiosas dos primeiros tempos, como a maior das ameaças para o desenvolvimento humano.

Temas que tratam da distância entre os grupos sociais e da produção diferenciada do espaço, em diferentes sistemas econômicos, têm levado não só a uma descaracterização de formas, mas, sobretudo, ao agravamento das crises e à ampliação do distanciamento entre os grupos sociais. Nesse aspecto, a cidade traz, em sua essência, diferenças que se dão de forma clara e pontual no espaço, evidenciadas pela complexa realidade socioespacial.

No Brasil, o estudo da segregação socioespacial tem sido realizado para desvendar padrões diferenciados de vida da população e seus reflexos na cidade, tornando-se “um instrumental teórico que nos auxilia no conhecimento de nossa realidade” (VASCONCELLOS, 2004, p.263).

A presente pesquisa é antecedida por uma abordagem que procura estabelecer o conjunto de características socioespaciais, tendo como procedimento analítico a formação socioespacial⁴ somada ao fato de pensar a produção do espaço e as relações de poder.

Cumprir destacar algumas dificuldades encontradas para o tratamento do tema “segregação socioespacial”, tendo em vista as armadilhas teóricas e empíricas, intrínsecas na pesquisa. Entre as armadilhas teóricas está a objetividade da aplicação do conceito, mas também a subjetividade ao tratar de questões sobre a população (LAGO, 2002).

Outra dificuldade foi a indisponibilidade de dados quantitativos (além dos dados secundários existentes) que pudessem ser incorporados à pesquisa, bem

⁴ De acordo com Mamigonian (1996), Santos (1977) percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, tornando-se desejável uma discussão rica, pois, a sociedade não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, sendo este tanto um produto, como uma condição da (re)produção social. É assim que a noção de formação socioespacial adquire o *status* de formações históricas e geograficamente localizadas (ESPÍNDOLA ; SILVA, 1997).

como demais particularidades da população local e regional, o que reforça o caminho para os dados trabalhados da mesorregião Centro-sul.

O grande desafio da pesquisa foi o de construir a análise da segregação socioespacial sem ter inicialmente um referencial universal, ou mesmo um banco de dados, como os que vêm sendo utilizados em estudos de regiões metropolitanas.

Levamos em efeito a análise da atuação dos agentes produtores (poder público, os promotores imobiliários e os grupos segregados), cujo foco é o entendimento do espaço urbano e a distribuição dos grupos sociais. O que se cristalizou no espaço urbano são subprocessos de ordem econômica, social e política, que se refletem no espaço socialmente diferenciado.

Nessa direção, a pesquisa tem como propósito avançar na investigação de um processo socioespacial, por meio de dados significativos que mostram a dinâmica intraurbana em Guarapuava, considerando a fragmentação socioespacial⁵.

A pesquisa divide-se em quatro capítulos, construídos a partir de estudos e publicações que tratam da formação socioespacial, por dados teóricos e empíricos, pela observação direta e por nossa convivência com a realidade.

No primeiro capítulo são delineados apontamentos teóricos, a construção da análise, as indagações e os procedimentos de pesquisa. No segundo capítulo são apresentadas características que identificam a complexa realidade de Guarapuava no âmbito da mesorregião Centro-sul paranaense⁶, enfatizando traços culturais no conjunto da cidade e propriedades inerentes à formação socioespacial. No capítulo terceiro é apresentada a estruturação social e espacial de Guarapuava enquanto principal centro urbano da mesorregião Centro-sul, privilegiando o contexto local, a

⁵ A fragmentação socioespacial é entendida por uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios (SALGUEIRO, 1998).

⁶ A regionalização segue a divisão do IBGE (2000), num total de 10 mesorregiões divididas em 39 microrregiões homogêneas. A mesorregião Centro-sul é composta por três microrregiões: Microrregião Geográfica Pitanga: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste; Microrregião Geográfica Guarapuava: Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond; Microrregião Geográfica Palmas: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas.

dinâmica da política urbana e a institucionalização da segregação socioespacial. O quarto capítulo trata das diversas partes da cidade e da produção habitacional, quando são analisados o movimento dos grupos sociais de baixa renda, as estratégias da atividade imobiliária e as tendências recentes do espaço produzido. Obtivemos um retrato da produção habitacional e detectamos como se constituem as ocupações dos grupos sociais de baixa renda e as práticas da atividade imobiliária.

A pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento das questões urbanas, rediscutindo o conceito de segregação socioespacial e examinando a diversidade dos fatos que estruturam o espaço urbano de Guarapuava.

A interação que buscamos com a pesquisa permite uma leitura direcionada para investigação da produção do espaço, as relações sociais e o poder e a compreensão da construção de territórios no espaço urbano.

1. SEGREGAÇÃO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E RELAÇÕES DE PODER: APONTAMENTOS TEÓRICOS

1.1 O ESTUDO DA SEGREGAÇÃO URBANA

O estudo da segregação tem suas bases na Sociologia, porém encontramos na Geografia e no Planejamento Urbano conceitos que mais se aproximam da análise espacial, por se basearem na forma urbana e na sua distribuição, cuja preocupação central é a explicação do processo de segregação e não somente a identificação.

Um dos primeiros autores a utilizar o conceito de segregação foi Robert Dickinson, em 1947, quando examinou esse conceito juntamente com os de invasão e sucessão. Na academia, a utilização da segregação como conceito apareceu, pela primeira vez, nos trabalhos pioneiros de Park, Burgess e Mckenzie, da Escola de Ecologia Humana, a partir da análise da realidade de Chicago (VASCONCELOS, 2004).

Na produção da literatura brasileira, as implicações da urbanização e suas conseqüências de ordem social e espacial são entendidas pela investigação da segregação por caminhos metodológicos que abordam questões de ordem religiosa, condições de vida das populações mais carentes, a maior ou menor distância física entre os grupos sociais, o acesso à habitação de risco, étnica e de gênero ou, mesmo, a formação do preço do solo urbano. O que mais se destaca é o estudo nas metrópoles nacionais sobre essas e outras questões, sobretudo as formações dos eixos metropolitanos.

No curso das mudanças sociais, decorrentes das transformações do modelo de desenvolvimento em nosso país, Ribeiro (2002, p.92) afirma que “as nossas cidades são, portanto, marcadas historicamente pela existência de uma estrutura de classes inacabada, não obstante a sua diversificação e complexidade”. O autor mostra que existem permanentes tensões e uma dinâmica social e política, marcada por forte diversificação na estrutura sócio-ocupacional.

É nítido o esforço em discutir as questões espaciais, como as definições das fronteiras entre os grupos sociais e suas relações ou mesmo “o funcionamento da sociedade urbana que transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às suas exigências funcionais” (VILLAÇA, 1998, p.141). Vários estudos no país foram realizados em centros urbanos para a identificação da segregação e apresentam consideráveis relações com os atuais modelos de vida metropolitanos, destacando seus papéis, bem como a relação com a globalização (e a cidadania ou ausência dela) e a tipologia do espaço metropolitano.

Algumas abordagens em cidades médias são interpretadas de maneira distinta, cujas investigações pautam-se no fortalecimento e no crescimento urbano que têm como resultante o avanço da desigualdade intraurbana, por se constituírem em arranjos de uma complexa rede urbana (SPOSITO, 2007a).

Feldmann (2004) discute os diferentes pressupostos e escolhas metodológicas das pesquisas realizadas no Brasil. Comenta a autora que o conceito de segregação, em alguns casos, aproxima-se do conceito de vulnerabilidade. A segregação, assim, é definida como resultado de uma desigualdade espacial que se expressa na cidade, articulada com questões que passam pela constatação e medição.

O estudo teórico e os encaminhamentos metodológicos sobre a segregação urbana permitem afirmar que o estudo adquire importância particular pelas características do processo da atual urbanização e não somente como uma descrição da distância centro-periferia como aconteceu nos anos de 1970 e 1980, com a tentativa de explicar a organização do espaço urbano, sem relacionar especificidades locais.

Pelo que se observa então, a teoria existente focaliza questões de lugar e de espaço e características residenciais que envolvem dados como renda, faixa etária, sexo, cor e migração. Aparecem também estudos que ressaltam a dinâmica urbana, como a política urbana e o mercado imobiliário, onde a segregação passa a ser estabelecida pela relação entre as dimensões espacial e social e que se complementam continuamente.

Não há como negar que, em alguns aspectos, a literatura converge para o entendimento da divisão da sociedade em grupos distintos e que o espaço é o resultado das diferentes apropriações, tendo como consequência o acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada do solo.

Alguns pressupostos de ordem teórica são apresentados por Lago (2006) e sintetizam o entendimento da segregação. Primeiro, a segregação é, em algumas vezes, entendida como processo inseparável à ordem de mercado ou à ordem institucional sendo, nestes casos, a expressão da distribuição espacial dos grupos sociais mediante variados critérios (renda, ocupação, etc.) ou mesmo pelo mercado imobiliário e fundiário; onde os mecanismos institucionais aparecem subordinados à própria lógica do mercado. O segundo pressuposto corresponde à auto-segregação e à segregação imposta, remetendo-nos à reflexão sobre a lógica e a dinâmica imobiliária ou, mesmo, sobre a relação de determinação entre oferta e demanda. Assim, fica clara a dificuldade de transposição conceitual e analítica da segregação em todas as suas dimensões e indicadores.

Cumprir observar que, na América Latina a segregação urbana vem sendo discutida à luz de um padrão fragmentado e excludente, junto aos estudos que abordam um padrão desigual, voltado às discussões quanto às distâncias centro-periferia, expansão das favelas e exclusão das políticas públicas.

A segregação, em particular a segregação residencial, é atribuída às desigualdades sociais. Para Sabatini e Cáceres (2005), o estudo da segregação residencial é construído sobre uma concepção das relações entre o social e o espacial, havendo uma aproximação entre desigualdades sociais e diferenças espaciais, quer dizer, espaço e sociedade interpretados como parcelas autônomas da realidade social.

Em síntese, o que esses autores observam é que:

- 1) a definição do conceito segregação é imprecisa: é habitual nos textos o discurso se confundir com desigualdade, polarização social e pobreza urbana, o anti-espacialismo cruza o urbanismo latino americano;
- 2) a segregação é “natural” e impossível de reverter: como a luta contra a desigualdade e a pobreza é uma tarefa permanente, então, a segregação passa a ser natural e normal;
- 3) os estudos estão inspirados pelo ânimo ideológico de denúncia das estruturas sociais e se reduzem ao trabalho empírico;
- 4) o reducionismo e o preconceito ideológico dão lugar a estudos que se rendem as evidências empíricas como as distâncias entre ricos e pobres. Esses fatos são tidos como se estivessem diminuindo em algumas partes por projetos residenciais para extratos de classes médias e altas, levando a conclusões de que a segregação continua existindo.

Com tais observações, Sabatini e Cáceres (2005) reconhecem a segregação como um fenômeno complexo devido as suas dimensões e variações, segundo escalas geográficas e as relações ambivalentes que mantêm com a formação de identidades sociais, tendendo a ser excessivamente simplificada. A simplificação que os autores se referem não integra o estudo das dimensões subjetivas, marcado por certo preconceito ao estudo empírico da segregação.

Contudo, pode-se afirmar que, segundo Torres (2004), a segregação residencial existente nas cidades brasileiras é pouco medida em termos empíricos, o debate sempre se focou nos aspectos habitacionais e socioeconômicos mais gerais.

Verifica-se, ainda, no debate em nível nacional, a existência de pesquisas que discutem a cidadania e a formação de guetos, bem como a mobilidade da população como consequência de um mercado imobiliário seletivo. Grande parte dos trabalhos tem como foco para o estudo da segregação a renda dos grupos e as condições sociais dos diferentes bairros como indicadores da interpretação do espaço urbano (TASCHNER, 1984; VILLAÇA, 1998; TORRES ET AL., 2002; HUGUES, 2003)⁷.

⁷ Há também pesquisas que discutem a segregação residencial partindo das políticas sociais, utilizando o índice de dissimilaridade que mede a proporção da população (de um grupo social) que teria de mudar para que a distribuição de cada grupo social em cada área fosse similar a essa distribuição para o conjunto da cidade (TORRES, 2004).

Outras características marcam a literatura como os enfoques da segregação residencial de O'Neill (1986), Corrêa (1989), Smolka (1992), que definem a segregação com base no papel dos agentes modeladores do espaço urbano e as decisões locacionais de certos grupos com maior renda, restando aos grupos de menor renda poucas opções para moradia.

Destacam-se ainda, pesquisas que tratam do aumento da população favelada (Kowarick, 1983) e da expansão da periferia não atendida pela política pública ou mesmo pelo padrão de localização dos grupos pela força do mercado imobiliário (SMOLKA, 1990, 1992; LAGO, 2002; FONSECA, 2004). Nesse ínterim, destacam-se os estudos de Smolka (1990, 1992), que trata a relação entre a dinâmica do mercado imobiliário e a mobilidade espacial, induzidos pelos promotores imobiliários (corretores, construtores e incorporadores). Fonseca (2004) enfatizou o modo de organização e as características dos vários agentes que compõem o mercado imobiliário em São Paulo no período 1970/2002, influenciando as tipologias e a própria linguagem adotada na concreção dos apartamentos e casas.

Em outro prisma, que trata da relação segregação e pobreza, Torres et al. (2002) afirmam que a segregação nas cidades brasileiras é semelhante à pobreza, tendendo a ser altamente concentrada em termos espaciais. Seguindo as reflexões de Torres et al.

no Brasil a ênfase da literatura sempre esteve mais na existência de desigualdades e injustiças na distribuição de renda e dos serviços públicos do que na separação dos grupos sociais. Esses dois elementos estão obviamente associados empiricamente, assim como se imbricam nos processos que produzem o espaço urbano, mas enquanto na literatura internacional há forte ênfase na questão da análise da homogeneidade de cada espaço em particular, no caso nacional essa dimensão está praticamente ausente, sendo o foco centrado nas desigualdades. Por outro lado, parece muito mais difícil combater a pobreza por meio das políticas públicas no Brasil, visto que a pobreza acumulada é enorme e os processos que a produzem estão mesclados com vários aspectos de reprodução social (TORRES et al., 2002, p.100).

Ainda, segundo Torres (2004), o conceito de segregação remete a duas dimensões principais que servem como parâmetro: os padrões de concentração espacial de determinados grupos sociais e o grau de homogeneidade social de

determinadas áreas.

No conjunto da literatura, várias pesquisas apontam para a estrutura socioespacial dos grupos no âmbito das regiões metropolitanas, como é o caso das teses de Mendonça (2002) e Rodrigues (2004). Nessas pesquisas, vistas num contexto metropolitano, a formação social é responsável pelo espaço produzido, entendido na desigualdade do padrão centro-periferia, sendo construída com o auxílio da análise fatorial⁸. Mendonça (2002) tratou da segregação e da mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, abordando a compreensão das alterações na configuração socioespacial e das atuais formas de segregação. Rodrigues (2004), ao desenvolver o estudo na região metropolitana de Maringá, define o mercado imobiliário e o poder público como responsáveis pela manutenção das definições do projeto original de Maringá para a configuração socioespacial da região.

Sugai (2002) analisou a relação entre a localização dos investimentos do Estado e a distribuição espacial dos grupos sociais na conurbação metropolitana de Florianópolis. A análise, partindo da verificação das localizações privilegiadas, constatou que a auto-segregação das elites se apoia na reprodução das ações do Estado que, por sua vez, garantem a permanência das desigualdades socioespaciais de dominação por meio do espaço urbano.

Marisco (2003) faz uma análise do papel dos instrumentos urbanísticos (lei de uso do solo e ocupação do solo e de parcelamento do solo urbano) em padrões de segregação socioespacial na cidade de Presidente Prudente. A pesquisa aponta que os instrumentos urbanísticos adotados foram legitimadores e ratificadores de uma desigualdade socioespacial e não serviu como instrumento de democratização do uso e ocupação do solo urbano.

Ainda sobre o estudo da relação Estado e segregação, a tese de Moraes (2003) analisa a segregação em Goiânia, Brasília e Palmas, a partir de uma perspectiva técnica, tratando dos traçados urbanísticos das cidades. A atenção é centrada no papel coercitivo que o Estado exerceu como indutor da construção

⁸ A análise é realizada por meio da análise fatorial por correspondência da distribuição das categorias socio-ocupacionais, composta de oito categorias de trabalhadores, construídas a partir da hierarquização social das ocupações definidas nos censos demográficos.

dessas novas capitais e de sua periferia desumana. A implementação de programas habitacionais de interesse social, pelo Estado, nas áreas periféricas dessas cidades, proporcionou o espraiamento, planejado e segregado da área periférica.

O crescimento da periferia é também analisado por Hugues (2003) que, incluindo as ações da Prefeitura de São Paulo, considera projetos em bairros de periferia específicos e usa como referência o índice de violência. Bichir (2006) estudou a questão da segregação residencial em São Paulo, cuja preocupação foi verificar as consequências da segregação, avaliando o impacto da segregação sobre o acesso das camadas mais pobres da população à política de infraestrutura urbana.

Diante das diferentes acepções sobre a segregação, formada por elementos que convivem, ora com o abandono (pelo Estado), ora pelo descaso do conjunto da sociedade, parece-nos relevante entender dimensões da segregação socioespacial. Segundo Torres (2004), o conceito de segregação remete a duas dimensões principais que servem como parâmetro: os padrões de concentração espacial de determinados grupos sociais e o grau de homogeneidade social de determinadas áreas. Entretanto, as diferentes tentativas de compreensão e de ordenamento da cidade procuram garantir o uso social dos espaços e se dirigem para uma utilização cada vez mais social da propriedade urbana que tenta, de alguma forma, minimizar o grau de homogeneidade de determinadas áreas.

Partindo da compreensão da segregação como diferenciação espacial, segundo Sposito (1996, p.74), a segregação é

o resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano.

Ribeiro (2002), por sua vez, chama a atenção para o fato de que a segregação é a institucionalização da inferioridade espacial e desclassificação e da imobilidade social dos seus habitantes. Assim, a fragmentação social e espacial produzida pela segregação depende **dos valores sociais e políticos que prevalecem em cada sociedade** e em cada momento histórico. Os movimentos da

sociedade obedecem a certa racionalidade e atribuem novas funções às formas, transformando a organização do espaço, criando novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, reproduzindo e acentuando traços de uma estrutura subordinante e outra subordinada.

Vasconcelos (2004) aponta algumas premissas que se tornam importantes para desvendar o sentido da segregação:

- segregação não é preconceito (atitude negativa desfavorável);
- segregação não é discriminação (tratamento e práticas desfavoráveis);
- segregação não é marginalidade nem exclusão (VASCONCELOS, 2004, p.270).

Reforça ainda o autor:

[...] houve segregação residencial em Portugal. No Brasil, no período colonial, havia atividades segregadas e até em períodos mais recentes, ocorria segregação em instituições, como no caso dos clubes sociais. Mas a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de segregação residencial das cidades brasileiras (VASCONCELOS, 2004, p.271).

As reflexões de Sposito (1996), Ribeiro (2002) e de Vasconcelos (2004) levam-nos a entender um pouco mais sobre as questões de ordem espacial e social, pois passam pela compreensão da segregação e permitem a apreensão de alguns aspectos comuns e de particularidades do estudo.

Apesar dos diferentes conceitos e recortes analíticos buscarem a compreensão do espaço urbano, a segregação socioespacial é entendida como uma condição social que se concretiza pela diferenciação espacial.

Entendemos que a segregação socioespacial é entendida quando houver ruptura de interesses dos grupos sociais que se manifesta no espaço de forma individual ou coletiva, garantida pela apropriação dos grupos com maior renda nas melhores áreas e com disponibilidade de equipamentos que são funcionais a esses grupos. A capacidade de apropriação do espaço pelos grupos sociais dinamizará uma organização espacial própria, onde é possível identificar a interação produção do espaço e relações de poder.

As conexões teóricas mais recentes e, principalmente as da geografia, têm exibido fortes contribuições para a superação dos conceitos e das concepções que avançam no sentido de agrupar a dimensão espacial e material das relações sociais em diferentes escalas, visando à apreensão das especificidades locais.

A realidade urbana é resultante de processos socioespaciais que não podem ser analisados e fechados em si mesmos, onde é possível encontrar uma ou mais razões para sua formação. Do ponto de vista analítico, a abordagem e análise urbana têm diferentes opções teóricas que, de alguma forma, combinam características populacionais, condições políticas e de organização do espaço intraurbano.

Nessa direção, nossa pesquisa por meio de uma abordagem geográfica, procura relacionar aspectos e dimensões além do que é produzido no âmbito da cidade e para os grupos de baixa renda, não se limitando apenas à ênfase na análise das paisagens produzidas, ou seja, parte do entendimento do plano social, da construção da cidade e de suas relações.

Torna-se oportuno passar por alguns apontamentos teóricos tendo como perspectiva a produção do espaço, o poder e o território. São bases teóricas que subsidiam nossa pesquisa sobre a segregação socioespacial dos grupos de baixa renda em Guarapuava.

1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E RELAÇÕES DE PODER

A interpretação da realidade intraurbana é desenvolvida sob diferentes perspectivas a fim de compreender elementos, objetos e produtos que se formam pela lógica da produção capitalista do espaço. A investigação dos processos espaciais como centralização, descentralização e segregação retratam características da sociedade e do conjunto de forças institucionalizadas ou não que atuam na organização espacial.

Entre os caminhos possíveis para a compreensão da dialética espacial e as contradições espaciais, Damiani (2004) enfatiza que, somente considerando a interferência da lógica na realidade concreta, como estratégia, como sociológica, é possível compreender as contradições e estabelecer sua passagem para além dos conflitos sociais e das diferenças sociais que se instauram e persistem, recobrando e amplificando as diferenças espaciais e dificultando o acesso à urbanização.

Situar conceitos como produção do espaço e, de modo mais amplo, poder e território, tornam-se fundamentais na interpretação de nossa pesquisa que é apoiada nos conceitos de **produção do espaço e relações de poder**, por apontarem caminhos interpretativos das especificidades sobre a segregação socioespacial na cidade de Guarapuava. O espaço como categoria de análise e o território como conceito central para a geografia têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva (HAESBAERT, 2004).

A cidade, **como expressão da produção, materializada pelos objetos que nela se integram e que dão sentido aos inúmeros interesses de produção**, compreende a manifestação da sociedade ao mesmo tempo em que concentra não apenas a população, mas também seus instrumentos de produção, seu capital, suas necessidades. Torna-se, então, a revelação concreta da realidade da sociedade, bem como uma projeção do processo social, pois, se há uma produção da cidade, e das relações sociais, como assinala Lefebvre (1991), há uma produção e reprodução de seres humanos e por seres humanos. Por essas razões “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 1991, p.47).

Lefebvre (1991, p.56) caracteriza a cidade como “**a projeção da sociedade sobre o local**, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”.

Como resultado e condição de um processo social, a cidade está sujeita aos interesses de agentes ou de grupos sociais distintos⁹ que definem e (re)definem sua produção. Resgatando a discussão sobre produção em Lefebvre (1999, p.44):

[...] a produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção das idéias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada à atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real. Os homens produzem as representações, as idéias, mas são os homens reais, ativos. Assim, a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano. O mental, o intelectual, o que passa pelo “espiritual” e o que a filosofia toma como seu domínio próprio, são “produtos” como o resto. Há produção das representações, das idéias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros.

Como menciona Lefebvre (1991), os processos históricos são responsáveis pela materialização espacial das relações socioespaciais, pois

se se considera a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio (LEFEBVRE, 1991, p.48).

É importante sublinhar que a forma de organização da cidade e do urbano é, segundo Lefebvre (1991), a forma de organização e de produção social. Nas idéias do autor, o espaço é, portanto, reflexo da sociedade que o constrói pela apropriação e o conflito entre grupos é uma luta e, acima de tudo, uma luta econômica, pela dominação. No espaço, as formações urbanas assumem determinadas funções e possuem significados diversos.

Percebe-se a descrição do autor sobre espaço de uma maneira ampla, a noção de **espaço como reflexo da sociedade**, ou seja, cada sociedade cria seu

⁹ Théry (s/d) define grupo social como uma unidade coletiva que transcende às pessoas que o compõem. Para o autor, um grupo é mais ou pelo menos outra coisa que simples adição de indivíduos; mais que a organização de relações interindividuais que se estabelecem no seu seio. O que caracteriza os grupos no meio urbano não é tanto a multiplicidade, mas sim a aceleração do processo de formação de grupos de tipo determinado.

próprio espaço e seu tempo. O foco está no processo e não em objetos específicos para serem investigados sobre a realidade socioespacial. A esse respeito para Costa (2003, p.13, grifo nosso) os vários conceitos de espaço de Lefebvre “permitem construir uma teoria única sobre a produção do espaço que nos **autoriza construir hipóteses que guiem a análise urbana** e contribuam para o avanço no processo de conhecimento de processos socioespaciais”.

Haesbaert (2005) assevera que Lefebvre trata de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um espaço feito território através de processos por ele denominados de apropriação (que começa pela própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade capitalista).

Ao discutir sobre a relação cidade e sociedade, Santos (1988, 1990) acentua que o espaço deva ser considerado num primeiro plano em qualquer esquema analítico, pois a estrutura espacial não evolui no mesmo ritmo, nem na mesma direção que as demais instâncias da sociedade. Para o autor, o espaço resultado da produção, e cuja evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida.

Para Santos (1990, p.122, grifo nosso), o espaço “é um **conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente** e por uma estrutura representada por relações sociais e que se manifestam através de processos e funções, constituindo-se num verdadeiro campo de forças, cuja aceleração é desigual”. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. Por essas razões, o espaço é como um objeto em permanente evolução, definido como “resultado das diferentes práticas e dos objetos que o compõem, desenvolvendo sentido e função também diferenciados e está muito longe de ser esse quadro neutro, vazio, imenso...” (SANTOS, 1990, p.160).

Ao manter relações com a sociedade, os sistemas de objetos, o espaço – materialidade formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço; é mais que o espaço social dos sociólogos, porque também inclui a materialidade (SANTOS, 1999).

Algumas formas urbanas assumem condições duráveis e não-duráveis, atuais e sociais, entendidas a partir de estruturas presentes e anteriores, como ressaltam Santos (1990), que fala de rugosidade como o espaço construído, quer dizer, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporada ao espaço.

Nessa direção, conforme Santos (1999), a **organização das coisas** passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade da adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios de ação instrumental. Isso quer dizer que as normas de **organização das coisas** passam a ser criadas intencionalmente no intuito de garantir interesses específicos. As características que diferenciam uma estrutura social se identificam no espaço, pois, as formas também contêm frações do social (SANTOS, 1985).

As práticas políticas e o controle das decisões são também ações sociais que, amparadas na lei ou no consenso de um grupo social, estabelecem relações de poder. Por meio de uma concepção mais abrangente, a fim de compreender a sociedade como sujeita à regularidade da lei e da forma burocrática, Weber (2004) menciona que a dominação se insere em fatores do cotidiano onde as relações são dominadas pelo costume e, além disso, por interesses materiais e racionais referentes e afins. O autor distingue três tipos puros de dominação ou poder legítimo:

1.de caráter racional: baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal);

2.de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional);

3.de caráter carismático: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática) (WEBER, 2004, p.141).

Seja como for, cada vez que se propõem questionamentos acerca dos fundamentos que legitimam a obediência, encontram-se, sempre e sem qualquer contestação, um ou até mesmo os três tipos puros de dominação. Como assinala Weber (2004, p.139), “dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação”. Assim, o tipo de dominação e de legitimidade é imposto pela ordem material e pelas idéias, recompondo padrões de produção.

Vários são os motivos que poderão se somar ao conjunto de fatores para a garantia da legitimidade. Num sentido mais amplo, as ações promovidas pelos agentes produtores do espaço urbano produzem uma mudança no significado das dimensões do espaço e, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do direito à cidade, pois, o que está em jogo são os interesses individuais. O espaço passa, então, a ser constituído por ações e estratégias dos agentes que atuarão segundo uma lógica e onde se realizam todos os tipos de relações. A idéia é complementada por Capel (1974), ao mencionar que o espaço numa sociedade capitalista não pertence e não está sujeito ao controle de seus habitantes, mas às organizações grupos e agentes que o negociam.

Aspectos de natureza diversa como as relações entre os agentes produtores, a formação e o movimento dos grupos sociais distintos, as formações políticas e aspectos de ordem econômica e cultural são capazes de interferir na produção do espaço e na (re)construção de territórios no urbano. O interesse de um ou mais agentes e suas redes¹⁰ transformam o espaço por suas ações e estratégias, configurando a espacialidade de interesses diversos quando há correspondência com uma dimensão simbólico-cultural, política e/ou econômica no interior ou fora do território.

A compreensão dos processos espaciais não seria apenas um reflexo das relações sociais que se constituem na produção e nos movimentos estabelecidos pelos diferentes agentes e grupos pela apropriação do espaço e de sua dominação,

¹⁰ Aqui nos referimos à noção de rede proposta por Raffestin (1993). Redes é um sistema de linhas que desenham tramas. A idéia é a de rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. Assegura o autor, “toda rede é uma imagem de poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p.157).

mas seria constituída pela noção do espaço social como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais. A organização espacial é, então, transformada em separações físicas e simbólicas que, dentre várias consequências, aprofundam a segregação socioespacial.

Torna-se, então, importante ressaltar que o movimento dos grupos sociais é concretizado por processos econômicos, sociais e espaciais, cujas relações são capazes de dividir o espaço. A partir dessas idéias, para Fernandes (2005, p.276)

é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Nesse contexto, na produção do espaço há relação de poder exercido pelos sujeitos ou grupos que, de fato, controlam esse(s) espaço(s) (HAESBAERT, 2005). Poder tem a ver com territórios, cujas manifestações são construídas por indivíduos, grupos sociais, poder público e outras instituições, tanto para delimitar um campo de ação, como para excluir indivíduos ou grupos. Haesbaert (2005) enfatiza que todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados.

Portanto, a manifestação do poder se exerce por ocasião da relação social ou mesmo pela representação do espaço. Como indica Raffestin (1993), a manifestação do poder por ocasião da relação social é um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece entre dois polos, fazem face um ao outro ou se confrontam. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações. Na opinião de Raffestin (1993, p.152):

as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território [...] todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.152).

A manifestação do poder pela representação do espaço é, para Lefebvre (1986 citado por LIMONAD e LIMA, 2003), um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade que estão intrinsecamente relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato, domínio do Estado e do poder hegemônico que, no capitalismo, esmaga e escraviza o que ele chama de espaço absoluto. Diante das idéias de Raffestin e de Lefebvre, percebemos, então, que a manifestação do poder existe pela comunicação e quando há elementos na configuração espacial, que revela a representação de um ou mais grupo social.

Na descrição de Haesbaert (2004), toda relação de poder espacialmente mediada é produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ ou negociação. Haesbaert (2004) enfatiza que o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial e geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a contextualização territorial é inerente à condição humana.

Raffestin (1993), numa perspectiva econômica e também política do território e não distante da dimensão cultural, acrescenta que toda prática espacial induzida por um sistema de ações e de comportamento se traduz por uma produção, uma vez que, nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. O autor destaca que o espaço é anterior ao território. O território é, então, uma dimensão das relações sociais, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível que combina todas as espécies de elementos, para produzir uma ou várias coisas, e que territorializa o espaço.

Raffestin (1993), por sua vez, entende que no espaço podem ser percebidas relações marcadas pelo poder, o que sem a população não passa de uma potencialidade, pois as relações sociais são determinantes para que o espaço possa ser apropriado. Nesse raciocínio, manifestam-se todas as espécies de relações de poder, em que

os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com os modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provêm dos indivíduos e/ou dos grupos (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Percebe-se uma concepção ampla de poder, cuja noção inclui instituições, grupos e indivíduos pela capacidade e intenções de produzir o espaço. Todavia, percebe-se que o poder em si, depende da organização espacial e de suas formas que são trunfos espaciais da defesa do território e não o conceito de território em si (SOUZA, 1995).

Numa abordagem política e cultural, Souza (1995) comenta que o poder é onipresente nas relações sociais; o território está presente em toda a espacialidade social, ao menos enquanto o homem estiver presente. Dessa forma, o território é, então, definido pelo espaço apropriado e mantido pelo poder. Acrescenta o autor:

em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 1995, p.108)

Nota-se que Souza (1995) diverge da opinião de Raffestin e pressupõe o território como um espaço social.

As discussões sobre poder e território são também enfatizadas por Bobbio (1987) em três formas: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. O que há em comum entre essas três formas é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades desiguais e divididas entre os fortes e fracos, com base no poder político; em ricos e pobres, com base no poder econômico; em sábios e ignorantes, com base no poder ideológico. Tanto a tradição quanto a racionalidade do poder são, ao mesmo tempo, um motivo de obediência e um princípio de legitimação, sendo difícil estabelecer onde começa um e onde termina o outro.

O domínio espacial assume uma territorialidade, abrangido por práticas de poder que podem até extrapolar os limites legais do município onde se centralizam (DAVIDOVICH, 1993). Na realidade de Guarapuava, a territorialidade do poder local é composta, em certos casos, pelos interesses que dão sentido à organização intraurbana e ao movimento dos grupos sociais. As estratégias na política urbana se relacionam com outras bases formadas pelos grupos sociais mais carentes que participam do espaço socialmente constituído.

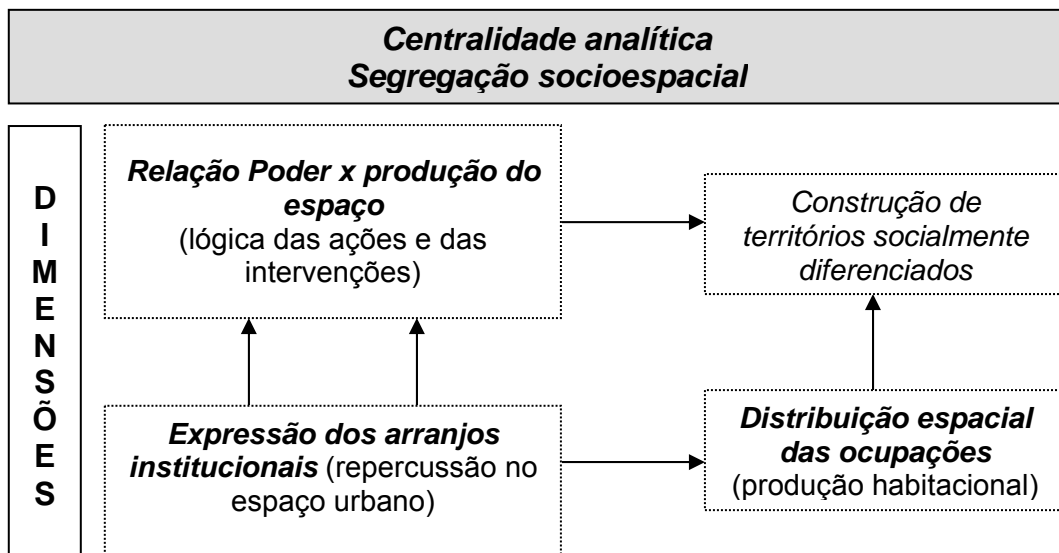
Nossa abordagem tem como interação a produção do espaço e as relações de poder e se realiza na construção de elementos diversos, sobretudo, nas práticas do poder local, como os instrumentos normatizadores do espaço urbano. Os interesses objetivos em setores pré-determinados favorecem a construção de territórios de uso para grupos sociais específicos. Na perspectiva exposta, entendemos que não se trata simplesmente da distância entre grupos sociais atribuída pela renda, mas as pessoas compartilham de um mesmo espaço diferentemente ocupado e apropriado.

É oportuno mencionar que nossa abordagem, constituída no par produção do espaço e relações de poder, apresenta limitações como em qualquer outra abordagem para interpretação do processo espacial, como a dificuldade para desvendar as várias características socioespaciais da sociedade. Desta forma, a abordagem não pressupõe um esquema analítico com critérios e indicadores previamente estabelecidos.

O enfoque da pesquisa permite a interpretação das relações socioespaciais e das forças institucionalizadas, socialmente conhecidas ou não, como no caso do poder público e os grupos de baixa renda. Buscamos, portanto, a abordagem para compreensão da dinâmica de Guarapuava num processo mais amplo, ou seja, na relação poder x produção do espaço.

Nesse sentido, projetam-se e interagem as seguintes dimensões que formam nosso eixo de análise: **relação poder x produção do espaço** (lógica das ações e das intervenções), **expressão dos arranjos institucionais** (repercussão no espaço urbano), **distribuição espacial das ocupações** (produção habitacional) e **construção de territórios socialmente diferenciados**.

O plano da análise é assim representado:



Org.: Autor (2009)

As dimensões de análise foram constituídas por parâmetros particulares, assim definidos por Souza (2002), que favoreceram a apreensão de dados e de informações relativas a cada dimensão para compreensão da estruturação do espaço urbano.

Para a relação **poder x produção do espaço (lógica das ações e das intervenções)**, procuramos analisar elementos da formação urbana, a compreensão das intenções do poder público para a estruturação do espaço e como se efetivaram intervenções que promoveram contrastes entre a área central e a periferia ocupada.

No que corresponde à dimensão **expressão dos arranjos institucionais (repercussão no espaço urbano)**, foram analisados os mecanismos formais para a ocupação do espaço, orientados pela institucionalização da legislação urbana e de seus efeitos para a distribuição espacial dos grupos sociais.

No caso da dimensão **distribuição espacial das ocupações (produção habitacional) e a construção de territórios socialmente diferenciados** buscamos compreender como se efetiva a relação entre os espaços apropriados e os padrões de moradia, sobretudo, as mediações do poder público, o movimento dos grupos de baixa renda e as demais estratégias da atividade imobiliária. Assim, poderemos observar a fragmentação socioespacial em todo espaço urbano.

A investigação da dinâmica intraurbana em Guarapuava assume um papel importante diante dos elementos de ordem econômica, social, cultural e política, ora para desvendar as raízes da formação urbana, ora para desvendar processos de ordem ideológica que são produzidas por grupos sociais distintos.

1.3 A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE E AS INDAGAÇÕES

As características de nosso recorte analítico, a cidade de Guarapuava, levaram-nos ao desenvolvimento das seguintes hipóteses:

- 1) a estrutura revelada em Guarapuava é definida como reflexo da sociedade tradicional, cujos elementos aparecem contextualizados no movimento dos agentes produtores e dos grupos sociais que irão manter a produção diferenciada do espaço como um controle sobre o espaço;
- 2) a existência de ações e de uma legislação urbana pouco propositiva para a resolução dos problemas urbanos e as forças políticas e dominantes estabelecem relações para manter o poder, garantindo uma produção diferenciada do espaço.

Diante das hipóteses e do conjunto das características que constituem o recorte territorial, a pesquisa buscou responder:

- de que maneira foram orientadas ações para formação e reprodução do espaço intraurbano num centro regional e tradicional no Centro-sul do Paraná?

São consideradas as seguintes questões complementares:

- como pode ser caracterizada a formação urbana em Guarapuava?
- como as concepções do poder público no plano das ações e das intervenções foram reforçando a diferenciação socioespacial?
- como no espaço urbano se construíram territórios socialmente diferenciados?
- o que orienta a lógica da produção imobiliária em Guarapuava?
- como se manifesta atualmente a diferenciação socioespacial em Guarapuava?

Desta forma, a pesquisa visa contribuir para o aprofundamento das questões urbanas, na possibilidade de transpor a descrição e identificação de um estudo espacial, tendo como objeto o estudo da segregação socioespacial.

1.4 OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A preocupação principal da pesquisa que contempla entender a produção do espaço e as relações de poder em Guarapuava partiu para uma interpretação de dados obtidos empiricamente e sustentados teoricamente, cujas argumentações interpretam a segregação socioespacial.

Caminhos diversos foram percorridos e incorporados à análise. Procurou-se, assim, a investigação dos dados que analisa em que condições foram sendo legitimados o poder local e o movimento dos grupos sociais, situando-o no território guarapuavano.

Nessa direção, foi fundamental compreender a formação socioespacial do Centro-sul paranaense, na medida em que se apreendem características regionais e

locais e aspectos relevantes que caracterizam os grupos sociais.

A reflexão delimitou um quadro que teve como suporte a análise da segregação socioespacial pela produção do espaço e não pelo consumo deste. Corroborando com nossa abordagem, Castells (1983) reforça o fato de que é necessário ultrapassar o empirismo da descrição e não imaginar o espaço como uma página branca, pois este se inscreve sob a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas. Na opinião de Castells (1983, p.146, grifo nosso):

o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, **os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como ao outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.** Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

A pesquisa, assim, abrange a posição de um determinado grupo, ou seja, pela posição que o grupo social ocupa nos diferentes campos, quer sejam aqueles da distribuição dos poderes que atuam em cada um deles: o capital econômico, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico (BOURDIEU, 1989).

A utilização da expressão grupos sociais é entendida de uma forma objetiva por suas relações com o espaço e suas propriedades que dão forma à cidade de Guarapuava. Nessas condições, foram utilizadas, em alguns casos, as expressões “grupos de alta renda” e “grupos de baixa renda”¹¹ para focar o espaço diferentemente apropriado.

Ganha importância esse enfoque, cuja preocupação evidencia os grupos sociais e o espaço apropriado, pois, como menciona Bourdieu (1989), o espaço (as várias dimensões) é construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição, constituído pelo conjunto das propriedades que atuam no universo

¹¹ Em nossa pesquisa, considerando os indicadores da dinâmica econômica local, bem como indicadores da distribuição dos domicílios urbanos por faixas de renda mensal familiar (2000), o grupo de baixa renda é formado por uma camada da população numa faixa de renda mensal familiar até 3 salários mínimos. Os grupos de alta renda, subentendem a camada da população que tem uma renda mensal familiar acima de 3 salários mínimos.

social considerado, desde que estas confirmam força ou poder a esse universo. Esses princípios devem ser pautados nas condições e na efetividade de cada grupo social, assim como nas suas ações de organização do espaço urbano.

O privilégio dado às evidências empíricas e o cruzamento dos indicadores qualitativos e quantitativos sistematizados e analisados conjuntamente, permitiram a interpretação da dinâmica urbana, reunindo elementos variados que se juntaram para a redação da pesquisa.

Foram trabalhados dados selecionados como: habitacionais, populacionais, ações do poder público municipal, indicadores do mercado imobiliário, observações em campo, fotos e informações do Arquivo Histórico de Guarapuava.

A construção da análise foi também constituída pelo cruzamento das seguintes informações: indicadores empíricos obtidos na prefeitura municipal, em jornais locais (Jornal “Esquema Oeste”: da década de 1970¹² até 1997 e Jornal “Diário de Guarapuava” entre 2000 e 2004), em revistas, na observação em campo, nas informações derivadas de representantes de instituições públicas e das associações de moradores. A investigação nos jornais “Esquema Oeste” e “Diário de Guarapuava” foi importante para apreensão de informações que ajudaram na periodização, assim como para o entendimento de informações quanto às ações do poder público e da população local.

Nossa abordagem traduz um pouco do que Lefebvre (1991, p.81) comenta:

não se deve perder o conjunto, é necessário compreender os grupos sociais e por conseguinte o espaço segundo suas representações, porque suas categorias (funcional, estrutural e formal) também têm uma finalidade dupla: a prática e a ideológica.

Nessas proposições, a preocupação voltou-se para àquilo que trouxesse aspectos relacionados ao objeto da pesquisa, ou seja, características do território guarapuavano. Entre os dados secundários, foram utilizados dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tabulações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação João Pinheiro e outras bases,

¹² Ano da fundação do Jornal. A escolha dos jornais Esquema Oeste e Diário de Guarapuava, teve como critério a publicação semanal e a não interrupção das edições.

como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / CAGED, a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava / ACIG, o Escritório Regional da Emater, o Departamento de Economia Rural / DERAL, além das Leis Municipais aprovadas no período 1964 a 2004.

Buscou-se, a partir da formação da cidade, uma periodização, pois, como afirma Santos (1990), a análise da produção do espaço não pode ser feita sem que haja a periodização, baseada nos parâmetros capazes de ser empirizados e suas inter-relações.

A realização das entrevistas, por sua vez, teve como critério a escolha de pessoas ou grupos, como indicam Quivy e Campenhoudt (1992) que, pela posição que ocupam, têm conhecimento do problema e pertencem ao público ou estão relacionados a este. No caso, o trabalho de investigação foi composto por interlocutores úteis, ou seja, por aqueles que constituem o público a quem o estudo diz respeito, identificados no trabalho de campo e nas informações em jornais. Nesse caso, foram pessoas ligadas à política local ou que participaram da mesma, visando à avaliação das estratégias e dos interesses. A etapa foi importante para atingir o papel regulador das funções locais pelo poder público e de seus efeitos para a segregação socioespacial.

Algumas pessoas escolhidas para informações locais de Guarapuava, como uma pesquisadora e ex-vereadora, e a realização de entrevista com o ex-Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo, que atuou durante dois anos na função de secretário, deram grande contribuição para nossa pesquisa, pois suas experiências na política urbana e seus conhecimentos sobre a realidade de Guarapuava foram importantes.

No trabalho de campo, foram percorridas algumas áreas de ocupação e aplicado questionário (Anexo A) que buscou compreender a formação e as características das ocupações. Teve-se como procedimento a procura do morador mais antigo da ocupação e, na dificuldade de acesso a essa informação, recorreu-se à Associação de Moradores ou mesmo ao grupo paroquial (como no Xarquinho) que nos acompanhou na investigação.

A investigação de campo buscou entender como e por que as pessoas ocuparam as áreas e entender como se dava a apropriação do espaço. Assim, a pedido das pessoas que participaram das entrevistas, optou-se pelo sigilo da identificação dos ocupantes das residências, tendo o compromisso firmado com essas pessoas para a não identificação. Por isso, algumas vezes, no texto, são citadas apenas letras iniciais de seus nomes. Em certos momentos, a pesquisa foi realizada em dois momentos. Primeiro, aproximando-se das pessoas que seriam os informantes-chaves e explicando os motivos da pesquisa. Em seguida, realizando outro campo, cujo objetivo foi o de entrar mais a fundo nas questões e realizar a investigação de algumas situações referentes à origem dessas pessoas e como foi a ocupação. Nesse segundo momento, tivemos acesso a fontes diversas (como atas, fotos, recortes de jornais), no qual pudemos apreender um pouco mais a realidade de cada localidade pesquisada.

É importante ressaltar que nossa pesquisa envolveu trabalho de campo com perguntas que inquiriam, em determinadas vezes, a questão legal quanto à posse dos terrenos ocupados, entendidos pelos seus ocupantes como de sua legítima propriedade. Nesse aspecto, e em muitos outros, o acompanhamento do presidente da associação de dois bairros periféricos e de outras pessoas que faziam trabalho voluntário nas residências mais carentes foi importante, bem como de pessoas como o senhor D.S. que acompanhou grande parte da investigação nas ocupações.

As evidências empíricas apreendidas em documentos, mapas, jornais, revistas e em documentos oficiais permitiram identificar aspectos relacionados à trajetória dos grupos sociais em Guarapuava e a forma como se efetiva a apropriação do espaço.

Durante a pesquisa, foi necessário refletir inúmeras vezes sobre o objeto real de estudo, pois, havia o risco de contaminação provocada pelas pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram com a pesquisa reproduzindo o discurso dominante ou mesmo informações enunciadas no senso-comum. Assim, uma tarefa constante durante o desenvolvimento do trabalho, além dos desafios que surgiam a cada passo, foi a de proceder ao longo da investigação uma constante reflexão das bases teóricas e empíricas, a fim de não perder o foco da análise.

Na interação entre a cidade, os agentes produtores e a propriedade urbana, consideramos níveis e correlações que apontam semelhanças e diferenças no espaço produzido. Assim, compreende-se, nosso interesse em discutir a distribuição da propriedade urbana e os demais aspectos que se refere à natureza da produção nos bairros em Guarapuava. Vale lembrar que, nessa percepção, como se refere Lefebvre (1991, p.47), “a cidade apresenta uma produção que se manifesta pela materialização concreta do processo de urbanização e, por conseguinte, da própria história”.

Na análise conjunta de dados qualitativos e quantitativos, buscamos a análise exploratória de dados, conforme indica Barbeta (2002), onde realizamos a classificação dos valores dos imóveis (APÊNDICE B) e a análise de correlação¹³ e de dispersão, a fim de verificar se os dados sugerem ou não correlação às nossas evidências em campo (APÊNDICE C).

Os dados levados a efeito para análise quanto à interação entre o espaço produzido e não produzido foram obtidos por meio do resumo cadastral da distribuição da propriedade urbana de Guarapuava (2008) que traz o cadastro das unidades territoriais¹⁴ e edificadas por bairro. Esses dados foram obtidos no banco de dados da Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo e Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava.

Vale lembrar que os dados referentes quanto às unidades territoriais e às unidades edificadas não foram obtidos individualmente e, portanto, não foram localizados. Essas condições reiteram nosso procedimento de pesquisa, uma vez que não revela nome dos proprietários e a localização das grandes propriedades na área urbana.

Tivemos como apoio, para a compreensão da dinâmica urbana a aplicação do questionário (Anexo B), as empresas incorporadoras, construtoras e imobiliárias,

¹³ Segundo Barbeta (2002, p.274), o conceito de correlação “refere-se a uma associação numérica entre duas variáveis, não implicando, necessariamente, uma relação de causa-e-efeito, ou mesmo uma estrutura com interesses práticos”. Sendo assim, é importante frisar que, em nosso caso, a interpretação dos dados leva em conta a dinâmica intraurbana dos eventos e, em termos práticos, a produção do espaço, produção que pode variar de acordo com os interesses individuais e do mercado de terras, tornando-se um elemento auxiliar e relevante para expormos nosso problema de pesquisa que passa pela compreensão do espaço urbano.

¹⁴ Unidade territorial corresponde aos terrenos vazios em todo o perímetro urbano, segundo a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo e Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava.

selecionadas conforme os seguintes critérios: o tempo de atividade, os principais serviços executados, a natureza dos serviços e a forma de atuação na construção civil. Não fomos recebidos por todas as empresas que expusemos as razões de nossa pesquisa, mas as empresas que nos receberam, revelaram nomes de outras empresas e mencionaram também questões que passam pelo mercado imobiliário local.

O levantamento e a análise da legislação urbana compreendem o período de 1964 a 2004, obtida na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Guarapuava. O exame da legislação contribuiu para um melhor entendimento das relações que se referem às questões políticas e sociais, econômicas e, sobretudo, urbanísticas. Vindo ao encontro do exposto

A análise da legislação se impõe para a compreensão do movimento da realidade social, em que certos processos são gerados por agentes que, independente das articulações que estabelecem entre si diretamente, no processo de acumulação, carecem de uma legitimação social, possibilitada pelo Estado (SOUZA, 1994, p.216).

Foi importante, ainda, analisar algumas intervenções quanto à regularização fundiária, programas habitacionais, bem como investigar arquivos da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano/SEDU e do Paranacidade. Este último levantamento deveu-se ao fato de que a SEDU e o Paranacidade auxiliaram muitos municípios do Estado para elaboração de leis e de Planos Diretores nos anos de 1980. Obtivemos documentos e informações inexistentes em Guarapuava como dados socioeconômicos, fotos de décadas anteriores e diferentes mapas que serviram de base para espacializar informações e para nossas interpretações.

Foram poucas as alterações do conjunto de leis que compõem a pesquisa num curto intervalo, denotando haver a efetividade do controle do espaço pela legislação. É possível, assim, perceber a concentração do poder público local, sobretudo, pela não atualização da legislação urbana.

Embora, tenha havido todo o esforço para obter informação cadastral dos grupos de baixa renda na área urbana, o acesso aos arquivos municipais que trazem informações relevantes sobre os grupos não foi facilitado pelas Secretarias

Municipais de Habitação e Urbanismo e de Promoção Social. Fomos informados, durante um trabalho de investigação de campo, que havia na Secretaria de Promoção Social do município de Guarapuava levantamento socioeconômico da população realizado em 1997, que deveria subsidiar um Plano Estadual para ações sociais nas cidades paranaenses. Ficamos interessados em tal levantamento, tendo em vista que buscávamos fontes primárias que tratassem da origem das pessoas que ocupam a periferia empobrecida. Estabelecemos inúmeros contatos a fim de obter o levantamento: Secretaria de Promoção Social, Fundação do Bem Estar do Menor / FUBEM e Secretaria de Habitação e Urbanismo. Por fim, desistimos da procura do levantamento socioeconômico pela dificuldade na obtenção do material. A dificuldade imposta leva há crer o pouco interesse em revelar a condição da população empobrecida de Guarapuava.

Sendo assim, foi na compreensão da dinâmica intraurbana, atribuída ao conjunto das informações e entendida a partir das ações no espaço urbano que estabelecemos nossos procedimentos de pesquisa.

2. A CARACTERIZAÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL: O CONTEXTO ESPAÇO / TEMPORAL DE GUARAPUAVA

Quanto mais complexas e diversificadas as atividades econômicas que ocorrem dentro de um território, mais complexo é identificar as várias dinâmicas que as determinam e conseqüentemente mais difícil minimizar os efeitos perversos decorrentes nelas (ROLIM, 1995, p.88).

O objetivo deste capítulo é o de caracterizar a formação da região do Terceiro Planalto Paranaense também chamado de Planalto de Guarapuava¹⁵. A caracterização permite uma melhor compreensão da identidade regional¹⁶ do Centro-sul paranaense e da importância de Guarapuava.

2.1 O POVOAMENTO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE OU PLANALTO DE GUARAPUAVA: A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE

As primeiras povoações no Estado do Paraná foram em Paranaguá e Curitiba no século XVII, com o deslocamento de paulistas em busca da exploração do ouro. O ouro foi o principal estímulo para a ocupação do litoral que, segundo Nadalin (2001), começou se efetivar após a destruição dos estabelecimentos espanhóis no Guairá¹⁷, pois a perspectiva dos primeiros portugueses com a exploração foi a de assegurar a ocupação do litoral. Nesse sentido, até meados do século XVII, o território paranaense estava praticamente isolado na periferia do sistema econômico colonial brasileiro, tendo em vista as características naturais e ausência de meios de comunicação com outros Estados.

¹⁵ Salientamos que não é nosso objetivo descrever as regionalizações do estado. Por isso, optamos para tratar do povoamento do território paranaense a regionalização de Maack (1947), pois a literatura utilizada para a formação do território segue a divisão do estado em unidades geomorfológicas: Litoral; Serra do Mar; Planalto de Curitiba ou Primeiro Planalto; Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava.

¹⁶ Em nossa perspectiva identidade é a existência de características que revela um ou mais indivíduos que pertencem a um grupo social. Consideramos, em nosso caso, a interação dos elementos históricos, culturais, econômicos no Terceiro Planalto Paranaense.

¹⁷ Nadalin (2001) destaca ainda que os primeiros portugueses e mamelucos que se fixaram nas regiões ao sul de Piratininga e de São Vicente habitaram a Ilha de Cotinga, na baía de Paranaguá. Para o autor, os portugueses ao conquistarem a confiança dos indígenas, disseminaram-se em sítios no continente, caçando, pescando, colhendo frutos silvestres, preparando roças de emergência e escravizando índios.

No século XVIII, após a decadência da mineração (principal atividade do período colonial), o governador de São Paulo, sentindo a necessidade de abastecer as regiões mais desenvolvidas da província, ordenou a abertura de estradas a fim de comercializar o gado proveniente do sul do país, período em que se deu a expansão da sociedade tradicional e campeira, ou seja, aqueles que se dedicavam à pecuária, como criadores e invernadores do gado vindos do Sul, cujo processo foi preparado pela ação dos bandeirantes paulistas (ABREU, 1986). A ocupação, assim, tomou a direção oeste, quando os ocupantes do litoral foram em busca de novas minas de ouro e, na diminuição desta atividade, iniciaram a exploração do pastoreio.

A sociedade campeira consolidou-se no final do século XVIII, e com isso, novos tipos de relações sociais e de produção se estabeleciam no Brasil meridional, originando uma sociedade rural apoiada no latifúndio, que retirava a fonte de seu poder econômico e político, através da exploração dos recursos da natureza (MENDES, 1988; RIBEIRO, 1989).

Na base da formação social e da diversidade econômica, os agentes sociais presentes na sociedade paranaense são definidos, por Magalhães Filho (1995), como indivíduos agrupados na defesa de interesses comuns de qualquer tipo e que agem coletivamente na sociedade para conseguir seus objetivos, atuando nas múltiplas instâncias da organização social ou à margem delas. As frações de classe do tropeirismo e da produção de erva-mate como frações de uma burguesia incipiente no Terceiro Planalto Paranaense participaram da evolução da economia do Estado¹⁸ e da formação e configuração de sua sociedade até os anos 40 do século XX.

Em termos populacionais, até o final do século XIX, o Estado contava com uma população composta de índios, negros, portugueses e várias etnias européias com interesses diversos na ocupação do território.

No processo de povoamento do território, surgem a comunidade do Norte do Paraná, fundada na economia cafeeira, e as comunidades do Sudoeste e do Oeste

¹⁸ No norte do Paraná, composto por momentos de ocupação diferenciados e dividido em três regiões: Norte Velho ou Pioneiro (1860-1925), Norte Novo (1920-1950) e Norte Novíssimo (1940-1960), a formação da cafeicultura teve um padrão fundiário específico. Corresponde à decadência da burguesia da erva-mate que partilhavam o poder e à ascensão dos novos interesses com o plantio do café no início do século XX.

fundadas na plantação de Cereais e na criação de suínos, com base no regime da pequena propriedade (BALHANA et al., 1969). Pode-se resumir que o povoamento do território paranaense teve dois momentos: o primeiro, marcado por comunidades autônomas (Fig. 1) e o segundo, pela particularidade regional de sua expansão territorial, onde é característica a rivalidade e a competição acentuada entre comunidades autônomas nas esferas econômicas, política e cultural, muito embora seja ampla a referência encontrada sobre as iniciativas de integração regional através da construção de estradas (SALVI et al., 2002).

A expansão do povoamento para oeste do estado não se processou regularmente desde a fronteira paulista (norte) até os limites de Santa Catarina. Desse modo, o povoamento do Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava foi uma passagem da frente pioneira numa região já povoada por elementos dispersos, agricultores nômades ou mesmo criadores de gado que procedem ao povoamento regular (BERNARDES, 1953).

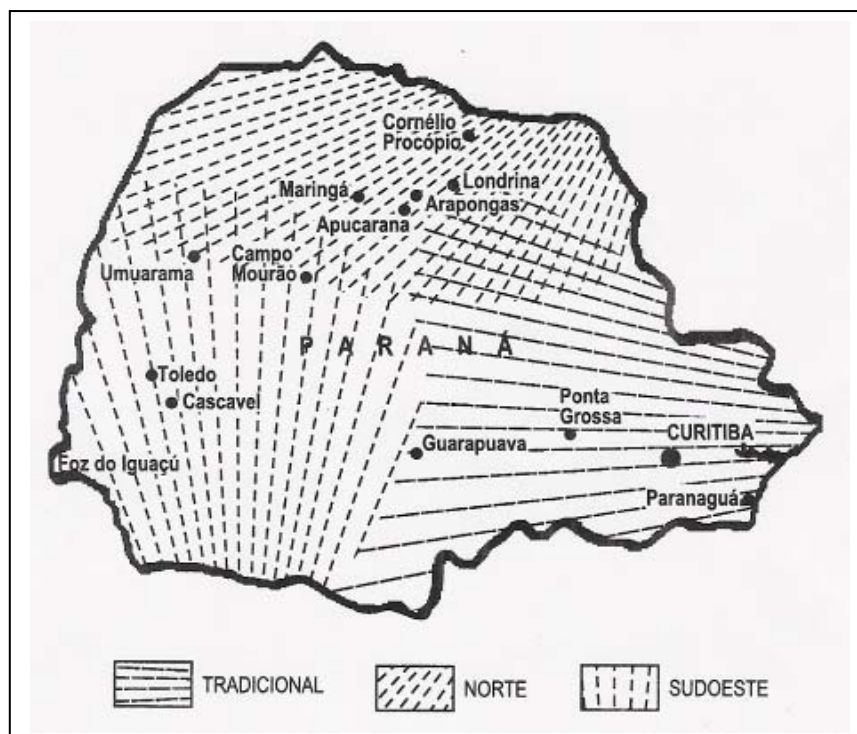


FIGURA 1 - Comunidades autônomas paranaenses

Fonte: Balhana et al. (1969).

Org.: Salvi et al. (2002)

Ainda, segundo Bernardes (1953), não se pode considerar a fundação de Guarapuava como o primeiro avanço da frente pioneira do Terceiro Planalto, pois só no fim do século XVIII foi iniciada a colonização da faixa de mata que se estende até a base da escarpa, justamente com o intuito de garantir o acesso a Guarapuava. Outros fatores influenciaram o isolamento de Guarapuava: a falta de estradas; a fundação de colônias oficiais ou particulares que não resultou um povoamento regular e, na maior parte dos casos, permanente e, ainda, os numerosos núcleos esparsos, situados a grandes distâncias dos mercados.

A Carta Régia de 1809 teve como finalidade consolidar, para Portugal, a conquista de parte do território sul-americano que pertencia à Espanha. Como determinação real, de D. João VI, informava que depois da ocupação dos Campos de Guarapuava, deveria ser fundada uma povoação, na região (SANTOS, 2005). A Carta Régia determinou a ocupação definitiva dos campos de Guarapuava através das sesmarias¹⁹ e igualmente a repartição, pelo comandante da expedição, dos terrenos devolutos em pequenas “porções” aos povoadores pobres (ABREU, 1986).

A intenção da ocupação que significava a posse de uma importante quantidade de terra com a intenção de desenvolver a criação de gado, levou em conta as condições econômicas do proprietário e a quantidade de escravos por ele possuídos (FRANCO NETTO, 2000).

O ciclo das tropas incentivaria a criação de gado que se estendeu pela região de campos naturais do Paraná, indo de Curitiba, Campos Gerais, aos Campos de Guarapuava e de Palmas, até as fronteiras do Rio Grande e Argentina (SALVI et. al., 2002).

A atividade do tropeirismo e da erva-mate favoreceu a inserção da economia paranaense e sua representação frente a outros países vizinhos e intensificou a ocupação dos campos de Guarapuava²⁰. Assim,

¹⁹ Conforme previa a Carta Régia de 1809 e que corresponde a um instrumento da coroa portuguesa para promoção da povoação, com determinadas dimensões pré-estabelecidas e que garantia o território.

²⁰ Porém, alguns fatores impediram o desenvolvimento da indústria ervateira como: a comercialização com Argentina, Uruguai e Chile, sendo que a erva era produzida pelo Paraguai em maior escala; o grande número de pessoas empregadas no processo produtivo, que prejudicou a distribuição econômica-social da Província; e, as fraudes no início de preparação do produto, prejudicando a credibilidade e a qualidade da erva (FRANCO NETTO, 2000).

a emancipação política do Paraná dá-se num momento em que começam a definir as duas frações da classe dominante local que irão disputar ou compartilhar o poder político na província e no estado federado por pouco mais de um século. De um lado, os comerciantes de gado e os grandes proprietários de terra; do outro os exportadores e, com crescente importância ao longo de todo o período, a indústria erva-mate (MAGALHÃES FILHO, 1995, p.4).

De um modo geral, o Paraná acompanha as linhas gerais de um Estado Novo. O pensamento do Estado não surgiu já plenamente constituído, apesar de preservar uma ordem comum apoiado no movimento conservador (REMÉDIOS, 1999)²¹. Ressalta-se que, segundo Remédios (1999), as elites do Paraná do período 1930-1945 não eram diferentes das que dominavam o Estado durante a República Velha, as mesmas famílias desde o período colonial continuaram no poder.

O povoamento do Terceiro Planalto pode então ser assim definido: a grande propriedade, a criação extensiva de gado e a rarefação da população. Para Fleischfresser (1988), esses fatores deram origem a três grupos: um voltado às atividades extrativistas, outro grupo voltado à pecuária extensiva e um terceiro, formado pela produção de subsistência. Dada à disponibilidade de terras, a produção pecuária foi desenvolvida em molde extensivo, cujo sistema não permitiu um setor agrícola mais desenvolvido e diversificado (BERNARDES, 1953).

Vale lembrar que a diversidade econômica e social presente na sociedade paranaense levam ao reconhecimento de territórios construídos, como diz Villa Verde (2004), cujos interesses da sociedade local podem ser percebidos nas suas instituições econômicas, políticas e sociais. Para a autora, o processo histórico imprimiu uma marca e territórios por construir, onde as identidades culturais encontram-se dispersas, abrigam interesses difusos e momentâneos, dificultando a identificação com um projeto territorial, no sentido de concentração.

Diante das características dos deslocamentos e das ocupações em todo território paranaense, na ocupação do Terceiro Planalto efetivou-se a formação de uma identidade regional e a ocupação dos Campos de Guarapuava.

²¹ Para Remédios (1999), havia uma idéia que se instalava no Brasil na década de 1930 como um culto à unanimidade em torno das idéias conservadoras, tradicionalistas e centralizadoras, exaltando as virtudes do governo de Vargas.

2.2 A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA E A FORMAÇÃO DA ELITE LOCAL²²

Particularmente, na posição operacional da nossa pesquisa, cuja preocupação permeia a interpretação das principais ações da elite local na área urbana, tomamos como encaminhamento teórico as contribuições de Bourdieu (1998) e de Gurvitch (1981). Bourdieu (1998, p.7) argumenta que

a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social.

Gurvitch (1981, p.94) aborda alguns elementos centrais para a identificação de uma classe social e que incorporamos para a abordagem sobre a elite local:

- as relações com os agrupamentos por elas integrados;
- com os agrupamentos que permanecem fora delas ou a elas se opõem;
- com os tipos de estrutura global onde as classes sociais aparecem, agem, lutam entre si;
- enfim, com as formas de sociabilidade que ai se atualizam.

A formação social de Guarapuava acompanha a evolução de um grupo que se estabeleceu como a elite local, bem como de outras pessoas que se agregaram à estrutura social e que passaram a fazer parte dos grupos sociais mais carentes, momento em que passaram a dividir o espaço numa intensa e constante luta de apropriação.

Na estrutura de Guarapuava, a elite local e suas propriedades ativas no campo político e econômico ocupam uma posição diferenciada, cujos traços são culturalmente determinados na formação socioespacial.

²² Segundo as idéias de Mills (1968), aqueles que fazem parte da elite são membros do estrato superior de uma sociedade capitalista. Também poderá ser definido em termos de critérios psicológicos e morais, como certos tipos de indivíduos selecionados, ou mesmo, constituída de pessoas de caráter e energia superiores. A idéia de elite do poder é, para Mills (1968), um esforço de delimitar as áreas sociais dentro das quais se desenrola este processo, qualquer que seja seu caráter.

As propriedades da elite local são definidas pela posição estabelecidas por relações econômicas e por relações simbólicas²³ com outros grupos sociais em todo o território guarapuavano.

As ações empreendidas no Brasil, no século XIX, para receber os imigrantes e de sua posterior utilização como mão-de-obra nas lavouras foram facilitadas no sul do Brasil pelo ambiente propiciado por uma sociedade que adquiria sua própria identidade. A identidade estava fundada na existência de dispositivos legais dispendo sobre a estratégica criação de muares, com a conseqüente e gradativa especialização da economia paranaense fundada no tropeirismo e na invernagem (NADALIN, 2001).

A origem dos latifundiários no Terceiro Planalto é resultante da estrutura governamental que assegurou a distribuição de terras e suas ações, decorrente das imensas sesmarias concedidas pelo governo português a determinados grupos para que os mesmos realizassem seu povoamento, assim como das terras sem donos, ocupadas por indivíduos que se apossaram das mesmas e que nelas dispersavam seu gado demarcando limites, tornando-se grandes latifundiários, em etapa posterior ao período do Império.

De um modo geral, o início da atividade pecuária foi, na opinião de Guimarães (1981), um período em que a sesmaria gerou um novo tipo de domínio territorial: a fazenda. Assim, a fazenda serviria como o segundo tipo de domínio latifundiário que, de início, ligou o seu nome unicamente à pecuária e, depois, serviria apenas para designar quaisquer outras grandes propriedades destinadas à agricultura. O que Guimarães (1981) enfatiza é que nem sempre a posse serviu aos grupos sociais mais carentes. Na cidade, o domínio dos grupos com maior renda se constituiu nas grandes propriedades.

²³ O simbólico é definido por Bourdieu (1989) como interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A distinção da elite local frente aos outros grupos sociais é também identificada no estilo de vida, nos valores culturais, enfim, tudo aquilo que se constitui como traço diferencial de comportamento. Bourdieu (1989, p.12) salienta: “[...] as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação que por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.

As primeiras concessões de terras em Guarapuava foram feitas a grupos que acompanharam a expedição colonizadora e para fazendeiros como forma de garantir a posse da terra²⁴.

A cidade apenas servia para encontros de festas religiosas ou mesmo encontro para decisões políticas, pois a vida dos primeiros habitantes estava ligada às atividades do campo. Abreu (1986) afirma que, além dos latifundiários que continuaram residindo em outros grandes centros, muitos enviaram para Guarapuava capatazes e gado para assegurar a distribuição de terras feitas pelo Governo Imperial quando da instalação oficial da Freguesia Nossa Senhora do Belém em 1819. Havia ainda, muitos posseiros e intrusos, formando assim, a sociedade tradicional campeira.

Dalla Vecchia (2000) reforça que, seguindo a mesma tradição da sociedade campeira dos Campos Gerais, em Guarapuava, a economia estava baseada na atividade do criatório e invernagem dos animais. Os fazendeiros da região não mostravam interesse em investir no aproveitamento de terras que não fossem campos de criatório. Assim, a atividade rentável foi o criatório e a invernagem e não o investimento na colonização de terras de matas.

O surgimento da burguesia que mais tarde iria ocupar a cidade é, em parte, resultante da sociedade tradicional campeira que se destinava à pecuária extensiva, criação e invernagem do gado. No campo, havia a população trabalhadora composta de agregados e moradores das grandes fazendas, muitas vezes itinerantes (MAGALHÃES FILHO, 1995).

A posse das terras foi reconhecida pelo governo (1822) e assim surgiram as grandes fazendas, sendo algumas divididas por herança e outras que foram desmembradas parcialmente (IBGE, 1968). Depois de distribuídas as sesmarias e realizadas muitas posses pela ocupação, a sociedade tradicional que havia se radicado em Guarapuava estabilizou-se, praticando uma lavoura de subsistência,

²⁴ O município de Guarapuava foi desmembrado de Castro. Recebeu o nome de Freguesia de Nossa Senhora de Belém em 1819, com a demarcação da povoação e da igreja. Foi elevado a categoria de Vila em 1852. Em 1859 foi criada a comarca de Guarapuava e a Vila Nossa Senhora de Belém recebeu foros de cidade em 1871.

extraindo erva-mate e tendo na pecuária extensiva sua principal fonte de renda (ABREU, 1986).

Rocha (1993) enfatiza que o continuísmo do sistema de posse e uso da terra implantado no período colonial, com a sesmaria se transformando em grande propriedade latifundiária, passou à propriedade privada, explorada pelo proprietário – pessoa física quando indivíduo, pessoa jurídica quando empresa – com poderes quase ilimitados. Para a autora, com o desenvolvimento econômico e a difusão do capitalismo, novas frações sociais passam a ter interesse na terra. Desta forma, a composição daqueles que detêm parcelas das terras agrícolas, não se apresentam de forma homogênea, existindo diferentes tipos de proprietários, tradicional ou recente, associado ou não a outras atividades regionais ou extra-regionais.

Na segunda metade do século XIX, ocorreram transformações na estrutura produtiva com a implantação das estradas de ferro e a diminuição das fazendas de criação de gado. A Lei de Terras (1850) restringiu a concessão de terras e modificou as relações de posse de terra do país em função dos interesses até então vigentes que era de formação de mão-de-obra para o trabalho nas lavouras. O objetivo era proibir a ocupação das terras que não fosse por meio da compra (FRANCO NETTO, 2000).

O contínuo desdobramento das famílias mais antigas acarretou o deslocamento de muitas pessoas em direção ao núcleo urbano, condição que deu às famílias a obtenção da renda pelo juro da venda das terras ou mesmo do arrendamento. A terra foi sendo cada vez mais subdividida, inviabilizando a prática da pecuária extensiva como nos moldes antigos (ABREU, 1986).

Vale destacar a composição da população dos Campos de Guarapuava bastante diversificada. Ao lado dos fazendeiros detentores da maioria das terras cultivadas ou ocupadas com a pecuária, os escravos foram muito utilizados em vários setores da economia paranaense. Alguns trabalhadores que não conseguiram a inserção em alguma atividade econômica na cidade permaneceram vinculados ao trabalho do campo, na condição de serviços temporários.

Embora Guarapuava tivesse uma considerável riqueza natural que permitiu durante bastante tempo a criação do gado e também o desenvolvimento da

agricultura, isso não foi suficiente para que houvesse uma forte distribuição das riquezas produzidas no campo (gado, erva-mate) e mercado consumidor, sobretudo pelo regime aos moldes feudais que a cidade foi fundada e pela não fixação da mão-de-obra empregada em tais atividades (RIBEIRO, 1989).

O lento desenvolvimento da cidade deve-se principalmente pelo conservadorismo da elite local que formava a sociedade tradicional campeira, na maioria por fazendeiros, herdeiros de sesmarias, que residiam em suas fazendas e investiam muito pouco na cidade. Consequência da evolução da sociedade campeira, o fato é que os campos de Guarapuava, como diz Franco Netto (2000, p.157) “se tornaram um paraíso de posses enormes de terras e muitas vezes fora do controle do estado, privilegiando uma sociedade enraizada num sistema patriarcal, autoritário e conservador”.

A formação e o desenvolvimento do Terceiro Planalto ligados às atividades econômicas tradicionais, tropeirismo e erva-mate, deixaram marcas em toda mesorregião Centro-sul, presentes nas relações políticas e sociais que se estenderam a muitos municípios. Nesse quadro, dá-se a formação do espaço urbano de Guarapuava e os demais fatores que o caracterizam como um espaço desigual.

A origem da elite local foi, então, formada pela aristocracia campeira pelo domínio político e econômico no século XIX, tornando-se significativa para a realidade urbana pelas interações com a vida política, econômica e cultural de caráter hegemônico²⁵.

Como enfatiza Daniel (1988, p.30), “as elites locais são porta-vozes de uma primeira modalidade de poder social. Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro”.

A identidade de Guarapuava passa, então, a ser entendida pela importância da elite local e dos diferentes interesses na organização do espaço urbano. A

²⁵ A hegemonia é estabelecida para Gramsci (1995) por um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa direção que promove a valorização da hegemonia por meio de um conjunto de atividades culturais, morais e ideológicas instauradas por meio do consenso, cujo espaço é o espaço da sociedade.

desigualdade gerada pela riqueza do tropeirismo fez surgir uma hierarquia entre os fazendeiros, diferenciada pelo poder econômico que deu maior prestígio aos mais ricos e que, por esta razão, dominavam o poder político local, detendo os mecanismos legais de articulação político-econômica (DALLA VECCHIA, 1999). A dominação político-econômica ocorreu no advento do tropeirismo no século XIX. O fazendeiro pecuarista era a figura central das redes de interdependência da época e se manteve no poder político legitimado pela sociedade (SILVA, J., 2002).

As interações da elite com a economia, com a política e com os aspectos culturais, tiveram efeitos diversos como produção de valores morais e simbólicos em todo município e especificam a origem do poder no espaço urbano. O exercício do poder da tradicional sociedade campeira foi possibilitado, conforme Silva (2002), pela apropriação e/ou criação de instituições locais de prestígio, localizadas na área central da cidade e pelos cargos de importância ocupados por seus integrantes em um contexto social e espacial profundamente marcado por relações pessoais. As instituições mantidas sob o controle desse grupo detentor de um código de condutas estabeleceram uma dupla relação entre as práticas individuais e uma regulação estabelecida pela própria instituição, acolhendo indivíduos que participam de seus códigos morais e excluindo os demais indivíduos, vistos como indesejáveis ou não adequados para ocupar uma determinada posição na instituição. Silva (2002) aponta para a constituição e redefinição da auto-imagem dos grupos que simultaneamente promoveram o processo de verticalização, apropriando-se dela para reelaborar seus valores e significados através da produção material e que fizeram propaganda de empreendimentos urbanos modernos até o final dos anos de 1980.

Na política urbana, a elite local composta por representantes políticos tradicionais e conservadores revezam no poder há anos²⁶. Atuam como aquilo que Debord (1997) interpreta como o agente da separação na organização do espaço urbano.

A elite, assim, causou impactos na urbanização, percebida nas diferenças entre o centro e a periferia, estabelecendo uma relativa capacidade para resolução dos conflitos na produção habitacional, intermediando interesses para garantia da ocupação de um grupo de alta e de um grupo com baixa renda, enfim, predominante

²⁶ A análise política do território foi desenvolvida por Silva (2005).

para edificar a base do território. Algumas ações locais e pontuais desenvolveram-se na área urbana como o mutirão para solução dos problemas da comunidade e o desenvolvimento integrado; caracterizados pela abertura de ruas, patrolamento e cascalhamento, abertura e recuperação de bueiros, construção e recuperação de pontes, recuperação de prédio escolar, extensão da rede de distribuição de água, instalação de iluminação pública, além de atendimento médico, remoção de famílias e concessão de títulos de propriedade em ocupações.

Como elemento determinante na construção do cenário urbano, a elite local fez valer a dominação pelo carisma, exercida pelo grau de proximidade com grupos sociais mais carentes, ou seja, aqueles que exercem sobre a sociedade além da dominação econômica, a dominação política e também cultural. Vindo ao encontro dessas idéias, as bases da dominação atinge aquilo que Weber (1989, p.59) define como

[...] a dominação organizada necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão [...] A obediência funda-se, antes, em duas espécies de motivo que se relacionam a interesses pessoais: redistribuição material e prestígio social.

Desta forma, a elite local construiu suas bases onde há lugar de destaque, criando seus espaços de representação e utilizando-se dos meios de comunicação para reiterar as condições ideais de gestão, fato que se observa na divulgação das páginas dos jornais locais, ora para apresentar novos projetos ou novos programas municipais, ora na divulgação da captação dos recursos, ou mesmo, na prestação de contas para a população.

A elite local atuou em momentos oportunos para a população empobrecida, num padrão clientelista e organizado pela força política dos seus representantes. As obras financiadas tiveram como objetivo o embelezamento e a higienização da área central, sendo importante para os anseios da elite local que já ocupava grande parte dos setores mais bem estruturados, facilitando em alguns setores de bairros, a valorização fundiária.

A elite local em Guarapuava tem um caráter institucional que procurou monopolizar o território pelos seus instrumentos de dominação para uma sociedade frágil e acostumada a ser governada por esse grupo social.

É possível perceber como as decisões no plano político influenciaram a geração das desigualdades espaciais e geraram conflitos. Enfim, a política urbana municipal desencadeou a fragmentação do espaço urbano e contribuiu para a segregação socioespacial.

2.3 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Talvez seja na vida urbana paranaense onde se encontra a maior soma de diferenças sobre a vida em geral de outras regiões brasileiras. Ou antes, na vida urbana é que essas diferenças assumem uma cor mais viva e isso simplesmente porque a cidade é, em certo sentido, uma síntese ou uma concentração de influências que no campo são entrevistas per si ou isoladamente. A cidade encarna melhor e mais prontamente as reações humanas reflexas de determinado espaço geométrico e suas condições peculiares a toda uma região (LINHARES, 2000, p.27).

Na formação do espaço urbano de Guarapuava é possível identificar a demarcação de espaços de dominação como na área central e da evolução urbana caracterizada pela ocupação gradativa da periferia. O início da organização do espaço urbano está ligado à influência de um plano de urbanização e das sucessivas intervenções do poder público local.

Nessa ótica, Lefebvre (1991, p.60) destaca que “a estrutura social está presente na cidade, e aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem”. A estruturação do espaço urbano é decorrente da distribuição de terras na região, do forte poder da Igreja em sua formação e da intervenção do poder público que normatizou o uso do solo, em decorrência do crescimento populacional.

A dominação política foi assegurada na relação entre a cidade e o campo, não sendo totalmente superada pelas transformações no sistema produtivo ao longo dos anos.

Na Carta Régia (1809) foram traçadas normas quanto à conduta de brancos e de índios e também a orientação do traçado das edificações que seriam construídas, assim como acentuada a preocupação para a preservação das riquezas naturais próximas à freguesia.

A Igreja foi responsável por escriturar os livros de registros do patrimônio religioso, delimitar as imensas áreas dos sertões que a paróquia abarcava, determinar a área da sede do povoado e promover o aproveitamento e a divisão das terras no período inicial do núcleo urbano. A concessão das chamadas datas do rocio foram gratuitas e, com o tempo, as concessões passaram a ser sob forma de aforamento, que significava um aluguel da terra, com vencimento anual, cujo objetivo era a obtenção de rendas ao município (SILVA, J., 1995)²⁷.

A cidade de Guarapuava seguiu o desenvolvimento da maioria das cidades de colonização portuguesa, marcada primeiro pela instalação da capela e, posteriormente, pela formação da vila. A estrutura social corresponde aos antecedentes históricos ligados, principalmente, à forma como se deu a ocupação da terra, ou seja, à expansão da sociedade tradicional campeira, possuidora do capital e de parte da população marcada por dificuldades econômicas.

De acordo com Balhana et al. (1969), moradores pobres dos Campos Gerais mudaram-se para os Campos de Guarapuava com a família (século XIX), recebendo pequenas porções de terra no entorno da vila. Os grandes fazendeiros que obtiveram grandes extensões de terras continuaram a residir no Segundo Planalto, passando pouco tempo em Guarapuava. O proprietário latifundiário beneficiou-se de todas as etapas para obtenção de terras, apropriando-se das áreas nas quais poderia se dar a expansão urbana.

Inicialmente, foi construída a Igreja Nossa Senhora do Belém, em 1829, conforme determinava a Carta Régia. Em seguida, o surgimento da Vila, a partir de um Plano de Urbanização (Fig.2) elaborado pelo Padre Francisco Chagas que integrou a Real Expedição Colonizadora de Guarapuava na condição de Capelão.

²⁷ Ressalta-se que a concessão de áreas do rocio permaneceu há bastante tempo, mesmo depois da aprovação da Lei de Terras em 1850. Com a suspensão das Sesmarias, em 1822, a ocupação ilegal da terra assumiu proporções consideráveis, a tal ponto que passou a ser considerada como um modo legítimo de aquisição de domínio (ABREU, 1986, p.59).

Muitas circunstâncias levaram-no a fundar, juntamente com o Comando da Expedição, a freguesia que mais tarde deu origem a Guarapuava²⁸.

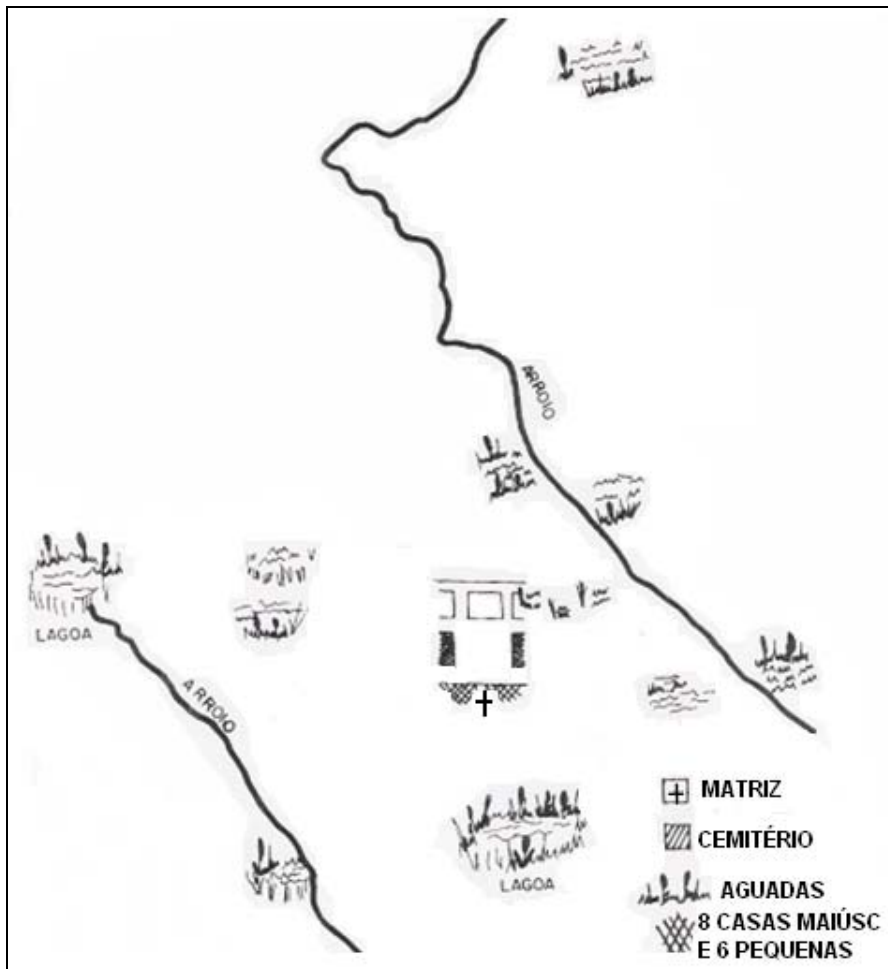


FIGURA 2 – Planta de Guarapuava de 1821, segundo descrição do Padre Chagas

Fonte: Abreu e Marcondes (1992, p.28)

O Plano de Urbanização ficou comprometido pela carência de materiais próprios para a construção das casas e das ruas que foram predefinidas. Contudo, as casas, ao serem construídas, deveriam atender a determinados padrões como: construção em pedras ou taipas de pilão ou mesmo firmadas sobre esteios de

²⁸ O plano de urbanização do Vigário Francisco Chagas estabeleceu que a largura das ruas seria de 100 palmos – 22 metros – e das quadras, 80 braços de lado. O ponto gerador foi a Igreja, de onde deveriam descer três ruas na largura de 80 braços (DALLA VECHIA et al., 1989, p.18).

madeira de cerne, cobertas de telhas. A povoação deveria ter altura inferior a 3,30 metros (PLANO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO, 1969).

O Padre Chagas foi quem primeiro redigiu a cartografia das terras de Guarapuava que foram distribuídas em chácaras e sesmarias aos chefes de família povoadores e as chácaras em derredor com campos e matos incultos (BISCHOF, 1973). A descrição da cidade evidencia que a Igreja e o comércio foram os elementos que geraram a diferença no plano. Segundo as observações de Peluso Junior (1953), que estudou algumas cidades em Santa Catarina, a Igreja dirigiu o plano e as ruas foram traçadas de maneira a se manterem mais ou menos paralelas às faces da praça, que fica na zona central do agrupamento.

No entorno ao núcleo urbano inicial existia uma área concedida pela União, chamada de Rocio, cuja gestão era de competência do município e de suas autoridades, dos vereadores aos juízes. Nesse momento, ocorre a distribuição de terras feita pela Igreja e pelo Estado. Como destaca Abreu (1986, p.59), no núcleo urbano “as posses foram determinadas pela conquista e pela expansão da sociedade campeira, que fizeram transferir uma população que no início da colonização fora muito restrita, mas logo se avolumou impulsionada pelo sucesso da pecuária e da extração da erva-mate”.

Acentua Tembil (2004) que a característica da Freguesia de Belém era de uma imagem urdida pelo cenário do povoado, portanto, o aspecto que se observava na vila em seus primeiros tempos era uma configuração modesta e pacata de seu cotidiano.

Em 1852, o pequeno povoado foi elevado à vila. Um ano depois, momento em que o Paraná se desmembrou de São Paulo, foi instalada a Câmara Municipal de Guarapuava, composta, em sua maioria, por fazendeiros. Nesse momento, podem ser observadas as primeiras preocupações da Câmara Municipal com o crescimento urbano e com as características da expansão, ao recomendar a construção de casas de alvenaria na área central, proibindo outro tipo de construção. Conservando os mesmos hábitos dos tempos coloniais, o fazendeiro de gado também possuía uma casa na vila (depois cidade), mas residia na fazenda, cercado pelos peões que eram os agregados e escravos (ABREU, 1986).

O progresso advindo após a condição de Vila e a existência de uma Câmara Municipal deveu-se aos reflexos do desenvolvimento local atingido em função da inserção da região no caminho das tropas, que partiam do Rio Grande do Sul e passavam por Guarapuava, trazendo gado para as feiras paulistas, em especial, a de Sorocaba (SILVA, W., 1999). Em 2 de maio de 1859, foi criada a Comarca de Guarapuava e, em 12 de abril de 1871, pela Lei Nº 271, a Vila Nossa Senhora do Belém recebeu foros de cidade.

Salienta-se que o tratamento dos grupos sociais mais carentes em Guarapuava e as práticas sanitárias do poder público local são conhecidos desde o final do século XIX, como mostra a pesquisa de Olinto (2007)²⁹. A lepra foi tratada como desordem, impureza, deformidade em um processo sempre em relação a uma suposta normalidade perfectível de atributos esperados e desejáveis em um grupo, transformando a sua visibilidade em um problema (OLINTO, 2007). Nesse caso, a noção de pureza é uma ordenação da sociedade de Guarapuava, enquanto a anomia, conseqüentemente, é a demarcação do local da impureza.

Para a autora, “desde o final do século XIX encontram-se textos sobre a lepra, os ‘leprosos’ e a construção de um lazareto nos jornais de Guarapuava e nas atas da sua Câmara Municipal. Entretanto o assunto apresentava-se fragmentado, surgindo para logo desaparecer das páginas” (OLINTO, 2007, p.36).

O núcleo urbano expandiu-se em torno da Câmara Municipal, da Cadeia Pública e da Igreja matriz. O fazendeiro de gado e sua família somente vinham à vila (cidade) em ocasiões especiais: festa da padroeira, batizados, casamentos ou mesmo para votar ou realizar negócios (ABREU, 1986).

Segundo Franco Netto (2007), o crescimento da população no período entre 1828 e 1840 tem como fatores os deslocamentos expressivos para a localidade relacionados às especificidades de área de fronteira e ofereciam condições para que a população tivesse novas oportunidades para desenvolver suas atividades e

²⁹ Segundo Olinto (2007, p.40), “Ainda em 1898 a Câmara votou um projeto que fornecia uma verba de 1:000\$000 (um conto de réis) para o isolamento dos “leprosos” e prometia medidas para impedir o fluxo desses doentes ao município. Destaca-se, aqui, que legislar sobre essas pessoas era definir o seu isolamento e impedir que outros doentes viessem de fora do município”.

criavam as condições mínimas de infraestrutura, mesmo considerando os poucos recursos do governo.

O município de Guarapuava era bastante extenso, começando seu desmembramento no ano de 1877³⁰. Abreu (1986) defende a idéia de que a grande extensão territorial de Guarapuava dificultou a comunicação e facilitou a pouca densidade populacional. Tal fato pode explicar o surgimento dos latifundiários e de muitos posseiros e intrusos.

Mesmo frente ao aumento demográfico e ao fortalecimento econômico e político da região durante o auge da atividade tropeira (século XIX), o núcleo urbano apresentou um fraco dinamismo interno (SILVA, J., 1995). O fraco dinamismo interno pode ser explicado pela dependência das atividades rurais como agricultura de subsistência e criação de gado que “não constituem atividades rentáveis o que, por conseguinte, não possibilitava uma vida mais confortável como a que se dera em outros centros” (Tembil, 2004, p.43), bem como a existência de um fraco um mercado consumidor.

Tembil (2004) ressalta que a posição insular de Guarapuava foi em parte superada quando, em 1845, foi aberta a estrada de integração, por meio do caminho das missões. Para essa autora,

A partir das atividades vinculadas ao tropeirismo, muitos fazendeiros, que não dispunham de “capital mobilizável” apesar de possuírem gado, terras e escravos, enriqueceram com o comércio das tropas, os aluguéis das internadas e outros serviços, formando as primeiras fortunas guarapuavana. Essas fortunas, por seu turno, dinamizaram e diversificaram a economia de Guarapuava, refletindo diretamente nas formas de organização da vida cotidiana (TEMBIL, 2004, p.101).

³⁰ A grande extensão territorial do município começou a ser desmembrada a partir de 1877. Em 1892 foram criados os distritos de Pinhão, Reserva e Cavernoso. Em 1910, surgiram os distritos de Guarapuavinha, Campo Real, Colônia Mallet e Foz do Iguaçu. Em 1913, Candói, em 1917, Palmeirinha e, em 1920, Campo Mourão. Da sua grande área foram criados os municípios de Palmas, União da Vitória, Mangueirinha, Paulo Frontin, Cruz Machado, Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capanema, Prudentópolis, Foz do Iguaçu, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Campo Mourão, Peabirú, Araruna, Cruzeiro do Oeste, Rondon, Guaraniaçu, Cascavel, Guairá, Toledo, Catanduvas, Corbelia, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, sendo este último desmembrado Pinhão e Inácio Martins (PLANO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO, 1969), Ainda Candói, Turvo, Cantagalo, Palmital, sendo por último desmembrado o município de Campina do Simão (1996). O município atualmente está assim dividido: Distrito Sede de Guarapuava e Distritos da Palmeirinha; Guairacá, Colônia de Entre Rios, Guará e Atalaia.

O tropeirismo permitiu o acúmulo do capital e gerou uma competição comercial local. Abreu (1986, p.116) chegou à seguinte classificação da população na época:

- a) Classe Alta: formada pelos ricos proprietários e tropeiros;
- b) Classe média: representada pelos fazendeiros que não auferiam grandes lucros financeiros;
- c) Classe Baixa:
 - 1- Agregados: trabalhadores livres, mas subordinados economicamente ao fazendeiro. Contudo, sua posição social era mais elevada que a dos escravos.
 - 2- Escravos: massa servil que ocupava o degrau mais inferior da escala social.

A atividade econômica e interna, baseada na produção da agricultura e na criação e comercialização de animais, promoveu o suporte para outras áreas voltadas ao comércio exterior, tendo como base a escravidão e o trabalho familiar. As características da população se relacionam com a propriedade de terras, senhor, escravo, agregados e, por um determinado tempo, há participação da população indígena local, sem falar do processo de miscigenação (FRANCO NETTO, 2007).

Algumas modificações no núcleo urbano verificaram-se apenas no que diz respeito à estética do traçado das ruas e da padronização das edificações. O código de posturas foi ratificado em 1874, trazendo novas configurações ao padrão das casas, bem como foi obrigatório o calçamento em frente às residências (TEMBIL, 2004).

Em 1900, começaram as construções de casas de tijolos. As casas de madeira eram predominantes quando, em 1925, a Câmara Municipal definiu um novo padrão para as casas do anel central, sendo liberada somente a construção em alvenaria.

A preocupação com a organização da área central, e seu significado para a elite, induziu o poder público municipal a promover, em 1919, o isolamento dos doentes, não se reconhecendo, portanto, a necessidade de tratamento ou de um sistema de atendimento, já que os doentes representavam perigo à sociedade (OLINTO, 2007).

A riqueza natural permitiu a criação do gado e a expansão da agricultura, porém não foi suficiente para que a cidade de Guarapuava desempenhasse o papel da distribuição e do mercado. A não fixação da mão-de-obra empregada em tais atividades deve-se também ao regime nos moldes feudais em que a cidade foi fundada (RIBEIRO, 1989).

Vale lembrar que

No início da povoação até o advento do tropeirismo, a sociedade não era praticamente diferenciada. Assim, os níveis de riqueza não produziam estratificação social perceptível. As fazendas eram distantes e dispersas, e a vila agrupava um pequeno número de casas [...]. A transformação na estrutura da sociedade, baseada nas diferenças de poder aquisitivo, só ocorreu com a abertura do Caminho das Missões a partir da segunda metade do século XIX, com a prática do tropeirismo, responsável pelo enriquecimento dos fazendeiros que formaram as primeiras fortunas. Esses antigos fazendeiros possuíam muitas terras, gado e escravos, mas pouco capital monetário disponível (DALLA VECCHIA, 2000, p.209).

No final do século XIX e início do século XX, ocorreu a crise do tropeirismo e a migração rural-urbana foi intensificada. A crise do tropeirismo levou muitos fazendeiros a venderem suas terras por preços irrisórios; pois, não havia mercado. O município de Guarapuava ainda estava à espera de uma colonização efetiva, com mentalidade mais evoluída sobre culturas agrícolas (ABREU, 1986).

A cidade, que já era considerada isolada das demais, passou por um período de decadência, pois a atividade tropeira e o cultivo da erva-mate não fixaram o capital suficiente. A comercialização era feita em Curitiba e Ponta Grossa, sobretudo, pela dificuldade de integração que Guarapuava tinha com outros centros mais dinâmicos³¹.

Novos contornos foram dados ao desenvolvimento econômico local na década de 1930, associado às ações do poder público local, na tentativa de promover o desenvolvimento econômico e garantir a organização da cidade pela separação dos grupos considerados civilizados (grupos com maior renda, imigrantes) e grupos não-civilizados (doentes e trabalhadores das fazendas). O

³¹ Como enfatiza Tembil (2004), a estrada de ferro representava, além da assimilação da vida moderna, uma maneira de nascimento de muitas cidades, por permitir maior integração.

projeto de colonização elaborado pela prefeitura municipal, conforme Olinto (2007), pretendia implementar nova ocupação ao chamado rocio em torno da cidade, com fins de fornecer gêneros alimentícios à população urbana e promover a (re)ocupação das terras da região por colonos europeus, por meio da construção de vias férreas e estradas que ligassem o município ao Estado, investimento no saneamento e regulamentação do espaço urbano.

A desagregação da sociedade em grupos, o crescimento desorganizado e sem restrição às ocupações permitiram uma produção diferenciada do espaço e a ocupação urbana em saltos, resultantes de um desenvolvimento econômico desigual, no qual o espaço foi sendo apropriado de acordo com a renda e com a atenção do governo local na área central, sem falar dos financiamentos dos governos estadual e federal que ao longo dos anos ajudaram estruturar as áreas periféricas.

As condições históricas e com caráter opressor de acesso à área central forçaram o contingente de pessoas empobrecidas, trabalhadores rurais e mal pagos e trabalhadores urbanos pouco qualificados a migrarem para longe da área central e contribuíram para limitar a expansão das áreas urbanas, impedindo ou mesmo retardando o acesso à cidade aos grupos que não faziam parte da elite, formada principalmente pelos latifundiários. A estrutura econômica e as heranças de uma sociedade tradicional participam tanto do processo de reprodução do capital gerado do campo como da estruturação do espaço urbano.

A base da sociedade tradicional transferiu para a cidade um modo de vida semelhante a que foi produzida no campo. De um lado os casarões melhores localizados na área central e, de outro, ocupações dos grupos mais carentes que ainda se mantêm, não como nos tempos antigos; mas como resultado de uma diferenciação intraurbana que havia se estabelecido.

O crescimento populacional levou os efeitos variados para a ocupação urbana, provocando a especulação da área central e incentivando o surgimento de vários loteamentos e ocupações distantes do centro. A ocupação urbana foi construída com bases definidas em padrões de assentamentos bastante carentes, associada à ocupação dos espaços públicos e privados. Grande parte da população

vê-se excluída do acesso e dos mecanismos legais e existentes no âmbito da cidade.

A ocupação teve como direção a disponibilidade de extensas áreas disponíveis em vários sentidos, alvo para produção de loteamentos em terras pertencentes às famílias tradicionais ou mesmo em terrenos que foram desapropriados pela prefeitura municipal para fins de implantação dos conjuntos habitacionais populares.

A sociedade urbana em Guarapuava, resultante do processo de crescimento, urbanização e mudança, apresenta-se, estruturalmente, como destaca Faria (1991), como uma sociedade complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, unificada, mas heterogênea e, sobretudo, profundamente desigual. O aumento da população torna presente a concentração espacial, produzindo além dos efeitos mais incisivos na habitação, a carência em infraestrutura³² e as dificuldades de acesso à cidade.

Foi assim se construindo uma cidade do direito por aqueles grupos sociais que faziam parte da elite campeira e uma cidade dos grupos sociais mais carentes com pouco acesso às áreas melhores equipadas, compondo os núcleos de ocupação.

No contexto paranaense, no início do século XX, o Estado teve um expressivo crescimento populacional que ocupou parte das áreas florestais, passando a exploração da erva-mate e da madeira, principalmente em Guarapuava e Ponta Grossa (LUZ, 1980). A atividade madeireira em Guarapuava e Ponta Grossa (década de 1940) colocou os dois municípios em posição de destaque na economia paranaense, tendo efeitos semelhantes na estrutura social e espacial.

³² A infraestrutura é entendida como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas correspondente aos aspectos social, econômico e institucional. No aspecto social, a infraestrutura visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. Quanto ao aspecto econômico, deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, ou seja, a produção e comercialização de bens e serviços. Por último, o aspecto institucional, a infraestrutura deve propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas entre os quais se inclui a gerência da própria cidade (ZMITROWICZ e DE ANGELIS NETO, 1997).

No curso do crescimento populacional, o fluxo de imigrantes que chegaram em Guarapuava em 1951, colocaram-na em nova posição econômica no Estado, além de trazer mudança na relação campo-cidade.

2.4 AS NOVAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE: A MADEIRA (1940) E OS IMIGRANTES (1951)

A atividade madeireira intensificada nos anos de 1940 favoreceu o desenvolvimento econômico da região e, particularmente, contribuiu para as características da urbanização, marcada pela diferença na ocupação do espaço, segundo a renda dos grupos. Surgiram atividades como a transformação do produto primário, comércio e o desenvolvimento do setor educacional, saúde, recreação, serviços e outros setores.

Na década de 1940, juntaram-se à elite local os produtores da madeira que, também atuaram como atores políticos e formaram redes sociais de interesses (SILVA, M., 2005).

Para Tembil (2004), a atividade na região, contribuiu para uma nova feição material, significando não só o rompimento com o ostracismo que marcou a vida guarapuavana em seus primeiros tempos, como também a entrada do município em sintonia com os discursos que se faziam hegemônicos no que tange à experiência da modernidade. Nessa direção,

[...] o advento da madeira, mesmo sendo de caráter exploratório, marcou na cidade a expansão do comércio e, conseqüentemente, o crescimento urbano à medida que acabou por criar além de uma nova elite, uma outra camada de consumidores composta por operários, técnicos e gerentes, o que resultou na estimulação do setor terciário. Portanto, não seria exagerado afirmar que a madeira acabou por urbanizar Guarapuava, na proporção, inclusive, em que forçou o incremento das vias de transporte para sua circulação (TEMBIL, 2004, p.123).

De um modo geral, a estruturação do espaço urbano-regional responde ao desenvolvimento concentrado do capital oriundo da atividade madeireira, sendo

conduzido por pequenos grupos monopolistas que provocaram uma forte concentração de renda e definiram o perfil econômico de Guarapuava, estreitando as relações com outros municípios³³.

Paralelamente à atividade madeireira, também a continuidade da extração da erva-mate foi responsável por grande parte das exportações e da produção do campo, contando ainda com a ocupação inicial de alguns imigrantes.

A Tabela 1 mostra a superioridade das atividades setoriais diversas entre 1915-1974 em relação à madeira, embora o ramo madeireiro esteja distribuído pelo setor primário e secundário (extração de madeira, serrarias e beneficiadoras) e terciário (escritório e depósitos).

Até 1950, os principais itens de exportação em Guarapuava estavam constituídos por erva-mate, gado bovino, suínos, couros, banha, toucinho, mel e cera. As indústrias, por sua vez, não encontravam disponibilidade de energia elétrica para sua instalação, além da carência dos meios de comunicação e do transporte dos seus produtos.

Esse conjunto de circunstâncias colocava a economia da mesorregião Centro-sul paranaense no mesmo nível da atividade industrial do restante do Estado, considerada como pré-industrial, de beneficiamento primário de algumas matérias-primas da agricultura e da extração florestal (FERNANDES, 2003).

³³ Segundo Luz (1980), de 1941 até 1964, as firmas madeireiras instaladas em Guarapuava adquirem grandes porções de madeiras, por compra feita a diversos proprietários, não só de pinheiros e de outras madeiras de lei, como também grande quantidade de alqueires de terra. Os industriais compradores pertenciam a firmas madeireiras sediadas em locais diversos, inclusive em Ponta Grossa.

TABELA 1 – Atividades setoriais e de madeiras em Guarapuava (1915-1974)

Atividades / ano	Primária	Secundária	Terciária	Madeireira
1915-1919	-	1	83	-
1920-1924	-	17	184	-
1925-1929	-	3	194	-
1930-1934	-	17	128	-
1935-1939	-	49	263	6
1940-1944	-	82	427	24
1945-1949	155	106	541	44
1950-1954	421	89	779	86
1955-1959	8	142	986	43
1960-1964	-	113	1161	51
1965-1969	-	106	1435	39
1970-1974	-	118	1932	63
Total	584	843	8113	356

Fonte: LUZ (1980, p.202)

Org.: Autor, 2008

A partir de 1945, a matéria-prima florestal passa a ser obtida na região de Guarapuava e industrializada em Ponta Grossa que apresentava facilidade de escoamento dos produtos com a utilização da ferrovia e de comunicações a partir deste município (FERNANDES, 2003).

O ramo industrial madeireiro, que impera a partir de 1950, impulsiona a economia da região guarapuavana, que se torna beneficiada, pois, as firmas estabelecidas, além da exportação da madeira dedicavam-se também, em alguns casos, a outras atividades industriais, proporcionando maior número de empregos. Cumpre ressaltar o incentivo local, como a isenção de impostos em Guarapuava para indústrias novas. Somente entre 1955-1959 foi maior o número de firmas industriais, tendo em vista que a política municipal não permitia a instalação de mais de um estabelecimento industrial para produtos iguais ou similares de outra indústria já existente (LUZ, 1980).

Algumas mudanças nos rumos da economia regional na década de 1950 atingiram o perfil populacional da mesorregião Centro-sul, apesar do aumento da população não se fazer mais notável nas cidades de origem mais antiga, mas em direção às terras recém-descobertas (PADIS, 2006).

Desse modo, até 1960 não se desenvolveu um setor agrícola mais diversificado, pois o potencial de acumulação gerado pelas atividades extrativas foi em parte transferido para o setor externo, via exportação *in natura* ou

semibeneficiados, e outra parte foi dirigida para o setor industrial ou de serviços na capital (FLEISCHFRESSER, 1988).

Num contexto mais amplo de dinâmicas regionais, o crescimento da atividade madeireira aliada, na seqüência, à intensificação do fluxo migratório resultante da vinda dos Suábios do Danúbio (1951) com apoio financeiro e técnico da Suíça e estimulado pelo governo brasileiro e paranaense, criaram um padrão de produção diferenciado que concentrou renda, permitindo uma organização própria das aldeias que preservaram os nomes das fazendas (Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia) (MARCONDES, 1998).

Os imigrantes são considerados o grande diferencial para a inserção econômica de Guarapuava no Estado. Compunham-se de famílias descendentes de alemães, iugoslavos, romenos e húngaros. Do Rio Grande do Sul e Santa Catarina vieram descendentes de alemães e italianos, de São Paulo e de outras cidades do Paraná (descendentes de japoneses), ajudando para que nas décadas de 1960 e 1970, houvesse uma modificação substancial na vida da cidade, uma vez que implicou transformações nas bases produtivas e na posse da terra que, até então, fundava-se na relação “latifundiário-proletário rural” (TEMBIL, 2004; SILVA, M., 2005). Antes disso, porém, outros imigrantes já haviam se fixado na região, como os poloneses, ucranianos, russos e holandeses (SILVA, M., 2005).

O grupo de imigrantes ajudou manter certo distanciamento entre a população local do seu meio comum, não só em relação à cultura, mas, sobretudo na moradia, mantendo assim, um pouco da estrutura da sociedade tradicional campeira.

A chegada dos elementos imigrantes em Guarapuava, na década de 1950, facilitou para uma nova composição étnica e cultural da sociedade de origem campeira. Silva (2002) aponta que ocorreram distintos processos de integração social, cujas evidências da baixa integração se associam ao rápido crescimento econômico dos imigrantes, diferente do processo lento de crescimento da sociedade tradicional campeira.

Assim, os imigrantes não são considerados integrantes de um mesmo grupo social ligado à elite local devido os aspectos de ordem política, afetiva, moral, cultural e até religiosa (ABREU, 1986; MARCONDES, 1998)³⁴.

Cumprir observar que,

Os suábios mantiveram-se isolados, criaram sua própria estrutura social na região, sustentaram seus elementos de identidade cultural em relação aos da sociedade campeira. Essa resistência se baseou, em grande parte, pela constituição de sua auto-imagem de superioridade em relação aos “*atrasados*” fazendeiros da região. Os imigrantes de origem germânica se reconheciam e eram reconhecidos socialmente como o grupo que dominava as novas técnicas agrícolas, constituindo-se em elemento do progresso e, além do mais, garantiram certa independência econômica, já que suas fontes financiadoras eram federais e do exterior (SILVA, J., 2002, p.20).

A agricultura mecanizada e intensificada, as comunicações com outras regiões do Estado pelo advento da estrada de ferro (1952) e o asfaltamento da BR-277, que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, não significaram crescimento econômico local nem atrativo para a industrialização, como ocorreu nesse período no oeste paranaense (ABREU, 1986). Os trabalhadores rurais, que não eram proprietários latifundiários e que viviam na cidade, obtinham renda somente das atividades que exerciam no campo, sem estímulos e bastante explorados. Em 1951, foi fundada a Cooperativa Agrária, na Colônia Vitória, visando à estruturação das atividades agrícolas, possibilitando uma organização diferenciada para produção e comercialização da produção, diferente do período da criação de gado.

De um lado, a agricultura apresentava sinais de crescimento na década de 1950 com a mudança do uso e posse da terra e a adoção de inovações tecnológicas, decorrentes do capitalismo financeiro que provocou o incremento e gerou maior fluxo de capital para a região, possibilitando a utilização das terras com maior lucratividade (ABREU, 1986). Esse alargamento das fronteiras agrícolas atraiu contingente populacional de outros estados. De outro lado, havia a presença dos

³⁴ Não se constitui nossa preocupação discutir como se configuram as instituições locais em Guarapuava. Essa discussão foi realizada por Silva (2002), que observa como as instituições locais se constituem em recursos de controle social e ao mesmo tempo ratificam a estrutura social existente, na medida em que os contatos constantes que ocorrem fortalecem os laços e os valores sociais de seus integrantes.

minifúndios, predominantemente formados por grupos de baixa renda e com poucos recursos para o desenvolvimento das atividades primárias. Esses grupos eram compostos por força de trabalho familiar, num processo menos intenso para a integração com a produção mercantil.

As transformações econômicas e sociais, ocorridas na mesorregião centro-sul após a década de 1960, modificaram as estruturas sociais e políticas da região pela demanda de produção e de circulação das culturas que se desenvolveram no campo e atingiram novas formas de integração entre o campo e a cidade.

Apesar dos desmembramentos que ao longo dos anos ocorreram no município de Guarapuava, é praticamente fraco o desenvolvimento das cidades que compõem a mesorregião Centro-sul, que ainda mantêm a economia predominantemente rural e concentrada no latifúndio. Como transformação na produção do espaço, verifica-se que, se até o final de década de 1950, a paisagem era de ruptura do espaço rural, no final dos anos de 1960, a paisagem era constituída por vazios urbanos entre o quadro urbano primitivo e os novos loteamentos (SILVA, J., 2002, p.97). Ademais,

O espaço urbano de Guarapuava, durante longos anos, sofreu fraca interação com os imigrantes de origem suábica, embora haja registro de algumas atividades urbanas desenvolvidas por eles. A cidade passou a ser majoritariamente o local de moradia dos grupos de proprietários fazendeiros, tanto dos descendentes da sociedade campeira, como dos imigrantes desagregados e de outros grupos sociais dependentes da produção rural, como os comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores rurais volantes. Os habitantes urbanos fortemente ligados ao meio rural mantêm relações sociais que tomam uma fisionomia própria, mesclando elementos da modernidade, na qual predominam as relações de capital, indiretas e burocráticas com as relações face a face, afetivas, próprias do tradicional meio rural forjado pela sociedade campeira. Embora o fator econômico seja importante na composição do poder e da estratificação social, estão presentes na sociedade de Guarapuava outros fatores de regulação social e distribuição de poder como a pertença a grupos familiares, religiosos, típicos do meio rural (SILVA, J., 2002, p.20).

A ocupação urbana ocorreu em várias direções, principalmente pelo surgimento de muitos loteamentos pouco estruturados na periferia. Os loteamentos foram se desenvolvendo pelas necessidades do crescimento urbano e das

mudanças que ocorreram no campo, quando a cidade passou a ser procurada por um expressivo número de trabalhadores desempregados (Fig. 3).

Quanto aos serviços disponíveis, em 1958, foi criada a Cia Força de Luz do Oeste responsável pela eletricidade para uma parte da cidade. Na década de 1960 foi criado o Serviço Municipal de Água (SMAA) de responsabilidade do município. A partir de 1964, foi dada a concessão para o serviço de saneamento das empresas públicas. Em 1965, criada a Companhia de Água e Esgotos de Guarapuava (CAEG), extinta em 1969, quando criado o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE). Foi também fundada, em 1965, pelo governo estadual, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) que ainda é promotora de programas habitacionais para população de baixa renda em parceria com a prefeitura municipal.

Os anos de 1970 constituem em todo Estado do Paraná o início das mudanças ocorridas no setor agropecuário, gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento dos fluxos migratórios para diversos centros urbanos. Num processo seletivo, alguns centros urbanos do Estado se consolidaram em áreas de elevada densidade e outros centros não tiveram sustentação econômica para manter o acréscimo populacional, acarretando o crescimento de uma população empobrecida (MOURA; KLEINKE, 1999).

A inserção da produção agrícola do Paraná no processo competitivo dado pelo maior incentivo à agricultura de exportação, formou uma massa de pequenos proprietários que possuíam apenas a função de produzir com preços mais baixos que a capacidade de geração de capital, como já ocorria com os grandes produtores. Esse modo de produção pautado na intensificação da tecnologia e facilitado pelos benefícios financeiros oriundos do Estado provocou uma imensa dispensa de mão-de-obra do campo, aumentando ainda mais a distância entre o grande proprietário e o trabalhador dispensado que migrou para a cidade.

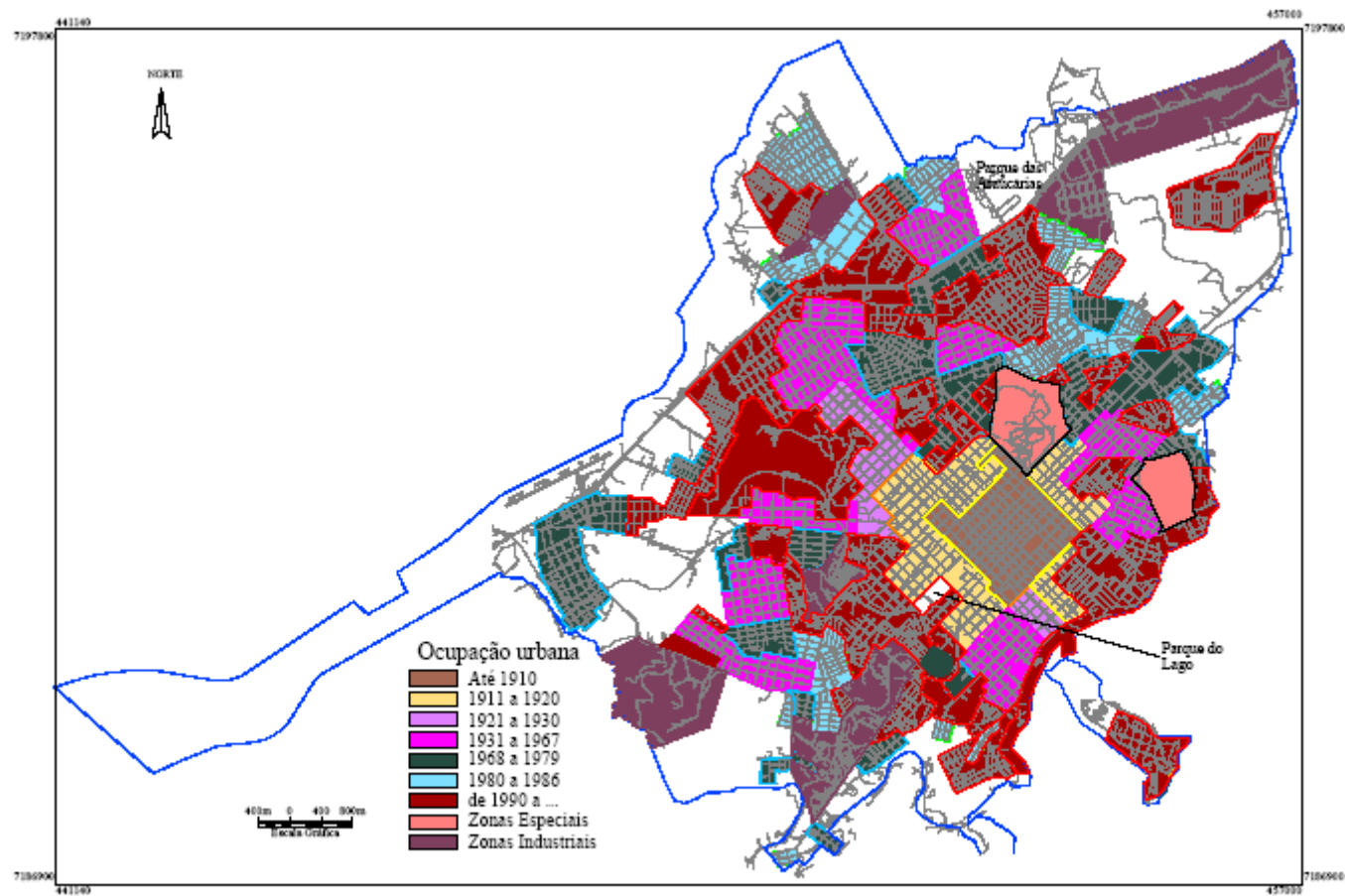


FIGURA 3 - Evolução da ocupação urbana de Guarapuava

Fonte: Arquivos CNDU, FAMEPAR, SUDESUL (s/d) e levantamento cadastral CEPLUG (2008)
 Edição: Luciano Galvão
 Organização: Autor, 2008

2.5 AS TRANSFORMAÇÕES DA BASE PRODUTIVA (1970) E OS EFEITOS PARA O CRESCIMENTO URBANO E DESORDENADO

As transformações da base produtiva paranaense na década de 1960 e as mudanças também promovidas na década de 1970 pela modernização da agricultura geraram, para Rolim (1995), dois grandes espaços econômicos facilmente identificados no Paraná. Um na órbita das atividades agropecuárias chamado de Paraná do *agrobusiness* (o Paraná mais complexo, onde todas as contradições da agricultura estão presentes) e outro na órbita da economia urbano-industrial, o chamado de Paraná Urbano (estendendo-se, de um modo geral, de Paranaguá até a área de influência de Ponta Grossa, sob a égide da Região Metropolitana de Curitiba). Na década de 1960, ocorre a implantação do complexo industrial na Região Metropolitana de Curitiba, considerado para alguns críticos como uma industrialização tardia, voltada à produção metal-mecânica que também despertou um forte fluxo migratório e fortes diferenças socioespaciais.

Para Fleischfresser (1998), o aspecto demográfico na década de 1970 no Paraná foi à reversão da tendência no que corresponde à estrutura de posse da terra e a relação entre os vários agentes sociais ligados à produção. Nas fazendas onde havia a produção pecuária, a mão-de-obra empregada constituía-se por trabalhadores permanentes e mensalistas e correspondia a um baixo percentual dos proprietários de terras.

No que se refere às empresas rurais e aos latifúndios, o Paraná exibiu crescimentos importantes, tanto em número como em área no período 1967/1972. Segundo Graziano da Silva (1996), a variação conjunta no período 1967/1976 indica uma redução dos minifúndios (em número e área), uma expansão vertiginosa das empresas rurais, um forte crescimento dos latifúndios por exploração, embora com redução na área total ocupada por essa categoria. Sem recursos financeiros, a venda das terras dos pequenos proprietários passou a ser a melhor opção para a recuperação econômica, mesmo que o fato tenha proporcionado crises de identidade (SILVA, M., 2005).

Em relação à situação social do Paraná, Carneiro Leão (1991) comenta que a deterioração das condições de vida da população só não foi mais intensa devido à

continuidade da urbanização, à expansão do setor informal do emprego e à expansão dos serviços de infraestrutura econômica e social urbana, como reflexo das decisões de investimento no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. O processo de urbanização, todavia, associa-se aos processos de correlação de migração acelerada e marginalização social, bem como à deterioração da renda das camadas pobres.

Praticamente, grande parte do território da mesorregião Centro-sul paranaense teve seu desenvolvimento vinculado a uma economia com base primária (agroindustrial), resultando na concentração da terra e da renda, estimulado pelos parciais investimentos na área rural. No caso de Guarapuava, conforme Abreu (1986), as médias propriedades utilizaram mão-de-obra familiar e contratada com tecnologia mista (tradicional e moderna). Nas pequenas propriedades empregou-se mão-de-obra familiar e tecnologia tradicional.

A dominação, então, da força da propriedade que havia se construído com o latifúndio no campo foi constituindo a composição social no espaço urbano. Então, as relações entre o campo e a cidade e o crescimento populacional não significaram mudanças nos traços característicos de uma sociedade tradicional e campeira.

O acelerado êxodo rural na década de 1960 assinalou um crescimento negativo para o setor rural de Guarapuava, fato que não se modificou nos anos de 1970, apesar dos incentivos do governo municipal e estadual para agricultura e pecuária.

Em Guarapuava, a partir de 1970, o setor secundário agrega a atividade madeireira, sendo constituído por mais de mil empresas, que representavam cerca de 10% do total de empresas instaladas no período. A atividade madeireira ocupava então 25% do total das atividades do setor secundário, situação que destaca sua importância relativa frente ao conjunto das atividades econômicas da região. O setor terciário continha o maior número das empresas instaladas no período, representado por mais de oito mil delas que correspondiam a 82% do total das empresas da região (FERNANDES, 2003).

Caracterizada como periferia do sistema produtivo do Estado, Guarapuava foi também fronteira interna de ocupação e, com a modernização

agrícola, absorveu parte dos fluxos rurais, particularmente do norte e oeste do estado (CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA, 2000).

A modernização da agricultura na região de Guarapuava foi mais lenta, se comparada a outras regiões do estado, sobretudo pela presença do latifúndio, que favoreceu a concentração de capitais nas mãos dos grandes produtores rurais e permitiu uma maior estratificação dos grupos sociais.

A falta de crédito e de opção para o pequeno produtor levou-o a procurar melhores oportunidades na cidade, contribuindo para o empobrecimento de muitos e para a segregação socioespacial em Guarapuava, pois, já existia uma forte concentração de renda, principalmente dos detentores da riqueza do campo, instalados nos bairros com melhor infraestrutura. Assim, o deslocamento dos trabalhadores pouco qualificados em direção à cidade produziu o aumento das ocupações nas áreas periféricas.

Até a década de 1970, a população rural em Guarapuava era maior do que a urbana. Entretanto, as novas relações no campo acabaram por criar uma nova configuração urbana, na medida em que surgiram trabalhadores rurais assalariados que, juntando-se aos operários das serrarias, compuseram um contingente consumidor que dinamizou o comércio (TEMBIL, 2004). Tais alterações atreladas à concentração da posse da terra, ao desemprego e ao empobrecimento dos trabalhadores rurais, que trabalhavam de volantes ou temporários, facilitaram a migração para a cidade, refletindo no aumento do número de desempregados e na concentração da população migrante na periferia da cidade.

Como reforça Silva (2002, p.59), quanto à mudança na produção agrícola pela modernização,

a transposição dos grandes fazendeiros que buscam a cidade como forma de se inserir na moderna sociedade e dos trabalhadores rurais excluídos do novo modelo de produção não fazem desaparecer seu modo de vida e seus valores sociais, havendo, portanto, uma redefinição de sua identidade neste contexto de relações.

A modernização do sistema produtivo, a transformação das relações de trabalho e as grandes inversões de capital no setor de infraestrutura básica promovidas pelo Estado repercutiram na estrutura urbana de Guarapuava, que passou a ser cada vez mais atraente para investimentos em terra urbana. Assim, as áreas ainda não parceladas passaram a obter um valor potencial proporcionado pela expectativa da apropriação dos benefícios que o governo do Estado passou a implantar na cidade (SILVA, J., 1995).

As condições históricas foram assegurando o poder da elite local que controla as aplicações e os investimentos na cidade, beneficiados pela propriedade urbana e, em alguns casos, pelas ações conjuntas com a política urbana local.

Do ponto de vista da formação de Guarapuava, esta teve elementos variados e passou pela convergência de formas diferentes, dando assim, condições para uma formação dominante e composta por aqueles que viriam formar os representantes do poder público e os grupos com maior renda; e por grupos sociais mais carentes, excluídos dos mecanismos de produção, incapazes de participar da acumulação capitalista que se estabelecia.

A estrutura social e espacial, portanto, respondeu a uma formação heterogênea, não havendo outro caminho que pudesse impedir uma formação composta por grupos sociais distintos que viessem se estabelecer e manter a diferenciação em Guarapuava.

Mesmo assim, Guarapuava despontou como polo regional pelas próprias características herdadas de arranjos espaciais passados oriundos da antiga estrutura econômica regional, da inexistência na região de um sistema urbano hierarquizado e de seu domínio em uma extensa área geográfica (SILVA, J., 1995).

Embora houvesse o fortalecimento regional de Guarapuava, sobretudo a partir dos anos de 1970, a estrutura econômica provém de duas formas: uma produtiva limitada aos grupos que compõem a sociedade tradicional, com forte capacidade para geração e acúmulo de renda, e uma estrutura decorrente de uma divisão do trabalho pouco avançada, onde postos de trabalho são ocupados com baixa remuneração.

A direção do fluxo migratório em direção à cidade teve objetivos distintos, como o que ocorreu com alguns fazendeiros. Segundo Silva (2005), as transformações que ocorriam instigava-os a inserir-se na moderna sociedade urbana, mesmo que momentaneamente ou simbolicamente. Então, o desenvolvimento mais intenso das funções e das atividades urbanas como comércio, serviços e até a própria indústria madeireira, trouxeram necessidades diversas e novos anseios para a população residente. Politicamente, os grupos interessados no comércio e nos serviços voltaram seus discursos em defesa dos setores que valorizaram a cidade e de seus negócios.

Como consequência do crescimento urbano, alguns aspectos considerados reveladores das contradições regionais são ainda existentes e aparecem no empobrecimento da população e na intensa movimentação dos grupos de baixa renda na periferia urbana.

Por meio das evidências empíricas, percebemos que na década de 1970, momento da modernização agrícola, houve uma integração da política urbana de Guarapuava com a política em nível federal e estadual. No plano federal, o regime autoritário encontrou condições favoráveis em Guarapuava para promover a abertura num formato que buscava a aproximação com os grupos de baixa renda, tendo em vista as características do poder público local e de sua composição pela elite, abrindo espaço para a política clientelista.

Segundo Tembil (2004), a partir de 1965, o crescimento do contingente populacional aliado aos interesses de modernização do centro induziu à redução de oferta de terrenos centrais, providos de infraestrutura, provocando uma alta especulação imobiliária. Ocorreu, assim, uma forte valorização das construções centrais, onde também foram feitos os primeiros investimentos do poder público na remodelação dessas áreas. Para Tembil (2004), a valorização imobiliária incentivou o parcelamento de terrenos centrais e construções que substituíram os velhos casarões. Nessa lógica, foram demolidas várias construções históricas, como o Clube Guairá, a Prefeitura e vários palacetes residenciais, que cederam lugar a outras construções modernas. Ainda, muitos terrenos ficaram vagos, à espera de valorização imobiliária.

Nos anos de 1970, começaram a interferir no espaço urbano a construção de edifícios, o aumento das ocupações que formaram as favelas, a novidade dos padrões arquitetônicos, sem falar na intensidade dos investimentos do governo estadual e municipal em infraestrutura, que priorizavam, em princípio, a área central mais densamente ocupada por grupos sociais com maior renda. Os investimentos ocorreram em grande parte do Estado pelo processo migratório em direção aos principais centros urbanos, com vistas a amenizar os problemas sociais que começavam se desenvolver, porém não suficientes para amenizar os inúmeros problemas de habitação, saneamento e acesso a toda população, pois as leis municipais tinham pouca efetividade em relação ao ordenamento urbano.

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) iniciou os serviços de distribuição de água em 1973 e foi criada também, em nível estadual, a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR) com o objetivo de apoiar a estruturação das políticas locais, direcionando os investimentos do Estado.

A disputa do mercado imobiliário deu-se na área central, principalmente pelos investimentos do poder público municipal e pelos financiamentos disponíveis por parte dos governos federal e estadual, que começavam se incorporar, tais como o asfalto e o esgoto.

Por meio da análise no Plano Básico de Urbanização (1969), constatou-se a menor ocupação do solo na periferia, sobretudo, pelos desempregados e pouco qualificados, sendo a maior densidade na área central. Observa-se, então, que no centro da cidade concentravam-se parte dos grupos sociais com maior renda e diferentes tipos de moradias em áreas melhores localizadas, que espelhavam as condições sócio-econômicas da época (Foto 1). Indica um padrão de segregação socioespacial na oposição centro-periferia.

A ausência de uma legislação específica para o uso do solo promoveu a fragmentação socioespacial, característica dos traçados diferenciados e dos padrões de construções principalmente mistos, considerando as características das antigas residências.



Foto 1 – Vista aérea de Guarapuava, 1969

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava

A ocupação urbana, então, pode ser considerada um processo lento e gradual, pelo menos até o final dos anos de 1960 (SILVA, J., 1995). Na década de 1970, ao lado das eventuais manchetes que retratavam as transformações econômicas de toda a região e o forte poder político em nível do Estado, passaram a fazer parte das manchetes de jornal³⁵ as ocupações que formaram as favelas e suas implicações para as gestões municipais.

Como se observa, a ocupação do espaço urbano, dado por tais condições que partiam da diferenciação, começou a fazer parte da vida urbana como algo natural, constituindo-se em elementos construídos pelo princípio da segregação socioespacial. Vale lembrar que o espaço não depende exclusivamente da estrutura econômica, pois, como assinala Santos (1990), essa estrutura se apresenta como uma realidade social complexa por se tratar de um campo particular da atividade orientada para produção, repartição e consumo dos objetos materiais e, ao mesmo tempo, pelos mecanismos dessa produção, dessa repartição e desse consumo; é um aspecto particular de todas as atividades não econômicas.

³⁵ Conforme pesquisa realizada no *Jornal Esquema Oeste* entre os anos de 1970 e 1997.

Nesse contexto, com o aumento da população local surgiram problemas que tornaram difícil a vida urbana para grande parte da população, principalmente pela pouca acessibilidade à habitação, saneamento básico e equipamentos coletivos.

As desigualdades sociais em Guarapuava estão na base de uma contradição estrutural refletida na produção do espaço, consideradas a estrutura econômica e as heranças de uma sociedade tradicional que participa do processo de reprodução do capital gerado no campo e mesmo da estruturação da cidade.

2.6 GUARAPUAVA NO CONTEXTO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

São claramente percebidas as desigualdades sociais e espaciais entre as mesorregiões paranaenses e, nas últimas décadas, têm-se acentuado as desigualdades em centros urbanos que formam a região metropolitana ou mesmo fora do eixo metropolitano. Nessas condições, é cabível a utilização do conceito de exclusão, como menciona Rezende e Tafner (2005), uma vez que se percebem as desigualdades, abrangendo recortes territoriais maiores, incidem sobre centros urbanos menos desenvolvidos economicamente, ampliando, assim, os espaços de pobreza.

O desigual desenvolvimento regional no Paraná, especialmente a partir dos anos de 1950, tornou mais intensa a disparidade entre os núcleos urbanos. A mesorregião Centro-sul localiza-se entre os três espaços mais relevantes do ponto de vista de sua expressão no território paranaense (Fig. 4). Os espaços mais relevantes são: a aglomeração metropolitana de Curitiba no entorno de Ponta Grossa e Paranaguá (receptor e difusor das decisões, inovações, capitais internacionais...); aglomerações de Londrina e Maringá, no norte do estado (diversificação das indústrias, comércio, serviços...); e, no oeste, Cascavel como vetor para Foz do Iguaçu (ligado à produção agroindustrial, assim como aos serviços) (IPARDES, 2005).

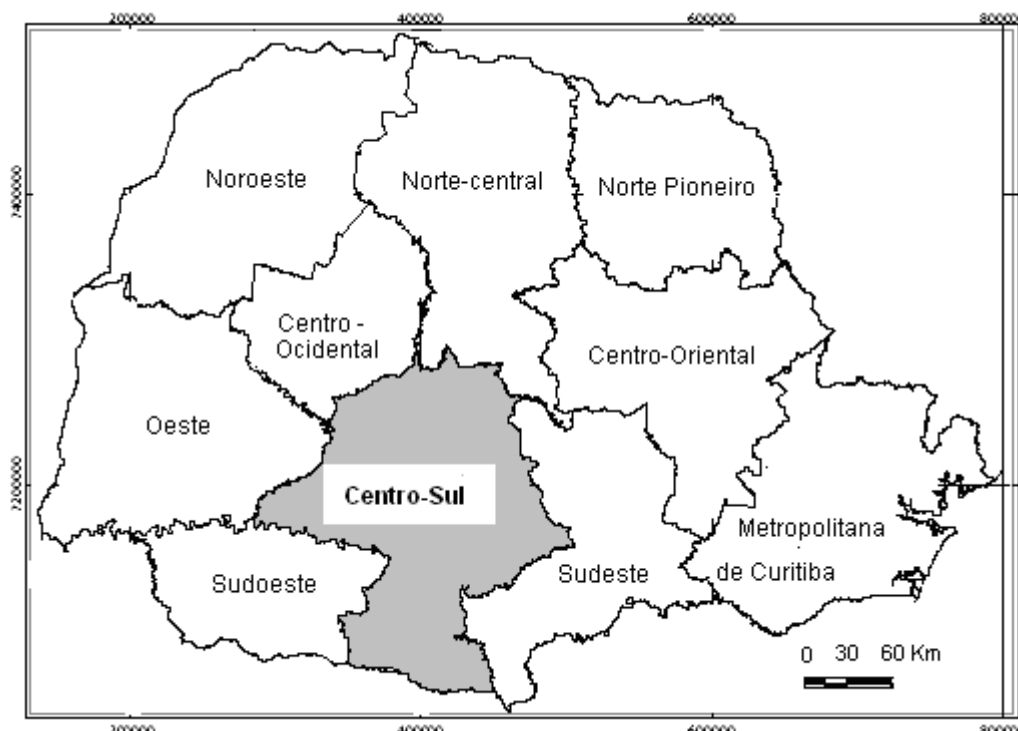


FIGURA 4 – Mesorregiões do Paraná, 2000

Fonte: Ipardes (2004a, p.6)

Junto à dinâmica econômica do Estado, cabe destacar as diretrizes dos governos estaduais que, por sua vez, contribuíram para reforçar as diferenças regionais. A concentração industrial e a dinâmica econômica na Região Metropolitana de Curitiba/RMC, assim como os aglomerados de Londrina e de Maringá, foram incentivados como eixos de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, na mesorregião Centro-sul, ausente deste processo, destaca-se o papel de Guarapuava como polo regional, mesmo não sendo constituído por uma dinâmica econômica complexa e suficiente para atender às necessidades de toda a população.

O contexto da mesorregião é marcado por fortes desigualdades entre as cidades e a população, o que define a estrutura econômica e as relações de trabalho. Os municípios que constituem a mesorregião Centro-sul são: Guarapuava, Pitanga, Mato Rico, Santa Maria D'Oeste, Boa Ventura de São Roque, Palmital, Laranjal, Marquinho, Goioxim, Campina do Simão, Turvo, Cantagalo, Virmond, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Candói, Foz do Jordão, Inácio Martins, Pinhão,

Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Clevelândia e Palmas. A população total passa de 500 mil pessoas, que representam quase 6% da população do Paraná, sendo a menor densidade populacional do Paraná (Fig. 5).

A composição social da mesorregião possui uma característica particular, por incorporar com maior intensidade dois segmentos sociais que realizam trajetórias marcadas pelas dificuldades de superação da pobreza, onde estão concentradas 61,7% das áreas indígenas e 41,7% das áreas de assentamento do Estado (IPARDES, 2004a).

Apesar da intensidade e do crescimento da população urbana no Estado do Paraná, o Centro-sul mantém-se como uma das mesorregiões menos urbanizadas, formando um dos maiores volumes na composição da população rural, apesar de que muitos municípios registraram expressivos decréscimos da população rural, em contraposição aos elevados incrementos urbanos. A característica principal do Centro-sul é a formação de uma espacialidade de concentração, cuja direção do deslocamento de grande parte da população é em direção a Guarapuava (IPARDES, 2004).

Ainda que a incorporação da tecnologia no campo promovesse alterações no volume e na composição da força de trabalho, com a redução do trabalho familiar e o aumento do assalariamento e da elevação na produtividade, a liberação do contingente de mão-de-obra no Centro-sul paranaense não significou mudanças significativas na composição da renda de grande parte da população³⁶.

³⁶ Para maiores informações no Estado do Paraná, consultar Fleischfresser (1988).



FIGURA 5 – Divisão político-administrativa da mesorregião Centro-sul e hierarquia da centralidade

Fonte: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 2000
Org.: Autor, 2007

Até a década de 1970, o crescimento dos municípios no Centro-sul esteve associado às possibilidades de sustentação das áreas rurais e, a partir de então, os demais municípios passaram a contribuir como áreas de evasão. Tal fato é também associado ao surgimento de novos municípios.

Apesar dos desmembramentos³⁷, a cidade de Guarapuava vem mantendo crescimento populacional acima da média estadual e, em 2000, concentrava sozinha, quase 30% do total da população mesorregional. Além de Guarapuava, outros municípios, localizados na faixa central da região, por onde passa um dos principais eixos viários que interligam as porções leste e oeste do Paraná (BR-277) evidenciaram, nos anos de 1990, taxas de crescimento demográfico superiores à média do Estado (IPARDES, 2004a).

Dos 29 municípios, apenas 10 estavam instalados em 1970; dois foram criados entre 1970 e 1990 e 17 após 1990 (IPARDES, 2004a). Os desmembramentos não trouxeram melhoria das condições de vida, mas geraram uma maior dependência dos municípios aos serviços oferecidos em municípios como Guarapuava, Palmas e Laranjeiras do Sul, sem falar no fortalecimento dos latifundiários, que passaram a produzir em grande escala, com grande produção da monocultura (soja, milho). Isso não significou melhorias e investimentos nas áreas urbanas dos demais municípios do Centro-sul e nem mesmo investimentos nos municípios.

A concentração da terra é uma característica marcante, facilmente percebida pelas grandes propriedades agrícolas em áreas férteis. Em trabalho de campo, realizado nos municípios de Boa Ventura de São Roque³⁸ e Pinhão³⁹, verificamos que a agricultura enfrenta alguns problemas que, de alguma forma, espelha o estágio de desenvolvimento dos municípios que compõem a mesorregião Centro-sul.

³⁷ A partir de 1877 tem início o processo de constituição de novos municípios a partir da área de Guarapuava. Nesse ano, ocorreu o desmembramento de Palmas. Em 1906, constitui-se o município de Prudentópolis, em 1914, o município de Foz do Iguaçu; em 1943, o município de Laranjeiras do Sul que se torna a capital do Território do Iguaçu de 1943 a 1946; em 1943, o município de Pitanga; em 1944, Campo Mourão; em 1960, o município de Inácio Martins; em 1961, o município de Palmital; em 1964, o município de Pinhão; em 1980, o município do Turvo; em 1982, o município de Cantagalo, em 1990, o município de Candói; em 1996, o município de Campina do Simão. O município de Guarapuava ainda representa uma das maiores áreas municipais do Estado; no ano 2000 contava com uma área territorial de 3.006,89 Km², que representa 11, 37 % da área total da Região Centro Sul Paranaense. A Região Centro-sul Paranaense representa uma fração do que já foi a área total do município de Guarapuava e constitui uma das maiores áreas regionais do estado (FERNANDES, 2003).

³⁸ Entrevista realizada em 22 de outubro de 2007, com o secretário Aroldo Conceição Ribeiro, na Secretaria Municipal de Agricultura de Boa Ventura de São Roque.

³⁹ Entrevista realizada em 29 de outubro de 2007, com o Técnico Agrícola Isis Machado, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pinhão.

No município de Pinhão, tal como em Boa Ventura de São Roque, é forte a concentração de terra e da renda, onde os grandes proprietários possuem as melhores áreas para plantio e desenvolvem culturas mais rentáveis, comercializando diretamente com cooperativas e com outros municípios fora da mesorregião. Outro problema é que alguns produtores têm dificuldade para o desenvolvimento de novos projetos, uma vez que muitas propriedades não possuem documentação legal, o que acaba impedindo o financiamento, sem falar da dependência dos programas municipais e estaduais para incentivo à produção.

Nos anos de 1980, a grande maioria de municípios da mesorregião Centro-sul teve a menor taxa negativa de crescimento, em razão dos deslocamentos em direção a outros centros urbanos do estado. O Centro-sul permaneceu como uma região com pouca expressividade econômica e se caracterizou, até os anos de 1980, pela pecuária extensiva e pelas reservas naturais de madeira em grandes propriedades.

No decorrer da década de 1990, o centro-sul superou os 50% da população vivendo nas cidades, registrando o intenso processo de empobrecimento da população do que melhora das condições de vida. Em 2000, a proporção foi inferior à média estadual, de 81,4%, alcançando apenas 60,8% da população nas áreas urbanas, mantendo a mesorregião entre as menos urbanizadas do estado, não chegando a formar uma aglomeração urbana, no qual só se destaca o município de Guarapuava no conjunto dos demais municípios. O aumento da população urbana não foi acompanhado pela geração de renda e dinamização econômica. A mesorregião Centro-sul é a mais problemática quanto ao nível de desenvolvimento econômico, exceção de Guarapuava, onde os indicadores das demais atividades econômicas e os indicadores sociais de seus municípios estão entre os piores do estado (IPARDES, 2005). No período 1991/2000, o conjunto da população da mesorregião Centro-Sul cresceu a 0,7% a.a. (IPARDES, 2004a, p.27) (Tabela 2).

O quadro 1 mostra as fases do desenvolvimento regional da economia no estado e no Centro-sul, características da questão urbana e principais características das políticas públicas.

QUADRO 1 – Fases do desenvolvimento regional da economia e da sociedade no Centro-sul paranaense

Economia paranaense	Característica regional do Centro-sul	Características da questão urbana	Principais características das políticas públicas estaduais e locais
- arquipélagos regionais no Brasil, fase dos complexos regionais exportadores que perduram até o início do século XX	- economia do mate, atividade tropeira	- rede de cidades do mate e do gado - fraco dinamismo interno - estrutura da sociedade dividida em grupos de alta e de baixa renda	- construção da infraestrutura - política migratória - dilema entre as exportações de erva-mate
- articulação comercial, fase que vai dos anos 30 aos anos 60, expansão da economia cafeeira do norte do Paraná, expansão da indústria não-metálica na Região Metropolitana de Curitiba	- expansão das indústrias do mate, madeira - política migratória	- segmentação da rede de cidades (mate e madeira) - expansão e densificação do processo de ocupação - dinamização das atividades urbanas	- padrão centralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas: federalização da questão regional e importância de órgãos federais
- articulação produtiva, fase que percorre os anos 70 e alcança meados dos anos 90, expansão da indústria metal-mecânica, petroquímica e agroindústria	- expansão da fronteira agrícola - modernização da indústria tradicional e da agricultura - modernização da indústria tradicional ligada a madeira	- investimentos públicos - movimento de integração da rede de cidades - migração rural-urbana intensificada	- padrão centralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas: importância do órgão sobre iniciativas estaduais e dos projetos do governo federal. - Sudesul, Codepar, FDE, Badep, Pedu
- desenvolvimento regional difuso a partir dos anos 90, integração a rede de núcleos dinâmicos da economia - diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interindustriais	- expansão, diversificação e concentração de serviços em Guarapuava - aumento do fluxo migratório em direção a Guarapuava e a outros centros urbanos do estado	- polarização e importância de Guarapuava	- padrão descentralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas, - mudança no padrão de relações Estado-sociedade - iniciativa de desenvolvimento local do poder público (Guarapuava) - política de atração de investimentos (Agroindústria) - articulação de fontes de financiamento de políticas e de programas urbanos locais

Fonte: Paraná, *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná* (2003), Padis (2006)
Org.: Autor, 2008

TABELA 2 - População total, grau de urbanização, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população por situação de domicílio, segundo mesorregiões geográficas do Paraná, 1970/2000

Mesorregião	Pop. 2000	Grau de Urb.	Taxa média de crescimento anual (%)									Distribuição da pop. em 2000 (%)		
			Pop. Total			Pop. Urbana			Pop. Rural			Total	Urbana	rural
			1970/1980	1980/1991	1991/2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000			
Noroeste	641.084	77,3	-2,51	-1,17	-0,25	3,60	1,85	1,29	-5,91	-5,22	-4,20	6,7	6,4	8,2
Centro-Oriental	346.648	72,6	-2,34	-0,68	-1,24	6,42	3,01	0,71	-5,35	-4,36	-5,07	8,6	3,2	5,4
Norte Central	1.829.068	88,4	-0,28	0,93	1,24	4,74	2,99	2,18	-5,53	-4,67	-4,00	19,1	20,8	11,9
Norte Pioneiro	548.190	75,1	-2,09	-0,26	-0,15	2,65	2,53	1,61	-4,91	-3,71	-4,11	5,7	5,3	7,7
Centro-Oriental	623.356	81,2	2,90	1,85	1,46	4,64	3,15	2,54	0,70	-2,32	-2,21	6,5	6,5	6,6
Oeste	1.138.582	81,8	2,47	0,31	1,28	12,48	3,78	2,77	-2,33	-4,47	-3,51	11,9	11,9	11,8
Sudoeste	472.628	59,9	1,58	-0,78	-0,13	7,61	2,78	2,57	-0,33	-3,03	-3,16	4,9	3,6	10,7
Centro-Sul	533.317	60,9	2,97	0,93	0,69	8,39	2,63	3,36	0,55	-0,40	-2,42	5,6	4,2	11,7
Sudeste	377.274	53,6	1,23	1,80	0,89	4,34	2,73	3,09	-0,26	0,31	-1,17	3,9	2,6	9,9
Metropolitana De Curitiba	3.053.313	90,6	4,95	2,84	3,13	6,74	3,18	3,28	-1,96	0,44	1,82	31,9	35,5	16,2
Paraná	9.563.458	81,4	0,97	0,93	1,40	3,97	3,01	2,59	-3,32	-3,03	-2,61	100,0	100,0	100,0

Fonte: IparDES (2004a)

Org.: Autor, 2008

A transformação das atividades agrícolas apresenta saldos migratórios negativos nos anos de 1990, resultando num dos mais expressivos do Estado. Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida entre 1995/2000 apontam para a evasão populacional em direção a outras regiões. Ainda que o movimento de fracionamento dos municípios tenha ocorrido no sentido de melhorar as condições de vida da população, parte do crescimento dos centros urbanos da região decorre do êxodo rural dos entornos, bem como dos efeitos que os assentamentos rurais geram nas imediações (IPARDES, 2004).

Ao observar as taxas médias de crescimento populacional (Tabela 3), verifica-se que, entre os anos de 1991 e 2000, os índices de crescimento anual da população total dos municípios de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Palmas cresceram, o que reforça a centralidade na ordem desses municípios. Nesse cenário, destaca-se o papel de Guarapuava como centro regional.

Os municípios de Palmas e Laranjeiras do Sul pressupõem certa condição como centros regionais de menor importância se comparados a Guarapuava, pois peculiarizam-se pelo padrão funcional diferenciado. Laranjeiras do Sul atende a um pequeno número de municípios na qualidade de centro de referência com funções

diversificadas; Palmas polariza elevado número de municípios do Paraná e de Santa Catarina, pela oferta de ensino superior e pós-graduação (IPARDES, 2004a).

TABELA 3 - População total, taxas médias geométricas de crescimento anual e distribuição da população urbana e rural nos municípios da Mesorregião Centro-sul no período 1970/2000

Município	Popul. total 2000	Taxa geométrica de crescimento anual								
		População total			População Urbana			População Rural		
		1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Boa Ventura de São Roque	6.780	-	-	-0,58	-	-	17,22	-	-	-2,08
Campina do Simão	4.365	-	-	-2,26	-	-	4,82	-	-	-4,14
Candói	14.185	-	-	1,95	-	-	12,92	-	-	-1,36
Cantagalo	12.810	-	2,43	1,83	-	11,29	4,55	-	0,96	-0,95
Clevelândia	18.338	2,10	0,66	0,17	3,82	1,01	1,18	-1,13	-0,25	-3,20
Coronel Domingos Soares	7.004	-	-	-0,33	-	-	14,79	-	-	-1,31
Espigão Alto do Iguaçu	5.388	-	-	-4,24	-	-	1,87	-	-	-5,95
Foz do Jordão	6.378	-	-	-0,75	-	-	75,93	-	-	-12,49
Goioxim	8.086	-	-	0,29	-	-	22,73	-	-	-2,14
Guarapuava	155.161	1,26	2,19	1,53	7,19	2,71	2,51	-5,32	0,94	-5,31
Honório Serpa	6.896	-	-	-1,25	-	-	8,01	-	-	-2,74
Inácio Martins	10.963	3,18	2,54	-2,53	7,74	1,81	5,58	2,33	2,71	-5,37
Laranjal	7.121	-	-	0,70	-	-	7,07	-	-	-0,50
Laranjeiras do Sul	30.025	4,71	-1,35	1,28	12,76	0,32	1,83	2,26	-2,33	-0,52
Mangueirinha	17.760	3,21	1,75	-0,08	6,76	7,34	4,77	2,85	0,81	-2,07
Marquinho	5.659	-	-	-1,91	-	-	1,93	-	-	-2,26
Mato Rico	4.496	-	-	-3,44	-	-	6,92	-	-	-4,48
Nova Laranjeiras	11.699	-	-	-0,98	-	-	21,39	-	-	-2,56
Palmas	34.819	1,81	1,21	2,45	5,28	3,68	2,75	-1,11	-2,78	0,06
Palmital	16.958	-2,29	0,38	-0,43	6,53	5,42	5,24	-3,09	-0,64	-3,20
Pinhão	28.408	5,09	0,41	1,48	14,89	-1,64	3,82	1,87	1,50	-0,32
Pitanga	35.861	0,00	0,07	-0,57	4,28	6,25	2,13	-0,52	-1,38	-2,78
Porto Barreiro	4.206	-	0,00	-3,11	-	-	3,82	-	-	-3,64
Quedas do Iguaçu	27.364	10,82	-	1,68	35,94	2,08	3,20	5,72	-1,74	-1,38
Reserva do Iguaçu	6.678	-	-	-4,52	-	-	16,77	-	-	-10,80
Rio Bonito do Iguaçu	13.791	-	-	11,17	-	-	11,46	-	-	11,12
Santa Maria do Oeste	13.639	-	0,60	0,11	-	-	10,60	-	-	-1,71
Turvo	14.530	-	-	0,30	-	5,36	4,41	-	-0,27	-0,98
Virmond	3.949	-	0,93	1,13	-	-	9,44	-	-	-1,61
Mesorregião Centro-Sul	533.317	2,97	0,93	0,69	8,39	2,63	3,36	0,55	-0,40	-2,42
Paraná	9.563458	0,97		1,40	5,97	3,01	2,59	-3,32	-3,03	-2,61

Fonte: IPARDES, 2004a

Org.: Autor, 2007

A intensidade da urbanização tornou relações mais complexas e significativas para Guarapuava, caracterizada pela concentração de renda e pela expansão da pobreza, gerando forte demanda para moradia e dificuldade para inserção da população no mercado de trabalho.

Nos anos de 1980, o município de Guarapuava torna-se uma espacialidade tradicional consolidada, aumentando sua capacidade de polarização, tanto pela sua localização num eixo de ocupação descontínua, como por certa perda da população rural (IPARDES, 2003a).

Nesse processo, há uma fragmentação da área de influência de Guarapuava e de Ponta Grossa, o que Moura e Werneck (2001) chamam de uma nova configuração que revela uma ampliação da escala urbana regional; também marcada por uma desigual distribuição espacial e social da urbanização nesses centros do interior.

A hierarquia urbana, assim, foi se estabelecendo na mesorregião Centro-sul, determinada pela divisão do trabalho que se instalou com a modernização do campo e pelo empobrecimento econômico dos municípios predominantemente rurais somados à pouca representatividade de outros municípios menores, cujas características ainda se mantêm pela sociedade tradicional.

Os demais municípios polarizados por Guarapuava são formados por características bem particulares das demais regiões do estado, sendo em seu conjunto pouco expressivos, sobretudo, pela sua baixa dinâmica econômica, o que não permite uma abrangência territorial capaz de atingir ou mesmo provocar interesses para investimentos maiores. As Tabelas 4 e 5 apresentam a composição da renda e os indicadores de pobreza da microrregião de Guarapuava, entre 1991 e 2000.

TABELA 4 - Indicadores do nível e composição da renda dos municípios da microrregião de Guarapuava, 1991 e 2000

Município	Renda per Capita, 1991 (R\$)	Renda per Capita, 2000 (R\$)	% da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 1991	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 2000
Campina do Simão	77,19	129,93	7,75	12,37	88,52	68,11	4,55	10,96
Candói	107,06	178,83	5,87	10,29	91,57	67,42	3,78	8,59
Cantagalo	104,1	150,73	8,21	16,51	75,49	67,03	5,4	14,54
Espigão Alto do Iguaçu	79,31	145,52	5,77	17,51	84,23	66,81	4,25	15,49
Foz do Jordão	101,2	154,41	4,11	11,39	89,99	65,93	1,61	9,88
Goioxim	65,28	119,78	4,82	7,25	69,9	62,42	3,89	6,86
Guarapuava	202,83	292,11	8,67	11,86	87,5	76,34	5,96	9,49
Inácio Martins	70,61	150,42	7,8	14,72	88,03	69,28	5,73	11,63
Laranjeiras do Sul	198,65	219,52	8,5	14,51	85,27	65,98	5,89	12,05
Marquinho	57,88	123,83	4,9	9,06	88,07	58,69	3,68	8,21
Nova Laranjeiras	66	151,39	6,21	12,16	89,56	51,08	3,19	10,99
Pinhão	89,76	155,14	9,02	10,16	85,49	59,44	7,67	8,82
Porto Barreiro	68,53	161,4	6,84	11,33	86,5	73,45	5,58	8,81
Quedas do Iguaçu	118,77	208,78	6,16	16,76	86,94	67,07	3,46	15,44
Reserva do Iguaçu	230,73	206,12	3,9	8,67	93,23	65,16	2,7	7,33
Rio Bonito do Iguaçu	75,45	120,77	9,44	9,03	85,12	75,75	6,37	8,59
Turvo	115,76	127,35	6,92	14,85	88,25	71,3	4,86	13,45
Virmond	118,77	184,54	7,2	12,83	87,43	72,74	5,02	10,8
Paraná (média)	226,3	321,4	8,28	12,98	86,16	73,75	5,59	10,94

Fonte: Programa das Ações Unidas, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)
Org.: Autor, 2007

TABELA 5 - Indicadores de pobreza dos municípios da microrregião de Guarapuava, 1991 e 2000

Município	% de indigentes, 1991	% de indigentes, 2000	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000
Campina do Simão	49,61	26,21	76,84	53,24	53,19	49,76	36,93	47,92
Candói	24,69	22,79	55,48	46,67	44,89	49,33	29,28	50,67
Cantagalo	42,63	29,31	70,19	53,17	53,69	52,13	41,39	52,04
Espigão Alto do Iguaçu	48,1	34,33	72,22	60,43	57,92	49,74	47,19	43,41
Foz do Jordão	22,26	23,94	51,47	51,54	47	50,03	41,19	61,19
Goioxim	53,03	42,21	83,31	69,29	57,66	55,33	46,41	51,02
Guarapuava	13,78	10,54	39,5	28,82	39,44	41,32	29,98	51,98
Inácio Martins	47,22	24,82	76,72	54,6	54,68	47,3	40,89	50,07
Laranjeiras do Sul	25,53	15,66	50,23	38,06	49,36	44,64	37,97	54,36
Marquinho	59,43	34,9	82,98	61,49	59,37	55,63	44,81	57,96
Nova Laranjeiras	56,36	38,05	83,58	59,65	58,09	60,29	43,11	61,13
Pinhão	38,11	22,39	65,69	47,67	54,6	48,34	44,32	53,27
Porto Barreiro	51,49	23,99	78,76	49,36	55,84	46,69	44,42	34,72
Quedas do Iguaçu	29,24	21,15	56,15	41,76	48,58	51,65	35,83	59,25
Reserva do Iguaçu	12,14	26,69	30,8	46,99	41,99	55,07	32,92	58,07
Rio Bonito do Iguaçu	45,18	34,47	73,38	62,33	53,36	51,25	36,14	45,42
Turvo	32,42	26,37	64,93	53,01	47,55	48,49	36,48	46,96
Virmond	28,43	11,93	54,24	34,53	48,77	40,41	35,74	36,68
Paraná (média)	14,10	9,27	34,9	23,7	43,13	42,32	37,27	51,15

Fonte: Programa das Ações Unidas, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)

Org.: Autor, 2007

A pouca sustentação do sistema produtivo dos municípios da mesorregião, com maior contingente de população rural e com baixa dinâmica econômica, provoca um forte fluxo migratório em direção a outros centros urbanos do estado.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2003), a renda brasileira em 2000 era de R\$ 297,23 e em 1991 era de R\$ 230,30. A renda *per capita* média do Paraná cresceu 42,03% em 2000, passando de R\$ 226,29 em 1991 para R\$ 321,39. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 foi equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 32,02%, passando de 34,9% em 1991 para 23,7% em 2000. Enquanto o maior valor em renda do Paraná foi de Curitiba, sendo em 1991 de R\$ 451,00 e R\$ 619,82 em 2000. Os menores valores do Paraná foram Santa Maria do Oeste, com R\$ 53,58 em 1991, e, em 2000, Doutor Ulisses com R\$ 86,00. As finanças municipais reproduzem o padrão estadual de composição da receita, com os municípios menores fortemente dependentes das transferências federais, e, em menor escala, das estaduais, não dispendo de potencial na arrecadação de tributos próprios, com exceção a Guarapuava. A proporção do emprego público constitui uma longa faixa a oeste de Guarapuava, reunindo municípios com mais de 30% do emprego no setor, onde estão os menores empregos na indústria e forte presença na agropecuária (IPARDES, 2005).

O principal segmento industrial em grande parte dos municípios na mesorregião Centro-sul está ligado à atividade madeireira (Tabela 6), porém parte dos ganhos obtidos é transferido para fora da região, o que se traduz no baixo desempenho desta atividade para a economia regional. Alguns grupos econômicos mais expressivos nesse segmento apenas retiram a matéria-prima e absorvem um contingente de trabalhadores pouco qualificados e com baixa remuneração; resultando insuficientes para promover a melhoria da renda e dinamizar a capacidade de geração de empregos. O que parece se repetir é a saída de parte dos lucros para outros estados e municípios, tal como ocorreu em ciclos anteriores.

TABELA 6 - Número de empregos segundo municípios com mais de 100 postos de trabalho em subsetores selecionados da indústria de transformação, mesorregião Centro-sul, Paraná, 2001

Município	Madeira e imobiliário	Papel e gráfica	Alimentação e bebidas
Campina do Simão	135	-	-
Candói	-	126	-
Clevelândia	759	-	-
Goioxim	138	-	-
Guarapuava	3.339	1.677	466
Inácio Martins	469	-	-
Laranjeiras do Sul	321	-	201
Mangueirinha	244	-	205
Palmas	2.193	123	-
Pinhão	467	-	-
Pitanga	106	186	-
Quedas do Iguaçu	1.187	-	-
Turvo	-	428	-
Virmond	103	-	-

Fonte: Ipardes, 2004a
Org.: Autor, 2007

O total de famílias pobres no Centro-sul representa mais de 24% da população estadual, no qual mais de 67% residem em áreas urbanas. Nas áreas urbanas são encontrados ainda os seguintes problemas: carência de moradia, deposição irregular do lixo e precário sistema de coleta de esgoto⁴⁰.

Segundo informações do Ipardes (2003b), *Famílias Pobres no Paraná*, Guarapuava é considerado um município com elevado contingente de pobres (menor ou igual a 40% do total de famílias). Os demais municípios que formam a mesorregião Centro-sul - Turvo, Boa Ventura de São Roque, Candói, Cantagalo, Santa Maria do Oeste, Palmital, Pitanga e Pinhão, são considerados municípios críticos (apresentam mais de 40% do total de famílias pobres).

Os municípios de baixo grau (65,52%) são Mato Rico, Palmital, Santa Maria d'Oeste, Boa Ventura de São Roque, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Marquinho, Laranjal, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas

⁴⁰ Compõe-se de municípios com elevada participação relativa de pessoas pobres na sua população. Mesmo Guarapuava, onde a população é predominantemente urbana, o percentual de pessoas pobres é maior do que a média do estado. Guarapuava aparece com mais de 11% de pessoas abaixo da linha da pobreza, que representa mais de 18.000 pessoas. Os demais municípios ultrapassam 20% de pessoas pobres. A situação no conjunto dos municípios só não é pior, devido Guarapuava apresentar uma melhor condição de renda no total de sua população (DORETTO et al., 2003).

do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Clevelândia, Inácio Martins. São portadores das seguintes características: a base econômica rural muito pobre, condições precárias de infraestrutura em saneamento e moradias, perda da população total, inserção urbana baixa e com mais de 90% da população ocupada na agricultura. Os de tipologia Médio Baixo (24,13%), Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Cândói, Laranjeiras do Sul, Virmond, Pitanga, ocupam mais de 60% das pessoas em domicílios rurais pobres. São de baixa densidade, o crescimento da população é negativo e com dependência urbana - ocupação no campo e moradia urbana. No município classificado como Médio (3,45%), Foz do Jordão, mais próximo de Guarapuava, verifica-se boas condições de saneamento, economia voltada à agricultura, baixa densidade demográfica e boas condições de moradia. Já os municípios classificados como Médio Alto (6,90%), Guarapuava e Palmas, são municípios considerados sozinhos com características em que a população urbana é maior que rural e economia voltada à agricultura (Quadro 2).

QUADRO 2 – Tipologia dos municípios da mesorregião Centro-sul, 1991/2000

Características	Municípios	Número	%
Baixo Grau	Mato Rico, Palmital, Santa Maria d'Oeste, Boa Ventura de São Roque, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Marquinho, Laranjal, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Clevelândia, Inácio Martins	19	65,52
Médio Baixo	Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Cândói, Laranjeiras do Sul, Virmond, Pitanga	7	24,13
Médio	Foz do Jordão	1	3,45
Médio Alto	Guarapuava, Palmas	2	6,90

Fonte: Ipardes (2003b)

Org.: Autor, 2007

Na Tabela 7 observa-se o número de domicílios segundo classe de salário na mesorregião Centro-sul em 2000 e quantidade de domicílios sem rendimento acima daqueles com até $\frac{1}{2}$ salário.

TABELA 7 - Número de domicílios segundo classe de salário na mesorregião Centro-sul, 2000

Sem rendimento	Até ½	+ de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	+ de 10	Total
10.703	5.604	36.375	34.053	14.824	14.245	11.620	7.132	134.556

Fonte Ipardes (2003c)

Org.: Autor, 2008

As particularidades atinentes à composição da renda e aos indicadores de pobreza, associadas às condições de produção da agricultura regional dão a Guarapuava a condição de uma cidade como espaço de consumo⁴¹ e não de produção industrial.

Se no Paraná é conhecido o fato da desconcentração industrial ao longo da década de 1990, a atividade industrial na mesorregião Centro-sul perde participação para outros produtos industrializados no estado de forma significativa. A baixa diversificação setorial e a baixa qualificação são as principais causas da insuficiente absorção do mercado de trabalho⁴². Conforme Braguetto (2007), no período de 1992 a 2004, considerado como de desenvolvimento regional da indústria bastante polarizado, as mesorregiões Centro-Sul, Centro-Occidental e Norte-pioneiro caracterizam-se como mesorregiões “perdedoras”, ou seja, diminuíram a participação no número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor adicionado.

É oportuno lembrar que a produção industrial no Paraná altera a rede e a re-inserção dos núcleos urbanos. A expansão geral da produção industrial que colocou o Paraná com cerca de 8% do número de estabelecimentos e trabalhadores do Brasil em 2004, não implicou em concentração maciça na Região Metropolitana de Curitiba, embora ainda conserve posição de destaque referente ao valor adicionado

⁴¹ Considerando as idéias de Sposito et al. (2007a) que caracterizam cidades médias, classificadas pelo enfoque funcional. Guarapuava se aproxima dessas observações, sobretudo, pela definição de seu papel regional no contexto da mesorregião Centro-sul e intermediário no contexto da rede urbana paranaense.

⁴² Para Sahr (1999, na década de 1990, Ponta Grossa e Guarapuava mostram uma perda de polarização em virtude da crescente centralidade de Curitiba. A configuração da rede urbana paranaense e a distribuição espacial das cidades médias (neste caso Guarapuava) evidenciam, de um lado, a disparidade regional no processo de urbanização, e de outro, a necessidade de fortalecer o planejamento espacial em nível estadual. Contudo, o que se tem de planejamento regional em nível de estado são os eixos de desenvolvimento econômico na Região Metropolitana de Curitiba / RMC e as Regiões Metropolitanas de Maringá / RMM e de Londrina / RML.

(FRESCA, 2007). Há, para Fresca (2007), uma relativa presença nas cidades do interior, no qual a própria RMC tem perdido participação total estadual em número de trabalhadores e estabelecimentos. Essa expansão geral articula-se em dois processos: o dos reinvestimentos de capitais locais/regionais e a fatores locais para transferências e implantação de novas unidades produtivas de capital nacional ou internacional. Aí se inclui as cidades que têm proximidade com São Paulo (caso de Londrina), maior mercado consumidor do país; as cidades que têm proximidade com os países do Mercosul (caso de Cascavel); a oferta de infraestrutura razoável e para atendimento da demanda da produção (cidades próximas ao anel viário do estado); as facilidades tributárias concedidas pelas prefeituras municipais e Estado; os salários dos trabalhadores menores que nas metrópoles; a relativa ausência de sindicalismo, dentre outros. Isto permite determinados núcleos urbanos como em Londrina e Maringá a oferta generalizada, em muitos casos, de empregos aos habitantes locais e, por vezes, daqueles que residem adjacientemente ao município.

De um modo geral, a distribuição dos bens e serviços em Guarapuava atendem à escala regional, não necessariamente articulada a outros centros mais dinâmicos, capazes de alcançar um mercado nacional mais amplo.

Parece se repetir em Guarapuava uma das frentes do interior do estado, no qual as cooperativas assumiram a dinâmica econômica de alguns centros urbanos, capazes de avançar no nível de relações econômicas com outros estados.

2.7 CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM GUARAPUAVA

A concentração da posse da terra e do latifúndio na área rural em Guarapuava são traços marcantes da situação econômica local e se reflete no ritmo lento para a diversificação da produção, uma vez que a produção de grãos está voltada para o mercado externo e para o abastecimento de cooperativas que atuam no mercado nacional.

Conforme Silva (2005), a maior parte das terras do município de Guarapuava pertence à sociedade tradicional campeira, seguida das terras pertencentes aos descendentes de imigrantes japoneses, italianos, poloneses, ucranianos, alemães e ingleses, suábios e; por último, as empresas das terras.

Pelos dados indicados na Tabela 1, verificamos a predominância da agricultura familiar (74,5%) em Guarapuava, enquanto no Paraná este percentual é de 86,9% e a média no Brasil é 85,2%. Embora o percentual da agricultura familiar seja superior a 70% dos estabelecimentos, o estabelecimento patronal atinge 25,2%, o que corresponde a uma área total de 203.938 ha, ou seja, 80,3% da área total do município. Isso mostra a forte concentração de terras. O total de ocupados na agricultura passa de oito mil pessoas, sendo mais de 60% na categoria familiar e mais de 35% na categoria patronal.

Contudo, a pequena produção familiar não desapareceu por completo em toda a mesorregião Centro-sul. Para fins de nossa caracterização sobre a estrutura fundiária de Guarapuava, considera-se agricultor familiar à caracterização do universo familiar, elaborado pelo INCRA/FAO (2000), que utiliza para a caracterização, as seguintes condições: direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor, o trabalho familiar superior ao trabalho contratado e a área máxima de 280,0 ha. Assim, o que não se enquadra em tais condições, é definido como a categoria agricultor patronal, conforme dados obtidos no Departamento de Economia Rural / DERAL e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural / EMATER (Tabela 8).

TABELA 8 - Categoria de produtores rurais em Guarapuava, 2007

Agricultura familiar*	2.940
Agricultor patronal	240
Trabalhador rural	4.500
Jovem rural	1.240
Mulher	950
Quilombola	45
Assentado	340
Outros	60
Total de pessoas	10.315

Fonte: DERAL/SEAB 2006/2007 e EMATER 2006/2007
Org: Autor, 2008

Apesar do aumento da produção agrícola e de sua inserção no mercado nacional com a produção rural na Colônia de Entre Rios, o desenvolvimento local é fortemente ligado às atividades primárias, cuja riqueza é concentrada.

A agricultura familiar aproveita parcialmente o potencial da produção, pois, como mostram os dados na tabela 9, a concentração da área total da estrutura fundiária é predominante entre os proprietários que detêm entre 100 a 500 ha e entre 1000 a 5000 ha.

Nessas propriedades (onde se incluem a área produtiva da Cooperativa Agrária), utiliza-se tecnologia avançada e melhor aproveitamento e diversificação de culturas.

Os demais agricultores utilizam sistema de exploração tradicional com baixa tecnologia, o que implica no baixo aproveitamento do potencial produtivo em suas propriedades.

TABELA 9 - Distribuição fundiária em Guarapuava, 2005

Hectares (ha)	Imóveis	Área total	% Área
Até 5 há	572	1.819,40	0,58
De 5 a 10 ha	548	4.168,00	1,30
De 10 a 50 há	1.659	38.856,40	12,18
De 50 a 100 ha	344	23.634,80	7,40
De 100 a 500 ha	559	119.539,80	37,45
De 500 a 1000 ha	87	59.730,30	18,71
De 1000 a 5000 ha	41	71.443,00	22,38
Total de imóveis	3.810	319.191,70	100

Fonte: DERAL/SEAB 2006/2007 e EMATER 2006/2007

Org: Autor, 2008

O município produz uma grande quantidade da produção de soja, trigo e milho, além da madeira, carne e leite. A produção é pouco transformada, exceção do trigo e da cevada, principais culturas desenvolvidas pela Cooperativa Agrária (Tabelas 10 e 11).

TABELA 10 - Principais produções agropecuária e rendimento físico e econômico em Guarapuava, 2007

	Produção	Produtividade	Valor bruto (R\$)	%
Soja	47.200 ha	2.850 Kg/ha	55.646.888,40	19,87
Madeira	-	630 m ³ /ha	53.720.747,00	19,14
Milho	29.400 ha	6.800 Kh/ha	41.083.560,00	14,87
Culturas de inverno (trigo, cevada, triticales e aveia)	31.145 ha	-	42.389.053,00	15,12
Batata	1.853,03 ha	26.410 Kg/ha	38.052.810,00	13,69
Suinocultura	45.200	-	14.698.986,00	5,30
Bovinocultura	66.400	-	14.612.080,00	5,25
Olericultura	324 ha	-	3.199.148,00	1,23
Feijão	2.600 ha	1.257 Kg/ha	3.181.453,00	1,21
Mudas (x 1.000)	14.672	-	2.629.780,00	1,08
Flores	-	-	1.417.168,00	0,58
Erva-Mate	5.100.000 Kg	8.050 Kg/ha	1.836.000,00	0,69
Avicultura	146.000 Kg	-	1.219.575,00	0,51
Ovinos/caprinos	25.300	-	2.311.267,00	0,97
Fruticultura	408.900	-	448.496,00	0,23
Ovos	813.200 dz	-	609.900,00	0,29
Total				100

(-) Não disponível

Fonte: DERAL/SEAB 2006/2007 e EMATER 2006/2007

Org: Autor, 2008

TABELA 11 - Ocupação da propriedade rural em Guarapuava, 2007

Tipo de cultura	Hectares
Lavouras anuais	95830
Lavouras perenes	1940
Pasto cultivado	25240
Pasto Nativo	12800
Reflorestamento	29850
Matas Naturais	0
Preservação Permanente	3300
Matas naturais-outras	40100
Outras áreas	96427
Total	305487

Fonte: DERAL/SEAB 2006/2007 e EMATER 2006/2007

Org: Autor, 2008

Como menciona a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava/ACIG (2001, p.9)

Este é um importante setor na economia de Guarapuava, pois possui contrastes muito fortes de produtividade e padrão de vida no campo. Existe, por um lado, uma realidade que é o Distrito de Entre Rios com excelentes médias de produtividade, inclusive sendo referência nacional, fruto da união, do trabalho sério e dedicado de uma parte da população. Por outro lado, observamos também no município, agricultores com problemas financeiros, de comercialização e de produção. Os mesmos atribuem a sua situação atual à falta de incentivo por parte dos governos federal e estadual, ou seja, transferem a responsabilidade de seu desenvolvimento a terceiros. Isto ocorre não só em Guarapuava, mas em várias localidades brasileiras.

A população economicamente ativa em Guarapuava, em 2000, atingiu 65.800 pessoas na área urbana e apenas 5.507 na área rural, significando uma tendência nos anos de 1990 para inserção da população nas atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços, como podemos observar na Tabela 12.

TABELA 12 – Evolução da população economicamente ativa em Guarapuava no período 1970/1995

Pessoal Ocupado	1970	1975	1980	1985	1995
Comércio, serviços	1949	3024	4574	4703	8016
Indústria	4198	4931	6666	5176	6382

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – Dados da Amostra
Org: Autor, 2008

A distribuição setorial do emprego mostra a intensidade e a importância de Guarapuava em atividades urbanas em 1998 e 2004, correspondendo mais de 61% a evolução do emprego no setor industrial, mais de 46% no comércio e acima de 51% no setor de serviços (Tabela 13).

TABELA 13 - Número de funcionários por setor em Guarapuava, 1998 e 2004

Períodos	Funcionários	Indústria	Comércio	Serviços
1998	22.846	5.643	6.366	10.837
2004	34.878	9.095	9.317	16.466
Evolução 1998/2004	52,7%	61,2%	46,4%	51,9%
	Funcionários	Indústria	Comércio	Serviços
% relativo	100%	26,1%	26,7%	47,2%

Fonte: Censo Econômico de Guarapuava, 2004
Org: Autor, 2008

Embora houvesse entre 1998 e 2004 a criação de mais de 12 mil vagas, principalmente no setor de serviços, isso não foi suficiente para absorver o total da população ativa e mesmo para a melhoria da renda da população (Tabela 14).

TABELA 14 - Indicadores de pobreza em Guarapuava, 1991 e 2000

% de indigentes, 1991	% de indigentes, 2000	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000
13,78	10,54	39,5	28,82

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003
Org: Autor, 2008

Acompanhando a vocação do setor primário, a diversidade e evolução do setor de comércio e de serviços é uma das possibilidades para empregabilidade de uma grande parcela de trabalhadores pouco qualificados, visto que os salários são relativamente baixos e a disponibilidade de trabalhadores revesa as vagas ofertadas no comércio local. Destaca-se o papel recente do ensino superior como um dos principais fatores de desenvolvimento.

Significa que as atividades econômicas retêm uma população empobrecida, principalmente pelo fato de ser o único centro urbano da mesorregião com maior diversificação econômica. A diversidade não significa melhoria das condições de vida, mas concentração de renda (Tabela 15).

O setor terciário tem cerca de 2000 estabelecimentos que ajudam promover a maior participação relativa no PIB e ao valor adicionado no setor produtivo, arrecadação do ICMS, que representa o valor efetivamente adicionado em seu processo produtivo. Os principais serviços na cidade são: o comércio de produtos alimentícios, manufaturados e bens duráveis; serviços bancários e de créditos, serviços médico-odontológicos, entre outros.

TABELA 15 - Percentagem da renda apropriada por extratos da população em Guarapuava, 1991 – 2000

Extratos da população	1991	2000
20% mais pobres	3,10	2,30
40% mais pobres	9,10	7,80
60% mais pobres	18,40	16,80
80% mais pobres	34,20	31,70
20% mais ricos	65,80	68,30

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)
Org: Autor, 2008

Guarapuava, portanto, consolida-se na década de 1990 como uma espacialidade da produção e da população numa região agrícola, tal como nos apresenta Santos (1994, p.67-68), tendo o município a inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem dessas atividades.

A participação das atividades não-agrícolas em Guarapuava depende de vários fatores para assegurar as vagas nas atividades urbanas, uma vez que concentra mais de 40% da população regional. Informações obtidas no *Jornal O Diário de Guarapuava* (2000, 2001 e 2003) mostram dados referentes ao desemprego, chegando a 15 mil no ano de 2000, 21 mil pessoas desempregadas em 2001 e 24 mil desempregados em 2003. Salienta-se que o desemprego na indústria extrativista está associado à substituição dessa atividade em nível regional, como também à proibição do corte de madeiras nativas, além do setor madeireiro voltado para o aproveitamento das áreas reflorestadas, sem falar da competitividade com outros países⁴³.

Todavia, há um crescente percentual de pequenas indústrias que abriram ou que se instalaram no município. De cada 10 empresas, 4 são informais, por não possuírem registros nos órgãos competentes. A justificativa está alicerçada em três pilares: a) o número crescente de atividades informais é justificado em todo o Brasil, não só em Guarapuava, por fatores tributários, principalmente; b) o atual Censo fez

⁴³ No ano de 2003, a indústria Samco Comércio Ltda encerrou suas atividades. A empresa Samco foi fundada no ano de 1997, em Guarapuava, em parceria entre a Manasa e uma empresa dos Estados Unidos. Gerava cerca de 650 empregos diretos e cerca de 400 empregos indiretos (JORNAL O DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2003).

uma varredura mais apurada na informalidade, classificando empresas que até então não foram computadas no censo anterior (aperfeiçoamento de metodologia) e c) ocorreram mudanças nas relações de trabalho entre empregador e empregado, sendo que muitas empresas estão preferindo dispensar um funcionário, incentivando-o a abrir a sua própria empresa (ACIG, 2001).

Contudo, os índices de emprego estão abaixo das ofertas necessárias ao crescimento da população urbana, fazendo com que toda mesorregião centro-sul se caracterize com maior dificuldade de inserção econômica, refletindo nos baixos padrões de moradia da população. O nível de absorção de mão-de-obra pelo setor terciário, concomitantemente a um processo cumulativo de urbanização, faz-se com a instalação de amplas margens de subempregados e populações marginais.

Ao analisar o fluxo de mão-de-obra, segundo tipo de movimento por setores⁴⁴ em Guarapuava, no período 2001/2005 (Tabela 16), verifica-se um crescimento líquido de vagas baixo e até negativo em alguns setores, estimado pelas admissões e pelos desligamentos.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento industrial ocorreu de maneira menos intensa em toda a mesorregião Centro-sul, sendo insuficiente para ampliação do emprego, restando à grande parte da população somente ocupações temporárias, ligadas ao setor terciário. Como pode ser acompanhado na Tabela 17, o número de estabelecimentos industriais por atividades econômicas no município é ainda ligado à madeira e ao mobiliário, seguido do papel, papelão, editorial e gráfica.

⁴⁴ Agropecuário, extrativo vegetal, caça e pesca: agricultura, silvicultura e criação de animais, extração vegetal, pesca e aqüicultura. Extrativa mineral: mais incipiente, destaca-se: água mineral, argila, areia e o pó de basalto. Indústria de transformação: formada por produção de minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte, madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha, couro, química, produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, materiais plásticos, têxtil, calçados e artigos de tecidos, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial gráfica e diversos; Construção civil; Serviços de utilidade pública; comércio: varejista e atacadista; serviços: crédito, administração de imóveis, transportes, comunicações, alojamento e alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares, radiodifusão, técnico-profissional, comunitários e sociais, organizações internacionais e representações estrangeiras, médico odontológicos e veterinários e ensino; administração pública e outros.

TABELA 16 – Fluxo de mão-de-obra, segundo tipo de movimento por setores em Guarapuava no período 2001/2005*

Setores e Atividades econômicas	2001				2002				2003				2004				2005			
	adm	desl.	cres. líqu.	emp. estim	adm	desl.	cres. líqu.	emp. estim	adm	desl.	cres. líqu.	emp. estim	adm	desl.	cres. líqu.	emp. estim	adm	desl.	cres. líqu.	emp. estim
Agrop. Ext veg. caça/pesca	1004	952	52	2313	1012	914	98	2045	1296	1075	221	2514	1191	1245	-54	2607	1084	1105	-21	2760
Extrativa mineral	6	5	1	41	12	9	3	44	12	12	0	59	47	68	-1	54	18	15	3	50
Indústria de transform.	2245	2065	180	6469	2909	2285	624	7069	2329	2866	-537	8586	2635	2415	220	7296	2137	2427	-290	7119
Construção civil	248	341	-93	974	563	422	141	1179	379	510	-131	957	544	406	138	1109	553	761	-208	1125
Serv. Ind. De útil. Publi.	20	16	4	27	14	26	-12	16	20	18	2	92	20	21	-1	92	23	23	0	92
Com. Varej atacadista	2729	2365	364	5344	3096	2430	666	6511	3563	2993	570	6605	3804	3121	683	7147	3536	3366	170	7375
Serviços	20	16	4	27	2170	1910	260	5592	2769	2183	586	6797	3392	2880	512	7475	3821	3100	721	7957
Adm. Publi.	4	47	-43	817	3	46	-43	763	44	28	16	771	22	17	5	340	7	9	-2	376
Outros	0	2	-2	3	0	0	0	3	0	15	-15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8797	7783	1014	21357	9779	8042	1737	23222	10412	9700	712	24381	11655	10153	1502	26120	11179	10806	373	26854

* Dados obtidos entre Janeiro 2001 a dezembro 2005

** Dados brutos por setores

Fonte: Secretaria do Trabalho do Paraná, 2006

Org.: Autor, 2007

TABELA 17 - Número de estabelecimentos e empregos segundo atividades econômicas, 2004

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	2	39
Indústria de produtos minerais não metálicos	19	143
Indústria metalúrgica	41	227
Indústria mecânica	6	19
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	1	3
Indústria de materiais de transporte	6	58
Indústria da madeira e do mobiliário	133	2.834
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2	2.180
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim e ind. Diversas	21	122
Indústria química, prod. farmac., perf., sabões, velas e mat. plást.	12	543
Indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	18	145
Indústria de calçados	2	5
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	60	745
Serviços industriais de utilidade pública	6	91
Construção civil	121	1.034
Comércio varejista	996	6.035
Comércio atacadista	140	1.198
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	31	341
Administradoras de imóveis, valores móbil., serv. técn, profiss., aux., ativ. Econ.	233	1.772
Transporte e comunicação	180	1.238
Serviços de alojamento, alim.,manut.,radiodifusão e televisão	347	2.344
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	149	935
Ensino	39	1.368
Administração pública direta e indireta	7	3.678
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	737	2.256
Total	3.336	29.353

Fonte: IparDES, 2006

Org: Autor, 2008

Sendo assim, no crescimento urbano de Guarapuava presencia-se o desigual desenvolvimento socioespacial como resultado dos fatores já assinalados anteriormente (concentração de renda, dinâmica econômica pouco complexa). Bernardim (2000) e Bernardim et al. (2004) destacam o fato de que, entre as 20 maiores empresas de Guarapuava entre os anos 1987 e 1997, houve um incremento de 18,5% na força de trabalho, sendo apenas 10,1% de vagas no mercado formal, verificando um déficit relativo (correspondente à realidade de 1987) na ordem de 1.760 vagas ou 7,4% dos empregos atuais. Para o período 2003 e 2004, poucas mudanças significativas do período anterior (1987-1997), o que demonstra certa precarização do trabalho provocada pela pouca disponibilidade de oferta, somado aos baixos investimentos tecnológicos por setor.

Podemos assim dizer que o desemprego em Guarapuava é o que Pochmann (2001) chama de desemprego estrutural; resultado de um excesso não temporário de mão-de-obra em relação às possibilidades de geração de emprego da economia e/ou mesmo uma redução no volume de mão-de-obra empregada, que se torna obsoleta em certas habilitações. As explicações do desemprego, seguindo as idéias de Bernardim (2000), podem ser compreendidas pelos baixos níveis de empreendedorismo da população do município, mesmo entre os indivíduos de nível universitário. A ampliação do desemprego causada pelo incremento tecnológico é parcialmente verdadeira para Bernardim (2000), pois, os investimentos empresariais em tecnologia não foram um fenômeno apreciável nas empresas por ele entrevistadas.

No que se refere ao comércio, observa-se formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, como mencionam Sposito et al. (2007a). Essas atividades são identificadas nas filiais de rede de eletrodomésticos, que se localizam em Guarapuava para atender à demanda local e regional. Pode-se também dizer que, em particular, dá-se o fortalecimento de grupos econômicos regionais, principalmente na rede de supermercados e de farmácia.

Embora Guarapuava tenha sofrido um intenso crescimento da população urbana, levando-a à posição de centro regional, isso não significou ganhos econômicos para uma grande parte da população. Tal fato leva a crer que os desmembramentos ocorridos separaram ainda mais os grupos mais carentes e pouco qualificados em cidades vizinhas, restando pequena alternativa econômica, o que leva ao fluxo migratório tanto para Guarapuava, como para outros centros urbanos do estado.

Apesar da forte migração rural-urbana em direção a Guarapuava, há também o fluxo migratório da população para o norte de Santa Catarina, Região Metropolitana de Curitiba e para o eixo Maringá - Londrina.

O índice de emprego formal abaixo do crescimento da população urbana, faz com que Guarapuava se torne uma das áreas com maior dificuldade de inserção econômica no estado, refletida no emprego temporário.

O ritmo de realização das políticas públicas não é suficiente para alterar o quadro de poucas vagas no emprego formal, favorecendo, assim, a concentração dos grupos com menor renda em áreas periféricas e privadas. Restam, portanto, ações integradas entre as esferas pública e privada de modo a estabelecer novos rumos a fim de acompanhar a urbanização e o emprego não só em Guarapuava, mas em toda mesorregião Centro sul.

Cumprе enfatizar que, historicamente, proprietários das extensas porções fundiárias sempre remeteram para fora os excedentes obtidos com a exploração da terra. Os poucos excedentes que permanecem são parcialmente investidos em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços favorecida também pela localização da BR 277, um corredor viário que integra o Estado no sentido leste/oeste. Daí a pobreza do entorno, disseminada em pequenas propriedades relegadas às partes menos férteis e com piores condições de produção. Assim, percebem-se movimentos, ainda que muito tímidos, na busca de inserção diferenciada na divisão social do trabalho (IPARDES, 2005).

As consequências desse processo se manifestam em Guarapuava, uma vez que se percebe a procura dos grupos que se deslocam da região na procura de vaga no mercado de trabalho. O município de Guarapuava passou por um processo contínuo de aumento da população total entre as décadas de 1960 e 2000, decorrente da evasão populacional dos municípios de seu entorno, pois, muitos municípios não têm capacidade para garantir sua sustentação e, com isso, têm também favorecido o fluxo migratório para outras mesorregiões do estado.

O crescimento da população total em Guarapuava aponta para continuidade da migração rural e a forte concentração urbana, consolidando assim sua influência regional, com forte dependência dos demais municípios pelos serviços oferecidos que, embora diversificados, são insuficientes para aumento da renda da população.

O perfil funcional de Guarapuava é, então, orientado pela capacidade que o município tem de absorver um contingente populacional composto por forte desigualdade de renda. Nesse conjunto, percebe-se a relação entre as diferentes características econômicas da mesorregião Centro-sul e os processos sociais que se desencadeiam.

Nessas condições, nas características aqui reunidas, é possível perceber a dinâmica econômica e social do Centro-sul, em particular, Guarapuava.

Tal fato pode estar associado à criação de muitos municípios ao longo dos anos que ainda não atingiram o desenvolvimento desejado, junto a outros aspectos, como pouca oportunidade para ocupação, concentração de terras, esgotamento do uso do solo, entre outros, que ajudam definir o problema regional. Esses aspectos alimentam ou aparecem com mais intensidade em municípios com contingente urbano, como é o caso de Guarapuava que absorve, além dos seus próprios problemas, o reflexo de um contexto regional carente de oportunidades.

3. A ESTRUTURAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DE GUARAPUAVA ENQUANTO PRINCIPAL CENTRO URBANO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

Os arranjos econômicos na década de 1960 tiveram um forte impacto em todo território da mesorregião Centro-sul, marcado pelo início da agroindústria e dos investimentos para aumento da produção agrícola. O extrativismo deixou de ser o objetivo principal da economia regional.

A expansão da fronteira agrícola em toda mesorregião Centro-sul paranaense passou a atrair um grande contingente populacional. Significa que a cidade de Guarapuava passou a receber trabalhadores que foram substituídos pela mecanização da agricultura e trabalhadores de outras regiões que formaram grupos espalhados em toda extensão do município, tornando-se, assim, o principal centro urbano.

O objetivo do capítulo é analisar, no curso da transformação regional, a estruturação social e espacial de Guarapuava. O capítulo apresenta a legislação urbana, tendo como ponto de partida o Plano de Urbanização, em 1969, e as demais Leis e intervenções do poder público, entre 1960 a 2004.

3.1 DO TEMPO DO “CHAPÉU NA MÃO” À NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO (1964/1977)

As raízes de uma sociedade tradicional e centralizadora dominaram a política urbana e coordenaram as diferentes etapas do desenvolvimento econômico e as relações regionais de Guarapuava. A ideologia dominante, então, expandiu-se ao longo dos anos, fortemente ligada ao sistema que respondia aos objetivos comuns dos agentes locais instalados e que formaram grupos com objetivos comuns na política local.

O conjunto das ações para a normatização do espaço urbano esteve relacionado com interesses compatíveis entre o governo federal e local, num período de recuperação econômica em todo país. Durante o governo municipal de Nivaldo Passos Krüger (PMDB), foi elaborado o Plano Básico de Urbanização e as Diretrizes

para o Plano Diretor em 1969, aprovado pela Lei N° 552/1969. O Plano Básico representa aquilo que Rezende (1982, p.31) atribuiu ao plano diretor:

o plano diretor tenta fazer crer que a cidade seja um conjunto de construções e usos do solo que podem ser arranjados e rearranjados através de planejamento, sem levar em conta os determinantes políticos, sociais e econômicos. Sua utopia é evidenciada na proposta de desenho físico como capaz de ordenar padrões de relações sociais e até de submeter a estrutura de classes ou, ainda, como modelo de sociedade sem classes.

Mediante a criação de regras para disciplinar o uso do solo, o governo local, por meio do Plano Básico (1969), passava a idéia da necessidade dos financiamentos e de convênios administrativos com entidades estatais e órgãos públicos, desconsiderando as diferenças no espaço urbano. Marca então, o momento em que foram redefinidas novas dimensões para a administração municipal, pautada no Plano Básico e no Plano de Governo.

Não havendo outras condições para organizar o espaço diante do que havia se estabelecido ao longo da formação urbana, o poder público local tratou de disciplinar o uso do solo, medida considerada necessária para redefinir uso de um seletivo mercado imobiliário que já havia se formado pelos proprietários das maiores áreas no espaço urbano.

Os objetivos da Lei N° 552/1969 que definiu, inicialmente, o Plano Básico de imediata execução, visando à seqüência de aprovação dos detalhes técnicos para o desenvolvimento físico do município, elaborado no âmbito municipal, significou uma medida administrativa e moderna para a gestão municipal, garantindo a hegemonia política que permaneceu em Guarapuava de 1964 até 1988.

As novas diretrizes discursivas que se estabeleciam pelo poder público após a década de 1960, denotam, conforme Tembil (2004), obras de modernização que exigiam, no que diz respeito aos padrões estéticos, o rompimento com o velho, o antigo, o tradicional. O desejo de modernização da cidade aliado aos interesses imobiliários desembocou na transfiguração da fisicalidade de Guarapuava (TEMBIL, 2004). A modernização, assim, reforçou o papel regional da cidade, surgindo, então, perspectivas para adequar o Plano Diretor, que deveria ser institucionalizado para garantir os interesses do capital local, bem como a tentativa de um ordenamento do

espaço que correspondia às diretrizes do poder político voltado a atender as áreas onde se localizavam os grupos sociais com maior renda.

Ademais, para Tembil (2004), em atendimento ao discurso vigente, o traçado das vias e logradouros públicos também sofreu remodelações de forma a imprimir uma nova configuração do quadro urbano o que, por consequência, implicou na demolição de espaços que integravam lugares considerados identitários para parte de seus habitantes, remetendo, nessa perspectiva, o estabelecimento de outras práticas da vida urbana.

O Plano de Urbanização de 1969 foi elaborado por um grupo de trabalho designado pela Lei N° 406/64⁴⁵, coordenado pelo Departamento de Urbanização e Turismo, criado pelo Projeto de Lei N° 480/64. O Plano Básico apresenta um diagnóstico da cidade, cujos objetivos foram assim definidos:

- Sistema Viário (rodovias de acesso, avenidas rápidas estruturais denominadas expressas, avenidas coletoras e ruas tributárias).
- Zoneamento - seguiu um chamado Zoneamento de Massa, onde o município ficou dividido em: Zona de Baixa Densidade, Zona Urbana Residencial, Zona Urbana Comercial, Zona Urbana Industrial e Zonas Especiais (Quadro 3, Fig. 6).
- Arruamento e Loteamento: a partir do Decreto Federal n. 58 de 10 de dezembro de 1937, que menciona a obrigatoriedade da apresentação de projeto para loteamento a ser aprovado anteriormente pela Prefeitura Municipal, sujeito à interdição administrativa e demolição. Chama atenção o artigo 25, que afirma que a Prefeitura “poderá promover o reloteamento das áreas loteadas, para melhor aproveitamento do solo urbano, tratando cada uma dessas áreas em planos setoriais independentes, inscritos no Plano de Urbanização em harmonia com as suas diretrizes”.
- Edificação – estabelecerá as condições de elaboração de projetos de acordo com as diretrizes do Plano de Urbanização e as normas técnicas, obedecido o Código de Obras.

A definição do zoneamento, segundo a Lei N° 552/69, em três zonas residenciais (exclusivamente residenciais - ZR-2, preferencial residencial – ZR-1 e

⁴⁵ Constituído por: um representante do Prefeito, dois do legislativo, indicados pela sua Comissão Executiva, um da Associação Comercial e Industrial, um da Associação Rural, todos assessorados por técnicos na matéria, cuja indicação terá a aprovação da Câmara de Vereadores.

habitação popular - ZR-3), revela a segregação socioespacial dos assentamentos urbanos que não faziam parte da área central.

QUADRO 3 – Zoneamento em Guarapuava segundo a Lei N° 552/1969

Zona permitida		Permissíveis	Observações
Zona Residencial	Exclusivamente Residencial (ZR-2)	Zona exclusivamente individuais, estabelecimentos de ensino, biblioteca, museus e instituições culturais, edifícios de recreação e de culto, hotéis de luxo, estabelecimentos hospitalares e laboratórios de análise	Os lotes não poderão ter área inferior a 600 m ² , Permitido edificação de habitações coletivas,
	Preferencial residencial (ZR-1)	Idem ZR-2	Densidade não deverá ser superior a duzentos habitantes por hectare
	Habitação Popular (ZR-3)	Idem ZR-2	Densidade não deverá ser superior a trezentos hab/há
Zona Comercial	Centro Comercial principal (ZC-1)	Edifícios públicos, estabelecimentos de comércio a varejo, supermercados, pequenas oficinas, escritórios, bancos em geral, editoras, instalações de rádio e televisão, bibliotecas e museus,	A área construída poderá atingir até cinco vezes a do lote.
	Centros comerciais secundários (ZC-2)	Idem ZC-1	Admite habitações coletivas, que não ultrapassem a quatro vezes a área do lote. Admite depósitos de materiais não inflamáveis.
Zona industrial exclusiva (ZI-1) e (ZI-2)		Indústria de qualquer tipo, depósitos em geral, oficinas, garagens de carga, escritórios, comércio atacadista e varejista, bares, restaurantes, cafés, padarias etc.	A área construída poderá ser de até duas vezes a do lote. Na ZC-2 permite as mesmas atividades da ZC-1, com exceção de indústrias nocivas ou perigosas e depósitos de materiais explosivos, bem como residências coletivas.
Zonas especiais (ZE)		Setor de abastecimento (SA), Setor Cívico (SC) e Setores Militares (SM).	

Fonte: Lei Municipal N° 552/1969
Org: Autor, 2008.

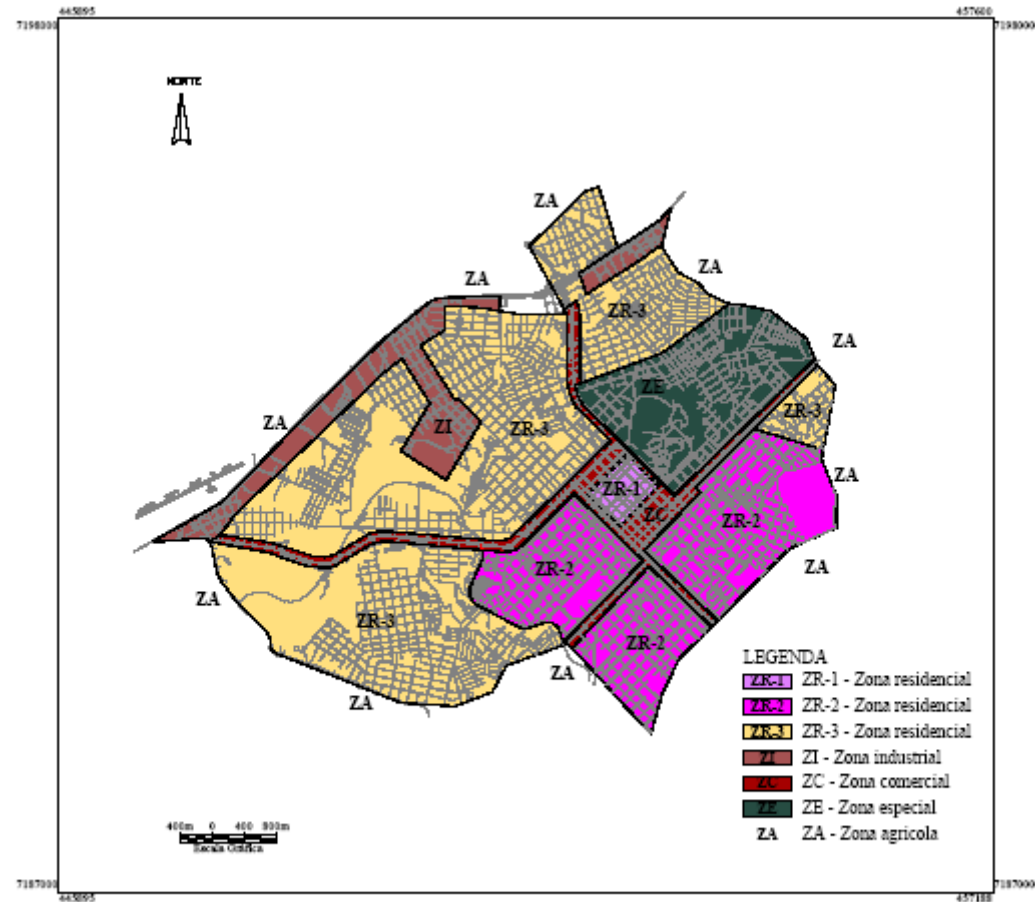


FIGURA 6 - Zoneamento urbano segundo a Lei N. 552/1969

Fonte: Lei Municipal N. 552/1969
 Edição: Luciano Galvão
 Organização: Autor, 2008

Os assentamentos urbanos dos grupos de baixa renda foram sendo produzidos e, por não atenderem aos quesitos residenciais na área central, não tiveram definições de área mínima dos lotes como fora definido para as zonas exclusivamente residenciais; havia apenas a definição da densidade, que não deveria ser superior a trezentos habitantes por hectare.

Percebe-se a questão ideológica com que se efetivou o zoneamento em 1969, determinado pelo controle e domínio prático do espaço. Esse fato pode ser atribuído naquilo que Santos (1999) define como uma racionalidade hegemônica, responsável pela unificação dos diversos segmentos característicos da vida urbana e que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam contra-racionalidades que, de um ponto de vista social, formam os espaços segregados.

Não podemos negar que os parâmetros estabelecidos no zoneamento de 1969 deixam claro o interesse do poder público local em promover a organização do espaço urbano, atendendo ao desejo da elite local para o melhor aproveitamento da área central.

Como diz Oliveira et al. (1993, p.35)

o planejamento local existente preocupava-se mais com o espaço físico a ser ordenado do que com o sistema sócio-econômico representado pelo município e influenciado por peculiaridades de funcionamento interno e relacionamento externo com a região em que se situava.

O Plano Básico de Urbanização (1969) teve como perspectiva a sistematização e o acompanhamento das transformações promovidas pelo crescimento urbano. O plano seguiu a expansão urbana e as áreas produzidas sem considerar o tipo do imóvel e as características da ocupação, seguindo a tradição de um planejamento técnico que, na maioria das vezes, não atendia à necessidade de solucionar problemas, como a ocupação do espaço.

Observa-se que o plano elaborado não teve como foco a organização do sistema viário, como forma de melhor integração entre o centro e a periferia ou mesmo de provocar a ocupação dos espaços vazios. Se, por um lado, o centro recebia fortes investimentos, na periferia avançava a especulação das grandes

propriedades. De acordo com Silva (1995, p.93)

A materialização do sistema produtivo, a transformação das relações de trabalho e as grandes inversões de capital no setor de infraestrutura básica promovidos pelo Estado repercutiram na estrutura urbana de Guarapuava, que passou a ser cada vez mais atraente para investimentos em terra urbana. Assim, as áreas ainda não parceladas passaram a obter um valor potencial proporcionado pela expectativa da apropriação dos benefícios que o governo do Estado passou a implantar na cidade.

O crescimento das áreas periféricas pelos loteamentos de baixa renda levou à ampliação do perímetro urbano pela Lei Nº 11/1970 (APÊNDICE A), uma vez que não havia impedimento para produção de loteamentos.

Cabe salientar que no centro de Guarapuava, conforme Silva (2002), foram construídas relações pessoais que garantiram espaço à elite campeira, condição que foi mantida até o final dos anos de 1980. Para Silva (2002), o conhecimento de longa data entre as famílias tradicionais, a manutenção de seus códigos de conduta social, os negócios, os pontos de encontro, ficaram todos concentrados na área central de Guarapuava. Nesse sentido, sendo o centro da cidade uma área de pequena dimensão, o contato interpessoal é marcante e possibilita um processo de regulação social intenso. As redes de amizades e inimidades são claramente definidas e utilizadas na garantia de uma posição social ou econômica. O modo de vida local se baseia na conjugação entre as relações contratuais, necessárias para respaldar a estrutura social e as relações pessoais, comumente utilizadas nas expressões das propagandas de inúmeros empreendimentos urbanos.

Observa-se, no ano de 1969 (Fig. 7), que o centro era mais densamente ocupado, seguido dos bairros também atendidos pelos programas de melhoria da infraestrutura: Trianon, Batel, Santa Cruz, Dos Estados e Santana.

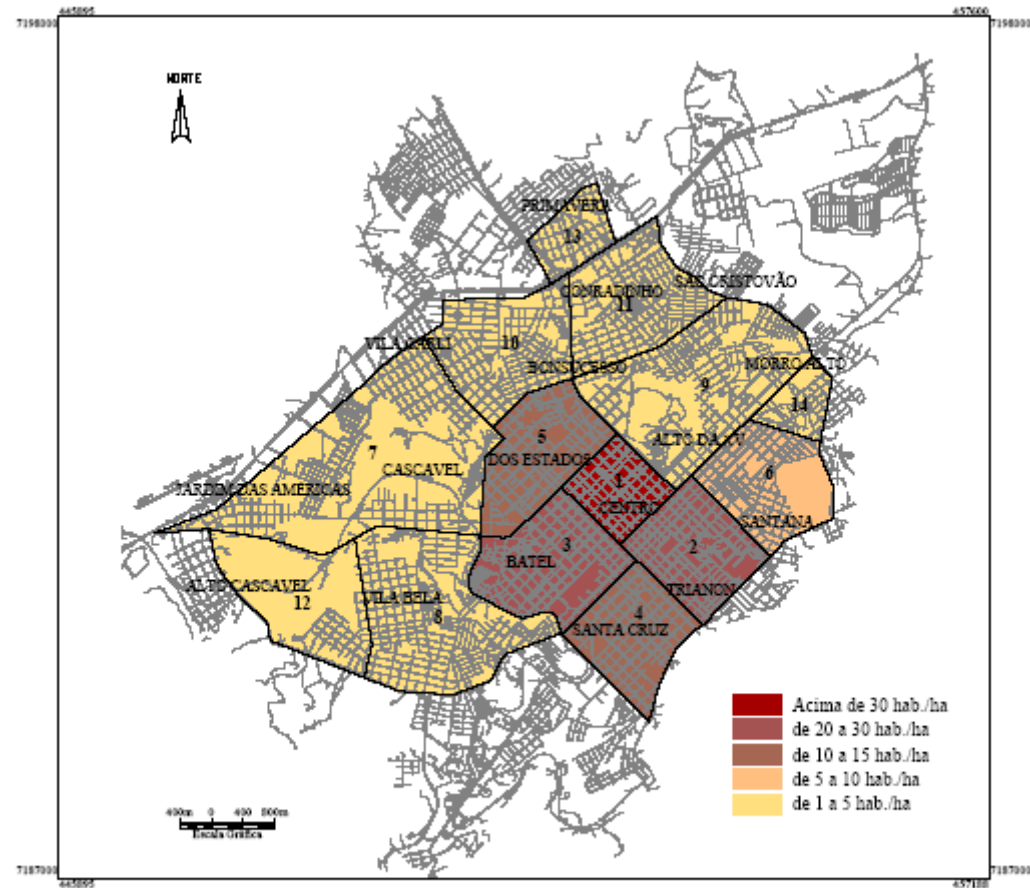


FIGURA 7 - Densidade populacional por setores em Guarapuava, 1969

Fonte: Arquivos CNDU, FAMEPAR, SUDESUL (s/d)
 Edição: Lúcio Galvão
 Organização: Autor, 2008

Nos demais bairros, com menor densidade no setor norte da cidade, caso dos bairros Alto da XV, Morro Alto e Bonsucesso, foram construídos os núcleos habitacionais municipais. Nos bairros Alto Cascavel, Jardim das Américas e Vila Bela já existiam ocupações que formaram os núcleos de favelas, sendo suas proximidades reservadas para futuros núcleos habitacionais.

Assim, percebe-se que a maior densidade populacional dos bairros se associa-se aos investimentos do poder público em bairros mais centrais, que sustentaram o plano municipal nas gestões municipais por mais de duas décadas.

No ano de 1971, foram redefinidos novos padrões para a construção civil, que estimulavam o mercado imobiliário para a verticalização na área central. Dessa forma, a Lei Nº 46/1971, em seu artigo 1º, não permitiu “a construção de madeira à margem da Rua Saldanha Marinho até o limite do 1º quadro urbano e nem tão pouco edificações com menos de três (3) pavimentos na Rua XV de Novembro, no trecho compreendido entre as Ruas Saldanha Marinho e Benjamim Constant, principal via pública desta cidade”.

Junto às mudanças do sistema produtivo na região e em Guarapuava, como a expansão da fronteira agrícola do estado, o núcleo urbano passou a ter novos papéis, principalmente como prestador de serviços, o que contribuiu para o crescimento urbano e sua função regional.

No que se refere ao investimento do Governo do Estado, este deu apoio à infraestrutura das cidades, visando minimizar os fluxos migratórios e a carência de cidades polo, como Guarapuava. É oportuno destacar que os serviços prestados e o financiamento do governo paranaense para o saneamento, para eletricidade e para habitação foram fatores relevantes para promover o desigual atendimento aos grupos que se localizam na área central e os grupos mais carentes nas áreas periféricas.

O Governo do Estado também deu apoio aos setores de transporte e de comunicação, com vistas a promover maior integração e desenvolvimento dos municípios. O asfaltamento da BR 277, na década de 1960, que liga Curitiba - Foz

do Iguaçu promoveu maior integração da economia local e dinamizou também a ocupação de algumas áreas periféricas.

O que se observa é uma ação do Governo do Estado que ainda permanece, no qual o investimento em estradas é essencial e, ao mesmo tempo em que perdura o deficiente atendimento aos programas de habitação, educação, saúde e, principalmente, ao pequeno produtor, estimulando o êxodo rural e os conflitos de terra em muitas regiões.

Impôs-se, já na década de 1970, uma política urbana no Estado acompanhando as complexas transformações e minimizando seus efeitos perversos, a qual esteve longe de ser realizada adequadamente, seja no âmbito dos governos municipal e estadual, seja no governo federal (CARNEIRO LEÃO, 1997).

Os financiamentos obtidos pelo município junto ao Estado como o Fundo de Desenvolvimento Urbano, Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio/PNCCPM, FINC, Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada / CURA e ainda os Planos Comunitários⁴⁶, implantados localmente pela Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava/SURG, não foram suficientes para minimizar a carência de pavimentação e a ligação entre os bairros e o centro, que, pelas características de ocupação, não puderam ser viabilizados pela Prefeitura, já que não havia retorno direto dos investimentos, pelas necessidades de desapropriação e movimento de terra. (LACHOWSKI, 1980).

Conforme destaca o *Jornal Esquema Oeste*, de 3-9 de setembro de 1975, em matéria sobre a infraestrutura urbana, os investimentos na área central com a pavimentação asfáltica chegaram a 70% por meio de financiamento como o BNH e 30% com receitas municipais.

Em agosto de 1975, Guarapuava foi incluída no Programa Comunidade Urbana para Renovação Acelerada / CURA, contando ainda com os recursos do II PND, como o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), PASEP, FIDREM, FIDES e o Fundo de Desenvolvimento Urbano. Segundo Pontes (2000), em 1975, o Estado

⁴⁶ Segundo Nereu Pedro Batistelli, Diretor Técnico da SURG, em entrevista concedida no dia 18 de março de 2009, na SURG, o Plano Comunitário ainda existente, compreende investimento particular para cobertura asfáltica, calçadas e arborização.

militar lançou ainda o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), no qual foram traçadas para a Região Sul a dinamização e a promoção das atividades de planejamento integrado, infraestrutura urbana e equipamento social, atuando em centros urbanos próximos ou acima de 50 mil habitantes⁴⁷.

Apesar de existirem financiamentos que ajudaram a estruturação do plano habitacional e demais necessidades da população urbana, o discurso do poder público tentava desviar a idéia do tempo do “chapéu na mão”⁴⁸. Em resposta aos instrumentos que a administração municipal tinha acesso para realizar seu programa de governo, o prefeito Nivaldo Krüger dizia,

Nós vivemos o tempo do auxílio e do paternalismo. Foi um longo tempo em que Guarapuava ficou esperando, esperando, esperando que viessem auxílios para resolver problemas que se avolumavam e se acumulavam durante décadas. E os auxílios nunca chegavam. Hoje estamos nos utilizando da nova filosofia de governo e de vida pública que predomina no país, que é a da auto-suficiência da comunidade no uso dos recursos, através de financiamentos e do pagamento desses benefícios pela própria comunidade, pela própria sociedade local, única forma de se resolver os problemas básicos de um município. Municípios que ficaram à espera de auxílio estão esperando auxílio. Por terem um padrinho, ou sei lá o que, um elemento influente na área do governo, acabam frustrando a sua população por não poderem resolver os seus problemas básicos (*JORNAL ESQUEMA OESTE*, de 09 de dezembro de 1975, p.6)

A edição do *Jornal Esquema Oeste*, de 26 de março de 1975, destacava a crise habitacional e a valorização da área central, onde os imóveis eram concorridos em decorrência da crise habitacional por que passava o município, momento em que o BNH era visto como o caminho para a produção habitacional dos grupos de baixa e média renda. Em 1975, na capa do jornal *Esquema Oeste*, edição de 02 a 08 de julho, aparece: “Guarapuava vai assim se consolidando em ‘status’ de cidade grande”, no destaque feito à construção do Edifício Córdova, localizado no centro.

A produção imobiliária procurou, de alguma forma, valorizar a modernização na área central pela expansão do comércio, dos serviços e da moradia,

⁴⁷ Nos anos de 1970, paralelo ao crescimento e investimento na infraestrutura urbana, ocorre a crise da atividade madeireira e a diversificação das culturas (maçã e trigo).

⁴⁸ Expressão utilizada pelo Diretor do *Jornal Esquema Oeste* Leonel Julio Farah ao entrevistar o prefeito Nivaldo Krüger na edição do *Jornal Esquema Oeste* de 09 de dezembro de 1975.

estabelecendo uma valorização diferenciada em relação à periferia empobrecida e ocupada pelos grupos sociais de baixa renda.

Em 1976, o município buscou novos financiamentos como o Fundo de Desenvolvimento Urbano / FDU, cuja preocupação era sanar o problema da precária infraestrutura e a recuperar a área desvalorizada no centro da cidade e ocupada pela população carente, onde mais tarde seria construído o Parque do Lago. Assim, a recuperação de área desvalorizada no centro significou a intervenção do poder público no investimento para construção do Parque do Lago no prolongamento da rua XV de novembro, provocando a expansão urbana pelos grupos com maior renda.

Nesse momento, vê-se a preocupação da gestão municipal com a infraestrutura e com a estética da cidade. A cidade passava, na área central, por uma intensa especulação imobiliária e o governo local procurava meios para disciplinar o uso do solo e reduzir os efeitos da especulação, criando áreas verdes e praças. O resultado foi a retirada dos grupos sociais de baixa renda que ocupavam áreas próximas ao centro mediante certa pressão para desocupação, desencadeando a especulação imobiliária.

O crescimento da população, acima da média do Estado desde os anos de 1970, fez com que o município fosse, juntamente com outros centros maiores (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Paranaguá), alvo para financiamentos estaduais, além dos já mencionados⁴⁹.

Durante a segunda gestão do prefeito Nivaldo Krüger (1973/1977), foi elaborado um Planejamento Global visando à obtenção de recursos junto ao governo federal, cujos fins não passaram de reformas urbanas para a melhoria do padrão estético da cidade. Nessa conjuntura política, o município foi definido pelo Governo Estadual como polo regional, atendendo à proposta do Plano Micro-regional de desenvolvimento integrado. Neste momento, Guarapuava se insere no

⁴⁹ Conforme o *Jornal Esquema Oeste* de 18-24 de setembro de 1981 as linhas de ações do Paraná propostas pelo Plano de Trabalho da coordenadoria de Estudos e Projetos / CEP, visava apoio ao planejamento urbano de 30 centros urbanos do Estado com população acima de 15 mil habitantes. As principais ações eram: capacitação de técnicos, apoio a projetos de industrialização, aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento urbano. Além disso, implantar Planos Diretores para os trinta centros urbanos do Estado com população acima de 15 mil habitantes.

chamado Plano Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio / PNCCPM, que tinha como programa o Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada / CURA. O financiamento para habitação foi acompanhado pelo BNH desde 1964.

Observa-se, assim, o reforço da eficiência dos dirigentes locais, fazendo entender que as ações do poder público local foram recebidas por parte da população e também ocorreram benefícios diversos para o crescimento urbano. Tal fato pode ser observado na edição do *Jornal Esquema Oeste* de 25 de junho a 01 de julho de 1977, quando o problema das ocupações que formaram as favelas na periferia despertou ação comunitária, coordenada pela prefeitura, pelos poderes legislativo e judiciário, pelos clubes de serviço, pela associação de classe e por outras entidades comunitárias.

A ação mostra aquilo que Weber (1989) comenta como a organização da dominação política, que se reflete em nível do Estado e do município pelas intervenções pontuais. As demais intervenções foram fundamentais para levar os grupos menos favorecidos em direção à periferia.

Uma das metas do governo municipal, em 1978, foi inserir Guarapuava num convênio junto à Comissão Nacional de Política Urbana / CNPU, visando a outros financiamentos para implantação de projetos e obras de desenvolvimento urbano.

No entanto, mesmo havendo intermináveis problemas, sobretudo pelo grande número de ocupações que formavam as favelas, o processo de crescimento dos loteamentos seguiu em ritmo acelerado e novamente ocorreu a expansão do perímetro urbano pela Lei Nº 10/1977 (APÊNDICE A).

Vale ressaltar que parte dos loteamentos produzidos nas décadas de 1960 e 1970 não são aprovados pela Prefeitura Municipal. No entanto, consolidou-se o seu processo de ocupação, onde o Poder Público, através de pressão popular, arcou com a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários, isentando o promotor privado de qualquer prejuízo no investimento feito (GUARAPUAVA, 1997). Tais loteamentos, considerados irregulares, não possuem áreas de preservação, áreas de lazer ou uso público e poucas áreas pertencem ao município, que poderiam servir para implantação dos equipamentos comunitários necessários e programas habitacionais para população de baixa renda.

Silva (1995, p. 137-138) destaca três momentos diferentes para a valorização e implantação da infraestrutura:

- 1) a relação não era tão forte no período em que ela era rara e não fazia parte dos hábitos de consumo da população;
- 2) a valorização foi potencializada pelo Estado quando investiu no setor e promoveu a distribuição diferenciada;
- 3) o poder público municipal arcou com os custos desta implantação, ampliando seu acesso, ao mesmo tempo em que o governo estadual criou tarifas sociais para garantir o consumo da população de baixa renda.

Os loteamentos não cadastrados desde os anos de 1960 constituem num dos focos de atuação do poder público ao longo dos anos, servindo como redutos eleitoreiros e facilitando a aproximação e o diálogo entre os representantes políticos e os grupos sociais de baixa renda que reivindicam melhores condições de acesso e moradia. Como diz Maricato (1999, p.265)

o assentamento ilegal residencial constitui inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo legislativo e, inclusive, pelo executivo. O favor, o apadrinhamento e o clientelismo, tão marcantes na relação Estado e sociedade (e também nas relações de trabalho), tem raízes históricas no Brasil.

Nesse contexto, a estruturação do espaço urbano nas décadas de 1960 e de 1970 parece repetir o efeito do bolo. Para Maricato (2001), o efeito do bolo significa o investimento em certas áreas para o poder público e do mercado imobiliário, os quais teriam maior potencialidade de atrair, por efeito sinérgico, outros investimentos e novos empregos, mais do que se esses investimentos fossem feitos na periferia, onde não teriam o mesmo efeito reprodutor.

Em síntese, verifica-se que, nas décadas de 1960 e 1970, as intervenções urbanas foram pontuais e seletivas na área central (parques, praças, avenidas ou ruas para o comércio) e, principalmente, no asfalto e moradias populares como símbolos de crescimento e de presença efetiva do poder público.

Enquanto isso, aos grupos sociais mais carentes restou à ocupação em vários sentidos, pois não havia outro caminho senão tentar, de alguma maneira, inserir-se

no modelo de cidade que estava se estabelecendo, levando à nova redefinição do perímetro urbano pela Lei Nº 3/1979 que revogou a Lei Nº 10/1977 (APÊNDICE A).

Nesse cenário, as ações para estruturação do espaço urbano correspondiam aos moldes de um atendimento popular, voltados à construção de casas do tipo populares e calçamento de ruas, cujos projetos apoiados nos financiamentos do governo estadual e federal se arrastaram durante anos. Como domínio do espaço, observa-se o direito e o controle do uso da terra, favorecendo aos grupos com maior renda, neste caso, na área central.

Pretendendo justificar a preocupação do governo municipal com as tendências no crescimento urbano, em entrevista concedida ao *Jornal Esquema Oeste*, de 09 de dezembro de 1975, o prefeito Nivaldo Krüger explicava sobre a sistemática tributária e fiscal adotada pelo governo municipal:

Este sistema implantado significa um grande passo. O grande beneficiário por este sistema será o nosso povo, porque já estão aí os resultados. Este sistema garante equilíbrio financeiro, garante operações de crédito que podem ser feitas em favor da comunidade, garante melhorias urbanas e, conseqüentemente, valorização dos imóveis. Então, é um negócio, é um pequeno investimento que o usuário faz, mas que recebem valorização do seu imóvel, porque todos os benefícios feitos a uma cidade repercutem diretamente aos proprietários com valorização. Se nós asfaltamos, se nós pavimentamos, se nós colocamos esgoto, rede de água e melhoramos iluminação e tudo mais, melhoramos a estrutura social da cidade, há uma valorização dos imóveis. E a incidência é feita sobre o valor do imóvel, dentro de critérios bem caracterizados, bem justos [...]

Nota-se, no discurso, a despreocupação para além da estrutura e o objetivo de valorizar áreas. Como consequência, as ações serviram de motivação ao mercado imobiliário que se apropriou dos melhores terrenos e da baixa oferta de moradia para um grande fluxo de pessoas que migraram a Guarapuava. Como diz Maricato (2000, p.157), “as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”.

Recentemente, ainda presencia-se tal prática, no qual o próprio sistema viário é definido a partir da apropriação da estrutura existente. Coincidentemente, a

mudança do sistema viário beneficia alguns bairros e setores melhores dotados com infraestrutura.

Pela construção apresentada, percebe-se que o poder público municipal desconsiderou, em grande parte, as contradições existentes como, por exemplo, a presença das ocupações que formaram as favelas e a expansão do mercado imobiliário, principalmente nas ações pontuais no espaço, o que favoreceu um maior distanciamento entre os grupos sociais de alta e de baixa renda.

O poder público local teve como orientação para normatização e direção das intervenções urbanas, ações promovidas pelos financiamentos do governo federal que assumiu também um caráter seletivo. Nessa direção, as ações funcionaram com vistas a sustentar as intervenções num forte discurso de desenvolvimento que se apresentava como fundamental para o poder político dominante.

O poder público, ao perceber o crescimento da periferia pela população empobrecida, interveio com o principal objetivo de conduzir ações de impacto, visando garantir ganhos políticos e promover a habitação popular; distante dos setores de bairros mais bem equipados.

A dimensão física atingida nas intervenções do poder público foi determinante para a fragmentação do espaço e não acompanhado pelas normas dos financiamentos por parte dos governos federal e estadual.

Pelo que se pode observar nos pressupostos históricos e econômicos trabalhados, as dificuldades de acesso à cidade, bem como as contradições no espaço urbano promovidas pelas esferas privada e pública produziram a fragmentação do espaço urbano.

O acesso aos recursos federais e estaduais deu mais força à prática clientelista local, ao mesmo tempo em que reforçou as práticas do tipo populista do poder público. As decisões tomadas refletiram-se em interesses que privilegiaram grupos sociais com maior renda.

Enfim, as decisões do plano político expressam que a política urbana atendeu interesses sociais distintos e interferiu na construção de territórios dos grupos de alta e de baixa renda em Guarapuava.

A concentração da renda e a baixa qualificação da população carente ajudaram promover ainda mais a periferia empobrecida que, por sua vez, foi incorporada aos projetos e programas públicos, tornando-se redutos eleitoreiros para manutenção do poder político local.

3.2 A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL (1977/1988)

No período entre 1977 e 1988, últimos anos de um regime autoritário, o poder público em Guarapuava teve certa autonomia para suas ações, caracterizada por uma política urbana centralizada no poder local, vinculada à dominação do grupo político que formava a administração municipal desde 1964⁵⁰.

O rumo da organização do espaço urbano garantiu a manutenção da desigualdade interna, em termos de acesso aos bairros mais bem equipados, e gerou um forte contraste entre o centro e a periferia.

Medidas significativas se desenrolaram nos anos de 1980, principalmente na política habitacional e social em todo o país. Em nível regional, o momento foi marcado pela dinâmica da economia urbana que passou ser mais significativa, quando houve maior difusão do setor de comércio e de serviços e foi se desenvolvendo a forte influência regional de Guarapuava, dada sua diversificação econômica e social.

⁵⁰ No movimento espacial e demográfico no Paraná nas décadas de 1970 e de 1980 inscrevem-se os programas de desenvolvimento urbano financiados pelo Banco Mundial desde 1983, o PRAM (1983-1987) e o PEDU (1988-1994). Na verdade, desde 1981, o governo estadual buscava intensificar a assistência financeira e técnica aos governos municipais, seja desenvolvendo suas capacidades gerenciais, orientando-os sobre as prioridades de investimento ou apoiando-se na execução independente de obras de pequeno porte. Esta tarefa coube à Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento dos Municípios – SEDM, que contou com volume relativamente elevado de recursos (US\$ 21 milhões em 1981 e US\$ 27 milhões em 1982) para compensar distorções na distribuição de quotas-parte decorrentes das receitas fiscais. Os recursos dirigiam-se aos municípios com capacidade de investimento relativamente menor. As necessidades dos municípios atendidos eram decididas pelos administradores locais, que as sujeitavam ao exame e endosso da SEDM. Conservação de estradas rurais e educação primária constituíram-se no principal alvo das ações da Secretaria, que incorporou a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR, as Empresas de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR e a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR (CARNEIRO LEÃO, 1997).

Não é possível compreender o processo econômico e populacional ocorrido em Guarapuava, em 1980, sem fazermos referência às mudanças ocorridas na década de 1970. Desse modo, nos anos de 1980, a estrutura da indústria paranaense foi reforçada pelos segmentos mais modernos da economia nacional (material elétrico, comunicações, mecânica, papel e papelão, química e transporte), tendo como concentração a Região Metropolitana de Curitiba / RMC.

Cidades maiores tenderam a absorver mão-de-obra oriunda do campo, com um mínimo de especialização, em atividades informais ou não-especializadas. Nas cidades médias, como é o caso de Guarapuava, por um lado, fixou-se parcela da população migrante que continuou mantendo relações com o campo, constituída desde proprietários rurais que procuram residir próximos de sua atividade econômica até trabalhadores volantes sem vinculação formal com o seu trabalho (CARNEIRO LEÃO, 1997). Por outro lado, a dificuldade de inserção da mão-de-obra do campo gerou um forte movimento em direção à área urbana, sobretudo, por parte dos trabalhadores pouco qualificados.

A partir dos anos de 1980, a mesorregião Centro-sul paranaense inseriu-se de forma mais intensa no processo de modernização agropecuária e de integração regional com outras áreas mais dinâmicas do Estado, ocorrendo a modernização do campo maior difusão e consolidação das técnicas e processos que foram introduzidos nos anos de 1970.

Se comparada com os índices do Paraná, considerando que nos anos de 1980 ocorreu um acelerado processo de urbanização em todo o Estado, a mesorregião Centro-Sul sofreu um processo mais lento, exceção feita a Guarapuava que continuou num processo de crescimento contínuo. Conseqüentemente, os fluxos migratórios rural/urbano entre os anos de 1980 e 1991 foram mais intensos, havendo uma estabilização do crescimento da população total do município e um contínuo crescimento da população urbana (SILVA, J., 1995).

A área urbana, em Guarapuava, no período entre as décadas de 1950 até meados de 1980, fora revestida por um discurso de modernização e progresso que se traduziria pela remodelação do espaço urbano, o que, por seu turno, rompeu com tudo aquilo que representasse o passado e o atraso. O fim dos anos de 1980 foi

assinalado pelo desejo de fazer com que o passado, outrora condenado, coexistisse com o presente no intuito de assegurar elos de referência aos habitantes urbanos (TEMBIL, 2004).

A estratégia de desenvolvimento municipal pela elite local teve como plano piloto os bairros periféricos. As estratégias foram apoiadas pelo Banco Nacional de Habitação até início dos anos de 1980, pelos programas do governo estadual até final de 1990, incluindo também melhorias na área urbana que deram prestígio à elite que permaneceu no poder.

A administração municipal de Cândido Pacheco Bastos (1977/1983), sucessor de Nivaldo Passos Krüger (prefeito no período 1964/1969 e 1973/1977), marca a reestruturação do espaço urbano, desde o reconhecimento da dificuldade habitacional, que foi causa para o expressivo aumento de conjuntos residenciais na periferia empobrecida, até os empreendimentos realizados na área central.

A intenção da reforma da área central foi necessária para confirmar as idéias do desenvolvimento urbano e projetar ainda mais a imagem dos governantes municipais, desviando as pressões dos grupos de baixa renda pela necessidade de novas habitações. As intervenções no espaço urbano atingiam o centro, pela renovação da paisagem, e a periferia, pelas medidas que garantissem a propriedade das áreas ocupadas.

Entre as principais obras no centro, destaca-se a construção do Calçadão, em 1981 abrangendo oito quadras. O Calçadão valorizou a área central e promoveu a centralização do comércio em suas imediações, embora tenha gerado, segundo o *Jornal Esquema Oeste*, de 17-23 de julho de 1982, grandes polêmicas quanto a sua função para o comércio que já havia se instalado.

Na opinião de alguns moradores, veiculada na edição do *Jornal Esquema Oeste*, de 03-09 de setembro de 1983, observa-se que o calçadão separou ainda mais a cidade, no sentido norte e sul, pois promoveu uma mudança no fluxo e na direção do crescimento das atividades comerciais e da expansão do mercado imobiliário. Passados cinco anos de intensas discussões sobre as mudanças promovidas pela construção do calçadão e de seus impactos para os comerciantes, foi efetuada reforma no sistema viário central e no calçadão, embora a decisão da

alteração, conforme edição do *Jornal Esquema Oeste*, de 21 a 27 de dezembro de 1985, manifeste a centralização da tomada de decisão do governo municipal.

O sentido das ruas privilegiou as avenidas já construídas e com melhor infraestrutura, no sentido oposto aos bairros periféricos em que havia uma maior concentração dos grupos de baixa renda. Outro empreendimento na área central foi a construção do Parque do Lago.

As diferentes formas de atendimento aos grupos sociais de baixa renda e as relações com a sociedade local foram disseminadas pela concepção clientelista e também por outras modalidades de poder, como a aproximação dos líderes representantes de bairros mais carentes que tiveram e ainda têm uma dupla função. A primeira é que, conscientes ou inconscientes, os líderes acabam reproduzindo um modelo que se construiu pela relação com o poder local; a segunda função é que os líderes, vinculados ao poder local, encontram nessa prática, uma forma de reprodução de um estilo voltado ao atendimento das áreas mais carentes, mediante troca de favores, correspondente à produção de obras e serviços públicos de interesse nessas áreas.

Seja como for, na opinião de Lefebvre (2002, p.124)

A ordem totalitária do urbano tende a ser separada, seja pela definição e (in)definição do poder público ou até mesmo “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si sós, um ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade”.

No conjunto dos aspectos que passam pela compreensão da intervenção do poder público, a presença dos grupos sociais de baixa renda tornou-se fundamental para as ações dos grupos ligados à política, em razão da urgência das políticas habitacionais, ou mesmo na necessidade de intervenção nas áreas de ocupação que pudessem ameaçar o plano de governo municipal.

A construção dos núcleos habitacionais significou mais que o acesso da população empobrecida ao local de moradia, por ter constituído em ações pontuais

que ratificam os interesses para assentamento da população de baixa renda na periferia.

Uma das ações municipais aconteceu no ano de 1981 quando, pela Lei Nº 43/1981, foram concedidos títulos de propriedade para alguns terrenos, exemplo da ocupação chamada Vila Sanbra, mais tarde denominada - Vila Concórdia (Bairro Boqueirão).

Conforme informações do *Jornal Esquema Oeste*, de 9-16 de dezembro de 1982, a Vila Sanbra recebeu título de propriedade como forma de garantir a fixação da população em área próxima da qual foram retirados, para que mais tarde fosse construído o Parque do Lago (Foto 2, 3).

A intervenção não pode ser considerada uma preocupação com as ocupações e com os grupos de baixa renda, porém o deslocamento da população foi importante para garantir o embelezamento da área central, por meio da construção do Parque (Foto 4). O Parque do Lago conferiu à paisagem da área central um espaço para circulação e para a visibilidade da cidade e do seu crescimento, semelhante às práticas do higienismo em várias cidades do mundo no século XIX, que se preocuparam com a abertura do espaço para circulação do ar e da luz.



Foto 2 – Vista parcial da área onde foi construído o Parque do Lago, área central de Guarapuava, 1980

Fonte: Arquivos do Paranacidade



Foto 3 – Vista parcial da área onde foi construído o Parque do Lago, área central de Guarapuava, 1980
Fonte: Arquivos do Paranacidade



Foto 4 – Vista parcial do Parque do Lago, área central de Guarapuava, s/d
Fonte: Arquivos do Paranacidade

Ao mesmo tempo em que ocorriam ações por parte do poder público na construção dos conjuntos habitacionais, alguns promovidos em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná/COHAPAR e com a Diocese de Guarapuava (como no loteamento Morro Alto), o número de desempregados que viviam as consequências do desemprego no campo aumentou significativamente.

Segundo o *Jornal Esquema Oeste*, de 18-24 de setembro de 1981, existiam mais de 1500 famílias nas chamadas favelas em Guarapuava, sendo a primeira cidade do Paraná em número de pessoas pobres.

Na terceira gestão de Nivaldo Passos Krüger (1983/1988), o número de ocupações continuou num processo de crescimento. Segundo o *Jornal Esquema Oeste*, de 14-20 de julho de 1984, em pesquisa do Departamento de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Guarapuava, constatou a existência de mais de quatro mil favelados em cerca de 700 residências, atingindo mais de 4% do total da população total.

A periferia, também caracterizada pela presença das chácaras que constituíam as grandes propriedades urbanas, foi vagarosamente sendo alvo para expansão de novos loteamentos, reforçado pela inexistência de uma legislação urbana que acabou contribuindo para a expansão e incorporação de novos assentamentos. Na opinião de Mautner (1999, p.253):

[...] o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a cidade real da cidade legal.

Silva (1995, p.84-85), por sua vez, caracteriza três momentos da expansão da periferia:

- 1- caracterizado pela ruptura do espaço rural e transição das relações estabelecidas entre a sociedade local e a terra urbana;
- 2 – consolidação da desagregação da produção agrícola na periferia e a modernização tecnológica e administrativa do espaço urbano;
- 3- fatores da queda acentuada do crescimento da malha urbana e a modificação do padrão de ocupação intra-urbano.

Segundo Lachowski (1980), o déficit habitacional para a população com renda entre 1 e 5 salários mínimos atingiu, em 1979, mais de 5.000 unidades, sendo mais de 3.000 unidades para a população com renda inferior a um salário mínimo regional (Tabela 18, Gráfico 1 e Figura 8).

As ocupações que formavam as favelas correspondiam, em 1980, a 10,53% da população total urbana (Tabela 19, Fig. 9).

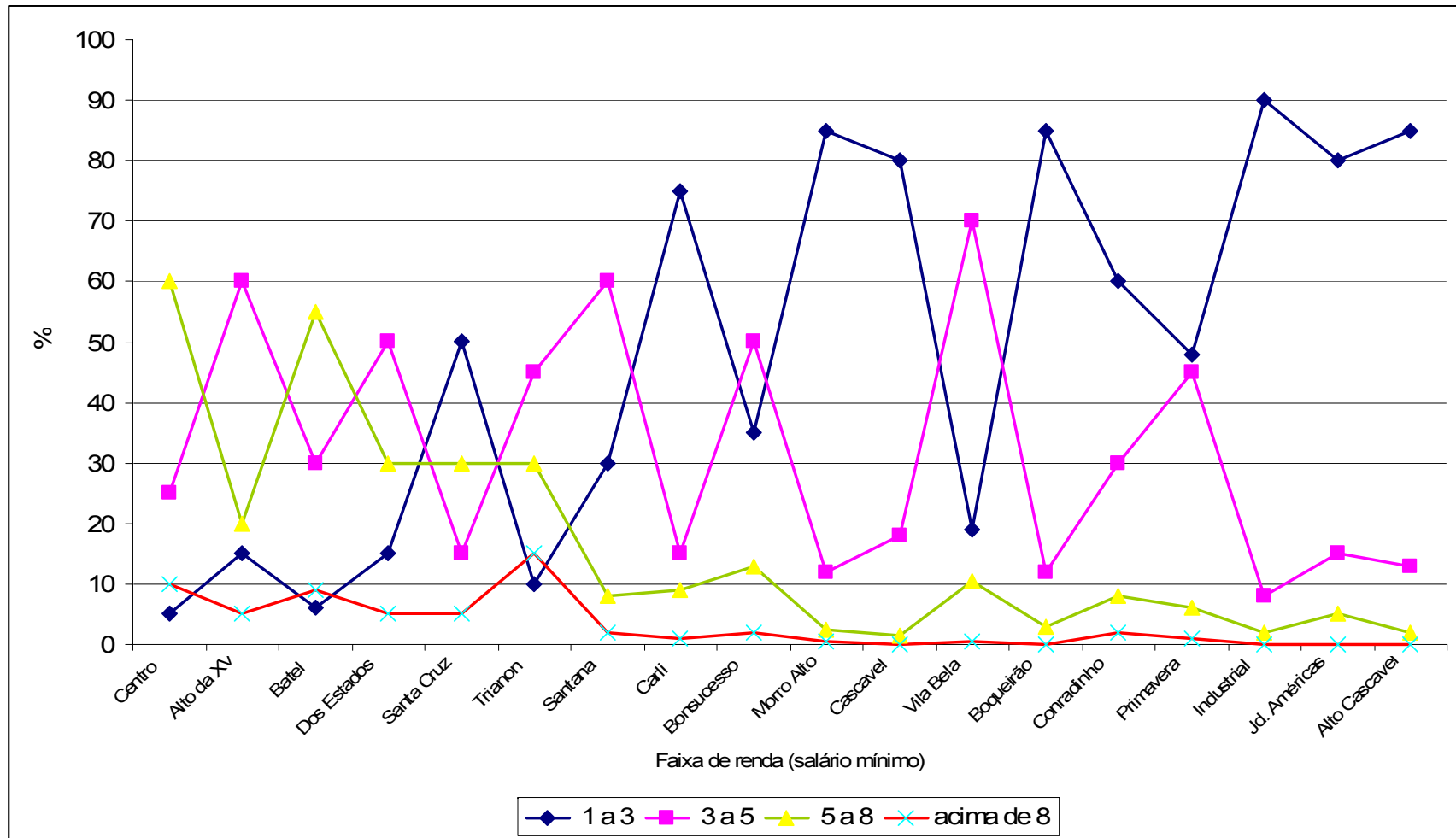
TABELA 18 – Distribuição por bairro e por renda em Guarapuava, 1979

Bairro	População	Faixa de renda (salário mínimo)			
		1 a 3	3 a 5	5 a 8	Acima de 8
Centro	4562	228	1140	2737	457
Alto da XV	2020	303	1212	404	101
Batel	2340	140	702	1287	211
Dos Estados	2248	337	11124	675	112
Santa Cruz	2852	1426	428	856	142
Trianon	2120	212	954	636	318
Santana	2686	806	1611	215	54
Carli	2330	1747	350	210	23
Bonsucesso	1958	685	979	255	39
Morro Alto	1592	1353	192	39	8
Cascavel	1078	862	195	16	5
Vila Bela	2264	767	1276	212	9
Boqueirão	3212	2730	386	96	0
Conradinho	448	269	134	36	9
Primavera	1440	691	648	87	14
Industrial	226	204	18	4	0
Jd. Américas	276	221	414	14	0
Alto Cascavel	202	172	26	4	0
Não definido	100	100	0	0	0
TOTAL	34842	13741	11727	7836	1536

Fonte: Lachowski (1980)

Org.: Autor, 2008

GRÁFICO 1 – Distribuição por bairro e por renda em Guarapuava, 1979



Fonte: Lachowski (1980)
Org.: Autor, 2008

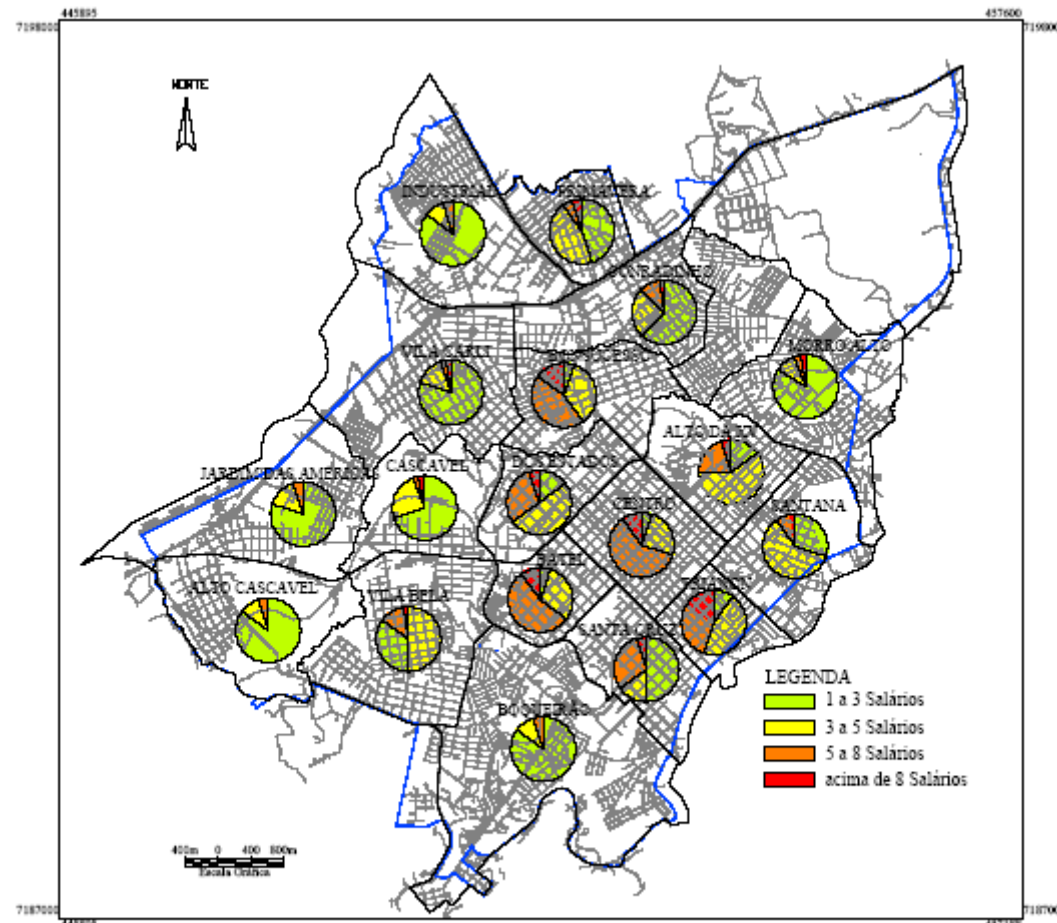


FIGURA 8 - Faixa de Renda (salário mínimo) por bairros em Guarapuava, 1979

Fonte: Lachowski (1980)
 Edição: Luciano Galvão
 Organização: Autor, 2008

TABELA 19 – População por bairro, número de unidades e pessoas nas ocupações em Guarapuava, 1980

Bairros	População Total	Unidades	Pessoas	% Total
Centro	11405	-	-	-
Alto da XV	5050	-	-	-
Batel	5850	50	250	4,27
Dos estados	5620	-	-	-
Santa Cruz	7130	-	-	-
Radial Norte	2220	-	-	-
Trianon	5300	-	-	-
Santana	6715	380	1900	28,29
Carli	5825	-	-	-
Bonsucesso	4895	-	-	-
Morro Alto	3980	360	1800	45,23
Cascavel	2695	280	1100	40,82
Vila Bela	3490	-	-	-
Pinheirinho	1205	-	-	-
Planalto	965	-	-	-
Boqueirão	8030	680	3400	42,34
Conradinho	1120	145	725	64,73
Primavera	3600	-	-	-
Industrial	565	-	-	-
Jd. Américas	690	-	-	-
Alto Cascavel	505	-	-	-
Outros	250	-	-	-
Total	87105	1895	9175	10,53

(-) Não disponível

Fonte: Lachowski (1980, p.58)

Org.: Autor, 2007.

As ocupações não recebiam igual distribuição da infraestrutura e dos serviços básicos, como se observa na Tabela 20. A conjuntura política, então, optou pela concentração da infraestrutura no centro, aproveitando a organização que já estava instalada.

A pouca disponibilidade da infraestrutura e dos serviços básicos nos bairros mais carentes permaneceu nos anos de 1980, cujas diferenças sociais foram também se ampliando, seja pela concentração da renda, seja pelo movimento em direção aos mecanismos de segregação socioespacial decorrentes dos modelos de intervenção do poder público como o zoneamento urbano. O processo de urbanização em Guarapuava, nos anos de 1980, levou a uma lógica de inclusão precária, como afirma Martins (1994), e, em linhas gerais, estabeleceu elementos que aparecem nas características das famílias nas ocupações e no padrão de habitação, como elementos da segregação socioespacial.

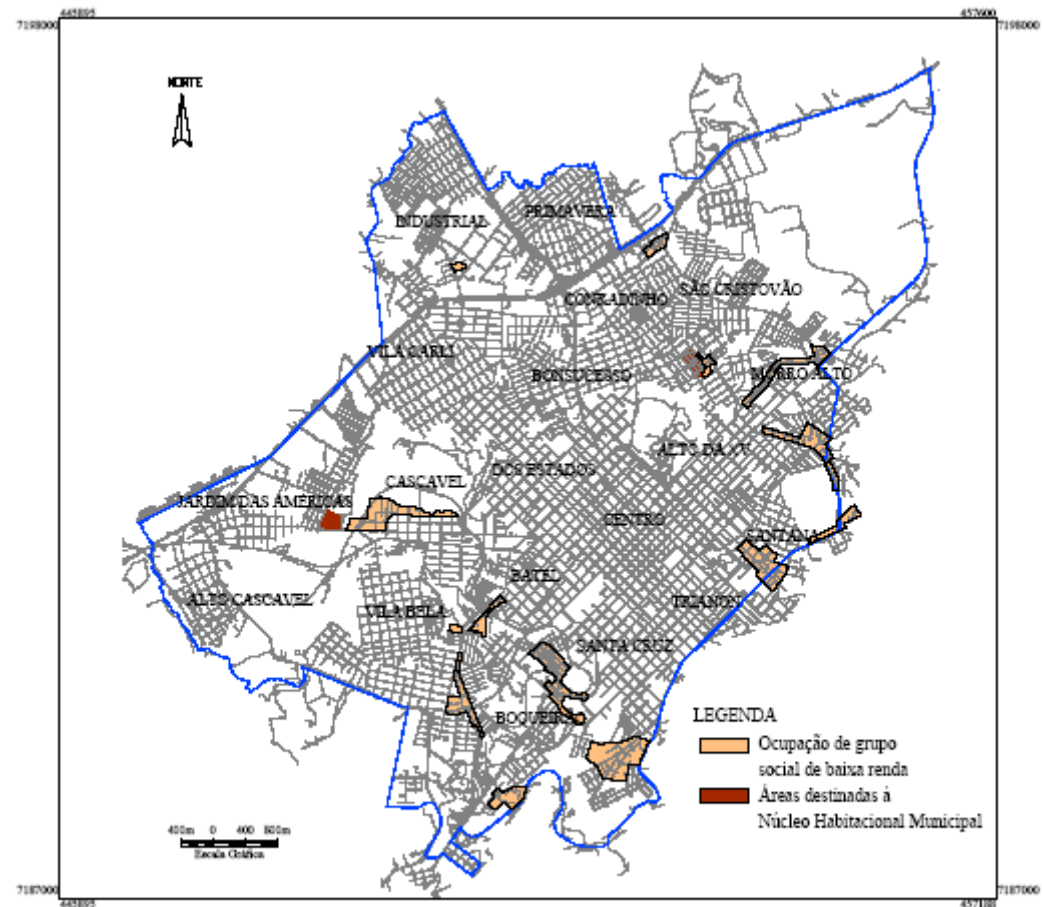


FIGURA 9 - Ocupação e formação de favelas até 1980

Fonte: LACHOWSKI (coord.). Perfil da cidade porte médio - Paraná, 1980.
 Edição: Luciano Galvão
 Organização: Autor, 2008

TABELA 20 - Infraestrutura e serviços básicos em Guarapuava, 1979

Bairros	Densidade e ocupação			Rede de serviços (Km)						
	Km ² Ocupado	Pop. urbana	Dens. Hab/ km ²	Total Km	Pav. Km	água	Esg.	ele- trici- dade	galé- rias plu- viais	coleta de lixo
Centro	2,03	11405	5618	35,3	33,7	34,6	21,3	40,8	15,5	39,9
Alto da XV	1,11	5050	4550	16,3	4,1	8,1	0,9	11,5	3,4	8,4
Batel	1,36	5850	4301	18,7	2,8	9,5	4,5	13,6	1,2	15,3
Dos estados	2,07	5620	2715	20,5	3,1	8,6	2,0	10,07	1,6	4,9
Santa Cruz	2,26	7130	3155	24,0	1,7	10,7	0,7	18,7	1,4	20,6
Radial Norte	1,44	2220	1542	8,8	1,0	2,9	-	6,5	1,1	0,9
Trianon	1,01	5300	5248	15,6	10,7	12,6	6,5	16,9	6,7	16,8
Santana	1,79	6715	3751	15,2	1,6	9,5	-	15,5	1,6	5,1
Carli	2,76	5825	2110	31,8	-	9,4	-	14,3	-	1,0
Bonsucesso	1,08	4895	4532	15,4	4,1	10,7	3,3	13,8	2,1	6,6
Morro Alto	3,11	3980	1280	21,1	-	2,3	-	3,6	-	-
Cascavel	2,06	2695	1308	5,1	0,2	3,6	0,6	6,0	0,6	-
Vila Bela	1,33	3490	2624	14,0	-	6,6	-	8,3	-	-
Pinheirinho	0,83	1205	1452	5,0	-	-	-	3,2	-	-
Planalto	1,22	965	791	13,7	-	-	-	-	-	-
Boqueirão	5,50	8030	1460	26,6	-	1,5	-	9,4	-	-
Conradinho	2,24	1120	500	6,2	0,6	3,4	-	0,6	0,7	0,2
Primavera	2,27	3600	1568	20,5	-	7,1	-	5,6	-	0,6
Industrial	3,82	565	148	3,9	-	-	-	0,3	-	-
Jd. Américas	2,74	690	252	2,0	-	1,3	-	2,0	-	-
Alt. Cascavel	2,98	505	169	13,3	-	-	-	2,6	-	-
Outros	10,32	250	24	12,7	-	-	-	0,7	-	-
Total	55,27	87105	1576	345,7	63,6	142,4	39,8	202,6	35,9	120,3

(-) Não disponível

Fonte: Lachowski, 1980, p.31.

Org.: Autor, 2007.

Mudanças quanto ao financiamento em obras de infraestrutura nos anos de 1980 foram sentidas em Guarapuava, recursos estes que, tradicionalmente, voltavam-se às políticas sociais desde 1930.

No setor habitacional, o quadro institucional em nível federal levou estados e municípios a assumi-las sem o aparato adequado, com poucas fontes de financiamento. No plano da esfera estadual, a COHAPAR (criada em 1965 pelo governo paranaense) ainda responde pelos programas habitacionais nas áreas rural e urbana.

Para as gestões municipais, na parceria com a Cohapar, ficavam as etapas de doação do terreno, implantação da infraestrutura, transportes de materiais, fornecimento de mão-de-obra especializada e despesas de taxas (SCHMIDT, 2002). No governo municipal de Nivaldo Krüger (1983/1987), foi criada a Secretaria

Municipal de Habitação para definir e executar a política habitacional destinada à população de baixa renda⁵¹.

A necessidade para novas unidades habitacionais levou o poder público instituir, pela Lei Nº 16/1985, o projeto padrão de moradia econômica. A Lei autorizava o município a oferecer o projeto padrão de moradia econômica, beneficiando pessoas de baixa renda e isentando o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza / ISSQN.

Ao realizarmos um exame no conjunto da legislação urbana em Guarapuava nos anos de 1980, verificamos a inexistência de uma intervenção pública no sistema viário, que provocasse a expansão urbana em direção a novas áreas ou mesmo integração dos diferentes bairros.

Assim, apesar das pontuais intervenções nos projetos habitacionais, essas não foram suficientes para promover o controle sobre a produção em toda área urbana. O controle do espaço, então, deu-se pela expansão do mercado imobiliário que desconheceu, ao longo dos anos, qualquer iniciativa do poder público que pudesse comprometer os negócios imobiliários.

Considerando a dinâmica urbana promovida pela iniciativa privada que promoveu uma supervalorização das áreas mais bem equipadas, como o centro e os bairros adjacentes, o poder público municipal “tendo como objetivo principal “obedecer, prioritariamente, a vocação de crescimento da cidade” ou “preparar Guarapuava para o ano 2000”⁵² aprovou, por meio da Lei municipal Nº 37/86, o Plano Diretor de Guarapuava, quando também foi criado o Conselho do Plano Diretor Urbano/CONPLUG, composto pela maioria de representantes que apoiavam as ações do governo municipal.

O Plano Diretor de 1986 foi realizado pelos técnicos da Prefeitura Municipal e teve a colaboração do governo paranaense. A ampliação da legislação significava a intervenção nos problemas presentes, bem como o reforço do planejamento urbano,

⁵¹ No plano habitacional, o poder público criou o Fundo Rotativo de Habitação, por meio da arrecadação de 5% do IPTU que se somaram às outras fontes de recursos externos. Também, financiamento municipal no prazo de até 25 anos para famílias com renda até 3 salários,

⁵² *Jornal Esquema Oeste*, de 18-24 de outubro de 1986.

como tentativa do poder público de tornar mais organizada a cidade que recebia apoio do governo estadual para reestruturar a legislação urbana.

O zoneamento de uso e ocupação do Solo do Perímetro Urbano da sede do município, em 1986, foi subdividido nas seguintes zonas: Zonas Residenciais, Zonas Comerciais, Zonas Industriais e Zonas Especiais (Quadro 4 e Fig. 10). O zoneamento aprovado pela Lei N° 37/1986 substituiu o Zoneamento de Massa, proposto no Plano de Urbanização de 1969.

QUADRO 4 – Zoneamento em Guarapuava segundo a Lei N° 37/1986

Zona permitida	Permissíveis	Observações
Zona Residencial de Alta Densidade - Habitações unifamiliares e coletivas de Comércio e Serviços vicinais, Comércio e Serviço de Bairro	Comércio e serviço bairro	Atividade de comércio e serviço específico são denominados como permissíveis devido a sua peculiaridade, devendo, portanto, passarem por uma anuência prévia em quaisquer das zonas.
Zona Residencial de Média Densidade - Habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviço vicinal, comércio e serviço de bairro	Comércio e serviço de bairro grupo 1 e 2 (posto de abast. de serv. e lava rápido).	Todas as atividades que não estiverem relacionadas no art. 18, ou aquelas que gerarem dúvidas, serão analisadas pelo Conselho do Plano Diretor Urbano de Guarapuava – CONPLUG.
Zona Residencial de Baixa Densidade - Habitações Unifamiliares e coletivas, comércio e serviço vicinal, comércio e serviço de bairro	Comércio e serviço de bairro (Indústria de pequeno porte não poluitiva)	Todos os requerimentos solicitando permissão para construções em madeira, serão analisados por órgão competente da Prefeitura Municipal.
Zona Comercial Central Habitação coletiva, Comércio e serviço vicinal, comércio e serviço de bairro	Habitação familiar (estacionamento para veículos)	Na ZRAD, nos terrenos com frente para a Lagoa das Lágrimas, somente serão permitidos os seguintes usos: lanchonete, restaurante, hotel, sorveteria, confeitaria, pastelaria, teatro, biblioteca, cinema, antiquário, artesanato e habitação unifamiliar e coletiva.

Fonte: Lei Municipal N° 37/1986

Org.: Autor, 2008.

A Lei Nº 37/1986, que trata da ocupação do solo urbano, reafirma a necessidade de valorização das zonas residenciais de alta e média densidade, estimulando o aproveitamento da ocupação, inclusive da verticalização (Tabela 21).

O coeficiente de aproveitamento na área central, em 1969, era cinco, e a taxa de ocupação, dois terços, passando, em 1986, para um coeficiente oito e uma taxa de ocupação de cem por cento (SILVA, J., 2002). Com o melhor aproveitamento dos lotes e associado aos interesses das famílias mais tradicionais, surgiram os condomínios verticais.

A sustentação do crescimento da Zona Residencial Central induziu a expansão dos padrões de baixa densidade para a periferia, ocupada em setores distantes de onde já havia um ritmo acelerado de crescimento das acomodações dos grupos com maior renda.

TABELA 21 - Ocupação do solo urbano segundo a Lei Nº 37/1986

Zona	Área mínima	Testada mínima	Taxa de ocupação	Coeficiente de aproveitamento	Nº. de Pav.
ZRAD	450	15	2/3	5,33	8
ZRMD-1	360	12	2/3	2,66	4
ZRMD-2	360	12	2/3	2,66	4
ZRBD	250	10	50%	1,0	2
ZCC	300	10	100% (1)	8,0	-(6)
ZCB	360	12	2/3	2,66	4
ZCS	450	15	2/3	1,33	2
ZI-1	-	-	-	-	-
ZI-2	-	-	-	-	-
ZPRH	2.000	40	30%	0,6	2

Fonte: Lei Municipal Nº 37/1986

Org. Autor, 2008

(-) Não disponível

ZRAD – Zona Residencial de Alta Densidade

ZRMD-1 – Zona Residencial de Média Densidade

ZRMD-2 - Zona Residencial de Média Densidade

ZRBD - Zona Residencial de Baixa Densidade

ZCC – Zona Comercial Central

ZCB - Zona Comercial de Bairro

ZCS - Zona de Comércio e Serviço

ZI-1 - Zona Industrial Um - aquelas de grande porte, que necessitam de grandes áreas para armazenamento e geram tráfego intenso.

ZI-2 - Zona Industrial Dois - são aquelas que necessitam de pequenas áreas para instalação e armazenamento.

ZPRH - Zonas de Preservação dos Recursos Hídricos, no entorno da bacia de captação de água para abastecimento da cidade.

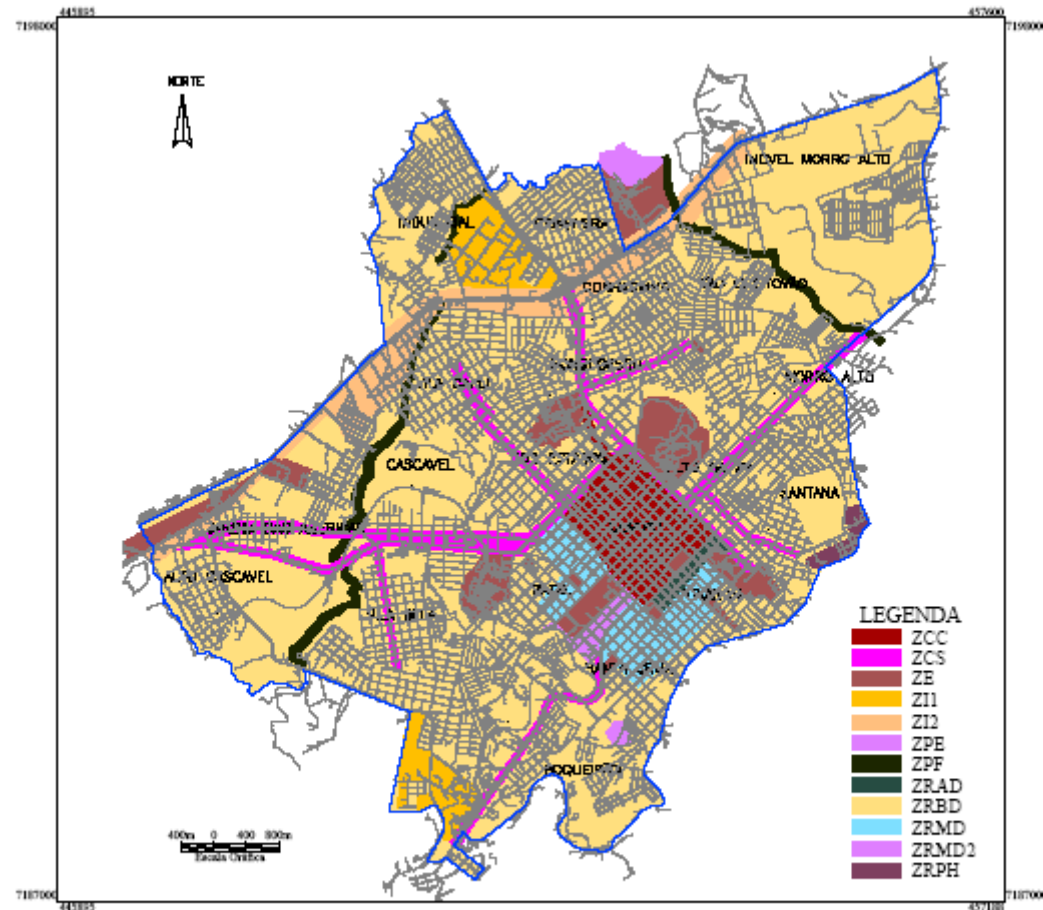


FIGURA 10 - Zoneamento urbano segundo a Lei N. 37/1986

Fonte: Lei Municipal N. 37/1986
 Edição: Luciano Galvão
 Organização: Autor, 2008

O poder público municipal começou a exigir normas para implantação de infraestrutura nos loteamentos, a partir da Lei Nº 45/87, que trata do parcelamento do solo para fins urbanos. Por meio do sistema “caução”, o loteador ficava comprometido em fazer toda a infraestrutura exigida pela legislação municipal no prazo de dois anos após a aprovação do loteamento. Assim, o poder público ficava com lotes caucionados no valor da infraestrutura, sendo liberados para a venda após cumprido o acordo, caso contrário, a prefeitura ficaria com os lotes e, se fosse o caso, efetuar a venda, implantando a infraestrutura necessária (SILVA, J., 1995, p.108). Ainda, para Silva (1995), muitas áreas institucionais que deveriam ficar com a prefeitura municipal, quando da realização de novos loteamentos, foram utilizadas para o assentamento da população de baixa renda.

As intervenções do poder público, quanto aos núcleos habitacionais municipais, buscaram a resolução do problema para os grupos de baixa renda que se localizavam nos loteamentos que foram produzidos antes da existência da Lei Nº 45/87. As áreas que foram resguardadas nos novos loteamentos e que pertenciam ao poder público desapareceram com os projetos habitacionais próprios do governo municipal.

Algumas iniciativas para urbanização foram executadas pela prefeitura municipal com vistas a urbanizar áreas institucionais. Percebe-se, assim, que a expansão urbana como resultado das intervenções contraditórias do poder público e da esfera privada se refletiu na fragmentação socioespacial.

Talvez, seja por isso que, ao investigar sobre a regularização dos loteamentos em Guarapuava, verifica-se a ausência de inúmeras informações sobre o cadastro de loteamentos que até mesmo poderiam servir para a identificação da expansão urbana.

As implicações de tal prática pelo poder público, elevaram os problemas de ordem ambiental e social no espaço urbano pela ocupação em terrenos susceptíveis à inundação⁵³, próximos aos limites do perímetro urbano.

⁵³ Para Kobiyama et al. (2006, p.45), “a inundação, popularmente tratada como enchente, é o aumento do nível dos rios da sua vazão normal, ocorrendo o transbordamento de suas águas sobre as áreas próximas a ele”.

Os locais definidos para a instalação dos núcleos habitacionais populares, como o Jardim das Américas, não sofreram algum tipo de tratamento especial quanto ao processo de impermeabilização, potencializando os picos de descarga líquida mais acentuada que ocasiona as inundações.

3.3 O CANTEIRO DE OBRAS E O REMÉDIO CASEIRO PARA A HABITAÇÃO POPULAR (1988/2004)

Na periferia, nos anos de 1980, ainda predominava um elevado número de casas que constituíam as favelas, principalmente pela presença de pessoas que foram deslocadas da área onde foi construído o Parque do Lago, como é o caso da “Toca da Onça”, também conhecida como Vila Guaraci, Jardim Monsueto, Jardim Bandeirantes, Morro Alto e outras localidades (Tabela 22). Essas condições reforçam a idéia de que as ocupações dos grupos de baixa renda e que formava as favelas “veio para ficar”⁵⁴.

TABELA 22 – População total por bairro, ocupações (unidades) e total de pessoas nas ocupações em Guarapuava, 1986

Bairros	População Total	Ocupações (Unidades)	Total de pessoas nas ocupações
Centro	13.189	-	-
Alto da XV	8.838	-	-
Batel	6.703	14	70
Dos estados	6435	-	-
Santa Cruz	8737	04	20
Trianon	8156	10	50
Santana	8134	168	840
Carli	6681	-	-
Bonsucesso	5597	-	-
São Cristóvão	3486	07	35
Morro Alto	5039	199	995
Cascavel	3039	07	35
Vila Bela	6312	-	-
Boqueirão	12480	403	2015
Conradinho	1553	98	490
Primavera	4089	-	-
Industrial	1888	-	-
Jd. Américas	704	-	-
Alto Cascavel	480	12	60
Outros	-	-	-
Total	111.730	922	4610

(-) Não disponível

Fonte: Talamini Junior (coord.), 1986. p.36

Org.: Autor, 2008.

⁵⁴ Expressão utilizada por Taschner (1984, p.48).

Passados dois anos da aprovação do Plano Diretor, a Lei Nº 18/1988 ampliou o perímetro urbano (APÊNDICE A) e também, em 1988, foi aprovado a Lei de Zoneamento, que, por meio da Lei Nº 38/1988, ampliou as áreas das Zonas Especiais definidas na Lei Nº 37/86.

Pelo que se pode observar, apenas foi transferido o problema das ocupações e não resolvido. O deslocamento da população mais carente (que passava de 10% da população) foi para longe da área central e dos espaços onde os grupos sociais com maior renda tinham mais chances de aquisição e aproveitamento dos lotes. A propriedade urbana, segundo Talamini Junior (1986), era de somente 40% das unidades edificadas e 60% das unidades sem ocupação.

Segundo Talamini Junior (1986, p.36), os bairros tinham as seguintes características:

Centro - predominância de habitações em alvenaria, com área superior a 150,00 m, de pequenos edifícios de apartamentos com área em torno de 130,00 m, ocupados por profissionais liberais e funcionários graduados de grandes empresas locais.

Trianon e Alto da XV - predominância de habitações em alvenaria, com área superior a 150,00 m, ocupadas principalmente por empresários locais liberais.

Batel, Santa Cruz, Dos Estados - predominância de habitações em madeira, com área de 100,00 m, ocupados por pequenos proprietários e empregados qualificados de empresas locais.

Santana, Bonsucesso, Carli, Vila Bela, Pinheirinho e Primavera - construções em madeira, habitadas por operários, pequenos comerciantes, empregados no comércio e prestadores de serviço.

Percebe-se que houve a preocupação por parte do poder público em despoluir a área urbana central e construir um modelo de cidade que procurasse, por meio da ideologia do governo local, permitir o crescimento e a manutenção da elite composta de representantes políticos e grupos imobiliários. Na opinião de Maricato (2000, p. 147 – 148)

a ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica.

A matriz da gestão urbana no Paraná, nos anos de 1980, que serviu de embasamento para a prática da política local, teve como escopo uma forte tendência para fazer com que os municípios fossem dotados de capacidade de racionalização de forma a evitarem problemas sociais e políticos.

A estratégia de monitoramento, por parte do governo paranaense na política urbana, não passou de uma tentativa, obtendo baixo êxito para amenizar problemas de ordem social que comprometiam o real desenvolvimento dos municípios. Desta forma, os programas de financiamentos e os demais projetos advindos do governo estadual foram muito pouco aproveitados para corrigir antigos e permanentes problemas intraurbanos, tampouco serviram para imprimir novos rumos na organização do espaço urbano em cada município, considerando sua realidade socioespacial.

A desigualdade interna serviu ainda mais para acelerar a segregação socioespacial, pois os recursos do Governo do Estado não foram encaminhados diretamente para atender aos problemas dos grupos sociais de baixa renda, sendo a decisão do poder local que determinou onde e como deveria ser mais bem aplicado o recurso. Essa prática reforçou o papel do poder público, trazendo para Guarapuava o rótulo de cidade segregada.

Após décadas de ação concentrada na instância da União, a análise do processo de descentralização da ação de políticas públicas previsto na Constituição Brasileira de 1988 conduziu a uma chamada descentralização tutelada ou vinculada, que não desapareceu com apoio nas políticas setoriais: habitação, saúde, seguro-desemprego, assistência social (MARICATO, 2001).

A descentralização em Guarapuava não garantiu outros rumos para a política local, principalmente no que se refere ao reforço da singularidade entre o centro e a periferia.

A primeira gestão municipal de Luiz Fernando Ribas Carli (1989/1992) marca a transição do grupo político que esteve na gestão municipal por vinte e cinco anos. Considerando a conjuntura econômica e social que passava Guarapuava pelo aumento populacional e pelo agravamento da desigualdade de renda da população, a gestão municipal chamava para si a promoção das intervenções urbanas de modo a atender aos grupos de baixa renda, que pudessem assegurar a legitimidade do poder local.

No primeiro ano de mandato, o governo municipal tratou de fazer de Guarapuava um canteiro de obras, convocando a imprensa local para retratar seus planos em bairros carentes. De acordo com a edição do *Jornal Esquema Oeste*, de 5 a 11 de agosto de 1989, o objetivo era de fazer uma espécie de ronda que incluía o Parque Rodoviário e a preparação de ruas para futura pavimentação.

É do ano de 1990 a Lei Orgânica do município que, na seção V – Da política urbana, trata, nos artigos 227 a 237, dos objetivos do desenvolvimento das funções sociais da cidade em consonância com as políticas sociais e econômicas do município. A Lei Orgânica consolida definitivamente os objetivos do poder local ao enfatizar as funções sociais da cidade e passa a ser traduzida pela população como um avanço e novos rumos para a política urbana.

O governo local, então, além de priorizar os investimentos em programas habitacionais na periferia empobrecida e estruturalmente pior atendida, intensificou a melhoria da infraestrutura na área central, separando ainda mais o cenário que havia se construído entre os grupos sociais de alta e de baixa renda.

Como forma de atender aos problemas, como a falta de calçamento e as condições precárias da periferia, algumas ações seguiram as orientações do Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba / IPPUC, tendo em vista a aproximação política dos dois governos municipais. O governo paranaense continuou repassando recursos aos municípios por meio do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano / PEDU, uma espécie de Banco Municipal para socorrer as prefeituras.

Como forma de garantir a divulgação de uma política popular e aumentar a arrecadação municipal, em novembro de 1989, o governo municipal, por meio da Lei

Nº 108/89, isentou o IPTU para imóveis de até 60 m² e também foi refeito o cadastro municipal, com vistas a corrigir a cobrança do IPTU e manter a construção de conjuntos habitacionais populares em vários bairros.

Durante a gestão de Luiz Fernando Ribas Carli (1989/1992), considerando as informações cadastrais sobre a baixa densidade dos loteamentos periféricos, não houve a aprovação de loteamento popular, coibindo a ação dos especuladores da terra (SILVA, 2002). Tal iniciativa do poder público visava promover o equilíbrio entre o número de terrenos vagos existentes que passava de 30%.

A Lei Nº 45/87 foi alterada pela Lei Nº 167/90. No Artigo 1º da Lei Nº 167/90 acrescenta os loteamentos destinados para fins sociais através de programas determinados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. No que se refere à aprovação de loteamento, área mínima de lote, testada mínima de lote, dimensões de quadra, via de circulação, áreas verdes e institucionais, devem ser submetidos à análise e conseqüente aprovação do Conselho do Plano Diretor Urbano de Guarapuava / CONPLUG. Percebe-se, assim, a diminuição quanto às exigências de infraestrutura e nas dimensões mínimas dos lotes na implantação de loteamentos com fins sociais.

No decorrer do processo de estruturação urbana, no que tange à habitação popular, "o remédio caseiro para o problema habitacional"⁵⁵ algumas iniciativas do executivo municipal, como das casas populares no Parque das Árvores ou em conjuntos pelo sistema de mutirão habitacional, fortaleceram o poder local, reforçando a atenção para grupos de baixa renda que viviam na periferia.

De acordo com o *Jornal Esquema Oeste*, de 15 de janeiro de 1991, em 1990, foi viabilizada pela Prefeitura Municipal a construção de casa própria a 440 famílias de baixa renda, por meio do Projeto Padrão de Moradia Popular. O Projeto visava ao atendimento das famílias que tinham um único imóvel ainda não construído entre 20m² e 70m², recolhendo apenas uma taxa de protocolo. As famílias recebiam, em contrapartida, o projeto da casa, orientação técnica, bem como orçamento de material e mão-de-obra.

⁵⁵ *Jornal Esquema Oeste* de 7-13 de dezembro de 1991.

Em 1991, a Lei Nº 227/1991 novamente amplia o perímetro urbano (APÊNDICE A). Em 1992, foram realizados estudos para reelaboração do Plano Diretor. Nesse mesmo ano, ocorreu um forte investimento na área urbana como forma de fortalecer a imagem de Guarapuava e, sobretudo, para dar continuidade à construção das casas populares. Mais uma vez, a prefeitura contou com o apoio do IPPUC, visando ao assessoramento em projetos de urbanização.

O número de favelados chegou a 4,7 mil pessoas, localizadas em 13 áreas mais problemáticas. Segundo Silva (2002, p.65)

No levantamento dos problemas da cidade e na compreensão dos processos que desencadeavam tais problemas, muitas pressões políticas começaram a ser direcionadas ao Executivo municipal que, ao finalizar o processo de diagnóstico do plano, restringiu a participação apenas às entidades de classe, secretarias municipais e órgãos estaduais. A justificativa para tal intervenção estava fundamentada na idéia de que, ao trazer à tona os problemas que afetavam a cidade, a sociedade poderia atribuir ao Executivo tal situação e, assim, comprometeria seu prestígio político e afetaria o resultado do pleito eleitoral que estava previsto para o ano de 1992. As fases subseqüentes do plano foram elaboradas com participação restrita dos técnicos e burocratas do serviço público, câmara de vereadores, bem como de entidades de classe, diretamente ligadas ao setor imobiliário da cidade.

Mesmo com esse perfil de participação, foram obtidos alguns avanços, com a elaboração de uma política urbana que fugia ao padrão tradicional. O zoneamento concebido foi o de "ação", onde foram contempladas as ocupações irregulares, como áreas de regularização fundiária, e as áreas periféricas foram prioritárias para investimento. Além disso, definiu-se o que seria para o município a função social da propriedade urbana a partir da realidade local e foram criados instrumentos jurídicos e fiscais, como a contribuição de melhoria, o imposto progressivo e o usucapião do solo urbano. O conteúdo do plano apresentava-se como inovador e adequado à realidade local, contudo politicamente fragilizado. O executivo municipal, embora soubesse da elaboração do plano, avaliava-o como sendo "perigoso" e radical pelo caráter de seu conteúdo. A câmara de vereadores e as entidades de classe envolvidas, embora não conseguissem argumentar contra os instrumentos elaborados diante da realidade dos problemas urbanos diagnosticados, não defendiam a proposta. E a população cerceada da participação, devido à posição adotada pelo executivo municipal, não fez qualquer tipo de pressão política junto aos seus representantes políticos. Assim, desde o seu término em 1992, até 1997 o plano tramitou na câmara de vereadores, sem ser aprovado.

O prefeito municipal Cesar Roberto Franco (PDT), no período (1993/1996) deu continuidade aos programas habitacionais populares que eram fundamentais à manutenção da gestão que teve início em 1989. Entretanto, a rotina de criar os núcleos habitacionais municipais e lentamente a implantação da estrutura adequada foi secundarizada, como por exemplo, no Loteamento Adão Kaminski. Informações do *Jornal Esquema Oeste*, de 22-28 de abril de 1995, página 5, salienta:

Moradores do loteamento Adão Kaminski, próximo ao Batalhão da Polícia Militar denunciam: o loteamento distribuído pela Prefeitura Municipal pouco antes das eleições, abriga casas e lotes sem fiação de luz, sem sistema de esgoto e com instalação de água pela metade. As casas do projeto Moradia Popular, são chamadas pelos moradores de "Ocos".

Quando assumiu o governo municipal, Vitor Hugo Ribeiro Burko (PL), no período (1997/2000), resgatou o Plano Diretor em sua versão não aprovada em 1992, procurando descaracterizar as decisões até então realizadas pela gestão anterior.

No período entre 1997 e 2000, o governo municipal teve a preocupação de estimular a produção de lotes (Lei Nº 899/1999 e Lei Nº 988/1999) e a construção civil por meio da isenção de taxas (Lei Nº 826/1998).

Em 1997, o governo municipal, por meio da Lei Nº 713/1997, tenta promover o aproveitamento de lotes baldios e não utilizados no perímetro urbano, desenvolvendo campanhas de estímulo e de aproveitamento pelos proprietários, por meio da construção de edificações residenciais, comerciais, industriais e áreas de lazer. Os proprietários dos lotes baldios e áreas ociosas dentro do perímetro urbano, que cedessem seus imóveis para os fins previstos na lei, poderiam receber, a critério da Administração Municipal, a isenção do IPTU e isenção da taxa de limpeza pública.

Por meio da Lei Nº 727/1997, o governo municipal buscou instituir o parcelamento consorciado, a fim de realizar o parcelamento de áreas urbanas, cuja destinação foi a de suprimento de lotes com fins sociais e o estímulo de crescimento em determinada área.

Tendo como objetivo estimular a produção de novos loteamentos⁵⁶, a Lei Nº 822/1998 concedeu isenção de IPTU para incentivar loteamentos no Município, a partir dos seguintes critérios:

Art. 1º - Fica autorizado a isenção do IPTU dos imóveis objeto de projeto de lei de Loteamento, pelo período de 5 anos.

Art. 2º - A isenção dar-se-á da seguinte forma:

a) no primeiro ano contado da entrada do projeto a isenção é de 100% do valor do imposto.

b) nos anos subsequentes, a isenção ficará condicionada à venda de no mínimo 20% dos lotes por ano.

Parágrafo Único - Quando o percentual de lotes vendidos não atingir os 20% previstos na letra b, ficará o contribuinte sujeito ao pagamento da diferença apurada a menor.

Na continuidade do governo de Vitor Hugo Burko (2001/2004) foi aprovado pela Lei Nº 1101/2001, um novo plano diretor, em 28 de dezembro de 2001, meses após a aprovação do Estatuto da Cidade. Esse Plano Diretor menciona os artigos 182 e 183 da Constituição e o próprio Estatuto da Cidade, fazendo com que a legislação urbana atenda às diretrizes dispostas em lei, embora não se reflita na prática a função social, a não ser a garantia do conselho municipal do Plano Diretor urbano de Guarapuava (CONPLUG).

Mudança significativa no zoneamento proposto pela Lei Nº 37/86 ocorreu com a Lei Nº 1023/2001 no que se refere às áreas mínimas dos lotes. As zonas residenciais permaneceram divididas em alta, média e baixa densidade (Quadro 5).

QUADRO 5 – Área mínima dos lotes propostos pela Lei Nº 1023/2001

Zona	Área mínima
Zona Residencial de Alta Densidade	250,00
Zona Residencial de Média Densidade	250,00
Zona Residencial de Baixa Densidade	250,00
Zona Comercial Central	250,00
Zona de Comércio e Serviço	250,00
Zona de Preservação dos Recursos Hídricos	2000,00

Fonte: Lei Municipal Nº 1023/2001

Org.: Autor, 2008

⁵⁶ Segundo o Caderno Diagnóstico de Guarapuava (1997), até esse ano, 43% dos loteamentos não tinham sido aprovados pela Prefeitura Municipal. As informações pautaram-se numa análise sistemática envolvendo Condicionantes – Deficiências e Potencialidades (CDP). Após a realização da sistematização, procurou-se estabelecer uma hierarquização das áreas de intervenção e seus objetivos de intervenção nas áreas mais caóticas da cidade.

A alteração no zoneamento pela Lei Nº 1023/2001 beneficiou o mercado de terras urbanas, permitindo maior adensamento da produção imobiliária nas áreas com melhor infraestrutura e, ao mesmo tempo, definindo as áreas mínimas permitidas em parcelamentos para implantação de programas habitacionais de interesse social de 180,00m², executados pelo município ou órgãos governamentais.

A alteração na área mínima dos lotes, com a Lei Nº 1023/2001, foi acompanhada também pela mudança nas zonas comerciais pela Lei Nº 1024/2001. As Zonas Comerciais foram denominadas como: Zona Comercial Central (ZCC) e Zona de Comércio e Serviço (ZCS).

Pelo que podemos observar, o poder público incentivou a concentração do comércio e das habitações coletivas na área central, reforçando ações de outras administrações e estimulando a construção civil. Sem dúvida, foi se estabelecendo uma supervalorização dos terrenos partindo da área central em direção aos bairros residenciais que formam três conjuntos bem característicos: a zona comercial central (adensamento do comércio e de habitações consideradas de alto padrão), a zona comercial e de serviços (com comércio e em bairros residenciais próximos à área central) e a zona residencial de alta densidade (habitações consideradas de médio padrão e com algum tipo de comércio).

O crescimento horizontal, promovido pelos loteamentos do tipo populares, levou à ampliação do perímetro urbano pela Lei Nº 1148/2002 (APÊNDICE A).

A intervenção do poder público em Guarapuava, a partir da legislação urbana, promoveu o desencontro entre o desenvolvimento urbano e as necessidades pontuais para cada momento da estruturação do espaço.

Percebe-se, assim, o não acompanhamento da evolução da população e do crescimento regional, distanciando-se das diretrizes da política urbana.

Os financiamentos do governo federal ajudaram ignorar as diferenças no espaço urbano, na medida em que não criaram meios para acompanhar os encaminhamentos da política local com vistas a disciplinar o uso do solo urbano.

Como diz Maricato (2000, p.147)

Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo precatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei.

Os planos diretores elaborados mostram claramente a perspectiva do poder público que buscou criar instrumentos para ocupação e uso do solo urbano e habilitar o município em aplicações repassadas pelos governos federal e estadual, patrocinadores de muitos programas para infraestrutura e moradia.

Percebemos que a legislação urbana se tornou mais incisiva após a existência de muitos loteamentos já instalados. De qualquer maneira, a legislação urbana permitiu a continuidade da reprodução de novos loteamentos atendendo normas para o parcelamento do solo, paralelamente à existência de outras carências em infraestrutura, sobretudo, dos loteamentos denominados como irregulares. Nas contribuições de Raffestin (1993, p.150),

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura⁵⁷[...] É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.

O sentido das propostas de modernização da área central e dos planos para o assentamento da população empobrecida na periferia ratificou a área central como território dos grupos de alta renda. O princípio das propostas do poder público passa pela idéia de higienização, compreendida pelos ideais de segregação dos grupos sociais de baixa renda.

⁵⁷ Raffestin (1993) denomina tessitura subconjuntos estruturais organizados hierarquicamente que permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitem, ainda, impor e manter uma ou várias ordens. Isso aparece em todas as práticas espaciais.

3.4 A DINÂMICA INTRAURBANA E O DIÁLOGO “SURDO” DO PODER PÚBLICO COM OS GRUPOS SOCIAIS SEGREGADOS

A evolução das ações do poder público espelha um conjunto de idéias e de representações que são evidenciadas no espaço urbano. Nesse sentido, cada grupo social tem uma representação que lhe é própria e podem ser compartilhadas pelo poder público de forma dominante.

No que concerne à existência urbana, para Lefebvre (1999), essa se confunde com a existência política, pois, se a cidade concentra o que faz uma sociedade, ela o distribui de uma maneira relativamente razoável em organizações e instituições.

As estruturas, as forças econômicas, sociais e políticas, também desempenham um forte papel no planejamento urbano. Nesse aspecto, possuem papel relevante o planejamento estatal, instrumento da administração, que, fazendo parte do aparelho de Estado, busca nos célebres diagnósticos a realidade em que se deseja intervir, a fim de transformá-la em uma realidade futura desejável, segundo padrões e normas dominantes (ABELÉM, 1984).

Torna-se fundamental entender que a urbanização constitui

o conjunto de relações sociais que se dão no espaço [...] produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicos, organizados em uma configuração espacial distinta [...] A urbanização também, configura certos arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder e similares. Estes também dão à “cidade” qualidades objetuais que podem dominar as práticas diárias e conduzir a uma cadeia de ações subseqüentes (HARVEY, 1996, p.51).

O espaço urbano é carregado de sentidos que são produzidos socialmente. Nessa direção, Castells (1983) chama a atenção para o fato de que, da mesma forma que existe uma eficácia própria do econômico e do político – institucional através de sua modulação espacial e seu lugar nas unidades urbanas, existe certa especificidade da instância ideológica ao nível do espaço urbano. Esta

especificidade ideológica se manifesta, segundo Castells (1983, p.267), de duas maneiras:

1. pelo componente ideológico que, ao nível de uma realidade histórica, está presente em todo elemento da estrutura urbana. Assim, por exemplo, toda moradia ou todo meio de transporte se apresenta sob certa forma, produzida pelas características sociais deste elemento, mas que, ao mesmo tempo, reforça-os, pois ela dispõe de certa margem de autonomia.
2. pela expressão, através das formas e dos ritmos de uma estrutura urbana, das correntes ideológicas produzidas pela prática social. É neste nível da mediação, pelo espaço urbano, das determinações ideológicas gerais, que devemos colocar o tema do simbólico urbano.

Todavia, é fundamental considerar para o estudo da política urbana uma abordagem que procure relacionar a formação da sociedade, os conflitos e contradições e sua organização, a fim de não correr o risco de esquecer elementos imprescindíveis na determinação das intervenções que ocorrem no espaço urbano.

Como diz Raffestin (1993, p.58, grifo nosso), “**a população está na origem do poder**, ‘nela residem as capacidades virtuais de transformação; ele (**poder**) constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação’”. A idéia é também defendida por Ledrut (1981), quando acentua a questão relativa à maneira pela qual a política urbana não pode ser resolvida pela simples análise do sistema social dominante e de seus subsistemas sociais e políticos (nacionais e locais). Esta questão remete, na realidade, às relações que mantêm numa determinada sociedade as diversas forças e estruturas sociais, bem como as diversas forças e estruturas políticas.

A lógica, então, para o entendimento das normas administrativas sobre um determinado território, passa pela interpretação da intencionalidade com que se realizam as ações e como são construídas pelas relações sociais que irão determinar comportamentos diferenciados do poder público.

Nessa direção, Santos (1999, p.184) ressalta: “o território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes nele instalados”.

Cria-se, portanto, no território, ordens menos formais e até mesmo ordens informais, onde as normas são reunidas ao sabor das conjunturas localmente definidas.

A forma de atuação do poder público não consegue interferir em todos os setores da produção do espaço, ainda mais no que concerne aos aspectos relacionados, por exemplo, à divisão do trabalho. De qualquer maneira,

O papel do poder público é de suma importância para a análise da reprodução territorial da cidade, e de forma mais ampla, do seu processo de produção, pois tem ação definitiva na concepção da forma de ser a cidade (SPOSITO, 1991, p.163).

O poder público tem forte poder de atuação no urbano, com sua capacidade de definição e elaboração de leis e sua interferência nos meios de produção e no mercado imobiliário, sendo mais que um mediador do desenvolvimento do capital, mas também um dos agentes interessados no próprio capital que se desenvolve pela atividade imobiliária.

Entendemos o poder público como mediador (por vezes com interesses em comum) da ação da esfera privada na realização dos empreendimentos urbanos. Oliveira (1982, p.53), por sua vez, destaca que analisar o Estado e o urbano requer

uma análise de como se dá o recorte entre Estado e sociedade civil, de como se dá a oposição de interesses entre o Estado e a coalizão de forças dominantes do capital monopolista e o resto do conjunto da população, que inclui o operariado e classes trabalhadoras e também frações da baixa classe média.

A complexidade que envolve a política urbana leva-nos a pensar sobre quais forças, quais objetivos e qual estrutura se desenvolvem na diversidade das intervenções em um período específico, sem desconsiderar o campo político em nível local e até mesmo nacional. Por essas razões, o esforço para entender a política urbana, não deve ficar distante dos fatores de ordem local e, principalmente, na constituição do poder local.

Os instrumentos de gestão do poder público passam, em algumas vezes, pela legislação urbana e pelas demais iniciativas que não aparecem na lei, mas se

impõem como necessidade para compreensão do movimento da realidade social. Essas condições sustentam as idéias de Somekh (1997, p.333), para quem a cidade é entendida “como um produto social, isto é, produto do conjunto da sociedade em contraposição com a sua apropriação privada”.

Em diferentes momentos da organização do espaço, os mecanismos do poder público tendem a se transformar, como no caso da solução dos problemas decorrentes da urbanização. Contudo, é importante frisar que a urbanização, como uma forma desenvolvida da divisão social do trabalho, é um dos determinantes fundamentais do Estado e não apenas um dos campos de aplicação da política estatal (LOJKINE, 1981).

O que Lojkine (1981) destaca é a relação principal entre a urbanização e a acumulação capitalista, em que a urbanização cria as condições necessárias à reprodução global das formações capitalistas desenvolvidas por meio de uma dupla socialização, ou seja, das condições gerais de produção e do espaço. As condições gerais de produção correspondem às condições necessárias a cada capital, para sua viabilização, e a cidade, como produto da socialização do espaço, se efetiva pela cooperação entre os agentes da produção.

O papel do Estado na urbanização capitalista, segundo Lojkine (1981), é como um regulador do processo de urbanização, atenuando os efeitos dos limites capitalistas da urbanização e também como um interventor contraditório sobre a socialização das forças produtivas.

Cumprir observar que a matriz do planejamento urbano modernista e funcionalista que orientou e definiu padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiada na centralização e na racionalidade do poder público, marcou uma modernização incompleta ou excludente das cidades, pois foi aplicada apenas numa parte, chamada formal ou legal (MARICATO, 2000).

Ao analisar a legislação urbana em Guarapuava e as implicações para a produção do espaço, é impossível desconsiderar a história da sociedade, já descrita anteriormente. Em algumas vezes, a produção do espaço teve influência, ora do centralismo do governo federal, ora pelas intervenções do governo estadual.

Em certos casos, alguns processos para a produção habitacional foram gerados pelos agentes locais como os promotores imobiliários que, independente das articulações que estabelecem entre si diretamente, no processo de acumulação, carecem de uma legitimação social, possibilitada pelo poder público (SOUZA, 1994).

Os mecanismos de planejamento e de gestão urbana têm, para o caso de Guarapuava, uma forte aproximação com a formação social, pois, o poder público desempenha um papel importante para a legitimação e garantia do poder. A ideologia determinante está fundamentada num pensamento prático de longo tempo, que, além de projetar o sentido de dominação e de hegemonia de grupos políticos ou mesmo de indivíduos, promove diferentes manifestações para a sociedade local.

Num sentido geral, a ideologia presente na cidade atribui articulações e desarticulações que projetam um lento desenvolvimento econômico e social. Em nível político e econômico é incompatível com o crescimento urbano e com as reais necessidades de parte da população local. Como enfatiza Daniel (1988), as diferentes modalidades de poder social, referentes à elaboração, no plano simbólico, de culturas políticas correspondentes, instauram formas específicas de legitimação do poder político local.

Na cidade, o poder político atribui sentido às práticas cotidianas e se articula a elementos ligados à cultura, à economia e aos interesses conexos na forma de morar, do comportamento das pessoas, da comunicação entre os grupos sociais e da maneira pela qual se exercem as oposições e os objetivos comuns em torno da política local.

Portanto, tornam-se fundamentais para compreender a lógica do poder político local e caracterizar a natureza de cada modalidade desse poder, o conhecimento dos aparelhos em que se estabelece o exercício e que são constantemente refeitos, os quais determinam as decisões políticas. Daniel (1988) reforça que os produtores e disseminadores das noções de tradição e de comunidade local são os agrupamentos sociais denominados elites locais, capazes de se tornarem organizadores de movimentos que buscam e, muitas vezes conseguem, fundar novas unidades de poder político local.

É possível observar nos pressupostos históricos e econômicos trabalhados as contradições no espaço urbano promovidas pelo poder público, onde foi se produzindo um espaço fragmentado. A disponibilidade de capital para determinados grupos sociais permitiu um acesso diferenciado às necessidades básicas da vida urbana. O investimento do poder público em espaços públicos, como no caso do Parque do Lago, motivou o mercado imobiliário local, valorizando os terrenos próximos e atraindo investidores de outras localidades.

A ação e a consolidação do poder político precedem à organização do espaço local que, no caso de Guarapuava, se reflete na institucionalização dos territórios mais carentes e segregados. Os rumos e as tentativas para resolução da habitação popular por parte do poder público foram orientados basicamente para uma erradicação física nas ocupações dos grupos de baixa renda e, em alguns casos, em áreas que pudessem garantir uma remodelação da paisagem urbana.

A intensidade da urbanização em todo o Estado do Paraná implicou num maior investimento por parte do governo estadual em políticas urbanas para fins coletivos, implicando também nas intervenções do poder público local. Assim, em Guarapuava, como ressalta Kobelinski (1999, p.166), “as formas urbanas, ou melhor, as realizações materiais de gestões públicas na cidade eram o ponto de partida para outras referências”.

As intervenções dos governos federal e estadual procuraram minimizar os efeitos do crescimento urbano, principalmente nas áreas de habitação e saneamento e também se voltaram para o atendimento das necessidades das empresas para suas instalações, pois a fase da articulação produtiva veio acompanhada da criação de economias de aglomeração em vários centros urbanos do país, levando a ação do governo do Estado para investimentos diretos, incentivos fiscais e construção da infraestrutura em regiões que se caracterizavam como fronteiras agrícolas (DINIZ, 1995). No caso de Guarapuava, foram poucos os investimentos do governo estadual com vistas à melhoria para a instalação industrial.

Em Guarapuava, pode-se afirmar que o plano da política urbana teve um caminho de dominação política e ideológica, antes de uma dominação econômica. O planejamento urbano, como afirma Maricato (2000), tornou-se um importante

instrumento de dominação ideológica que contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. A adoção de uma política urbana que teve como capacidade regular os conflitos e os interesses distintos dos demais agentes produtores do espaço, bem como adequar aos interesses individuais, reforça a intencionalidade do poder público local que atribui sentido à produção do espaço.

O espaço urbano, diferentemente ocupado, teve a estruturação urbana baseada nos moldes de uma sociedade campeira, impulsionada pelo poder público e por seu discurso⁵⁸. Como diz Raffestin (1993, p.58), “na origem do poder residem as capacidades virtuais de transformação; ele constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação”.

A participação do governo federal em programas de âmbito local, sustentou práticas locais como a desafetação dos grupos de baixa renda, investimento em pavimentação asfáltica e rede de esgoto na área central que também passava pela negociação dos atores locais. O diferencial dos municípios se efetivou pelos mecanismos de gestão, bastante preocupado com o planejamento, já que os governos municipais tinham o poder para definir seus investimentos, dada certa facilidade para obtenção de recursos junto à União (CASTRO, 1988).

Castro (1988) ressalta que houve um incremento do clientelismo e da patronagem no âmbito das relações intergovernamentais, pois, havia necessidade de cooptar aliados, em nível local, com fins de diminuir os usos eleitoreiros. No nível político, em prefeituras menores, o autor lembra que esses municípios possuíam baixo poder de barganha e dependiam essencialmente de contatos políticos para ter acesso às arenas decisórias, sobretudo, na esfera federal.

A prefeitura, nesse caso, serviria como elo funcional do Serviço de Habitação e Urbanismo (criado em 1964/1974), patrocinado pelo Ministério do Interior e subsidiariamente pelo Banco Nacional de Habitação / BNH. O sistema de financiamento pelo BNH significou uma postura de assistência técnica por parte do governo federal. Uma vez que, até 1964, não havia uma integração da política urbana no país e aproximada aos municípios, Guarapuava seguiu o modelo de

⁵⁸ Sobre as características dos territórios conservadores de poder em Guarapuava, ver a tese de Márcia da Silva (2005).

muitas cidades, ou seja, sem um plano pré-determinado da política urbana, expandiu-se sem um adequado mecanismo de disciplina para o uso do solo.

O gradativo aumento da urbanização em Guarapuava desde a década de 1960, junto às diretrizes para a ocupação do solo para fins urbanos, possibilitou uma produção do espaço que teve no grande proprietário que não abandonou as atividades primárias, um dos principais responsáveis pelos loteamentos na periferia (SILVA, J., 1995, 2002). Na década de 1960, a periferia urbana em Guarapuava sofreu um processo intensivo de mudança social e de novos núcleos habitacionais em várias direções e passaram a ser implementados em áreas que há muito tempo não desempenhavam função alguma, a não ser em raros casos que tinham função de lazer (SILVA, J., 1995).

Na segunda metade de 1960, mudanças no âmbito do governo federal de cunho político-institucional e de cunho tributário repercutiram na política municipal e provocaram importantes alterações nas relações intergovernamentais, na medida em que os municípios passaram a usufruir das transferências do Estado e da União, sustentadas por mecanismos de financiamento direto. Os mecanismos de transferência dos recursos reforçaram a hegemonia do governo federal no que tange aos recursos e diversificaram as formas de financiamento aos municípios.

De um modo geral, verificam-se os esforços do governo federal na direção de estimular a adoção do planejamento como norma nas administrações municipais. Coincidentemente, a formulação das bases do processo de planejamento local integrado ocorreu no momento em que, pelo Decreto Lei Nº 200/67, o governo federal adotou as linhas básicas de um Sistema Federal de planejamento que viria a ser formalizado e estendido aos demais níveis de governo pelo Decreto Nº 71.353/72 (OLIVEIRA et al., 1993).

Na passagem dos anos de 1970 para os anos de 1980, os programas prioritários do governo municipal se juntaram à disponibilidade dos recursos dos governos federal e estadual e visavam à construção de casas populares e um acelerado processo de pavimentação asfáltica do centro em direção à periferia.

Cabe, pois, afirmar que os representantes do poder público em Guarapuava possuem uma tendência à **super-representação** na vida social e política, como

afirma Daniel (1988). Essa **super-representação** pode ser facilmente observada pela continuidade dos representantes políticos que fazem todo o esforço para se manter no poder local, garantindo a hegemonia e os interesses de um grupo dominante, às vezes ligado aos grupos econômicos locais⁵⁹. No período entre 1963 a 2008 foram os seguintes prefeitos:

26/11/1963 a 30/01/1969 - Nivaldo Passos Krüger, Partido de Representação Popular e Trabalhista Brasileiro.

31/01/1969 a 30/01/1973 - Moacyr Julio Sivestri, Partido de Representação Popular e Trabalhista Brasileiro.

31/01/1973 a 31/01/1977 - Nivaldo Passos Krüger, Partido Movimento Democrático Brasileiro.

01/02/1977 a 31/01/1983 - Candido Pacheco Bastos – Partido Movimento Democrático Brasileiro

01/02/1983 a 31/12/1988 - Nivaldo Passos Krüger – Partido Movimento Democrático Brasileiro

01/01/1989 a 31/12/1992 - Luiz Fernando Ribas Carli – Partido Democrático Trabalhista

01/01/1993 a 31/12/1996 - Cesar Roberto Franco – Partido Democrático Trabalhista

01/01/1997 a 31/12/2000 - Vitor Hugo Ribeiro Burko – Partido da Social Democracia Brasileira

01/01/2001 a 31/12/2004 - Vitor Hugo Ribeiro Burko – Partido da Social Democracia Brasileira

01/01/2005 a 31/12/2008 - Luiz Fernando Ribas Carli⁶⁰ - Partido Progressista

⁵⁹ No apoio para reeleição em 2008, considerando a consulta a prestação de contas final de candidatos e comitês financeiros para a campanha municipal de 2008 do Tribunal Superior Eleitoral / TSE, o candidato Luiz Fernando Ribas Carli obteve 536 doações com recursos de pessoas físicas e jurídicas. As doações de pessoas jurídicas e de diferentes atividades no município foram: Agrogen S.A. Desenvolvimento Genético, Auto Posto Econômico Ltda, Ferlim Comércio de Combustível Ltda, Guarapuava Diesel Comércio Transporte e Derivados de Petróleo Ltda, Knoerr & Costa Advogados Associados, L.F.R. Carli & Cia. Ltda, Provence Veículos Ltda, Romeu B. Lopes Jr. Informática e Sita Transportes de Cargas S/A.

⁶⁰ Reeleito prefeito municipal para a gestão 2009/2012.

Nesse sentido, é possível identificar na ação do poder público local que se estabeleceu um diálogo surdo entre os governantes e os grupos sociais segregados. O poder público não apresentou e ainda não apresenta medidas mais incisivas no sentido de criar programas específicos para atendimento aos grupos sociais mais carentes, se não a direção de assegurar o direito de uso em terrenos públicos e desconsiderar um cenário com fortes desigualdades sociais.

O pensamento urbanístico do poder público em Guarapuava tem um enfoque estético e modernizador, determinado por dois elementos:

1. a prática da desafetação dos grupos de baixa renda em terreno público e privado ocupados de forma irregular no centro ou em outros bairros, visando ao reassentamento das famílias em áreas pré-definidas em direção à periferia;
2. mantendo a comunicação com grupos sociais segregados num diálogo surdo, ou seja, o poder público atua silenciosamente no discurso, mas se torna alarmante para grupos de baixa renda, de modo a corrigir ou mesmo produzir habitações nos núcleos habitacionais populares, longe dos territórios dos grupos de alta renda no centro ou imediações.

A combinação das características culturais dos representantes políticos com as características da população fortaleceu fatores determinantes para um plano simbólico do poder político local. A legitimação, portanto, do cumprimento do poder local esteve associado a distintas modalidades de poder e de culturas políticas que passaram pela gestão municipal.

Nesse caso, o clientelismo se constitui para Guarapuava como concepção principal de poder. A concepção teve a capacidade para ditar o comportamento dos grupos sociais de baixa renda segregados em toda área urbana.

4. AS DIVERSAS PARTES DA CIDADE E A PRODUÇÃO HABITACIONAL

O objetivo deste capítulo é analisar as diversas partes da cidade e a produção habitacional de Guarapuava, tendo como escopo a produção da habitação pelo poder público, o movimento dos grupos de baixa renda, as estratégias da produção imobiliária e as tendências recentes do espaço produzido.

4.1 A URBANIZAÇÃO DESIGUAL E OS SINAIS DE CONFLITO NA PRODUÇÃO HABITACIONAL

A urbanização em Guarapuava se desenvolveu com base na diferenciação espacial com baixo desenvolvimento humano, conformando uma estrutura urbana ainda não consolidada. A formação da periferia é a alternativa para a produção habitacional dos grupos sociais de baixa renda, sobretudo, nas manchas de ocupação em terrenos público e particular.

A trajetória e o contexto da produção habitacional no município são complexos, permitindo identificar um cenário de conflito que se revela nas intervenções do poder público municipal⁶¹.

A polarização de Guarapuava e a convergência do crescimento populacional decorre dos fluxos migratórios e das baixas condições da retenção populacional dos municípios menores. A população do município cresceu acima de 9% entre os anos de 1997 e 2004, atingindo mais de 11 mil novos habitantes (Tabela 23).

O crescimento populacional engendrou também o crescimento da propriedade residencial privada. No ano de 1991, mais de 62% da população do município vivia em casa própria. No ano de 2000, este índice evoluiu para mais de 68%. Entretanto, a concentração dos domicílios urbanos predominante é na faixa de renda mensal de

⁶¹ A Carta Régia é o documento de origem de todos os terrenos localizados no perímetro urbano. Nesse sentido, poderia facilitar a regularização fundiária, pois, possibilita a abertura de matrículas de terrenos que pertencem ao município não havendo necessidade de comprovação da matrícula.

até três salários (45,93%), seguido da faixa de mais de três a cinco salários (Tabela 24).

TABELA 23 - Evolução da população total em Guarapuava no período 1991/2004

Anos	Habitantes
1991	159.692
1996*	150.850
1997**	153.158
1998**	155.501
1999**	157.880
2000	155.161
2001**	157.535
2002**	159.945
2003**	162.392
2004**	164.877

* População cedida para outro município.

** População estimada

Fonte: Dados do IBGE, Projeção elaborada pela Fundação Brasil, 2004.

Org.: Autor, 2008

TABELA 24 - Domicílios urbanos por faixas de renda mensal familiar em Guarapuava, 2000

Faixas de renda mensal familiar (em salários-mínimos)									
Até 3		mais de 3 a 5		mais de 5 a 10		mais de 10		total	
absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
17.654	45,93	8.184	21,29	7.246	18,85	5.352	13,92	38.436	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas, 2006.

Org.: Autor, 2008

Contraopondo-se aos indicadores dos domicílios urbanos, segundo a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2001), o *Mapa do Fim da Fome*, entre os anos de 1996 e 1999 existia em Guarapuava 24,97% da população total como indigentes⁶², chegando a um total de 38.700 pessoas, enquanto no Paraná a média era de 20,88% e na mesorregião Centro-sul a média de 38,63%. A proporção dos indigentes em Guarapuava em 1991 era de 50,42%; em 1980, 40,71% e em 1970 chegou a 74,48%. No Paraná, a média em 1991 era de 41,13%; em 1980, 39,13% e

⁶² Para o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) indigentes são pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 80,00 mensais, valor mínimo para garantir o sustento diário segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). O governo federal define indigente como sendo pessoa que recebe menos de um terço do salário mínimo.

em 1970, 74,77% (FGV, 2001). Observa-se que Guarapuava supera a média do Paraná em 1991 e em 1980 e a média dos indigentes no país que em 1991 atingiu 45,46%, em 1980, 39,47% e em 1970 chegou a 67,90%.

Conforme dados do IBGE (Tabela 25 e Gráfico 2), a população urbana em Guarapuava, em 1991, chegou a 107.022 habitantes; em 1996 um total de 132.927 habitantes e, em 2000, a 141.694 habitantes. A população estimada em 2006 foi de 169.007 habitantes⁶³.

TABELA 25 - Evolução da população urbana e rural em Guarapuava, 1950/2000

Anos	Urbana	Rural	Total
1950	5.489	61.947	67.436
1960	16.632	80.585	97.217
1970	43.262	67.639	110.901
1980	89.951	68.636	158.587
1991*	107.022	52.511	159.533
1996	132.927	22.908	155.835
2000	141.694	13.467	155.161

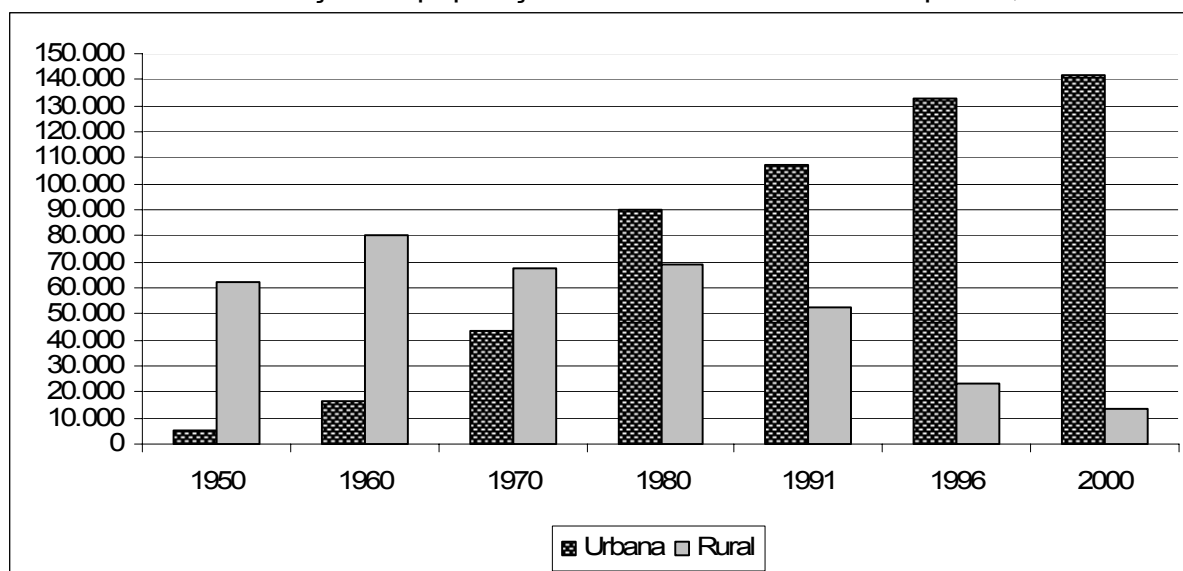
* No ano de 1991 a população total é superior à população de 1996 devido ao desmembramento de Campina do Simão em 1995.

A população total estimada pelo IBGE em 2006 foi de 169.007 habitantes.

Fonte: IBGE

Org.: Autor, 2007.

GRÁFICO 2 – Evolução da população urbana e rural em Guarapuava, 1950/2000



* No ano de 1991 a população total é superior à população de 1996 devido ao desmembramento de Campina do Simão em 1995.

Fonte: IBGE

Org.: Autor, 2007.

⁶³ Considerando o déficit habitacional, o número de famílias de baixa renda nas ocupações estimado para o ano de 2008 é de aproximadamente 3,5 mil.

Dados da Fundação João Pinheiro (2006) mostram o déficit habitacional em 2000⁶⁴, correspondente a mais de 3 mil unidades (7,5%), considerando os domicílios rústicos⁶⁵, improvisados⁶⁶ e de coabitação familiar⁶⁷. No Paraná, o déficit habitacional é de mais de 7,3%, próximo do índice do município de Guarapuava.

Ao analisarmos o déficit habitacional por faixa de renda, percebemos que em torno de 2000 famílias ganham até três salários mínimos, o que representa quase 83% do déficit habitacional. Analisando a Tabela 26, vemos que esses números também estão próximos àqueles apresentados pelo conjunto do Paraná.

TABELA 26 - Déficit habitacional, conforme faixa de renda em salário mínimo em Guarapuava e no Paraná, 2000

Faixa de Renda Mensal	Paraná	Guarapuava	Quantidade em Guarapuava
Até 3 salários	85,4%	82,78%	2.231
De 3 a 5	8,2%	10,17%	274
De 5 a 10	3,9%	4,30%	116
Mais de 10	1,2%	2,75%	74

Fonte: Fundação João Pinheiro / FJP, Centro de Estatística e Informações, 2006
Org.: Autor, 2008

Quanto à condição das famílias componentes do déficit habitacional, mais de 2600 famílias moram em coabitação familiar, 267 famílias moram em domicílios rústicos, 153 famílias moram em domicílios improvisados e 128 famílias vivem em cômodos, cedidos, alugados ou próprios (Tabela 27 e Gráfico 3).

⁶⁴ De acordo com a Fundação João Pinheiro (2006), entende-se como **déficit habitacional** a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba habitações sem condições de habitabilidade, devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar ou à moradia em imóveis construídos com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por incremento de estoque e também como déficit por reposição do estoque.

⁶⁵ **Domicílios rústicos** são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade.

⁶⁶ **Domicílios improvisados** englobam todos os locais construídos sem fins residenciais e que servem como moradia, o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

⁶⁷ **Coabitação familiar** compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos – exceto os cedidos por empregador.

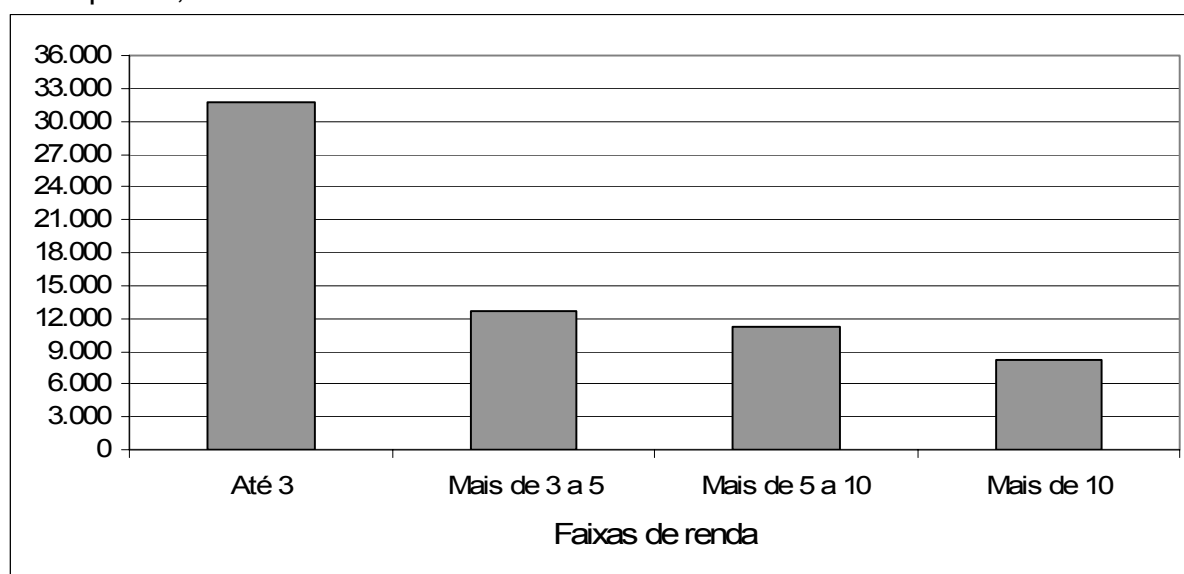
TABELA 27 - Participação dos componentes do déficit habitacional em Guarapuava, 2000

Componentes	Quantidade	%
Coabitação familiar	2626	82,74%
Domicílios Rústicos	267	8,41%
Domicílios improvisados	153	4,82%
Cômodos	128	4,03%

Fonte: Fundação João Pinheiro / FJP, 2006

Org.: Autor, 2008

GRÁFICO 3 – Domicílios urbanos por faixa de renda mensal familiar em Guarapuava, 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro / FJP, Centro de Estatística e Informações, 2006

Org.: Autor, 2008

A pesquisa efetuada pela Prefeitura Municipal de Guarapuava (2006) chama atenção. Do total dos domicílios de Guarapuava, 4 mil (em torno de 10%) têm inadequação fundiária urbana⁶⁸; ou seja, ao menos um dos moradores do domicílio declara a propriedade da moradia, mas afirma não possuir, total ou parcialmente, o terreno em que se localiza. Isso se deve, em grande parte, à ausência de uma efetiva política urbana de controle do uso do solo até o ano de 1987, que facilitou o crescimento das ocupações. Existem mais de mil famílias vivendo em ocupações consideradas irregulares ou em situações precárias de moradia, residindo em

⁶⁸ Seguindo a definição da Fundação João Pinheiro (2006), as habitações inadequadas são aquelas identificadas na área urbana e não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, em necessidade de construção de novas unidades. Não são contempladas as áreas rurais que apresentam formas diferenciadas de adequação. Nesse caso, não está incluído o estoque em alguma das categorias do déficit habitacional.

barracos; aproximadamente 3 mil famílias ocupando áreas pertencentes ao município e não regularizadas e mais de duzentas ocupando irregularmente terrenos privados, provocando não só a expansão da pobreza na periferia, como também a segregação socioespacial desses grupos sociais de baixa renda.

De modo geral, percebe-se que o grupo social que mais tem sofrido o descaso tanto pela esfera pública como pela privada é formado pela população de baixa renda⁶⁹. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Guarapuava (2005), existiam mais de 900 terrenos ocupados irregularmente e mais de 270 edificações classificadas como padrão sub-habitação (considerando a classificação do cadastro técnico municipal).

A periferia em crescimento, principalmente pelos novos loteamentos com alguma infraestrutura (asfalto e luz) misturam-se com antigas ocupações, em condição de carente infraestrutura. Nesse cenário, o poder público admite a presença da ocupação e, mediante a desafetação ou a entrega de casas às famílias, cujo critério de seleção é pouco divulgado, tenta efetuar alguma ação para resolver o problema da moradia dos grupos de baixa renda, em ações individuais que são provocadas pela reivindicação de algumas famílias.

As condições de acesso à habitação dos grupos de baixa renda aproximam-se daquilo que Rochefort (1998, p.135) chama de “defasagem estrutural entre os limiares de acessibilidade às formas modernas de produção de moradia e os níveis de rendas de uma fração significativa dos habitantes”.

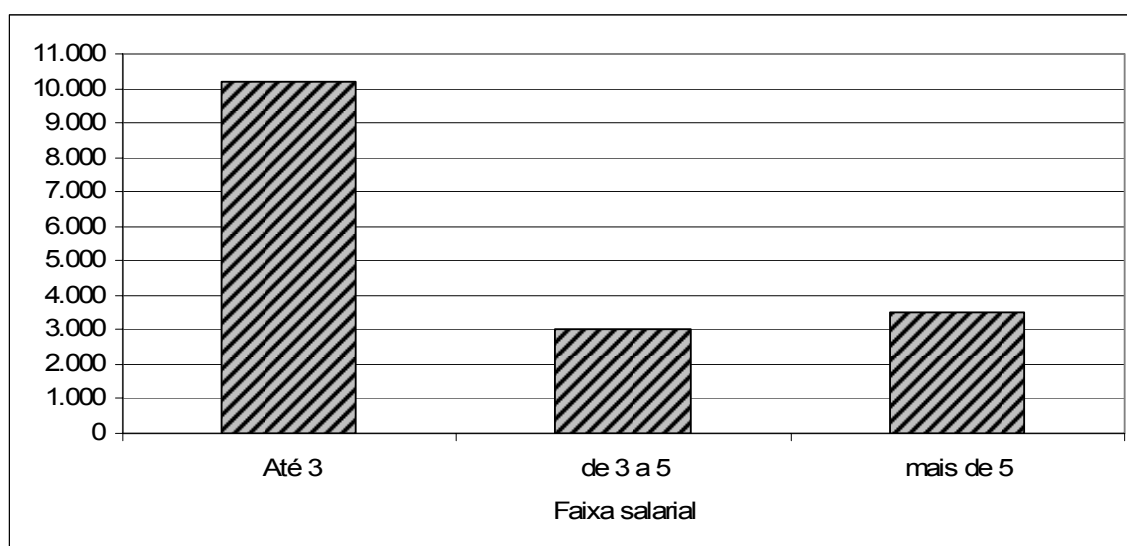
A situação da carência estrutural da moradia é reforçada quando se verifica a inadequação fundiária de mais de 4 mil unidades, que traduzem a situação de famílias que possuem moradias próprias construídas em terrenos pertencentes a outros e demonstram as dificuldades dessas em conseguir um terreno ou lote para construção da casa que poderá ter contribuição na subdivisão de áreas,

⁶⁹ A partir de 1965, o governo do Estado do Paraná criou a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, tendo como meta atender à demanda habitacional da população de baixa renda, através de uma abordagem de planejamento urbano. São os seguintes núcleos habitacionais em Guarapuava: Cristo Rei, Boqueirão, São Cristóvão, Xarquinho, Recanto Feliz, Passo Kruges, Tancredo Neves, Rocha Loures, Copersul, Vila Bela, Airton Senna, Guará, João Paulo II, Daniel Mansani, Palmeirinha, Rouxinol, Vila Rural (Palmeirinha).

aumentando as taxas de ocupação dos terrenos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

Somada à inadequação fundiária, verificamos também a carência da infraestrutura, como energia elétrica, rede geral de abastecimento de água e de esgoto sanitário e coleta de lixo. A maior carência em infraestrutura está nas áreas que abrigam famílias de até 3 salários mínimos, como podemos verificar no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Carência de infraestrutura por faixa de renda em Guarapuava, 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro / FJP, Centro de Estatística e Informações, 2006
Org.: Autor, 2008

Os dados apresentados no Gráfico 4 reforçam a idéia de que o poder público não consegue implantar políticas públicas para grande parte da população de baixa renda; ao contrário, parece desconhecer as desigualdades no espaço urbano.

No entanto, o que chama atenção é o grande número de domicílios com carência em infraestrutura na faixa até 3 salários mínimos. As maiores carências estão na ausência de um sistema de esgotamento sanitário, do sistema de abastecimento de água, da iluminação pública e de um sistema de coleta de lixo.

De acordo com a taxa de crescimento da população estimada pela Prefeitura Municipal de Guarapuava (2006), ocorre anualmente um acréscimo de mais de 1.800 habitantes no município ou aproximadamente 600 famílias, sendo que muitos

destes necessitam de habitações por meio de financiamentos públicos. Supõem-se uma necessidade anual de produção de 200 unidades habitacionais, sem contar o déficit habitacional de mais de 3 mil moradias.

A desigual distribuição da população no meio urbano produz, na opinião de Castells (1983), a distribuição das residências no espaço reproduzindo a diferenciação social e específica e altera a paisagem urbana. A urbanização desigual de Guarapuava pela ocupação em terrenos públicos e privados torna os grupos menos favorecidos visíveis e representativos, provocando a intervenção nos moldes das decisões locais que garantem a expressividade do poder público.

A análise dos dados obtidos no *Atlas das Necessidades Habitacionais do Paraná* (2004) aponta algumas características da moradia em Guarapuava, considerando a renda mensal familiar. Os dados foram organizados conforme a Tabela 28.

TABELA 28 - Déficit Habitacional, domicílios com inadequação habitacional e número de famílias segundo classes de renda familiar mensal em Guarapuava, 2000

Classes de renda familiar mensal	Déficit Habitacional	Domicílios com inadequação habitacional	Número de Famílias
Até 1	1253	4.247	7.146
> 1 até 2	802	5.124	8.340
> 2 até 3	314	4.173	7.068
> 3 até 5	285	4.154	8.973
> 5	190	4.568	13.241
Total	2844	22.266	44.768

Fonte: Atlas das Necessidades Habitacionais do Paraná, 2004
Org.: Autor, 2008

De acordo com os resultados do Atlas (2004), ressaltamos que o déficit habitacional está associado à necessidade de construção de novas moradias para substituir habitações e à co-habitação familiar.

As ocupações dos grupos de baixa renda em Guarapuava em terrenos públicos e privados são definidas e intensificadas por relações sociais. Desde os anos de 1970, os problemas que atingem a população na faixa entre 1 e 3 salários mínimos são reconhecidos pelo poder público. O movimento dos grupos sociais mais carentes que se deslocaram de outros municípios, bem como o deslocamento

da população rural em direção à área urbana nos anos de 1970 e de 1980 foram definitivos para os planos do poder público local.

Apesar do poder público executar obras com recursos próprios e com recursos obtidos junto aos governos federal e estadual, a parte aplicada para o atendimento das áreas mais carentes ajudou também a valorizar os imóveis situados no entorno da área central, criando assim território para o mercado imobiliário. A existência dos financiamentos para diversos projetos na área urbana teve como propósito a divulgação das obras como a revitalização da área central.

A preocupação em despoluir a área urbana por meio da remoção dos grupos de baixa renda e próximos da área central e dos maiores investimentos públicos na infraestrutura, teve como objetivo o embelezamento urbano e a manutenção do centro como referência do uso racional e da efetividade do planejamento urbano. No Brasil, a cultura das intervenções públicas no início do século XX recebeu o nome de Movimento Higienista ou de Movimento Sanitarista. O movimento preocupado com a saúde buscava novos hábitos para a população. Cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife passaram por reformas no espaço urbano pelos planos de modernização, saneamento e expansão.

Em Guarapuava, a modernização da cidade aproxima-se da manifestação dos ideais do conservadorismo da elite dominante, que tentou garantir, pela substituição dos antigos moldes da cidade, a implementação das intervenções, sobretudo, na área central.

Nesse conjunto, as propriedades ativas no campo político são funcionais e se estabeleceram no espaço urbano como algo natural para a sociedade guarapuavana. Como afirma Bourdieu (1998, p.17), “a lógica do sistema de atos e procedimentos expressivos não podem ser compreendidos independentemente de sua função, que é dar uma tradução simbólica do sistema social”, onde se estabelece um sistema segundo a lógica da distinção de maneira objetiva, pela ordem dos acontecimentos na política e pelas intenções em manter o prestígio local a um ou outro grupo político.

De qualquer forma, a segregação socioespacial dos grupos de baixa renda em Guarapuava é resultado da produção do espaço que se desenvolveu segundo

lógicas e interesses políticos diversos desde sua formação. Tanto no plano político, como no plano econômico, a produção do espaço é determinada por níveis combinados com a conjuntura política local e definida na maneira pela qual os grupos sociais de alta e de baixa renda construíram territórios.

Há forças econômicas, sociais e políticas, como enfatiza Ledrut (1981), que desempenham um papel na definição do poder local. O movimento dos grupos sociais de alta e de baixa renda não coincide espacialmente. Há, na verdade, uma produção habitacional bem caracterizada pelo conflito, que, por sua vez, vem acentuando, sobretudo, a falta de integração espacial e social.

A atualização da legislação urbana em Guarapuava vem sendo feita de forma lenta e pouco efetiva. A legislação se confunde com o clientelismo, que é reforçado pelas várias tentativas de legalização da moradia popular ao atuar em parcelas do espaço.

Reforça-se, assim, a estrutura urbana em Guarapuava não consolidada. Kobelinski (1999) constata que os discursos e o *marketing* da cidade ao longo do tempo figuravam como um mecanismo que procurou consolidar uma imagem urbana comum a todos os habitantes, principalmente em datas sociais, como no aniversário da cidade. Assim, percebe-se uma ordem para a área central organizada e a periferia para assentamento da população mais carente. Reforçando essas idéias, para Kobelinski (1999, p.196),

é interessante observar que a preocupação com o planejamento urbano não se deu de forma satisfatória em Guarapuava. Esta inclinação reforça uma comunicação, a de que a imagem da cidade, antes de mais nada, carecia de um tratamento inicial, o planejamento seria apenas uma formalidade que poderia ser deixada de lado. O *marketing* passou a fazer parte de uma política de divulgação da imagem da cidade, não apenas de seus aspectos turísticos e de investimentos industriais, mas também, cenário das ações de seus mais ilustres representantes, o poder público municipal.

A implantação da infraestrutura, dos serviços urbanos e a busca da construção de uma cidade integrada socioespacialmente, ainda são metas colocadas em segundo plano. Essas ações corroboram a visão de Pereira (2000), ao afirmar que o Estado brasileiro se vê pressionado socialmente à implantação de uma

política habitacional de grande porte onde, para dar conta do déficit habitacional, a construção de uma quantidade considerável de unidades se mostra emergencial.

Os conflitos da produção habitacional ocorrem pelas repartições dos grupos sociais e por suas relações, mediante propriedades distintas que se tornaram efetivas na produção do espaço. Os grupos de maior renda apresentam traços comuns, cujas manifestações são percebidas na produção da habitação e no acesso às melhores áreas que também correspondem às áreas mais bem equipadas, dando a entender que há um controle do espaço, sobretudo, na propriedade privada. Corroborando com essas idéias, para Bourdieu (1990, p.153)

Embora se observe praticamente em todos os lugares uma tendência para a segregação no espaço, as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas - por opção ou por força - no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico. As interações, que proporcionam uma satisfação imediata às disposições empiristas - podemos observá-las, filmá-las, registrá-las, em suma, tocá-las com a mão -, escondem as estruturas que se concretizam nelas. Esse é um daqueles casos em que o visível, o que é dado imediatamente, esconde o invisível que o determina. Assim, esquece-se de que a verdade da interação nunca está inteira na interação tal como esta se oferece a observação.

A criação dos núcleos habitacionais municipais pelo poder público municipal, principalmente aqueles produzidos a partir da década de 1980, tem historicamente privilegiado a localização na periferia, o que reforça a distância e a dificuldade de comunicação com os demais espaços e grupos sociais que se localizam nos bairros mais centrais. Muitos núcleos habitacionais foram criados em áreas públicas que deveriam ser usadas para outros fins como parques, escolas, creches e postos de saúde.

Com o passar dos anos e nas poucas mudanças no padrão de intervenção do poder público, a disponibilidade dos recursos levou o poder local, sobretudo nos anos de 1990, à realização de projetos como a desapropriação de alguns terrenos ocupados em áreas impróprias como áreas de inundação e institucionais, ao mesmo tempo o capital privado ganhou mais importância, quando se identifica a construção

dos novos padrões de habitação que reforçaram as diferenças socioespaciais em setores bem definidos para a produção habitacional.

Além disso, a produção dos novos loteamentos (novamente pela indisponibilidade de áreas mais contíguas ao sistema viário principal) acontece distante do sistema viário existente, dos serviços públicos e da infraestrutura disponíveis, acarretando assim, a continuidade da carência de infraestrutura em muitos bairros (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, 2006).

As desapropriações serviram predominantemente para construção de novos conjuntos habitacionais municipais, como por exemplo, Xarquinho I e II (denominados como Núcleo Habitacional Sol Poente pela Lei N° 901/1999), Conjunto Industrial Guaratu, entre outros existentes, porém insuficientes para uma adequada política habitacional.

Como forma de incentivar a criação de novos loteamentos particulares e ocupação dos vazios urbanos, foi editada a Lei Municipal N° 822/1998, que autorizou a isenção do IPTU aos imóveis do tipo populares pelo período de cinco anos.

No ano de 1999 foi construído pela Prefeitura Municipal o Residencial 2000 (bairro Alto da XV) para grupos de baixa renda, localizado a seis quilômetros do centro. Foi prevista a construção de 2 mil casas, em área que deveria ser construído o Parque Municipal de Exposição. O processo de construção do Residencial 2000 não foi diferente das demais produções dos núcleos habitacionais municipais de Guarapuava, na medida em que a preocupação do governo municipal foi a de ocupar área pública visando à construção do núcleo habitacional popular. Conforme o *Jornal O Diário*, de 16 de março de 2001, as primeiras 500 casas foram entregues no ano 2000, incluindo sistema parcial de iluminação pública, escola, farmácia e suporte comercial.

O processo de construção das unidades habitacionais no Residencial 2000 é pouco efetivo na consolidação dos objetivos da habitação para grupos de baixa renda. Mais de 600 lotes foram doados à COHAPAR, lotes que ainda não foram totalmente ocupados; outras unidades foram construídas com recursos da Caixa Econômica Federal, por meio do Programa Morar Melhor (2002) em área anexo ao

Residencial 2000 e algumas unidades foram construídas individualmente pelas famílias.

O Plano Diretor aprovado pela Lei N° 1101/2001, no governo municipal de Vitor Hugo Ribeiro Burko, acrescentou muito pouco para o enfrentamento do problema habitacional. A produção de núcleos habitacionais municipais no período 1997/2004 é apresentada na Tabela 29.

TABELA 29 - Número de núcleos habitacionais produzidos pela prefeitura municipal de Guarapuava no período 1997/2004

Denominação	Data do Decreto	N° de Lotes	Área total em m ²
Francisco Leal dos Santos	26/02/98	100	40.000,00
Alto Xarquinho I (Sol Poente)	13/07/99	115	53.938,39
Centro Industrial Atalaia	13/07/99	58	363.000,00
Alto Xarquinho II (Sol Poente)	13/07/99	128	88.418,29
Residencial 2000	17/08/99	1.724	1.003.299,16
Adão Kaminski	28/02/00	327	90.000,00
Xarquinho (unificação dos loteamentos Xarquinho II e III)	28/02/00	367	225.510,00
Total de lotes e áreas		2.819	1.864.165,84

Fonte: Fundação Brasil / Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2004

Org.: Autor, 2008

As reivindicações dos grupos sociais de baixa renda reforçam o clientelismo político espalhado nos bairros mais carentes, que se torna mais expressivo nas épocas de campanha eleitoral. Embora em todo perímetro urbano ainda existam áreas que potencialmente poderiam ser utilizadas para fins da produção da habitação popular, o governo municipal realiza uma intervenção pouco efetiva para aplicação de instrumentos como IPTU progressivo. O que de mais expressivo ocorreu no período 2001/2004 foram ações para desafetar imóveis, tanto para instalação de indústrias (Leis N° 1120/02, 1201/02 e 1401/04), como para fins habitacionais, conforme as Leis N° 1121/02, 1182/02, 1200/02, 1403/2004 e 1413/2004. As áreas institucionais ocupadas e desafetadas pela Lei Municipal N°1413/2004, visando a regularização fundiária são apresentadas na Tabela 30. Segundo Flávio Alexandre⁷⁰,

⁷⁰ Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava nos anos de 2003 e 2004; entrevista concedida em 15 de setembro de 2006 no CEPLUG, em Guarapuava.

a prefeitura sempre se preocupou em criar áreas, sejam elas por desapropriação, seja em espaços onde deveriam existir postos ou parques ou praças. Assim, as distorções em muitos loteamentos se devem ao pouco planejamento. A idéia dos conjuntos habitacionais sempre foi à periferia, como o Parque das Árvores e Odilon Toledo. O custo é somente com o terreno e a idéia é potencializar a infraestrutura.

Desse modo, o que ocorre em Guarapuava é o que Santos e Silveira (2001, p.284, grifo nosso) ressaltam como especificidades de uma cidade média:

[...] verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos, que, por exemplo, revelam as carências ou os constrangimentos da política local face à política nacional e também das **práticas eleitoreiras e clientelistas** diante da necessidade de práticas políticas mais amplas.

A Lei Municipal N^o 1412/2004 permitiu a regularização de núcleos habitacionais tratados como Áreas de Regularização Específica, caso dos loteamentos São Miguel, São José, São Luiz e Guaíra, destinados para fins habitacionais e criados pelo município.

TABELA 30 – Regularização fundiária segundo a Lei Municipal N° 1413/2004

Nº	Denominação	Bairro	Número de lotes
1	Jd. Dona Érica Iensen	Boqueirão	11
2	Jd. Novo Horizonte	Cascavel	3
3	Jd. Dos Eucaliptos	Bonsucesso	-
4	Jd. Village	Dos Estados	4
5	Jd. São Pedro	Boqueirão	14
6	Jd. Planalto Verde	Conradinho	34
7	Lot. Santa Matilde	Morro Alto	9
8	VI. Operária	Boqueirão	-
9	N. H. Jd. Recanto Feliz	São Cristóvão	4
10	N. H. Tancredo Neves	Boqueirão	-
11	N. H. Papa João Paulo II	Morro Alto	4
12	VI Palermo	Alto da XV	26
13	Jd. Neves	Batel	3
14	Jd. Social Sol Nascente	Santana	6
15	Lot. Brasília Ribas	Bonsucesso	13
16	Jd. Capanema	Conradinho	18
17	Lot. Residencial Chemim	Conradinho	5
18	Jd. Das Flores	Santa Cruz	6
19	Jd. Maria das Dores	Industrial	5
20	Jd. Lemler Anton	Colônia Vitória	-
21	Jd. Lemler Anton II	Colônia Vitória	-
22	VI. Werner	Colônia Vitória	-
23	Jd. Veneza	Boqueirão	18
24	Jd. Maripá	Morro Alto	9
25	Lot. Nossa Senhora de Belém	Jd. Das Américas	24
26	Jd. Juliane	Jd. Das Américas	10
27	Jd. Brasília	VI. Bela	28
28	Jd. Renata	Jd. Das Américas	18
29	VI Iensen	Boqueirão	-
30	Jd. Dona Ana	Boqueirão	5
31	Lot. São Manoel	São Cristóvão	18
32	Jd. Araucária	Morro Alto	26
33	Jd. Araucária II	Morro Alto	7
34	Jd. Dona Emília	Morro Alto	6
35	Jd. Europa	Industrial	10
36	VI. Bela II (Ayrton Senna)	VI. Bela	-
37	VI. Mansueto	Boqueirão	13
38	N. H. Municipal Alto Xarquinho I	Industrial	-
39	N. H. Municipal Alto Xarquinho II	Industrial	-
40	Jd. Serra do Jordão	Boqueirão	4
41	Lot. Morumbi	Industrial	16
42	Jd. Atalaia	Morro Alto	4
43	Jd. Viena	Conradinho	3

Continuação			
44	Lot. Bandeirantes	Primavera	17
Total			401

(-) Não disponível.

Fonte: Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava / CEPLUG, 2007

Org.: Autor, 2007.

Conforme Flavio Alexandre⁷¹

estas áreas que possuíam mais de 30 anos de existência, originalmente como áreas de invasão, foram ao longo de diversas administrações sofrendo intervenções urbanísticas sem, no entanto, resolver definitivamente a questão da propriedade e da infraestrutura. A Lei Municipal N° 1413/2004 desafetou as áreas institucionais de diversos loteamentos, permitindo a regularização fundiária às diversas famílias que ocuparam as mesmas, muitas assentadas pelo próprio município. Essas regularizações ocasionam a escassez de áreas para a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público, uma vez que as destinações das mesmas são alteradas com a ocupação por famílias de baixa renda, obrigando muitas vezes o município desapropriar áreas para implantação de seus projetos⁷².

Pela ausência de normas para produção de loteamentos até 1987, a grande propriedade na área urbana levou à produção de muitos loteamentos, fazendo com que os grandes proprietários utilizassem da melhor forma possível o espaço, aproveitando-se da estrutura disponível e das boas condições para expansão dos negócios imobiliários.

A Tabela 31 mostra os núcleos habitacionais públicos, edificações e loteamentos produzidos em Guarapuava no período 1991/2005.

⁷¹ Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava nos anos de 2003 e 2004, entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007, no CEPLUG, em Guarapuava.

⁷² Os loteamentos referenciados por Flávio Alexandre tiveram ocupação diversa do que é estabelecido na Lei de Parcelamento, tendo para isso que ser realizado levantamento planialtimétrico cadastral para executar a reurbanização e, após, realizar a regularização fundiária aos ocupantes.

TABELA 31 – Núcleos habitacionais públicos, edificações e lotes produzidos em Guarapuava no período 1991/2005

Loteamento	Data	Executor	Edificação (casas)	Lotes	Total
Anexo Planalto Verde	1991	PMG	83	---	83
São Miguel (Reurbanização)	1991	PMG	---	162	162
Núcleo Hab. Jardim Juliane	1992	PMG	---	128	128
Parque das Árvores	1992	PMG	152	---	152
Júlio Pinto Arruda	1992	PMG	---	91	91
Núcleo Habitacional Guará	1993	COHAPAR	33	---	33
Núcleo Airton Senna	1994	COHAPAR	109	---	109
Adão Kaminski	1994	PMG	55	271	326
Industrial Alto Cascavel	1994	PMG	37	181	218
Anita Kaminski	1994	PMG	---	26	26
Vila Iraque (Reurbanização)	1995	PMG	---	122	122
Vila São Luiz (Reurbanização)	1995	PMG	---	103	103
Vila Luiza I	1995	PMG	57	---	57
Retiro Feliz (Lar Escola)	1995	PMG	44	29	73
Xarquinho (13ª etapa)	1995	COHAPAR	100	---	100
Boqueirão – Coopersul	1995	COHAPAR	160	---	160
Municipal Xarquinho III	1995	PMG	---	367	367
Vila Luiza II (Volta Grande)	1996	PMG	---	54	54
Vila Bela Municipal	1996	PMG	---	136	136
Eloy Pimentel	1996	PMG	---	12	12
Vila Bela II (15. Etapa)	1996	COHAPAR	16	---	16
Boqueirão	1996	COHAPAR	50	---	50
São Cristóvão	1996	COHAPAR	73	---	73
Municipal Rua Recife	1996	PMG	---	9	9
Rouxinol (Toca da Onça)	1997	COHAPAR	94	---	94
Vila Bela IV	1997	COHAPAR	19	---	19
Núcleo Hab. Guaíra	1998	PMG	65	35	100
N. Hab. Alto Xarquinho I	1998	PMG	70	58	128
N. Hab. Alto Xarquinho II	1998	PMG	50	64	114
N. Hab. Entre Rios	1998	PMG	65	44	109
Loteamento Paz e Bem	1998	PMG	---	497	497
Loteamento Guará	1999	PMG	---	8	8
Núcleo Hab. 2000 (1. Fase)	2000	PMG	405	1.319	1724
São João	2000	PMG	---	15	15
Airton Senna	2000	PMG	---	23	23
Vila Bela	2000	PMG	---	14	14
Airton Senna II	2001	PMG	---	---	---
Vila Bela IV (lotes)	2002	PMG	---	---	---
São Cristóvão (A.I.)	2002	PMG	---	18	18
Morar Melhor	2005	PMG	100	-	100
Total			1837	3786	5.623

Fonte: Prefeitura municipal de Guarapuava, Secretaria de Habitação e Urbanismo, 2007.
Org.: Autor, 2008

Conforme Silva (1995), o empobrecimento da população e a queda da abertura de loteamentos periféricos, associados à postura da administração municipal que, ao gerir seus recursos financeiros a partir da reforma tributária de

1988, não priorizou investimentos na produção de habitação popular, resultaram no aumento significativo das ocupações.

A grande propriedade levou alguns proprietários a se tornarem incorporadores imobiliários, como é o caso da Imobiliária Feroz, que também “produz loteamentos para população de média e baixa renda diminuindo, assim, riscos das ocupações em suas propriedades”⁷³.

A disponibilidade de terrenos públicos e pouco fiscalizados pelo poder público foi o ponto de partida para ocupação em Guarapuava, principalmente pelas ações programadas dos grupos sociais de baixa renda.

O poder público, por sua vez, não criou mecanismos capazes de assegurar o uso adequado dos terrenos que lhes pertenciam e nem mesmo acompanhou grande parte da expansão dos loteamentos⁷⁴ produzidos pela esfera privada.

Alguns núcleos construídos em parceria entre a Prefeitura Municipal e as cooperativas habitacionais perderam espaço para os recursos voltados às incorporadoras/construtoras que agem livremente, criando territórios para expansão dos negócios imobiliários. Como enfatiza Maricato (2001), as iniciativas de promoção pública, os conhecidos conjuntos habitacionais populares, não enfrentam a questão fundiária urbana. Os governos municipais e estaduais desviam sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que arcam com a extensão da infraestrutura⁷⁵.

A administração municipal, na gestão 2005/2008, tem utilizado a prática de fornecer a Numeração Predial a Título Precário para famílias que ocupam áreas vulneráveis de preservação permanente e sem infraestrutura. A ação do poder

⁷³ Informação verbal do Sr. Roberto Kuster, Diretor da Imobiliária Feroz, em entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2007 na sede da empresa, em Guarapuava.

⁷⁴ Dada condição irregular da produção dos loteamentos, segundo informações obtidas no CEPLUG, muitos assentamentos urbanos em Guarapuava são de difícil identificação e quantificação e não entram na estatística, exemplo o loteamento Primavera e muitos outros em todo o perímetro urbano.

⁷⁵ A parceria para construção das habitações do tipo popular é a Cohapar que capta recursos no Governo Federal ou Estadual e tem como agente financeiro a Caixa Econômica Federal, tanto para a regularização fundiária como para a produção de novas unidades.

público cria condições para que as famílias localizadas nas ocupações informais possam ter acesso à água e à energia elétrica, enquanto aguardam a remoção para assentamento em local definitivo (Foto 5).



Foto 5 – Moradias auto-construídas no Bairro Xarquinho (quadrante norte da cidade)

Fonte: Autor, 2008

As Áreas Especiais de Interesse Social / AEIS definidas no Plano Diretor de 2006 coincidem com os espaços vazios periféricos e com algumas ocupações dos grupos de baixa renda. A criação das AEIS, para Rolnik (2000), representa um avanço no sentido de reconhecer legalmente uma série de ocupações que, pela legislação tradicional, eram consideradas irregulares ou clandestinas, tornando seus habitantes extremamente vulneráveis a práticas clientelistas e eleitoreiras.

O condomínio de baixa renda, por sua vez, caracteriza-se por um pavilhão de 15x40 metros, formando um conjunto de 6 unidades (foto 6), cujo objetivo maior foi o de melhor aproveitamento da infraestrutura urbana existente. Nessa prática, a Prefeitura Municipal efetuou a compra do terreno, não se responsabilizando pelos demais custos para implantação da habitação. A verificação *in loco* dessas unidades

revela que essa forma da provisão de habitação apresenta baixos padrões de conforto.



Foto 6 – Condomínio para baixa renda produzido pela prefeitura municipal de Guarapuava, 2007

Fonte: Autor, 2007

É comum perceber nas diferentes gestões municipais práticas que reforçam a segregação socioespacial, desde a produção da habitação popular até o atendimento da infraestrutura.

Um caso típico encontrado nas áreas de ocupação é a pouca comunicação com os demais bairros. O acesso às áreas de ocupação é precário e há também pouca interação com bairros com melhor infraestrutura. Parece, portanto, oportuno reproduzir as reflexões de Ribeiro (1997) que, de alguma maneira, refletem a realidade da produção da habitação em Guarapuava. Para Ribeiro (1997), existem dois grandes segmentos de produção da moradia: o não-capitalista e o capitalista. A não-capitalista corresponde a todas as formas de autoprodução de moradia, que têm como traço comum o fato de não visarem à acumulação de capital que orienta a produção, mas a produção de valores de uso.

No segmento capitalista são três submercados: o submercado de cooperativas e companhias estaduais de habitação; o submercado normal e o submercado monopolista. Como submercado de cooperativas e companhias estaduais de habitação reconhecemos a COHAPAR, na provisão da habitação para uma parcela da população. Nesse sentido, como aborda Ribeiro (1997), aqui o Estado exerce uma função direta ou indireta, pois, financiando com subsídios a produção e a comercialização, fornece um capital que circula de maneira desvalorizada. O submercado normal e monopolista tem como base a divisão social e simbólica do espaço urbano, que diferencia qualitativamente as moradias segundo a localização e as condições diferenciadas que regulam a produção e circulação (RIBEIRO, 1997).

A reprodução do capital, portanto, reflete a lógica dos ganhos com a produção da habitação para pequena parcela da população. Efetivamente, essa produção é direcionada com a proposta de valorização da área central e em bairros vizinhos ao centro.

O principal obstáculo ao acesso à habitação em Guarapuava está relacionado à falta de recursos financeiros de parte da população, o que impossibilita a participação no mercado imobiliário privado. Essa é a situação das famílias moradoras em unidades precárias autoconstruídas, de barracos e em unidades habitacionais deficientes.

Em contrapartida, a concentração de renda tem possibilitado novas construções, com elevado padrão, principalmente nos bairros mais bem dotados de infraestrutura.

As considerações apresentadas apontam para existência da segregação socioespacial dos grupos de baixa renda, simbolizada na distância geográfica e social em Guarapuava, sem falar da desigual distribuição do investimento do capital no espaço. Os núcleos habitacionais produzidos pelo poder público em áreas frágeis, ajudaram promover a segregação socioespacial, na medida em que, ao assentarem parte da população de baixa renda num mesmo núcleo, presencia-se o reforço dos programas habitacionais que foram sendo inseridos ao lado de outros, como por exemplo, no bairro Xarquinho e no Residencial 2000.

O que se percebe em Guarapuava é que “a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial”, como afirma Santos (1994, p.10).

De qualquer forma, não há como abandonar a concepção de que o poder público não deve ser interpretado independente do conjunto de outros poderes, ou seja, dos poderes dos grupos de baixa renda que se apropriam das áreas criadas e induzidas para ocupação.

Nessa direção, a interpretação do poder público em Guarapuava é entendida como um grupo que, além da capacidade política, tem a capacidade de transformação do espaço urbano, na medida em que a estruturação do espaço acaba sendo interpretada como legitimação da segregação socioespacial.

Assim, a expressão do poder público no espaço urbano em Guarapuava caracteriza-se pela produção e pela regularização da habitação popular sem integração espacial e social. A expressão das ações é legitimada, compartilhada de forma dominante, sem que haja alguma resistência da população e que possa gerar algum tipo de mudança na configuração do espaço urbano. A legitimação, portanto, do cumprimento do poder local se mantém pelo clientelismo, atribuindo lógica para o movimento dos grupos sociais segregados em direção às áreas periféricas. A estratégia, então, assegura relações e mantém comunicação com grupos empobrecidos, ao garantir a permanência das ocupações e promover o controle do espaço, determinante para a segregação socioespacial.

Em contrapartida, a reprodução do capital imobiliário reflete a lógica dos ganhos com a produção da habitação para pequena parcela da população.

De qualquer forma, não há como abandonar a concepção de que o poder local não deve ser interpretado independente do conjunto de outros poderes, ou seja, dos poderes dos grupos de baixa renda que se apropriam das áreas criadas e induzidas para ocupação.

A Figura 11 mostra esquema interpretativo das relações entre o poder local e a expressão dos arranjos institucionais. A intensificação da segregação

socioespacial tem como eixo as relações diretas e indiretas entre as ocupações em terrenos públicos e particulares e entre o poder público e os grupos de baixa renda.



Figura 11 – Esquema analítico das relações entre poder local e ocupação dos grupos sociais de baixa renda em Guarapuava

Org.: Autor, 2008

As estratégias do poder público e a centralização na tomada de decisão tiveram dois impactos:

- a manutenção dos grupos de baixa renda longe da área central, restringindo a ocupação pelos mecanismos de uso e ocupação do solo;
- uma forte intervenção nos bairros com população de maior renda e alvos do mercado imobiliário local.

A prática vem se repetindo de uma gestão para outra e a possibilidade de reforço da política habitacional que, com seu forte viés clientelista, promove o movimento dos grupos de baixa renda.

4.2 O MOVIMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DE BAIXA RENDA: A PERIFERIZAÇÃO DA POBREZA

Ao examinarmos a literatura, temas que tratam da periferização percorrem a realidade socioeconômica de diferentes cidades. No trabalho de Valladares (1982), percebe-se que muito se pesquisou sobre a periferização, loteamentos periféricos, autoconstrução e suas consequências na conformação dos espaços urbanos, especialmente a partir dos anos de 1950. A periferização era entendida como

uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas consequências sobre o habitat da classe trabalhadora, determinando sua projeção espacial em áreas cada vez mais longínquas dos núcleos dos principais centros urbano-industriais do país (VALLADARES, 1982, p.47).

No caso dos loteamentos periféricos, estes eram entendidos como responsáveis por irreversíveis consequências nas condições gerais de urbanização, no qual o Estado era o principal responsável pelo problema. Também a ênfase nas consequências dos loteamentos periféricos era destacada pelas condições da classe trabalhadora e pelos incorporadores que provocavam a valorização das áreas periféricas.

Sobre a investigação que trata da autoconstrução como uma solução habitacional, a importância é feita como sendo um dos principais itens das condições de reprodução da força de trabalho.

Para Torres et al. (2002), de um modo geral, a periferia é entendida como um modo de entender a forma urbana de maneira dual, contrastando fortemente o centro rico com as periferias muito pobres e com os piores serviços públicos.

A perspectiva que entendia a segregação por um processo coletivo, formando a periferização, é atualmente entendida num processo mais amplo, manifestada por iniciativas individuais, como a autosegregação, significando não só uma separação social de grupos em áreas de concentração, mas também como consequência do aumento da insegurança.

Apesar de tal discussão permanecer como um padrão de organização durante muito tempo no estudo urbano, as características do centro e da periferia⁷⁶ são discutidas a partir de outros conceitos e análises.

Do ponto de vista conceitual, não caberia mais a noção de periferia para fazer referência a uma dada realidade urbana, delimitada no tempo e no espaço. Reconhece-se, assim, a diversificação dos espaços que compõem as áreas mais distantes, onde são implantados condomínios e loteamentos fechados voltados para segmentos de médio e alto poder aquisitivo, novos espaços de comercialização de bens e serviços e, ainda, centros de atividades, nos quais se mesclam e se integram usos residenciais, industriais, comerciais e de serviços.

Na opinião de Sposito (2007b), a periferia, assim, segmenta-se, pois a proximidade física de usos diferentes e de conteúdos sociais e culturais diversos não promove, em si, integração, mas gera separação socioespacial, sob a forma de segregação socioespacial ou de fragmentação urbana.

Os assentamentos urbanos na periferia aparecem nos diferentes empreendimentos, na disseminação da população empobrecida nas ocupações de terrenos públicos e particulares e nas iniciativas do próprio poder público, ao provocar a ocupação de diferentes áreas para fins sociais⁷⁷.

Na medida em que a dinâmica intraurbana se desenvolve, verificamos que a periferia se transforma, multiplicando-se em diversos usos, ampliando-se, na medida em que se torna mais extensa, articulando-se a outros espaços, uma vez que se diversificam as formas de transportes e de comunicação (SPOSITO, 2007c).

Ainda que os estudos entre 1950 e 1990 enfoquem a habitação como preocupação principal na pesquisa sobre a segregação, verificamos que para áreas comerciais e residenciais o enfoque é subjetivo, pois envolve vários agentes. Nesse

⁷⁶ A esse propósito, o estudo do crescimento da periferia foi também desenvolvido por Hugues (2003) e inclui as ações da prefeitura de São Paulo, considerando projetos em bairros específicos, tendo como referência o índice de violência. Bichir (2006) estudou a questão da segregação residencial também em São Paulo, cuja preocupação foi as consequências da segregação, avaliando o impacto da segregação sobre o acesso das camadas mais pobres da população à política de infraestrutura urbana.

⁷⁷ Como aponta Seabra (2004), a autosegregação promovida pelos condomínios fechados e/ou exclusivos pode ser caracterizada como a noção de territórios de uso ou como territórios exclusivos. Assim, “a autosegregação nada mais é do que um recurso estratégico que visa administrar a separação consumada nos territórios no urbano” (SEABRA, 2004, p.194).

sentido, há outras dimensões de análise entre os moradores e suas relações territoriais, cujo critério de moradia é diferentemente tratado.

Ao analisarmos os pressupostos históricos e o crescimento econômico e populacional em Guarapuava, foi possível identificar a gênese das diferenças no espaço urbano e o movimento dos grupos sociais de baixa renda que formam a periferia.

O crescimento demográfico e o crescimento econômico de Guarapuava trouxeram efeitos diversos no espaço urbano, assumindo um papel especial para a centralização da riqueza e para a periferização da pobreza. Percebe-se que as desigualdades sociais estão na base de uma contradição estrutural, refletidas na produção do espaço e na localização dos grupos sociais de baixa renda na periferia, em algumas vezes, próximos ao local de moradia dos grupos sociais de média e de alta renda.

As ocupações dos grupos sociais de baixa renda se constituem em ocupações que não são diferentes de outros existentes no Estado, resultantes de um processo estruturalmente determinado e mediado por situações locais e próximos das intervenções do poder público. São grupos que se identificam no espaço pela pobreza e principalmente nas áreas periféricas. Persistem com suas práticas, insuficientes para mudar o conjunto das atividades culturais e ideológicas determinadas pelos agentes locais. Por isso, os grupos sociais de baixa renda não alcançam possíveis mudanças nos padrões das ocupações, em que a dinâmica intraurbana é caracterizada pela centralização da riqueza e pela periferização da pobreza. Comenta Oliveira (1997, p. 266-267)

o grupo social não é simplesmente um dado sobre o qual se abate e se exerce o poder. O indivíduo, como parte de um grupo social, produz espaços e territórios urbanos, embora os limites destes não coincidam necessariamente com os propostos pelos mecanismos de poder estatal, pois se colocam como contraprojetos ou contra-espaços que se constituem mecanismos de resistência à gestão exclusiva do urbano pelo Estado.

A verdade é que, a partir da década de 1970, a ocupação periférica na área urbana resultou, tanto individualmente como coletivamente, ocupações consideradas como um modo legítimo de apropriação do espaço pelos grupos sociais de baixa renda.

As contradições promovidas tanto pelo poder público como pelos demais agentes como os promotores imobiliários, são responsáveis pela seletividade que se deu no espaço, na qual a disponibilidade de capital possibilita um acesso diferenciado às necessidades da vida urbana em Guarapuava.

A concentração da população produziu, além dos efeitos mais incisivos na habitação, a carência em infraestrutura e a dificuldade de acesso a alguns bairros periféricos, amparados pela legislação urbana que facilitou a ocupação do espaço para os agentes ligados ao mercado de terras.

A crescente urbanização e o empobrecimento de grande parte da população estão na base dos padrões de ocupação cada vez mais carentes, associados à degradação ambiental e à ocupação ilegal do espaço público e privado. Como enfatiza Maricato (1999), a gigantesca ilegalidade não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. Ainda para Maricato (2000, p.123), “os legislativos mantêm uma relação muito funcional com a ocupação ilegal, já que as anistias periódicas, visando à regularização dos imóveis, são alimento fecundo da relação clientelista”.

É nitidamente percebida em Guarapuava a estrutura espacial e social da área urbana, onde as heranças da sociedade tradicional são evidentes, principalmente no domínio da grande propriedade, no centro melhor equipado, nos padrões de habitação carente que se misturam com a produção habitacional dos grupos sociais de maior renda. Por essas características, conforme Haesbaert (2001) àqueles que estão excluídos do território como moradia, local de reprodução e de sobrevivência são chamados de aglomerados humanos de exclusão, efetivamente, o termo desterritorializados⁷⁸.

⁷⁸ Haesbaert (2004) utiliza a expressão aglomerados para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos de exclusão social por expressar bem a condição de “desterritorializados”.

A existência na área urbana de grandes vazios e a conseqüente ocupação são denúncias que revelam a segregação socioespacial. Grande parte da população na periferia não consegue se inserir nos mecanismos legais (funditários, edifícios e urbanísticos) previstos pelo poder público, evidenciando a localização dos grupos sociais na periferia e em condições de sub-moradia.

Os grupos sociais de baixa renda parecem conhecer a situação fundiária e direcionam seu movimento em várias direções no município. O movimento mais comum é a migração intraurbana em direção às áreas vazias, na ocupação de áreas institucionais, públicas e privadas e nas ações informais caracterizadas pelo adensamento de famílias em um único lote. Nessas condições, a opção de mobilidade dos grupos garante, segundo a opinião de Haesbaert (2004), a possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios.

Pesquisa realizada nas ocupações em Guarapuava pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo (2006) destaca os motivos da mudança da população da zona rural para zona urbana. Na realidade, uma grande parte da área de ocupação não é apenas um local temporário de moradia para os recém-chegados do campo. Ao contrário, são locais definitivos para os trabalhadores rurais e urbanos não qualificados, que não recebem o suficiente para sobrevivência de sua família. Mais de 40% da população que forma a ocupação tem como procedência a zona rural e mais de 50% já viveram em outras zonas urbanas.

Quanto aos motivos de mudança para as ocupações, cerca de 70% da população investigada pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo (2006) citam não ganhar o suficiente e não ter condições para se responsabilizar com a despesa do aluguel. Esta situação parece corroborar a afirmação de Maricato:

Como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido tolerada. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. A realidade é prova insofismável disso [...] Não é a norma jurídica mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é do mercado ou da localização (MARICATO, 2000, p.161).

As ocupações são gradativas e espontâneas pelas famílias e ocorrem também em ações individuais de pessoas carentes que, após sua instalação, passam a compor o grupo, alvo para intervenções políticas clientelistas. As ocupações são toleradas nas terras públicas e se constituem como foco para a prática política local e do atendimento das reivindicações, como o acesso à água e à luz.

A constituição socioespacial das ocupações periféricas dos grupos de baixa renda atinge duas dimensões: a primeira, são as condições próprias e coletivas dos moradores representada pela pobreza e, a segunda, a dimensão espacial que se distingue como territórios coletivos para moradia e indispensável para sobrevivência dos grupos, pois, as pessoas vivem próximo ao local de trabalho e, em algumas vezes, desenvolvem atividades na própria moradia.

Os grupos sociais de baixa renda que constituem as ocupações são a maior expressão da segregação socioespacial em Guarapuava. As pessoas que compõem esses grupos são identificadas principalmente pelo deslocamento em direção a Guarapuava, a fim de novas oportunidades ocupacionais, dada a importância regional conferida à cidade, associada à divulgação de seus representantes políticos que mantêm um discurso otimista sobre a cidade e do desenvolvimento humano.

A pesquisa de campo foi realizada aleatoriamente em alguns terrenos públicos e particulares em Guarapuava onde ocorrem as ocupações⁷⁹.

Fomos acompanhados pelo Sr. D.S., um catador de material reciclado que conhecemos durante um trabalho de campo. O Sr. D.S. nos acompanhou no trabalho de campo em diferentes bairros e em algumas áreas, apontando o tempo de existência e auxiliando quanto à caracterização da formação de algumas ocupações⁸⁰.

⁷⁹ Não foi possível a obtenção do número de casas existentes, devido a dificuldade de acesso em algumas áreas. Quando retornamos em alguns terrenos ocupados, muitas casas já haviam sido retiradas pelos próprios moradores que se deslocaram para outros terrenos.

⁸⁰ A companhia do Sr. D.S. foi importante, pois o mesmo conhece algumas pessoas, sem falar do seu envolvimento com questões de ordem política em Guarapuava, motivos que nos deram segurança para aplicação de nosso questionário (Anexo A) e ainda proporcionou a apreensão de informações que até então era de difícil acesso.

A pesquisa de campo foi realizada no bairro Jardim das Américas, Vila São Miguel e Vila São Luis (regularizados), Vila São Jorge (também conhecido como invasão da Copel), Vila Rouxinol – antes chamada de Toca da Onça, Adão Kaminski, Xarquinho, Paz e Bem, Vila Bela e Vila São Vicente. Na Figura 12, observam-se os núcleos habitacionais, loteamentos particulares e área institucional em Guarapuava-PR.

Dada certas características dos grupos sociais que formam as ocupações, identificamos quais razões da ocupação e verificamos que se repetiam e se complementavam. Nesse sentido, percebemos que não são grupos desterritorializados, num sentido absoluto, mas a definição de como estabelecem seus movimentos expressa que há certo domínio e/ou apropriação do espaço por eles ocupado.

A Foto 7 apresenta vista parcial de ocupação na Vila Bela. Na foto, é possível identificar a Vila Iraque, onde já existe parte da infraestrutura.

A Foto 8 mostra ocupação no bairro Cascavel que se iniciou há mais de duas décadas. A situação dessas famílias foi agravada pela construção da linha férrea na década de 1990, que impede o escoamento da água nos dias de chuvas fortes.

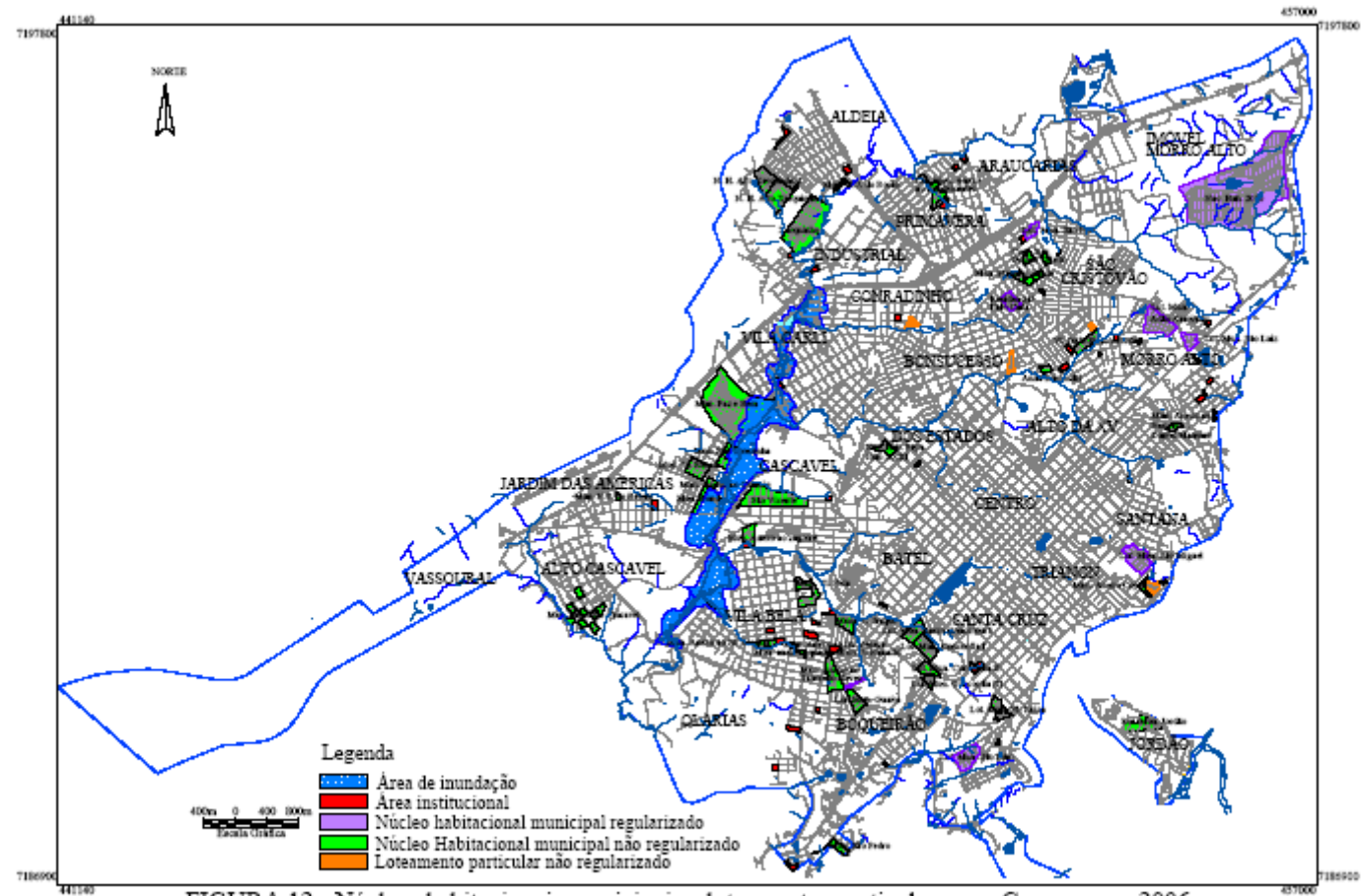


FIGURA 12 - Núcleos habitacionais municipais e loteamentos particulares em Guarapuava, 2006
 Fonte: Levantamento em campo e proposta para ZEIS do Plano Diretor de Guarapuava, 2006.
 Edição: Lúcio Galyão
 Organização: Autor, 2008



FOTO 7 – Vista parcial de ocupação - Vila Bela, 2007
Fonte: Autor, 2008



FOTO 8 – Vista parcial de ocupação - Bairro Cascavel, 2007
Fonte: Autor, 2008

A foto 9 é da Vila São Jorge, um local ocupado há mais de 30 anos no bairro Santana.



FOTO 9 – Vista parcial de ocupação - Vila São Jorge no bairro Santana, 2007

Fonte: Autor, 2008

É possível observar nas fotos 7, 8 e 9 que as ocupações não possuem áreas de preservação e, em alguns casos estão sobre elas; não possuem áreas de lazer ou de uso público e grande parte das casas têm luz e água.

Em nossa pesquisa de campo, foi possível apreender algumas características das pessoas que formam os grupos sociais de baixa renda e os motivos por que ocorrem as ocupações. Para o Sr. V. M., morador da Vila São Jorge, também conhecida como invasão da Copel, “Guarapuava é nossa mãe, quem sai logo volta, eu fui para Paranaguá um dia e retornei para cá, lá não tinha o que fazer, aqui tem”⁸¹. O morador da ocupação reforça sua escolha pela moradia em Guarapuava, levando em conta seus rendimentos como catador de material reciclado, obtido principalmente no centro da cidade⁸².

Encontramos nas ocupações investigadas muitas pessoas que vieram de outros municípios como: Coronel Vivida, Turvo, Pinhão, Cantagalo e Campina do

⁸¹ Entrevista concedida no dia 11 de outubro de 2007 na Vila São Jorge.

⁸² A principal renda de muitas famílias depende da comercialização do material reciclado, outros são vendedores de batata ou vivem de outras espécies “de bico”.

Simão. As razões que escolheram o local foram várias: proximidade da família e do trabalho e porque consideram que “aqui é bom em Guarapuava” como mencionou a Sra. J.V.⁸³, ao se referir o seu baixo grau de instrução e de seu esposo que tem um pequeno negócio, sem falar de que vive próxima aos filhos casados, que moram num terreno também ocupado ao lado de sua casa.

Há, no interior das ocupações, uma forte identificação das pessoas com o lugar e um sentido de compreensão da situação socioeconômica que todos se encontram, formando o território dos grupos sociais de baixa renda.

A Sra. J.S.M, moradora do Xarquinho, ao emitir sua opinião sobre o local onde vive e ao destacar a comunidade afirma “aqui, um considera o outro, não é diferente um do outro, pessoalmente não tem diferença”⁸⁴.

Percebemos também que os moradores, mesmo que não tenham documentação legal da habitação, acreditam estarem regularizados no terreno onde moram, levando em consideração os mecanismos efetuados pela Prefeitura Municipal, mediante a emissão de documento para concessão de uso. O poder público incentiva os grupos sociais a permanecerem nos terrenos e não se deslocarem para outros que não sejam orientados. O que percebemos é que os grupos sociais de baixa renda fazem com que haja a garantia de suas representações por meio do direito de concessão aos ocupantes dos terrenos ocupados, deixando claro suas razões e seus possíveis interesses na produção da habitação. Há também nas ocupações um mercado imobiliário informal, estabelecido na permuta de casas entre uma ocupação e outra.

Outro fato observado é que, no discurso dos moradores das ocupações, facilmente se percebe a citação de nomes de representantes políticos como referência no local. São políticos ativos na vida desses grupos e que agem como idealizadores do direito à cidade, uma representação que se construiu ao longo das diferentes gestões municipais.

⁸³ Depoimento no dia 06 de março de 2008 no bairro Xarquinho.

⁸⁴ Depoimento, dia 06 de março de 2008, no bairro Xarquinho.

Os bairros periféricos, onde se localizam as ocupações representam a realidade contrastada de Guarapuava pela carência do atendimento público e pela falta de integração com os demais bairros.

A falta de comunicação entre os bairros corresponde a uma divisão social que se estabelece por diferentes fatores, como a inexpressiva intervenção do poder público que apenas acompanha o movimento dos grupos sociais de baixa renda, causando uma depreciação física, moral e econômica do território ocupado por esses grupos. Essa condição do território dos grupos sociais de baixa renda é a realidade oculta de Guarapuava.

Nessa direção, o movimento dos grupos sociais de baixa renda pode ser entendido como uma composição necessária ao poder local, como consequência das dificuldades socioeconômicas da população. Parece se reproduzir, em Guarapuava, a reflexão de Lefebvre (2002, p.124) em que

a ordem totalitária do urbano tende a ser separada, seja pela definição e (in)definição do poder público ou até mesmo “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si sós, um ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade”.

No território formado pelas ocupações existe cruzamento de idéias que são sustentadas pela representação do poder local que visa à resolução do problema habitacional. Portanto, a manifestação concreta do poder efetiva-se no território, nesse caso, na área urbana, onde há interesses semelhantes com os grupos de baixa renda para resolução dos conflitos, mas não se verifica mudança no plano das intervenções, a não ser na permanência das condições da ocupação na periferia.

O movimento da ocupação da periferia se constitui a prova mais clara da estratégia permanente dos grupos de baixa renda que, por meio da repetição desse movimento, estabelece a construção do território.

As áreas de ocupação figuram como aquilo que Maricato (2001) chama de válvula de escape, quer dizer, fazem de conta que a lei não existe, assim como vem

sendo aceita a ocupação em áreas institucionais, públicas e também particulares em Guarapuava.

Partindo dessa realidade, a produção da habitação que se dá pelos grupos de baixa renda (em sua maioria, a autoconstrução) contribui para permanência das diferenças espaciais e para o desenvolvimento urbano fortemente desigual, sobretudo, na formação da periferia empobrecida.

A forma pela qual é tratada a questão da habitação pelo poder público local leva à percepção dos rumos tomados pela política habitacional e pelas demais ações do poder público, que reconhecem as áreas de ocupação, porém é muito pouca ação efetiva no sentido de reintegrar socialmente as pessoas que ali se instalam.

A legislação pretendida nas ocupações encontra eco no poder público, enquanto instrumento de reforço da legitimação do poder. Além disso, é precisamente nesse território que se manifestam formas das mais diversas de práticas políticas as quais têm igual representação na luta do espaço (DAVIDOVICH, 1993).

O jogo de forças local, portanto, trata, de um lado, dos grupos de baixa renda que recriam espaços e, de outro, das ações individuais de representantes políticos que se apropriam dessa dificuldade para legitimar seu poder frente às carências habitacionais, pela cooptação das pessoas e dos líderes comunitários. A estratégia é minimizar as reivindicações pela cooptação de pessoas que têm como virtude a liderança em sua comunidade.

Embora se perceba a divulgação pela Prefeitura Municipal dos projetos e dos programas habitacionais que visam à promoção da habitação, a entrega das chaves das residências produzidas aos grupos de baixa renda serve para celebrar a prova do clientelismo e da promoção dos valores da representação política.

A concentração da renda tem agravado a distância social e provocado um mercado imobiliário bastante especulativo, com raras iniciativas destinadas à promoção da habitação popular.

De todas as transformações sociais que ocorreram em Guarapuava ao longo dos anos, a política urbana parece apresentar limitações para enfrentar o crescimento populacional, não acompanhando o desenvolvimento e o crescimento urbano com o fim de disciplinar o uso e a ocupação do solo, permitindo, assim, a apropriação da área central, bastante especulada pelos grandes proprietários e pela elite composta por fazendeiros, juntamente com diversos profissionais de empresas locais e por representantes do poder público.

Para Weber (2004), vários e de natureza diversa são os motivos que determinam em amplo grau o tipo de dominação dentro de um determinado grupo de pessoas. Não pretendemos aqui ir além da discussão dessas diferentes naturezas e motivos. Contudo, é importante ressaltar que se inserem fatores no cotidiano em meio a essas relações, quando as relações são dominadas pelo costume e por interesses materiais e racionais referentes afins. Soma-se ao conjunto de fatores um outro elemento: a legitimidade. Como assinala Weber (2004, p.139), “dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo da obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação”. A Figura 13 mostra como se efetiva a relação entre poder local e grupos sociais de baixa renda em Guarapuava.

Cumprir observar que a ocupação não significa apenas a exclusão das pessoas dos mecanismos legais da apropriação do espaço urbano onde se formam os territórios dos grupos sociais de baixa renda, passando, antes de tudo, por uma condição de interesse bem determinado da legitimação do poder local na área urbana.

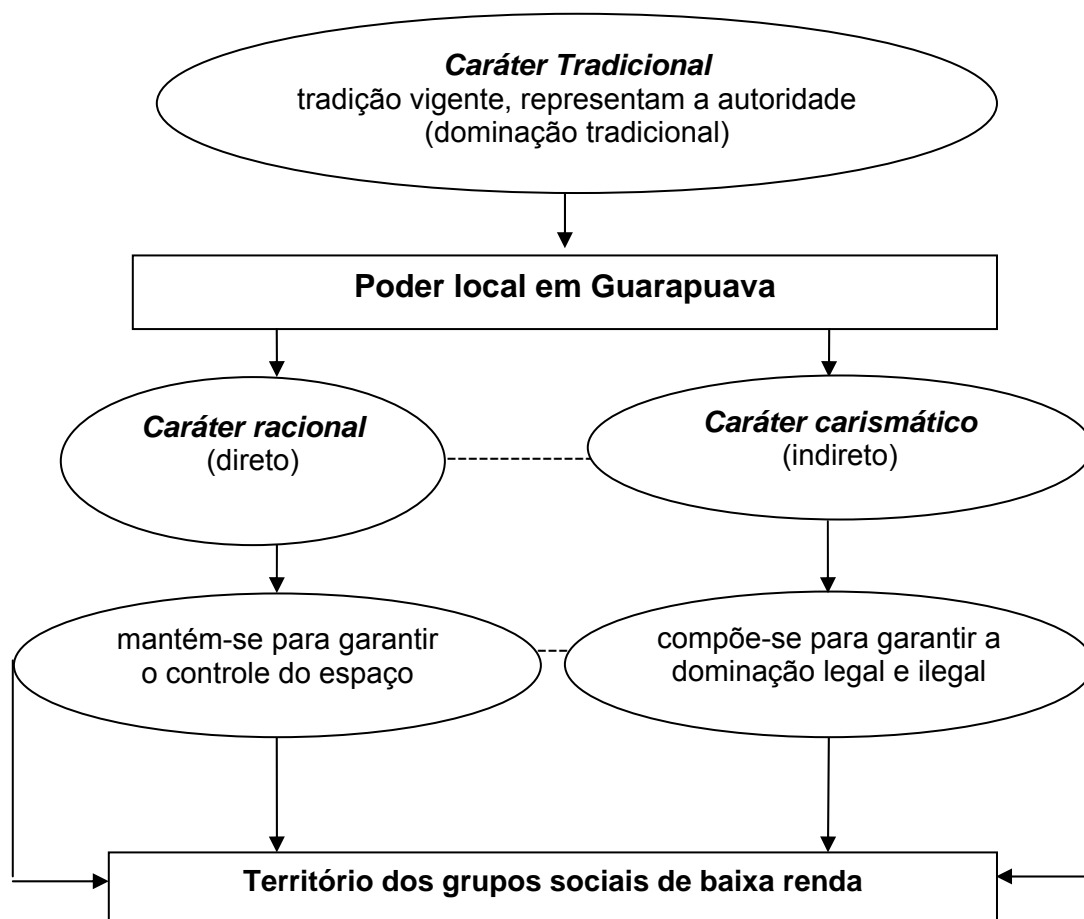


Figura 13 - Relação poder local e grupos sociais de baixa renda em Guarapuava
Org.: Autor, 2008

Assim, o poder público parece se mostrar incapaz para aplicar os mecanismos legais para regularização fundiária, pois, no plano da sociedade local, os grupos políticos ativos têm como ideologia, aquilo que Gramsci (1984) chama de uma ideologia historicamente orgânica, necessária a uma determinada estrutura e que organiza as massas humanas, e também uma ideologia arbitrária, ou seja, aquela desejada, que cria os movimentos individuais de uma sociedade.

Não há dúvidas que a condição econômica dos grupos sociais de baixa renda aponta para a existência das dificuldades, mas que não podem ser interpretadas como a única razão para a existência das ocupações, na medida em que as evidências empíricas de nossa pesquisa levam ao entendimento de que, direta e indiretamente, o poder público faz com que seu poder, mediante as leis, não consiga passar de uma legislação propositiva e não administrativa dos problemas apresentados em Guarapuava.

Do ponto de vista da garantia e do direito a cidade, há uma forte expressão de que os grupos de baixa renda tentam, por meio da pressão e da ocupação, manifestar seus interesses pela produção do espaço, predominantemente dirigidos para áreas públicas e/ou ambientalmente frágeis, como garantia de que o direito de propriedade esteja assegurado.

As ocupações, portanto, são influenciadas pelas forças políticas que impõem a ideologia dominante de que os grupos devem permanecer no lugar onde estão ou que devam ser removidos para áreas com as mesmas características do lugar onde vivem, tal como se realizou na remoção das famílias da Vila Rouxinol (Toca do Leão) e do Buraco Quente, onde se localiza o Parque do Lago.

A partir das características do movimento dos grupos sociais de baixa renda, estes podem ser entendidos como parte de uma sociedade frágil em Guarapuava. Como enfatiza Debord (1997, p.182), são grupos que compõem parte de uma sociedade "é a sociedade perfeita para ser governada; a prova disso é que todos os que aspiram ao governo querem governar essa sociedade, com os mesmos procedimentos, e mantê-las quase exatamente como ela é".

As ocupações são definitivamente tratadas como algo natural nos padrões da sociedade local, fortemente caracterizada pelos baixos padrões de moradias e pela carência da infraestrutura. Nessas condições, os deslocamentos intraurbanos dos grupos sociais de baixa renda procuram alternativas habitacionais em áreas de inundação e em áreas institucionais.

Tendo a habitação uma relação direta com a propriedade privada da terra, percebem-se, em Guarapuava, as contradições provenientes das ações do poder público. Ao mesmo tempo em que age como um regulador do processo de urbanização, atua em favor dos grupos influentes locais, principalmente os ligados à produção imobiliária.

Os mecanismos comuns da produção da habitação são incapazes de enfrentar a demanda crescente de novas unidades. A insuficiência de renda de grande parte da população, a pouca fiscalização nas ocupações e a liberdade para atuação dos promotores fundiários e imobiliários dão continuidade e agravam

crescentemente o problema do acesso à habitação para os grupos sociais de baixa renda.

A produção da habitação, então, apresenta como principais problemas a falta de integração entre a política urbana local e a dinâmica do crescimento urbano, decorrente da baixa produção habitacional destinada aos grupos sociais de baixa renda. Verifica-se, também a baixa eficácia das leis, que deveriam induzir a ocupação das áreas vazias e criar fundos específicos para a habitação.

Enfim, o controle do espaço se estabelece por meio de um forte poder local, mas também pelos grupos sociais de baixa renda nas áreas periféricas.

Podemos, assim, afirmar que as intervenções do poder público nos anos de 1980 foram e ainda são possibilidades para ampliação do poder caracterizado pelo clientelismo, cujo foco está na regulamentação das áreas de ocupação. As gestões municipais reforçam as boas condições de vida em Guarapuava e isso elevou o prestígio regional, gerando assim, a procura das pessoas em direção à cidade em busca de novas oportunidades.

A mobilidade das ocupações no espaço urbano não mudou a imagem da favela que havia se construído, ou seja, ela permanece, ainda, como a maneira encontrada pelos grupos de baixa renda para ocupar um lugar na cidade, mesmo ficando esses grupos à margem dos demais bairros ou próximos dos bairros com melhor infraestrutura. Isso não só se repercutiu em nível de bairro, mas também como uma porção do espaço que tomou força entre os moradores locais, sustentando a construção de uma fragmentação espacial.

Em alguns casos, como a ocupação das áreas públicas, a Prefeitura Municipal somente emitiu título de concessão aos ocupantes, facilitando o atendimento dos grupos, mediante intervenções gradativas nas situações emergenciais, como abertura de rua e rede de esgoto⁸⁵.

⁸⁵ Como ocorreu na regularização das ocupações (caso da Vila São Miguel, em 2002), na construção de casas (como ocorreu no residencial 2000 – 662 lotes, cadastro de 362 famílias) nas livres intervenções (como no bairro Xarquinho, em que no governo de Fernando Ribas Carli (1989/1992) adquiriu o terreno e no governo de Vitor Hugo Burko (1997/2004) foram abertas ruas e na segunda gestão de Fernando Carli (2004/2008), foi levada água às famílias mais carentes).

São fatos em que se pode afirmar o estabelecimento da lógica clientelista e assistencialista e que não se desfazem com a passagem de uma gestão municipal para outra. Por meio das intervenções, o poder público estabeleceu o diálogo com os grupos sociais de baixa renda, facilitado pelas relações com representantes políticos nas áreas de ocupação. Isso leva a crer que uma parte do tradicionalismo e o prestígio daqueles que formam os grupos na política continuam em Guarapuava, como nas décadas anteriores em que o poder político se construiu pelo tradicionalismo de seus representantes municipais.

A distribuição da população carente na periferia reforça ainda mais a desigualdade socioespacial e amplia as diferenças entre o centro e a periferia urbana. Essa desigualdade é ampliada pela falta de recursos financeiros de parte da população, o que impossibilita sua participação no mercado imobiliário formal. Essa é a situação das famílias moradoras em unidades precárias autoconstruídas, em barracos e em unidades habitacionais superlotadas.

A precariedade das condições dos domicílios decorrente da renda se associa à precariedade das condições das áreas urbanas onde estão assentadas essas famílias, evidenciada pela falta de serviços urbanos, pela insegurança e pela exclusão das condições legais nos marcos da legislação urbanística e fundiária.

As consequências da formação das ocupações e da situação de pobreza e de miséria dos grupos sociais levam ao aumento dos casos de violência⁸⁶.

A segregação socioespacial representa a concentração da população empobrecida na periferia associada à seletividade de acesso e de uso do solo e que ocasiona a exclusividade de um grupo social. A exclusividade presume que a localização espacial também possa ampliar a distância e a falta de comunicação entre grupos sociais de alta e de baixa renda.

Assim, a idéia de cidade moderna divulgada e interpretada pelo poder público, resulta numa falácia, pois Guarapuava ainda necessita de intervenções efetivas que

⁸⁶ Durante trabalho de campo realizado no mês de março de 2008, numa área de ocupação, uma parte da comunidade é conhecida como BBB, ao fazer referência ao programa *Big Brother Brasil* quando ocorre a saída de uma pessoa por semana, por motivos de violência.

contemplem toda a população e enfrentem os desafios de urbanização, que se avolumam constantemente.

Enfim, as ocupações na periferia são caracterizados por movimentos programados sobre o espaço que criam territórios e reforçam a identidade local constituída por fortes desigualdades internas.

4.3 A ATIVIDADE IMOBILIÁRIA E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

As estratégias da atividade imobiliária são potencializadas pela movimentação do capital incorporador (variação do preço dos imóveis) que estimula a valorização dos diferentes setores do espaço urbano. O promotor imobiliário em Guarapuava (incorporador, construtor e corretor)⁸⁷, como um agente social, assegura a gestão do capital imobiliário de circulação, na fase da transformação em mercadoria habitação (TOPALOV, 1974).

O processo e o jogo da atividade imobiliária associam-se à subordinação do desenvolvimento do capital incorporador que reproduz conteúdos e formas da segregação socioespacial, pois, na prática, o capital incorporador como fração do capital que se valoriza pela articulação dos serviços contratados, captura a renda fundiária para aqueles que são proprietários (SMOLKA, 1987). Através da estratificação social do espaço urbano, como afirma Smolka (1987), o capital incorporador coopta – certos segmentos da sociedade e com isto estabelece sua hegemonia na estruturação do espaço urbano que, no caso de Guarapuava, garante aos agentes imobiliários a extração da renda da terra urbana.

Lojkine (1981) assevera o papel do poder público como condicionante das ações unicamente à valorização por e para o capital, fato que se observa em Guarapuava pelas evidências da atividade imobiliária. A regulação urbanística,

⁸⁷ Fomos recebidos pelas seguintes incorporadoras e construtoras: **Imobiliária Feroz**, 33 anos em atividade, pelo Sr. Roberto Küster; **Construtora Zampier**, 14 anos em atividade, pelo Sr. João Carlos Zampier; **Construtora Flabel**, 32 anos em atividade, pelo Sr. Carlos Roberto Flareço; **Builder Engenharia Ltda**, 5 anos em atividade, pelo Sr. Carlos Eduardo Diniz Gomes Tossin; **Construtora Artec**, 33 anos em atividade, pelo Sr. Paulo Roberto Martins; **Imobiliária e Construtora Gaspar**, 34 anos em atividade, pela Sra. Luci Meri Cabral Bahls e **Impérium Empreendimentos Imobiliários Ltda**, 13 anos em atividade pelo Sr. Claudinei Pereira.

desde década de 1960, teve como objetivo garantir a hegemonia e o pensamento dos grupos políticos locais e condições para expansão imobiliária no sentido de promover o uso das propriedades em localizações seletivas de parcelas do espaço urbano.

A pouca atenção dos diferentes governos municipais para o problema habitacional, não gerou mecanismos suficientes para provocar a ocupação ordenada das propriedades. As ações do poder público em Guarapuava corroboram a visão de Maricato (2000, p.162), quando exalta “uma relação entre terra e poder”. O poder público favoreceu os interesses dos agentes locais e o desenvolvimento do capital imobiliário, orientado pela formação dos bairros mais bem estruturados e mais densamente ocupados por segmentos da população com maior renda e *status*.

Os interesses dos agentes imobiliários garantem o controle do espaço pela estratégia da supervalorização dos setores já estruturados na área urbana, uma vez que a ocupação é construída e estimulada pelas relações pessoais e pelos interesses individuais. Nessa direção, o centro e arredores podem ser definidos como territórios para representação da política local e da supervalorização dos imóveis, alvo dos novos empreendimentos imobiliários.

O ambiente construído reflete as relações sociais, além de participar ativamente de sua reprodução. Nesse sentido, o ambiente construído corresponde, segundo Maricato (2001), objeto de permanências e de mudanças sociais.

O mercado de terras urbanas parece, em algumas vezes, considerar as razões de ordem econômica e social da população. A fraca mobilidade residencial favorece a reprodução dos negócios imobiliários onde já existe uma produção mais acentuada, onde também o mercado imobiliário atrai grupos sociais com capacidades semelhantes, tanto pela renda, como pelos objetivos comuns na produção do ambiente construído. Nesse ínterim, Alfonsin (2004) complementa que o direito de propriedade, permite uma concentração aleatória de espaço urbano na mão de quem maior poder econômico tiver para tanto.

As estratégias dos promotores imobiliários influenciam diretamente na forma de aplicação da mercadoria habitação, gerando o acesso seletivo ao espaço e definindo lugares que enfraquecem as relações sociais presentes. Diante das

diferenças no acesso ao solo urbano,

a habitação constitui-se em mercadoria dotada de especificidades advindas de sua vinculação estreita à terra, o que faz com que a mesma absorva certas singularidades do local em que é produzida. Isto sugere que, ao se adquirir uma habitação na mesma transição, se adquira também toda uma série de atributos associados ao cotidiano da vida urbana: meio de interação social, facilidades de acesso a outras atividades urbanas como o lazer, comércio em geral, etc. (SMOLKA, 1987, p.72).

Topalov (1979) ressalta que, na produção capitalista, a relação social é a relação de exploração, ou seja, o próprio capital. Reforça o autor:

a produção de habitações, desde que desenvolva as relações de produção capitalistas, está subordinada a uma mesma lei e, no entanto, o processo de produção capitalista da habitação apresenta características tais que a reprodução das condições de acumulação encontram obstáculos específicos: por um lado, no que se refere ao período de rotação, por outro, no que se refere à base fundiária da produção (TOPALOV, 1979, p.53).

A organização do espaço urbano de Guarapuava é precedida pelo exercício do poder que sustenta os governantes locais e os demais agentes que estabelecem a direção necessária para dinamizar os ganhos imobiliários. O exercício do poder viabiliza-se pela articulação das funções da sociedade política e da sociedade civil. Na opinião de Schlesener (1992), à articulação das funções da sociedade política corresponde o domínio direto ou o comando e a função de direção da sociedade civil ocorre pela formação e conservação do consenso, viabilizando a legitimação do poder.

Em termos espaciais, nos anos de 1990, uma vez consumado, o projeto de transformar Guarapuava numa cidade moderna se fez presente pelas mudanças sentidas no espaço urbano, cuja preocupação foi a de sensação de desenraizamento da cidade de modelo colonial (TEMBIL, 2004). Estabeleceu-se assim, um sistema determinante para a atividade imobiliária e que deu sentido oposto ao movimento dos grupos de alta e de baixa renda.

Percebe-se que o poder público desempenhou no plano da ação e dos investimentos, o que Corrêa (1989) considera uma completa disfunção das atribuições que lhe cabem, na medida em que o privilégio para alguns setores de bairros acelerou os mecanismos de segregação socioespacial.

O poder público estabeleceu relações necessárias para atingir as seguintes finalidades: garantir o movimento do capital imobiliário longe das ocupações da periferia onde foi emitido concessão de uso da terra para famílias carentes; resolver problemas emergentes nas ocupações como a pavimentação e antecipar investimentos em bairros que se tornaram atrativos à expansão imobiliária.

No tocante à licença para construção entre 1990 e 2007⁸⁸, podemos observar, na Tabela 32, que ocorreu maior crescimento da metragem nos primeiros anos da década de 1990 e, no período pós-real (1994), alguns pontos de inflexão, decorrente da diminuição da produção dos loteamentos e dos edifícios. Tal fato associa-se ao período de instabilidade econômica do país, levando a restrição dos investimentos públicos e privados.

⁸⁸ Para informações sobre a produção imobiliária, percorremos caminhos diversos: Conselho Regional de Corretores de Imóveis / CRECI, Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominal / INPESPAR, Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná / SECOVI e Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná / SINDUSCONPR e informações diretamente com os promotores imobiliários. Não encontramos dados brutos e sistematizados sobre a produção imobiliária. Assim, efetuamos a análise a partir dos dados que foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Guarapuava, considerando a relação dos alvarás de licença para construção residencial e comercial.

TABELA 32 - Alvará de licença para construção (m²) em Guarapuava no período 1990/2007

Anos	m ²
1990	141.233,64
1991	185.251,09
1992	125.456,03
1993	134.492,92
1994*	96.641,93
1995	89.427,35
1996	127.499,12
1997	120.255,21
1998	101.130,46
1999	128.756,69
2000	106.214,02
2001	126.264,14
2002	121.338,90
2003	119.263,81
2004	135.005,54
2005	180.922,19
2006	138.149,93
2007**	162.281,32
Média em m ²	137.622,61

* Mês de junho não disponível

** Meses de setembro, outubro, novembro e dezembro não disponíveis

Fonte: Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava

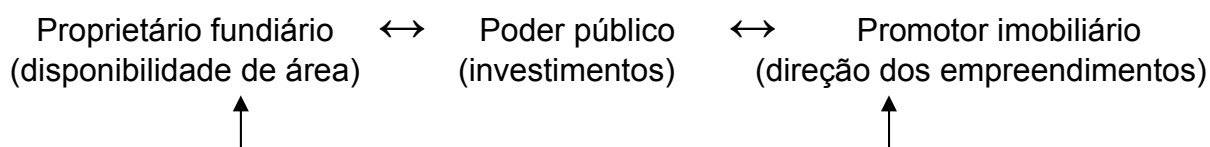
Org.: Autor, 2008

O movimento de valorização do espaço processado pela atividade imobiliária acumula e multiplica formas do desenvolvimento espacial contraditório, organizado pelo mercado de terras. Gottdiener (1996) chama a atenção para o fato de que o mercado livre conduz o desenvolvimento imobiliário a problemas intratáveis – mesmo com administração do crescimento pelo governo local. Os problemas, assim destacados por Gottdiener (1996), são traduzidos pela especulação imobiliária e pela valorização das áreas em função da conjunção dos fatores (localização, transporte, proximidade de pontos de atração).

Para as empresas incorporadoras, construtoras e imobiliárias, a direção e o crescimento dos empreendimentos a partir de 1990 determinaram, além do centro, a valorização dos seguintes bairros: Santa Cruz, Santana, Trianon, Dos Estados, Alto da XV e Bom Sucesso.

A melhoria no sistema viário foi determinante para atração das empresas incorporadoras e construtoras e para a valorização dos demais bairros, além de outros fatores citados pelas empresas entrevistadas como a renda dos moradores e a disponibilidade da rede de esgoto. Mais recentemente, o interesse para expansão imobiliária na direção dos bairros Conradinho, Vila Bela e Vila Carli.

A valorização processada permite que se estabeleça uma rede com vistas a definir áreas para atividade imobiliária e reforça a articulação que se constrói entre os agentes, intermediado pelos investimentos do poder público. Nesse sentido, é possível identificar a extração da renda da terra na seguinte relação:



Pelo que se observa, o incorporador imobiliário, um agente social, “não sendo o capital produzido” (Ribeiro, 1996, p.89) exerce em Guarapuava um papel de comando da produção, pois, os representantes da atividade imobiliária estão ligados ao plano de ações no município e controlam as condições fundamentais da reprodução do capital. Nas evidências encontradas em nossa pesquisa, é possível classificar os promotores imobiliários em:

- promotores imobiliários locais (como Imobiliárias Feroz e Gaspar) que, até finais dos anos de 1980, atuaram livremente no mercado de terra urbano e donos de grandes áreas; atuam também na produção da verticalização no sistema de condomínio;

- promotores imobiliários de outras cidades representados por agentes imobiliários locais (como Construtoras Baggio e Gelafite) que visam à produção de novos loteamentos e residências de alto padrão e à verticalização;

As observações realizadas em campo e as entrevistas com as empresas incorporadoras, construtoras e imobiliárias apontam para a fragmentação espacial da habitação. Apesar de “agir livremente, não existindo barreira para a atividade imobiliária”, como enfatizou a Sra. Luci Meri Cabral Bahls⁸⁹ ao comentar sobre os negócios imobiliários locais, podemos observar, no discurso do Sr. Claudinei Pereira⁹⁰, o prestígio de alguns bairros, ao comentar os critérios que definem a escolha e o padrão dos imóveis: “aqui as pessoas são protecionistas, é cultural, o pessoal vive de aparência (...) temos que prever onde construir...”. O discurso reproduz a segregação socioespacial, representado pelos valores atribuídos aos bairros.

Recentemente, a atividade imobiliária está associada ao maior número de loteamentos e pela substituição das residências mais antigas pelo uso misto das edificações (comércio e residência).

Pelo cadastro dos loteamentos aprovados no período 1990/2005 (Tabela 33) observa-se a produção de mais de 2900 novos lotes, que significa um melhor aproveitamento dos terrenos. Os loteamentos implantados na década de 1990 e observados por Silva (1995) possuem dimensões inferiores ao tamanho médio dos loteamentos das décadas anteriores e foram implantados de maneira contígua à malha urbana existente com parcial participação do loteador na implantação da infraestrutura necessária.

⁸⁹ Entrevista concedida no dia 02 de outubro de 2008, na Empresa Gaspar Imobiliária.

⁹⁰ Entrevista concedida no dia 03 de outubro de 2008, na Empresa Impérium Empreendimentos Imobiliários Ltda.

TABELA 33 - Loteamentos particulares aprovados em Guarapuava no período 1990/2005

Loteamentos	Ano de Aprovação	Lotes
Loteamento Residencial Chemin	1990	132
Loteamento Nossa Senhora Aparecida	1992	16
Jardim Moria	1996	318
Brasílio Ribas (2ª Etapa)	1996	151
Jardim Luciliane	1997	81
Dona Elvira	1997	65
Residencial Mirante da Serra	1999	395
Residencial Virmond	1999	132
Mirante do Jordão	1999	17
Jardim Serra do Jordão	2000	35
Jardim Dona Regina	2000	103
Morada do Sol	2000	39
Vila Mariana	2001	83
Feroz II	2001	648
Jardim Pedro Zagonel	2001	197
Jardim Patrícia	2002	286
Domingos Fernandes dos Santos	2002	61
Residencial Pinheiros	2002	59
Hanyasz	2002	30
Residencial Guairá	2002	51
Residencial Alvorada	2005	55
Total de loteamentos	21	2.954

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal, 2008
Org.: Autor, 2009

Cumpra observar, conforme Flavio Alexandre⁹¹

No caso dos loteamentos, a aplicação da lei vem sendo cumprida satisfatoriamente pela iniciativa privada, apesar das táticas que as vezes são utilizadas para tentar doar o mínimo de área institucional nos parcelamentos. Uma nova legislação deverá prever o destino de 15% de área livre, a fim do cumprimento do prazo e da execução das obras de infraestrutura em atraso.

A demanda por novas construções para atender principalmente estudantes do ensino superior tem proporcionado investimentos que transformaram a paisagem dos bairros próximos ao centro e próximo às instituições de ensino superior. A atividade imobiliária criou condições favoráveis à produção na área central e dos bairros mais próximos, levando a uma produção dirigida aos grupos sociais com maior renda, com raras exceções das unidades habitacionais para grupos sociais de

⁹¹ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007, no CEPLUG.

baixa renda. A expansão imobiliária é, assim, atraída pela produção autônoma dos promotores imobiliários e não pela direção da demanda da produção pelas famílias, uma vez que os proprietários mais antigos se localizam na área central.

Em contrapartida, ocorre a ocupação voluntária em bairros dispersos, como territórios dos grupos sociais de baixa renda. Os ganhos, portanto, da atividade imobiliária são derivados da proteção dos setores possíveis de expansão da verticalização; do acompanhamento dos investimentos públicos nos bairros mais carentes; de certa monopolização do espaço que acompanha a localização dos grupos com maior renda ou de circulação do capital e, uma parte pode ser atribuída às transformações do ambiente construído que levam a uma estratificação da área urbana.

A divisão territorial existente é o padrão centro-periferia, caracterizado por uma divisão social intensa, não desaparecendo traços característicos da estruturação intraurbana que teve início na década de 1960. As poucas iniciativas do poder público para redução do problema habitacional ganham força pelo carisma dos administradores que se mostram incapazes de reduzir os problemas habitacionais.

A população periférica é segregada não só pela renda, mas pela localização em ocupações com pouca estrutura e pelo baixo interesse da atividade imobiliária. No que se refere às determinações do mercado imobiliário, “determina imediatamente não só a segregação, mas toda a estruturação do espaço intraurbano” (VILLAÇA, 1998, p.352). Nessa direção, segundo Villaça (1998), são diferentes poderes de domínio sobre o espaço urbano; a segregação é um processo necessário para que haja esse domínio. A segregação, assim, consiste numa “determinada espacialidade, sem a qual esse domínio não poderia ocorrer” (VILLAÇA, 1998, p.359).

Desta forma, a diferenciação social no uso do solo em Guarapuava passa por uma relação entre a distribuição de renda e a estratificação social (SMOLKA, 1990, 1992). A estruturação espacial será resultante da relação renda e estratificação social e das disputas internas, cujos interesses específicos dos grupos sociais se juntarão aos interesses da atividade imobiliária.

4.4 AS TENDÊNCIAS DO ESPAÇO PRODUZIDO

A estrutura formada pelos investimentos imobiliários revela a centralização do capital e conseqüentemente a fragmentação da habitação. O capital incorporador “como aquele que antecipa ao planejamento social urbano”, como lembra Smolka (1987, p.76), responsabiliza-se para o ordenamento da ocupação urbana.

O direcionamento da produção imobiliária é percebida na produção da verticalização. Os edifícios, com predominância de quatro pavimentos, representam o novo e deixam visível o contato entre grupos com maior renda e espaços com melhor infraestrutura, reforçando a diferença de acesso à terra urbana. Ainda, como uma renovação urbana em áreas antes inutilizadas e com pouca expressão para o mercado imobiliário, como é o caso de vários terrenos acidentados que necessitam da aplicação de técnicas modernas para construção (Foto 10).

O debate em torno da verticalização de Guarapuava, expressa, para Silva (2002), uma forma particular de expansão territorial urbana, fruto dos tempos modernos e do progresso técnico e, além do mais, é apropriada e significada a partir de relações de poder em diferentes sociedades em tempos e em espaços específicos. Dessa forma, é possível entender que a verticalização assume em Guarapuava uma representação social e condições bem definidas do poder de pequena parcela da população. Nesses termos, aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produz, na opinião de Bourdieu (1989), automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e política entre as camadas da população.

Os atributos concebidos à verticalização no momento da formação dos primeiros empreendimentos conciliaram interesses pouco coletivos, como destacou Silva (2002), definidos por iniciativas de grupos que promovem a auto-segregação, como é o caso dos condomínios fechados, com a exceção de dois conjuntos habitacionais, Ouro Branco e Ouro Preto, no bairro Santa Cruz, produzidos nos anos de 1980.



FOTO 10 - Vista parcial do centro de Guarapuava

Fonte: Abimael Valentin, 2007

Apesar de identificarmos a forma de atuação dos promotores imobiliários e os interesses de parcela da população, verificamos algumas tendências atuais dos empreendimentos. Trata-se do crescimento da verticalização do tipo médio padrão, predominantemente com até quatro pavimentos (Tabela 34).

A dimensão da verticalização tem dois sentidos: o primeiro como um padrão de moradia para parcela da população local; o segundo, acompanha a inserção da cidade no discurso da modernidade e mesmo da própria evolução urbana, sendo poucas construções para uso além do residencial. Em linhas gerais, destaca-se a predominância da verticalização na área central, uma vez que a localização promove além, da fragmentação do mercado imobiliário, uma renovação urbana. Nesse caso, a verticalização é motivada pelos interesses imobiliários voltados à população de outras localidades e visa a atender um público-alvo bem definido.

TABELA 34 - Evolução dos alvarás para construção de edifícios em Guarapuava, 2004/2007*

Ano	Área construída (m ²)	Pavimentos
2004	893,80	4
2004	1129,92	4
2005	549,17	4
2005	1118,21	4
2005	1330,64	4
2005	3145,58	5
2005	8804,80	19
2006	1218,81	4
2006	486,15	4
2006	1129,50	4
2006	595,59	4
2006	1136,95	4
2006	1077,40	4
2006	571,88	5
2006	1041,98	5
2006	3228,43	6
2006	4530,61	7
2006	4335,91	8
2006	5070,45	9
2007	789,68	4
2007	706,51	4
2007	1122,19	4
2007	1887,76	5
2007	762,44	5
2007	785,85	5
2007	748,89	5

* Dados obtidos até setembro de 2007

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, Departamento de Aprovação de Projetos, 2007.

Org.: Autor, 2009

O território de uso dos grupos sociais de média e de alta renda são também identificados no deslocamento dos investimentos na produção dos condomínios residenciais horizontais⁹². É o caso dos condomínios residenciais Menino Deus, Alto da XV, Kainá, Anita, Sekula, Trianon, Bongaville e a recente produção do condomínio fechado Vale do Jordão (Fig. 14).

⁹² A modalidade urbanística condomínio residencial horizontal constitui o conjunto de casas unifamiliares dentro de um mesmo terreno, o qual é propriedade de todos. Pode também ser chamado loteamento fechado, por especialistas do direito urbano, os quais reconhecem sua relação direta com a forma urbanística e com o direito urbano, embora regulamentada por critérios do direito privado ao nível federal (OLIVEIRA, 1999). Em Guarapuava, somente um condomínio é definido como condomínio fechado, no caso, o Vale do Jordão. Ao realizar a pesquisa de campo, verificamos que nem todos condomínios tem um nome oficial, assim utilizamos a definição dos próprios moradores, proprietários e ou locatários das unidades.

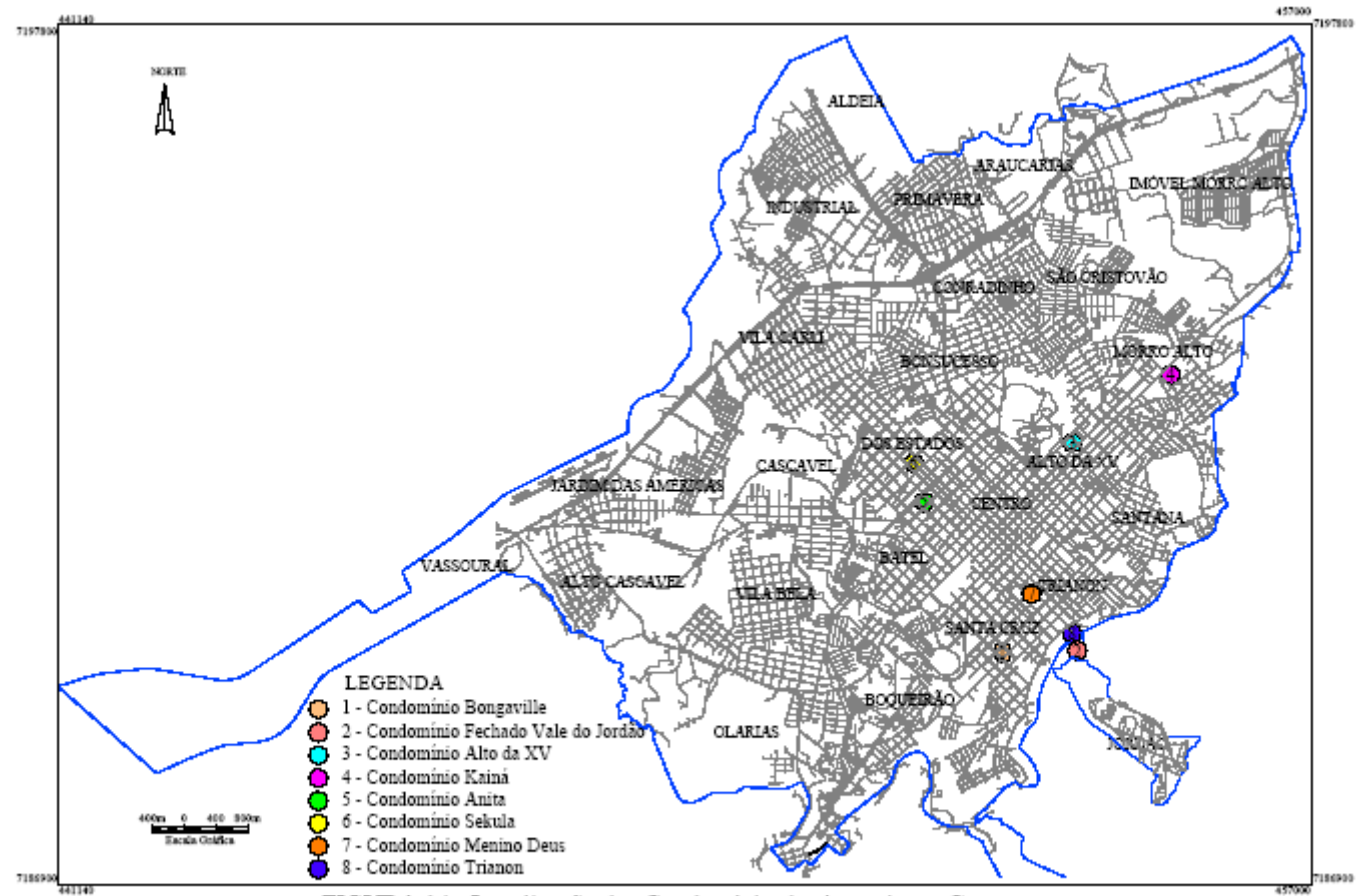


FIGURA 14 - Localização dos Condomínios horizontais em Guarapuava

Fonte: Levantamento de campo, 2008

Edição: Luciano Galvão

Organização: Autor, 2008

As características dos empreendimentos reforçam as rendas diferencial e de monopólio que se efetivam nas localizações privilegiadas em bairros mais bem estruturados, protegidos dos grupos sociais de baixa renda, satisfazendo condições que estimulam a especulação imobiliária.

Mais recentemente, a produção do Condomínio Residencial Vale do Jordão, produzido pela Imobiliária Feroz⁹³ contraria as opiniões de seu proprietário que exalta sua preocupação para produção de lotes para pessoas de baixa renda. O Sr. Roberto Kuster⁹⁴ alega no discurso de caráter hegemônico:

nosso objetivo é oferecer lotes populares, comercializados em longo prazo para pessoas com baixa renda e até hoje nunca acreditamos que vá existir essa oportunidade financiada como por nossa imobiliária. Gera um fator social, evitando transtornos, como as ocupações.

A produção dos condomínios como o Condomínio Residencial Vale do Jordão mostra a intensificação e o funcionamento da lógica da produção do espaço, na medida em que estas formas são enclaves fortificados⁹⁵ que estimulam a valorização de setores dos bairros.

A localização dos condomínios amplia a distância das ocupações dos grupos de baixa renda e exhibe características peculiares, daquilo que Harvey (1982) considera como um poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, mas também confere aos proprietários o controle do monopólio natural do espaço. O controle do espaço é identificado na diferença da densidade populacional entre a área central e a periferia, cujas características da aglomeração confirmam a localização de acordo com a renda.

⁹³ A imobiliária Feroz produz loteamentos próprios e para outras empresas. Em Guarapuava foram produzidos mais de 5.000 lotes, num total de 27 loteamentos: Feroz, São José, Maria das Dores, Continental, Araucária, Karen, Renata, Califórnia, Veneza, São Manoel, Morumbi, Santa Matilde, Basílio Ribas,

Parque das Árvores, Dona Regina, Pedro Zagonel, Jardim Moriá, Patrícia, Santa Rosa, Vila Mariana, Residencial da Fonte, Domigos Fernandes, Virmond, Feroz II e Condomínio Residencial Vale do Jordão. No município de Prudentópolis o loteamento Jardim Belmira.

⁹⁴ Diretor da Imobiliária Feroz, entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2007 na sede da empresa, em Guarapuava.

⁹⁵ Caldeira (2000)

Tendo como base os dados da distribuição da propriedade urbana por bairros em Guarapuava (2008), observamos a concentração da população e a produção das unidades (Tabela 35)⁹⁶ que definem características do ambiente construído, bem como o acesso da população ao mercado de terras e da expansão da atividade imobiliária.

Os números das construções por bairros expressam, além das formas conteúdos e relações sociais que reforçam a segregação socioespacial. O ambiente construído em Guarapuava, então, leva à competição espacial com múltiplos efeitos, fazendo com que a vizinhança passe a se interessar na conservação das características do ambiente construído, garantindo na externalidade o poder econômico de parte da população. Nessa direção,

no setor imobiliário o processo de contínua criação de condições mais vantajosas ocorre de forma excedente, ou seja, certas vantagens criadas não são generalizáveis, em razão do elemento monopolístico envolvido sempre que a acessibilidade no espaço é restrita àqueles que adquirem direitos exclusivos de ocupação como proprietários (SMOLKA, 1987, p.62).

Embora as unidades edificadas estejam localizadas em diferentes bairros, diferenciando-se principalmente pelo padrão das construções, os vazios urbanos servem como barreiras para integração urbana, cuja ocupação não é assegurada de forma efetiva pelos instrumentos urbanísticos. Como afirma Low-Beer (1983, p.34)

[...] a propriedade privada do solo significa o domínio de uma condição específica para a realização do processo de produção e circulação de mercadorias, cujo cerne é o lucro; então a renda da terra se constitui em superlucro ao ser apropriada pelo proprietário da terra, mas significa para o capitalista produtor, ou arrendatário, uma subtração ao lucro dos capitais investidos na terra para produzir.

⁹⁶ Os dados quanto a localização das propriedades não foram individualizados, pois a informação não foi permitida pela Secretaria de Habitação e Urbanismo. Na Tabela 35 não é considerado o patrimônio público municipal, estadual e federal, sendo apenas as unidades particulares na cidade de Guarapuava. Também não foi disponibilizada a informação de onde estão localizadas as unidades de domínio do município, nem mesmo o mapeamento dos terrenos para regularização.

TABELA 35 – Distribuição da propriedade urbana por bairro em Guarapuava, 2008

Bairro	População (2000)	%	Área (Km ²)	Imóveis Territoriais*	%	Área dos imóveis territoriais	Imóveis edificados	%	Área edificada	Total territorial e edificados	% territorial e edificados
Alto Cascavel	1.861	1,41	2,87	551	5,91	1.705.531.92	400	1,19	35.584.56	951	2,21
Alto da XV	2.666	2,02	1,97	424	4,96	232.527.69	1.123	3,33	1.913.390.33	1.547	3,60
Batel	4.549	3,46	1,30	296	3,17	135.954.23	1.232	3,66	207.806.50	1.528	3,55
Bonsucesso	6.802	5,16	2,12	543	5,83	345.689.50	1.851	5,50	307.659.86	2.394	5,57
Boqueirão	17.669	13,41	6,02	983	10,55	1.020.173.86	3.607	10,70	373.084.99	4.590	10,67
Cascavel	2.162	1,65	2,07	108	1,15	183.031.03	372	1,10	39.126.52	480	1,11
Centro	6.289	4,78	2,02	171	1,83	97.565.76	3.741	11,10	1.072.185.42	3.912	9,10
Conradinho	7.863	5,97	2,18	558	5,99	339.325.88	1.969	5,85	257.473.64	2.527	5,88
Dos Estados	4.667	3,55	1,69	282	3,03	189.723.18	1.412	4,20	276.892.42	1.694	3,93
Imóvel Morro Alto	520	0,40	3,19	59	0,64	2.243.494.06	425	1,26	53.368.05	484	1,12
Industrial	8.655	6,57	3,26	402	4,31	883.100.62	1.464	4,35	188.274.82	1.866	4,33
Jd. das Américas	3.707	2,81	2,70	753	8,09	1.370.251.48	769	2,30	69.758.04	1.522	3,55
Morro Alto	9.872	7,50	6,98	926	9,94	912.631.11	2.336	6,93	192.535.28	3.262	7,59
Primavera	6.746	5,12	2,07	199	2,13	112.058.73	1.519	4,50	179.886.95	1.718	4,00
Santa Cruz	6.701	5,08	1,77	265	2,84	165.223.29	1.879	5,58	283.860.25	2.144	4,99
Santana	9.382	7,12	2,43	333	3,57	219.674.94	1.983	5,89	254.673.66	2.316	5,39
São Cristovão	6.859	5,20	1,78	425	4,57	195.372.00	1.792	5,31	188.922.16	2.217	5,15
Trianon	4.353	3,30	1,13	139	1,49	365.737.85	1.364	4,04	258.242.09	1.503	3,50
Vila Bela	11.350	8,60	3,34	898	9,64	726.239.10	2.650	7,87	257.333.71	3.548	8,24
Vila Carli	9.075	6,89	3,20	1.003	10,76	770.147.18	1.801	5,34	229.519.74	2.804	6,52
Total	131.748	100	54,09	9.318	100	12.213.756.33	34.032	100	1.917.530.88	43.007	100

* Corresponde aos terrenos vazios no perímetro urbano

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008) e IBGE (2000).

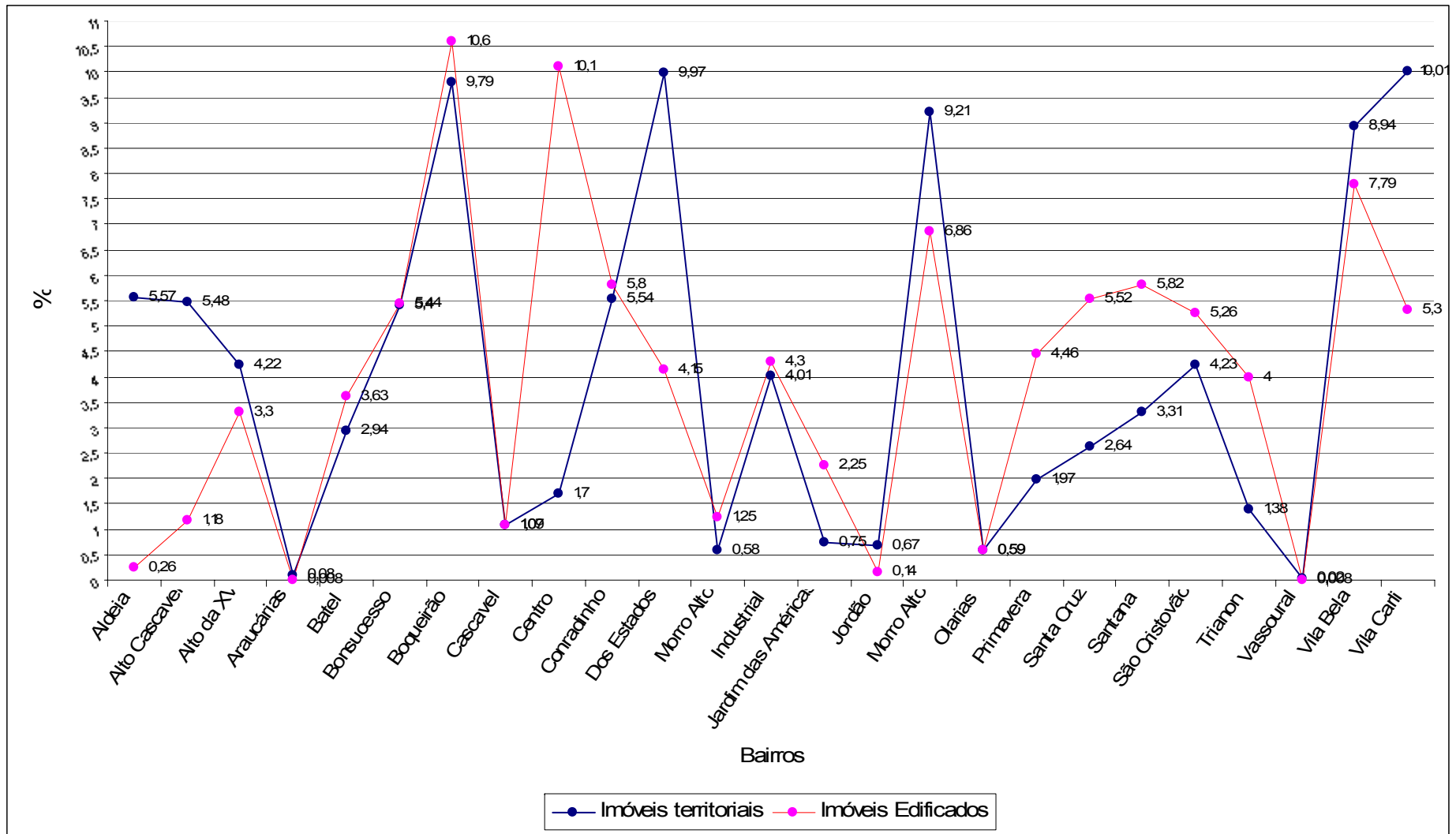
Org.: Autor, 2008

Podemos observar, na tabela 35 e no gráfico 5, que não há carência territorial para a produção imobiliária, mas o reforço dos efeitos da especulação e do processo de seleção dos setores de bairro para expansão imobiliária, realizado tanto pelos promotores imobiliários, como pelas famílias.

Diante do enunciado, a disponibilidade de áreas vazias e da propriedade privada nos bairros mais afastados da área central é refúgio para a ocupação dos grupos sociais de baixa renda.

Nas observações em campo, correlacionadas com os demais indicadores da Tabela 35 e do Gráfico 5, é possível compreender as tendências da atividade imobiliária local, cujos elementos aparecem contextualizados no movimento dos grupos sociais de maior renda que irão manter um controle sobre o espaço (Fig. 15). Contudo, as diferenças observadas em campo não fogem da predominância das situações eventuais da circulação do capital imobiliário e do domínio da propriedade privada (gráfico 6 e 7).

GRÁFICO 5 – Percentual de imóveis territoriais e imóveis edificados por bairro em Guarapuava, 2008



Fonte: Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava, 2008
 Org.: Autor, 2009

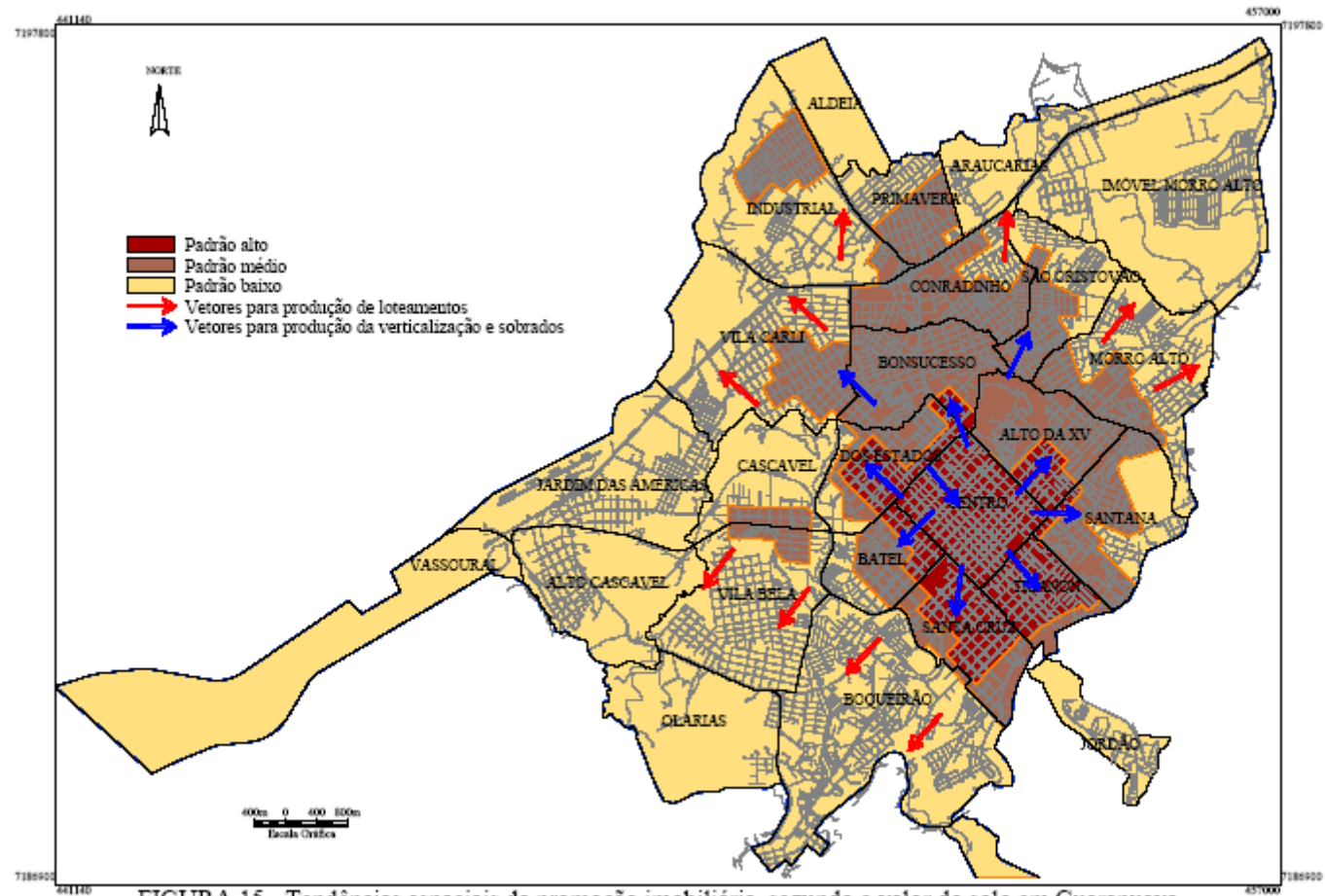


FIGURA 15 - Tendências espaciais da promoção imobiliária, segundo o valor do solo em Guarapuava

Fonte: Pesquisa com promotores imobiliários, 2007 e 2008 e CEPLUG (2008)

Edição: Luciano Galvão

Organização: Autor, 2008

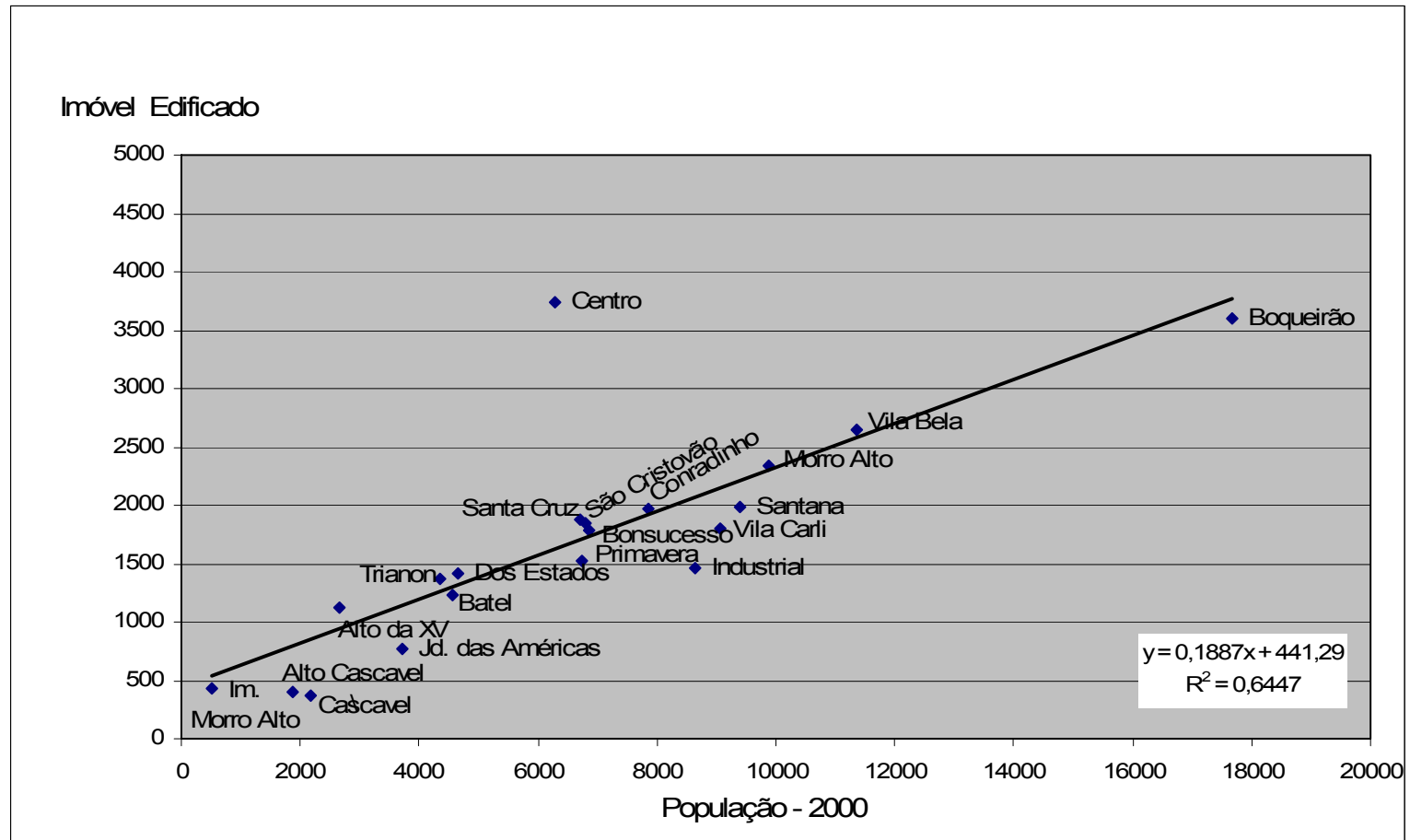
É possível observar no gráfico 6 que existe uma situação de correlação positiva moderada entre imóveis edificados e a população por bairro, porém verifica-se que um bairro se diferencia do comportamento dos demais, no caso, o centro. Existe maior concentração das unidades no centro (acima de 11% do total) onde é predominante a acomodação das famílias nos apartamentos. O fato não se repete para os demais bairros como Boqueirão, Morro Alto, Santana e Vila Bela.

A partir das observações do gráfico 6, estabelecemos uma nova relação entre os imóveis edificados e a população total por bairro, excluindo-se o centro (gráfico 7). O gráfico 7 mostra que o índice de correlação é elevado entre a população e o total de imóveis edificados.

Assim, quanto maior a população num setor de bairro, maior é a concentração de imóveis edificados nesse setor, quer dizer, existe alta densidade populacional com características diferenciadas das condições de habitabilidade e, como já enfatizado, conforme a Fundação João Pinheiro (2006), são representadas em domicílios rústicos (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada), domicílios improvisados (locais construídos sem fins residenciais e que servem de moradia) e também coabitação familiar (famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio).

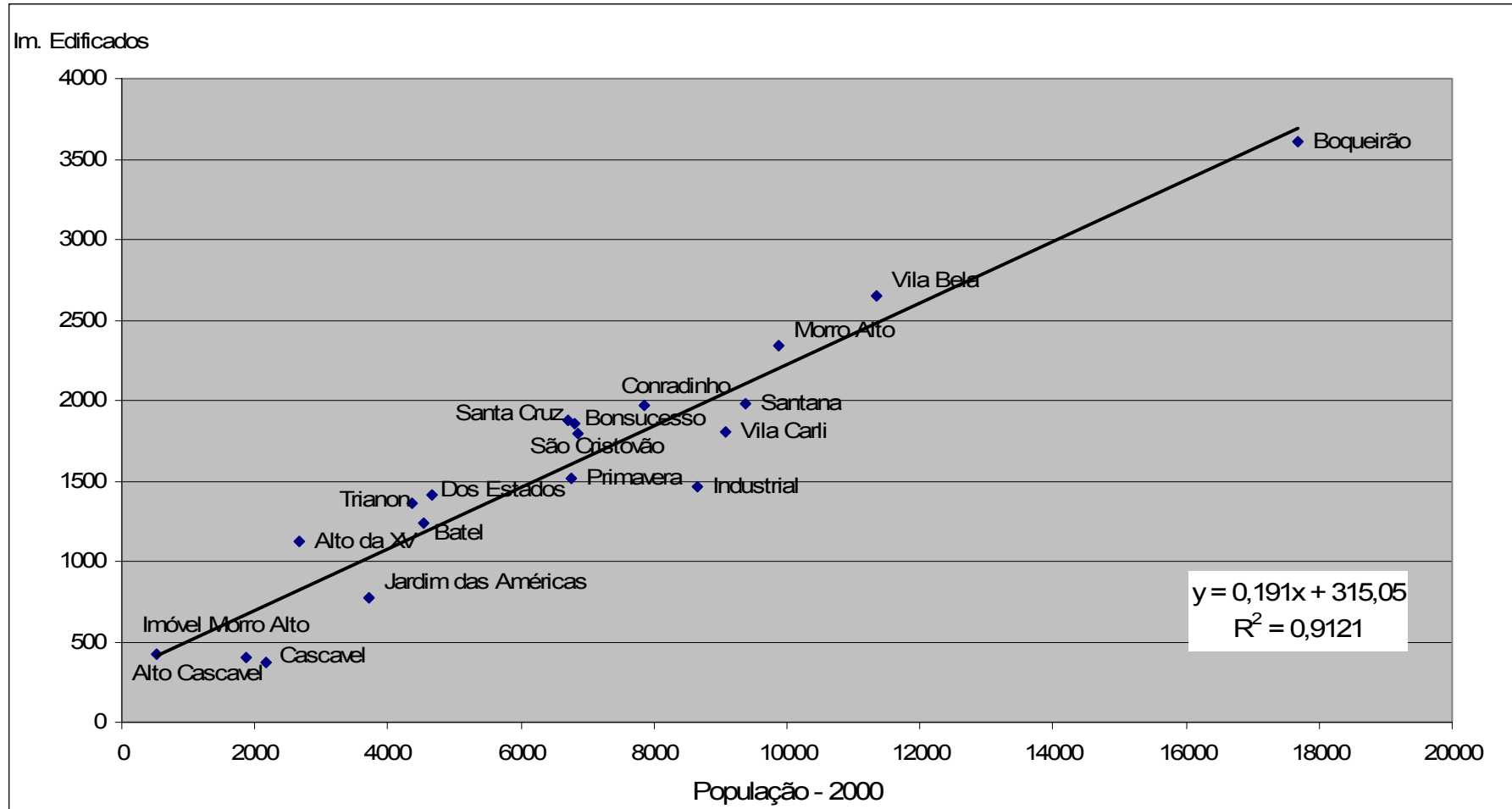
Nesses locais, verificam-se preços das unidades de moradia bem mais baixo que o valor de mercado, não havendo, portanto, um preço médio estipulado pelos grupos de baixa renda que até mesmo efetuam a troca da moradia por carro, carroça ou mesmo outra casa com característica semelhante em outra ocupação.

GRÁFICO 6 - Correlação entre o total de imóveis edificados e total da população por bairros, 2008



Fonte: Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava, 2008
 Org.: Autor, 2009

GRÁFICO 7 – Correlação entre o total de imóveis edificados e total da população por bairro, exceto o bairro centro, 2008



Fonte: Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava, 2008
Org.: Autor, 2009

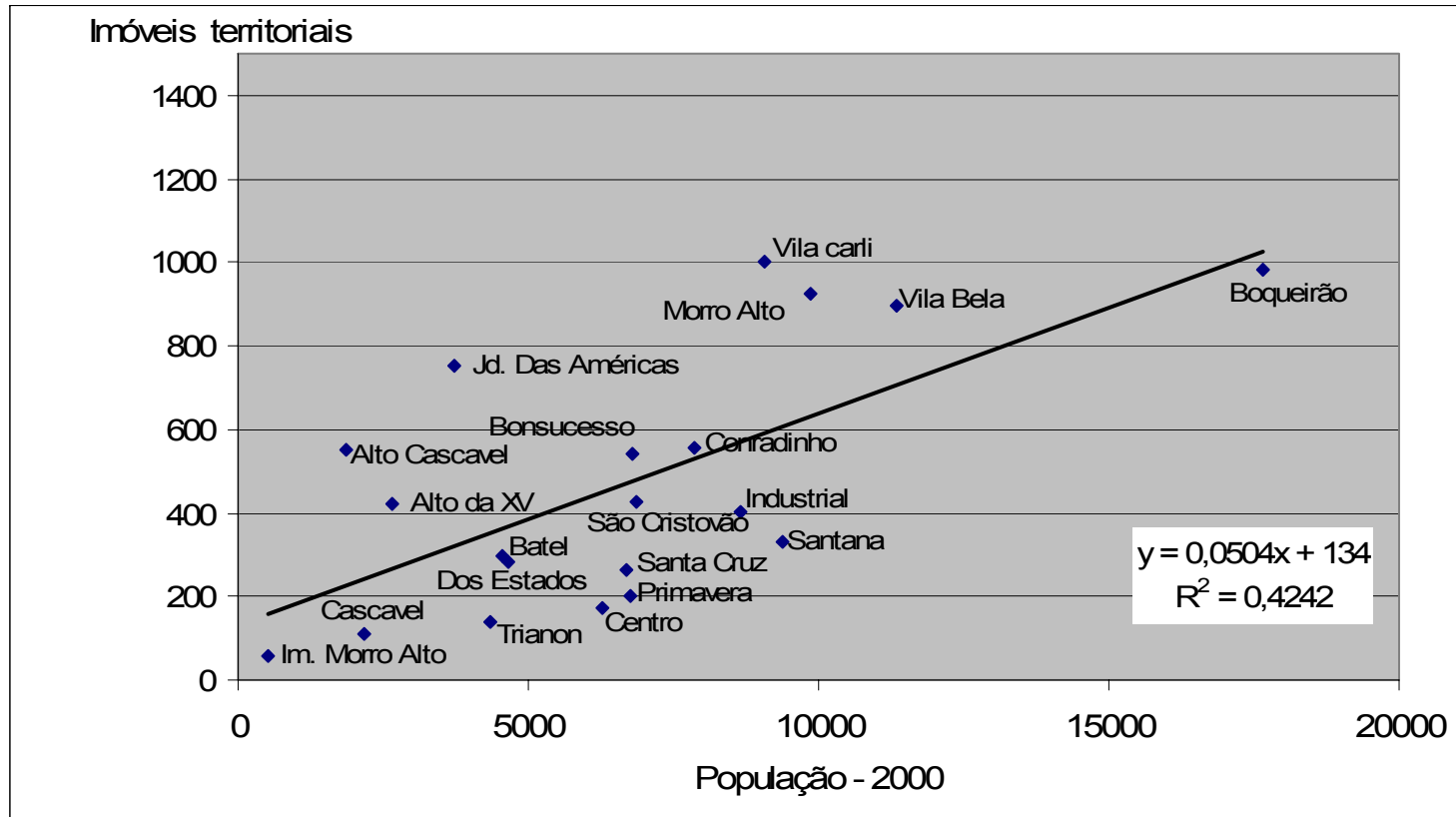
Ao analisarmos o número de imóveis territoriais (Gráfico 8), percebemos a disponibilidade dos terrenos vazios principalmente em bairros periféricos. A fragmentação socioespacial ocorre em setores de bairros onde o valor da terra é maior, cuja evidência é que existe um controle do espaço e que se torna nítido pelo ambiente construído. Logo, a renda da terra nos setores mais valorizados associa-se às condições mais favoráveis de cada grupo social.

A população é maior nos bairros Boqueirão, Industrial, Primavera e Santana. Nos bairros Jardim das Américas, Morro alto, Vila Bela, Vila Carli, Alto Cascavel e Alto da XV as unidades territoriais são maiores e o centro difere dos demais bairros pela maior área das unidades edificadas. Pode-se admitir que o capital incorporador

[...] transforma em valor-de-troca as características paisagísticas do entorno dos empreendimentos imobiliários e a localização relativa a bens e serviços, na medida em que os incorpora como elementos formador do preço de mercado desses empreendimentos. Assim, a legislação de uso e ocupação do solo, concebida pelo planejador como instrumento de racionalização do espaço urbano, adquire o caráter de insumo da indústria da construção civil, do mercado imobiliário, do capital financeiro nele investido, ou seja, de todas as parcelas do capital investidas na produção do espaço urbano (PINHEIRO, 2002, p.16).

Conforme levantamentos efetuados em campo, a distribuição setorial dos imóveis de alto, médio e baixo valor não se efetiva pela carência territorial. A classificação é definida pela localização e proximidade da área central e pelos atributos relativos à vizinhança e à infraestrutura.

GRÁFICO 8 - Correlação entre o total de imóveis territoriais* e total da população por bairro, 2008



* Corresponde aos terrenos vazios no perímetro urbano
 Fonte: Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava, 2008
 Org.: Autor, 2009

A distribuição de frequência das classes de valores dos imóveis tem como base a Planta Genérica de Valores (2005)⁹⁷, cujos valores são representados na Tabela 36.

TABELA 36 - Distribuição de frequência das classes de valores dos imóveis em Guarapuava, 2005*

Classes	Número do Imóvel
Baixo	Até 2.233,54
Médio	de 2.233,54 a 4.565,36
Alto	acima de 4.565,36

* Divisão de classes efetuada por meio de medidas separatrizes (APÊNDICE B), conforme Silva et al. (1999).

Fonte: Planta Genérica de Valores (PGV/PMG), 2005

Org.: Autor e Kurchaidt (2008)

Os imóveis de alto valor nos bairros Centro, Santa Cruz, Trianon e parte do Santana e dos Estados correspondem à localização das residências mais antigas e consideradas como mansões e em setor com infraestrutura completa. Soma-se a essas características o alto valor pela arquitetura dos imóveis.

Os imóveis de médio valor, localizados nos bairros Bonsucesso, Batel, Alto da XV, São Cristovão, Conradinho, Primavera, Vila Carli e parte do Santana, ocupam setores considerados com nível médio de ocupação e são bem especulados. O que vem ocorrendo nesses bairros é o forte investimento da atividade imobiliária, sobretudo, pela descentralização da produção da verticalização. É possível, ainda, observar subdivisões quanto ao valor dos imóveis, que se processa pelas características de vizinhança e da menor oferta para comercialização dos imóveis.

Os imóveis de baixo valor, localizados nos bairros Jardim das Américas, Jordão, Imóvel Morro Alto, Alto Cascavel, Boqueirão, Cascavel, Aldeia e Industrial são constituídos por loteamentos mais antigos e outros novos e são pouco procurados pela atividade imobiliária. O principal aspecto que impede a valorização

⁹⁷ Para as unidades edificadas, a classificação do município é: sub-habitação (edificação sem valor, mas utilizada para moradia), padrão baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto. Quanto à conservação: má, regular, boa e ótima. No caso das unidades territoriais (terrenos vazios), a classificação considera a topografia e também a relação com a disponibilidade de infraestrutura, sem falar da face por quadra e atribuição de valor por m² de área de terreno.

desses bairros deve-se à questão legal da propriedade em vários terrenos e à estrutura urbana insuficiente para toda população.

A Figura 16 espacializa o valor do solo urbano a partir dos seguintes fatores: a propriedade urbana, o total da população por bairro, o perfil da acomodação das famílias (verticalização ou loteamentos), o preço médio do solo considerando a variação da Planta Genérica de Valores e as entrevistas com os promotores imobiliários.

A dinâmica do mercado de terras impõe que deve ser levado a efeito outros fatores que sustentam a distribuição setorial quanto ao valor dos imóveis. A condição mais próxima para essa análise tem influência no próprio processo de valorização dos setores de bairros decorrente das condições particulares da mudança espacial da habitação ou mesmo dos valores simbólicos de cada bairro. A sustentação, portanto, dos setores compostos por bairros segregados é mantida pelo mercado de terras, mas, sobretudo, pelas intervenções do poder público.

Assim, os níveis da segregação socioespacial pela atividade imobiliária são representados pela concentração da produção associada com a seletividade de acesso e de uso do solo que gera, para o caso de Guarapuava, um conflito permanente entre os grupos sociais de alta e de baixa renda.

A fragmentação de alguns bairros (Centro, Santa Cruz, Trianon, Santana) pela atividade imobiliária levou à formação de territórios conexos pelas características da habitação e pelo movimento de valorização criado pelos grupos de maior renda. Os grupos de maior renda se encarregam de prestigiar a produção do espaço, desencadeada no movimento de valorização do capital imobiliário.

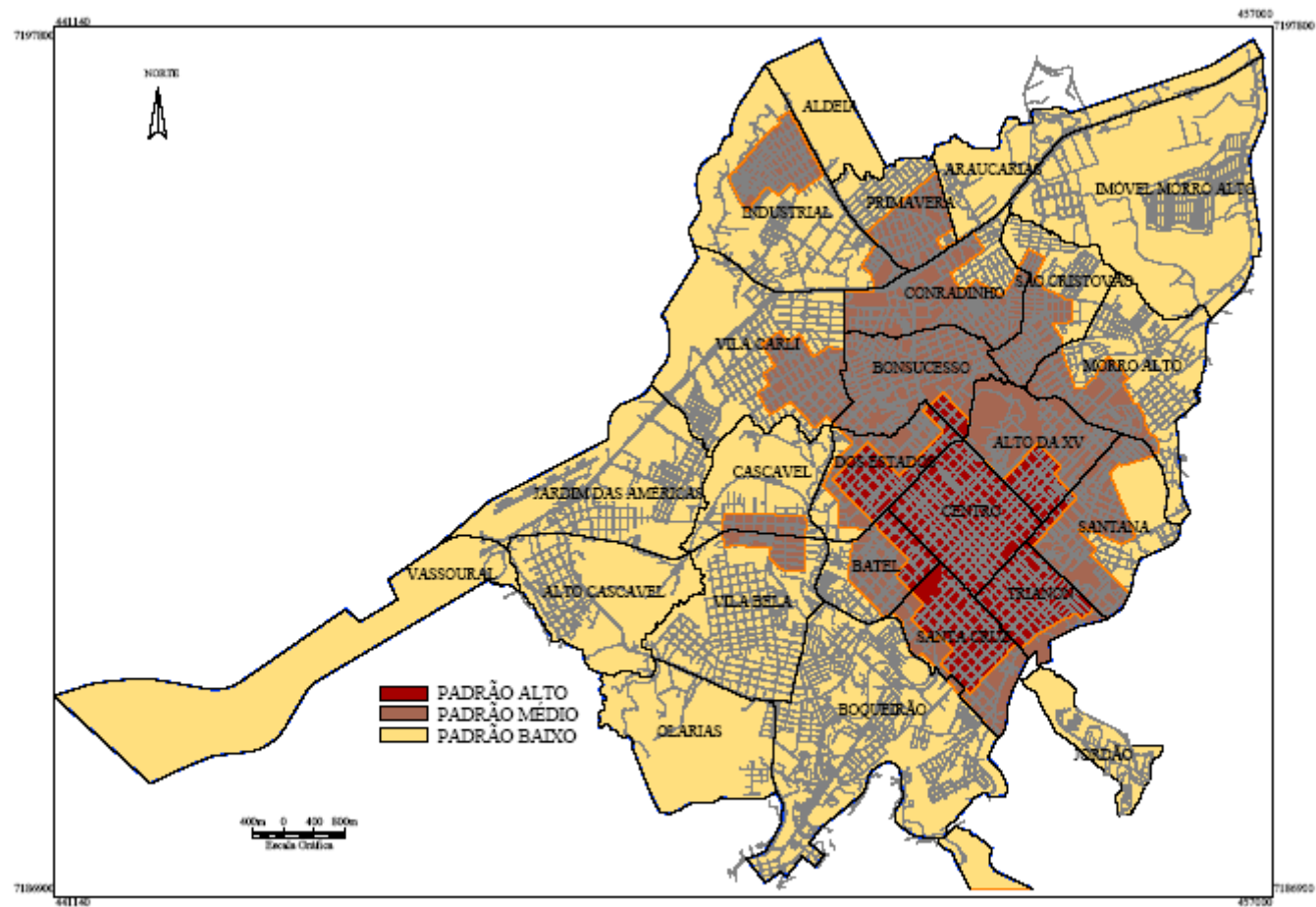


FIGURA 16 - Valor do solo urbano em Guarapuava

Fonte: CEPLUG (2008)

Edição: Luciano Galvão

Organização: Autor, 2008

No espaço urbano de Guarapuava, há uma fragmentação social e espacial que implica também numa maior divisão do espaço, estabelecida pelos diferentes interesses que compactuam de uma mesma forma de produzir, levando à não integração entre os bairros. Os grupos sociais menos favorecidos localizam-se distantes dos bairros mais próximos ao centro, com estratégias autônomas da produção da habitação, formando espaços deteriorados em conjuntos residenciais, seja para deslocar a pobreza distante da estrutura instalada, seja para assegurar o papel do poder público.

Considerando as razões já destacadas pelas ocupações em áreas públicas e privadas, verifica-se a tendência para o adensamento dos grupos de baixa renda em áreas ambientalmente impróprias e pouco valorizadas, acentuando a segregação socioespacial. A Figura 17 espacializa a localização dos núcleos habitacionais públicos (edificação e lotes) no período 1991/2005, na qual é possível identificar que existe uma aglomeração de setores de bairros onde se localizam esses núcleos, predominantemente onde o valor do solo é mais baixo.

A atuação dos promotores imobiliários desconsidera toda e qualquer questão relativa às necessidades habitacionais dos grupos sociais de baixa renda e mesmo às áreas em que se localizam as ocupações. O capital imobiliário, por sua vez, é construído na relação dos promotores imobiliários com a localização dos grupos sociais de maior renda e nos bairros que dispõem melhor infraestrutura. Assim, observa-se que o *marketing* imobiliário considera o bairro e depois o empreendimento produzido.

O capital associa-se em Guarapuava, além da indústria imobiliária e do mercado de terras, aos interesses do poder público, articulando valores intermediados pela manifestação direta com os objetivos da política urbana. Sendo assim, a política urbana, ao permitir e ordenar a ocupação do solo, estimula diferentes padrões de reconstrução do ambiente urbano.

O quadro do ambiente construído revela a dominação do mercado de terras e a tendência para atratividade da produção habitacional que, somados às características socioespaciais, definem os diferentes padrões da ocupação territorial dos grupos de alta e de baixa renda.

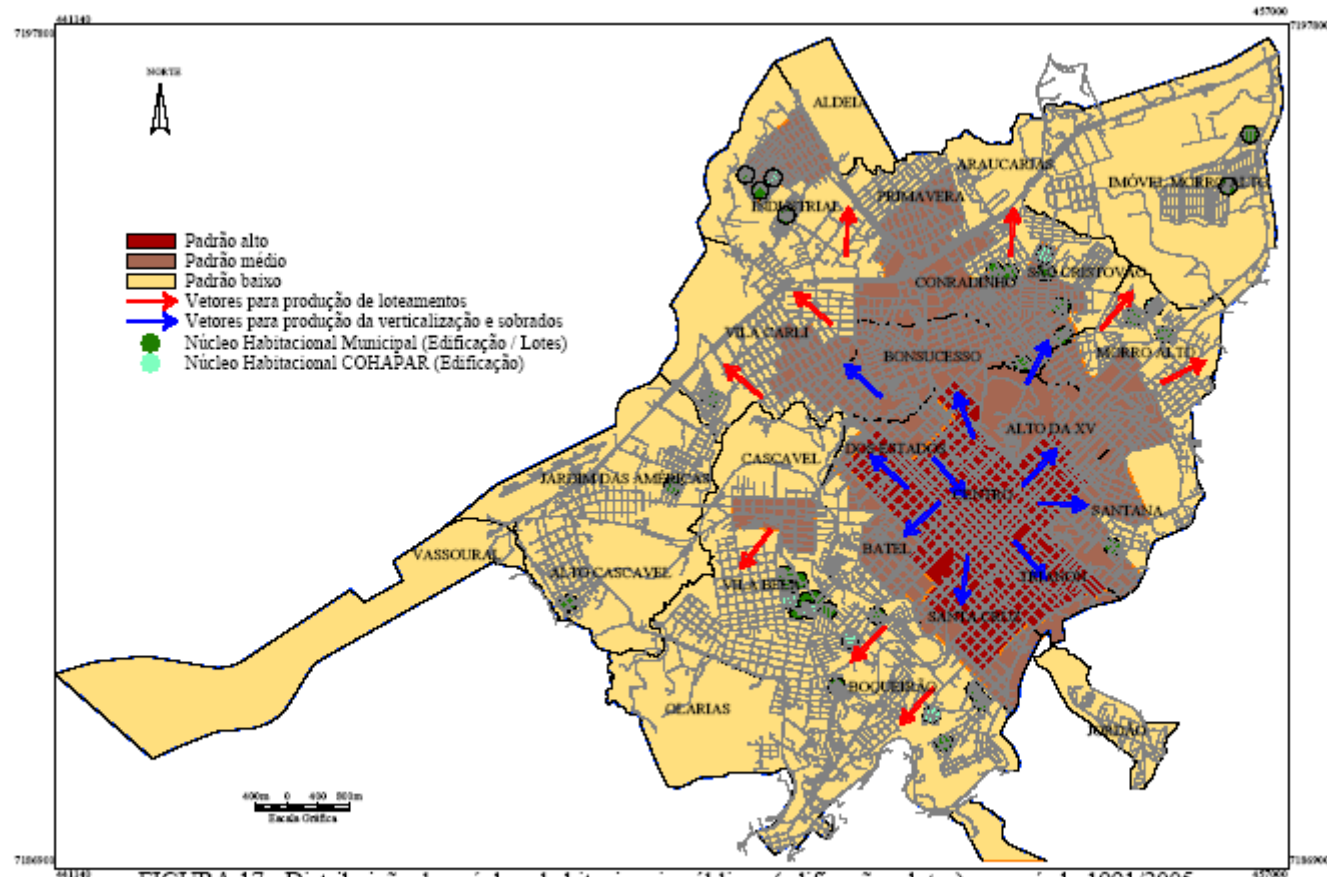


FIGURA 17 - Distribuição dos núcleos habitacionais públicos (edificação e lotes) no período 1991/2005

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo (2007) e Pesquisa de Campo (2008)

Edição: Luciano Galvão

Organização: Autor, 2008

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a **especialização do poder**, a mais velha **especialização social**, que está na raiz do espetáculo. O espetáculo é, assim, uma atividade especializada que fala pelo conjunto das outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica perante si própria, onde qualquer outra palavra é banida. O mais moderno é também aí o mais arcaico (DEBORD, 1997, p.20, grifo nosso).

É possível identificar, a partir das reflexões de Debord (1997), uma ou mais razões que registram fatos e idéias das forças atuantes e do nível hierárquico no espaço urbano. As estratégias de organização espacial das forças atuantes, neste caso desempenhadas pelos agentes produtores, é atribuída pelos valores impostos como reprodução dos estilos de vida, cuja tendência é o ordenamento do espaço segundo uma lógica própria, que permite potencializar ou mesmo neutralizar investimentos na produção do espaço.

De qualquer forma, salientamos que a análise dos processos espaciais e, particularmente, da segregação socioespacial, não se apresenta desconectada das temporalidades que alteram as formas do espaço socialmente produzido, pois, como salienta Santos (1985), as formas, governadas pelo presente, contêm o passado, em virtude de que sua existência revela contornos e finalidades que só podem ser explicadas se contextualizadas no tempo, o que permite atribuir um significado a cada forma espacial.

Ao analisar o fenômeno da segregação socioespacial dos grupos de baixa renda e suas especificidades num centro urbano formado por uma sociedade tradicional e responder questões relativas a relação poder e produção do espaço, percebemos como os arranjos institucionais promovidos pelo poder público implicam na construção de territórios socialmente diferenciados.

Partimos do pressuposto de que os territórios construídos no espaço urbano são determinados por relações entre os agentes produtores. Portanto, há o controle do espaço no interior das ações que, de modo mais amplo, como afirma Raffestin

(1993), apoia-se nos interesses locais dos grupos, na medida em que exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

Nossa pesquisa resulta de uma abordagem para a pesquisa da Geografia Urbana numa cidade média e parte da interpretação das características socioespaciais e das formas-conteúdos que fragmentam o espaço urbano, ou seja, das conexões entre indicadores da produção habitacional, obras públicas, estruturação dos bairros e a atividade imobiliária.

As particularidades da mesorregião Centro-sul paranaense preservam traços da identidade territorial que se manifestam nos interesses das forças atuantes locais. A pesquisa buscou entender de que maneira foram orientadas ações para formação e reprodução do espaço intraurbano em Guarapuava.

Assim sendo, nossa contribuição é oferecer uma abordagem para a análise da segregação socioespacial que relaciona a produção do espaço vinculado aos interesses políticos e identitários no espaço intraurbano. A compreensão da segregação socioespacial, mesmo que não se constitua num fenômeno recente, torna-se a revelação concreta do estabelecimento de velhos e de novos nexos da produção do espaço, assim como revela interesses e estratégias dos agentes interessados na acumulação do capital.

Considerando os elementos explorados e discutidos, observamos que as estratégias do poder público local nos últimos vinte anos direcionaram ações que se baseiam no reforço para sustentar o acúmulo do capital gerado em nível local, como meio de garantir a hegemonia política e promover uma importância ampliada da identidade territorial de Guarapuava.

Pudemos constatar que a formação urbana simbolizada pelo Plano de Urbanização é caracterizada pela demarcação dos espaços de dominação que seguiu a direção centro-periferia e influenciou as ações dos governos municipais que atendem a interesses exclusivos. Como abordado no capítulo 2, os demais aspectos que caracterizam a formação urbana de Guarapuava devem-se a razões internas e externas, como as diferentes especializações da economia do Centro-sul paranaense que impulsionaram a formação social, fundada no domínio territorial e na reprodução do capital para parte da população local.

No contexto da dinâmica demográfica e de seus efeitos para uma configuração regional de alta e de baixa densidade em todo o Paraná, que atingiu a urbanização da sociedade e do território, a consolidação de Guarapuava como o principal centro urbano da mesorregião Centro-sul resulta da produção do setor primário numa região agroindustrial pela capacidade de convergência populacional dos municípios mais próximos, apesar de relativas as especialidades econômicas modernas e de maior diversificação funcional.

No interior de cada centro urbano e, em particular, de Guarapuava, os condicionantes e os processos sociais, econômicos, políticos e também culturais tornam o espaço socialmente produzido com fortes contrastes. A produção do espaço responde às interações e às oposições entre os agentes que elevam a disseminação de práticas cotidianas, estabelecendo relações de dominação e a distribuição dos grupos sociais.

No curso da investigação sobre a estruturação do espaço urbano de Guarapuava, observamos que o pensamento urbanístico resulta de relações que se associam aos interesses da elite local, cujos critérios levam em consideração a capacidade para concentração dos investimentos na área nobre (central) e em setores de bairros que elevam os valores pessoais e os ganhos imobiliários.

Ao longo dos anos, a política urbana ordenou a manutenção e o controle dos setores de bairros mais bem valorizados, garantindo a seletiva ocupação do espaço, ora favorecidos pelos financiamentos do governo federal e estadual, ora pelos ideais políticos que fortalecem os valores comuns da sociedade tradicional.

A tomada de decisões do poder público atingiu a dinâmica de organização do espaço intraurbano, como descrito no capítulo 3, amparado na autonomia do governo local. Assim, a realização das intervenções públicas não ignora a carência estrutural e a população empobrecida, mas preserva, no discurso e na prática, planos que sustentam a efetiva definição dos valores diferenciados em torno da localização da habitação, promovendo um maior distanciamento entre os grupos sociais de alta e de baixa renda.

No que se refere à política habitacional, a preocupação principal do governo municipal é a de sustentar a lógica que repercute nas diferenças da composição

social do centro e da periferia ocupada, onde se localizam os conjuntos habitacionais dos grupos de baixa renda.

Ao examinarmos o conjunto da legislação urbana, observamos que os mecanismos da dominação política tiveram como preocupação investimentos que garantiram um seletivo acesso ao espaço. As forças atuantes e a lógica do poder local mantêm a aproximação com grupos de baixa renda nos conjuntos habitacionais e em ocupações que gradativamente recebem a regularização dos terrenos ocupados.

As proposições da legislação urbana e os projetos de renovação que se estenderam nos anos de 1980 e 1990 não alteraram os objetivos do Plano de Urbanização e não estimularam mudanças no padrão de organização do espaço que, além de reforçar a distância centro e periferia, proporcionou pouca integração socioespacial. Os investimentos na área central, favorecidos pelos mecanismos de financiamento dos governos federal e estadual, foram direcionados para acentuar a ocupação em diferentes sentidos e, ao mesmo tempo, estimularam as estratégias para a circulação do capital imobiliário.

Como consequência, a seletividade do espaço urbano acentua a segregação socioespacial pelos mecanismos institucionais, facilitada pelas estratégias dos promotores imobiliários que atendem a interesses de parte da população local, na qual prevalecem as relações pessoais e os valores de ordem material caracterizados nos diferentes padrões da habitação.

A prioridade para o assentamento dos grupos de baixa renda, como é o caso da produção dos conjuntos habitacionais municipais e da habitação do tipo popular, determina o papel regulador do poder público, gerando uma hierarquia no espaço em que, de um lado, estão os grupos de baixa renda e, de outro, localizam-se os setores mais rentáveis para o mercado imobiliário. Desse modo, são estabelecidos setores mais especulados no espaço urbano, que apontam a lógica territorial da atividade imobiliária, caracterizada por fortes diferenças entre os bairros, sobretudo, no padrão de organização do espaço construído que também reflete a composição social.

A investigação sobre a atividade imobiliária e suas estratégias, como visto no capítulo 4, aponta a prioridade para a produção habitacional em setores de bairros, definindo a relação entre o espaço construído e a concentração populacional. A atividade imobiliária promove espaços para circulação do capital imobiliário que segue a direção dos investimentos do poder público e garante, além dos lucros, a capacidade para concentração de grupos sociais com características semelhantes.

A diferenciação socioespacial em Guarapuava resulta em uma cidade fragmentada com a especialização dos empreendimentos imobiliários, cuja atividade tem como direção a procura de setores de bairros próximos ao centro e envolve interesses diversos que se materializam na substituição de antigas residências por sobrados e na localização dos condomínios horizontais e verticais. Esse processo demonstra a segregação socioespacial captado na idéia de Torres (2004), que em sua análise confirma a tendência à constituição por padrões de concentração espacial de determinados grupos sociais e pelo grau de homogeneidade social de determinadas áreas.

Ao retomarmos as hipóteses iniciais de nossa pesquisa, concluímos que são verdadeiras e pertinentes, pois a estruturação do espaço intraurbano é definida como reflexo da sociedade tradicional, cujos elementos são contextualizados no movimento dos agentes produtores que mantêm a produção diferenciada como um controle sobre o espaço. A sociedade tradicional ocupa setores privilegiados que são também acompanhados pelas estratégias recentes da atividade imobiliária que supervalorizam setores de bairros próximos ao centro.

A segregação socioespacial dos grupos de baixa renda em Guarapuava, portanto, surge das relações entre os agentes produtores do espaço e do movimento combinado dos grupos de alta renda. Em todo o processo de estruturação do espaço intraurbano, algumas formas herdadas da dominação pelo latifúndio não se alteram, nem mesmo as práticas das forças atuantes locais que atuam no sentido de manter a distância física na produção da habitação.

Observamos, também, que a ausência da propriedade e da infraestrutura em muitos terrenos ocupados em bairros periféricos e formados por conteúdos sociais diversos não chega a se constituir numa completa carência, mas se aproxima dos interesses dos próprios grupos sociais de baixa renda, que constroem suas

moradias ou mesmo seus próprios locais de trabalho. Nesse sentido, os valores comuns da sociedade tradicional chegam aos grupos sociais de alta e de baixa renda ao criarem formas de viver no espaço urbano reforçando a fragmentação, sustentada pelos planos do poder público.

Assim, a segregação socioespacial compreende um conjunto de valores construídos e produzidos juntamente com a sociedade, por atribuições imaginadas para o espaço de forma dominante e pelos múltiplos interesses dos agentes produtores. As relações de poder, então, são estabelecidas pelas intenções que não aparecem em lei, mas que promovem não só uma aparente restrição física, mas também a ocupação dos terrenos públicos e particulares pelos grupos de baixa renda.

Em diferentes sociedades, a segregação socioespacial repercute territorialmente como imposição de valores e de traços de um estilo de vida construído para que as formas-conteúdos se sobreponham para outros grupos sociais ou mesmo para comunidades diversas. Por essas razões, a segregação socioespacial não está distante da relação dos agentes produtores do espaço e diretamente com o poder público, pois o sentido da produção do espaço intensifica diferentes articulações na sociedade e conduz aos objetivos construídos em torno da continuidade da fragmentação espacial.

Vale lembrar que a ordem urbana relaciona-se com múltiplas dimensões de análise que mostram diferentes padrões da organização do espaço urbano e da distância socioespacial. A necessidade do acompanhamento do movimento dos agentes produtores e de suas relações na (re) produção do espaço urbano aponta a lógica que dirige os investimentos e suas consequências para a segregação socioespacial.

O aspecto mais relevante para a compreensão da segregação socioespacial é considerar que no interior da relação entre os agentes produtores do espaço existe conflito. De um lado, o poder público e os promotores imobiliários conciliam estratégias que, além de qualificar o espaço, provocam o movimento e a concentração dos grupos sociais e, de outro, por falta de opção, as ocupações dos

grupos sociais de baixa renda buscam alternativas para moradia, apropriando-se de parcelas do espaço.

Atualmente, as intervenções públicas ainda asseguram investimentos na área central e em bairros próximos, insuficientes para algum tipo de mudança das características da formação inicial de Guarapuava, demonstrando que o interesse em atender coletivamente à população empobrecida é secundarizado.

Nossa preocupação, ao longo da pesquisa, foi mostrar que a construção de territórios no urbano responde às relações de poder e aos diferentes movimentos dos grupos sociais. Nessa ótica, assevera Haesbaert (2005), na produção do espaço existe relação de poder exercido pelos sujeitos ou grupos que, de fato, controlam esse(s) espaço(s) para realizar funções e para produzir significados. A construção de território(s) é, então, determinada pela capacidade de ação dos grupos sociais sobre o espaço apropriado.

As reflexões realizadas contribuem para a interpretação do cotidiano sob diferentes sentidos, pois, as estratégias dos agentes produtores do espaço urbano atingem um amplo contexto que associa localização dos grupos sociais e aspectos de ordem cultural de uma localidade. Por essas razões, os resultados obtidos com a pesquisa acentuam a importância de enfatizar questões relativas à urbanização e aos demais subprocessos políticos, econômicos e culturais que interagem na dinâmica cidade e sociedade.

Cabe salientar que nossa pesquisa pretendeu contribuir para a investigação de um processo espacial e está longe de atingir todos os aspectos sobre a investigação da dinâmica intraurbana de uma cidade média.

Assim, esperamos que nossas contribuições possam provocar novas abordagens, além de servirem para a reconstrução geográfica e regional, assim como para diferentes formulações teóricas e interpretativas da Geografia Urbana.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. Ideologia e planejamento urbano – reflexões sobre uma experiência em Belém. **Espaço & Debates**, São Paulo, Neru, p. 88-105, 1982.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; MARCONDES, Gracita Gruber. **O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava**. Guarapuava: Unicentro, 1992.

ABREU, Mauricio de. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.42-59.

ALFONSIN, Jacques Távora. A função social da cidade e da propriedade privada urbana como propriedades de funções. ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio. **Direito à moradia e a segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão**. Belo Horizonte: Fórum, 2004. p.41-79.

ALVES, Rubem. **A filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA (ACIG). **Censo econômico de Guarapuava – ano 2001**. Disponível em <<http://www.acig.com.br/censo>>. Acesso em: 20 de setembro de 2006.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, n.3, ano XV, p. 335-384, jul-set, 1953.

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Os reflexos do novo panorama econômico sobre as configurações de empregabilidade: um estudo do município de Gurapuava – Paraná – Brasil**. 2000. 234 f. Tese (Doutorado em Administração). Facultad de Ciências Políticas, Jurídicas y Económicas de la Universidad del Museo Social Argentino, Buenos Aires, 2000.

BERNARDIM, Marcio Luiz; GOMES FILHO, Antônio Costa & VIANTE, Luiz André. Perfil do empregados das maiores empresas de Guarapuava. SOUZA, Osmar Ambrósio de; WIKLER, Charles (orgs.). **Universidade**: uma rede de conhecimentos. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004. p.181-186.

BICHIR, Renata Mirandola. **Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BISCHOF, José. **Sombras do passado ou a história do Distrito do Pinhão**. Pinhão, 1973.

BOBBIO, Norbert. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998.

BRAGUETTO, Cláudio Roberto. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina**: sua constituição e dinâmica industrial. 2007. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BUENO, Edir de Paiva; GUIDUGLI, Odeibler S. A geografia e o estudo da segregação sócio-espacial. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n.1, p.71-85, 2004.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de geografia**, Barcelona, ene/dic., vol. VIII, n.1/2, p.19-56, 1974

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni Constant. Os anos 80 e o Paraná. **Análise conjuntural**, Curitiba, v.13, n.7-8, p.17-20, jul/ago, 1991.

_____. **PRAM e PEDU**: a política urbana no Paraná entre 1983 e 1994. Curitiba, UFPR / CMDE, v. 26, p. 1-15, 1997. (Texto para discussão).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Equipamentos sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. **Espaço & Debates**, São Paulo: Série Poder local, n.24, ano VIII, p.67-74, 1988.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Braziliense, 1994.

CONFIGURAÇÃO atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói: UFF/GECCEL, 2003. p. 9-14.

DALLA VECCHIA, Zilma Haick; SALDANHA, Terezinha & LEONHARDT, Ruth Rieth et al. **Guarapuava em dois tempos** (os contrastes de uma cidade 1819-1989). Guarapuava: Fafig, 1989.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. **Os caminhos e o tropeirismo em Guarapuava**. 2000. 250 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade Estadual Paulista, Guarapuava-PR; Assis-SP, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. **Cidades**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol.1, n.1, p.79-95, 2004.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Espaço & Debates**, São Paulo: Série Poder local, n.24, ano VIII, p.26-39, 1988.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município, algumas considerações. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, 27, vol.1, jan/mar, p.5-141, 1993.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão, 375).

DORETTO, Moacyr *et al.* **Mapeamento da pobreza no Paraná: situação segundo municípios e associações de municípios do Paraná**, ano 2000. Londrina: IAPAR, 2003.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SILVA, Marcos Aurélio da. Formação sócio-espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **Experimental**, São Paulo: Humanitas, vol.1, n.3, p. 61-67, 1997.

FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, vol.1, n.29, p.98-119, 1991.

FELDMAN, Sarah. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. **Espaço & Debates**, São Paulo, Neru, v.24, n.45, p.87-109, 2004.

FERNANDES, Marcos Aurélio Machado. **Análise do complexo floresta-indústria da região centro-sul paranaense: emprego, empresas e relações intersetoriais 1995-2000**. 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório social de América Latina**, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain, Concitec, Ipardes, 1988.

FONSECA, Antonio Cláudio Pinto da. **A produção imobiliária privada e a construção da cidade de São Paulo – 1970/2002**. 2004. 433 f. Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FRANCO NETTO, Fernando. **Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)**. 2000. 241 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade Estadual Paulista, Guarapuava-PR; Assis-SP, 2000.

_____. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2007.

FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana paranaense e produção industrial: uma análise necessária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 10, 2007, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2007. CD ROM

FUNDAÇÃO BRASIL. **Guarapuava em números: uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos**. Prefeitura Municipal de Guarapuava / Fundação Brasil, Setembro de 2004.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / Centro de Políticas Sociais. **Mapa do fim da fome: metas sociais contra miséria nos municípios paranaenses**. CPS/FGV, 2001. Disponível em <http://www.fgv.br/ibre/cps/pesq_recentes/ESM_mapas_PR.pdf>. Acesso em 20 de ago. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Belo Horizonte, 2006. CD-ROM

GOTTDIENER, Marx. O setor imobiliário e o planejamento urbano: controle, gestão ou desregulação. **Pólis: São José dos Campos**, vol.1, n,27, p.17-26, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. A estrutura agrária do estado do Paraná. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n.87, p.175-195, jan/abr. 1996.

GUARAPUAVA (Município). Lei n. 406/1964, de 28 de fevereiro de 1964. Autoriza o poder executivo municipal a designar Grupo de Trabalho, destinado à elaboração do Plano Diretor da cidade e cria o Departamento de Urbanização e Turismo. Guarapuava, 28 de fevereiro de 1964.

_____. Lei n. 552/1969, de 31 de janeiro de 1969. Aprova o Plano Básico e as Diretrizes para o Plano Diretor de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 31 jan. 1969.

_____. Lei n. 11/1970, de 30 de abril de 1970. Amplia o perímetro urbano do Patrimônio Municipal na sede do Distrito da cidade. Guarapuava, 30 abr. 1970.

_____. Lei n. 46/1971, de 7 de maio de 1971. Altera a redação do Artigo 1º e do Parágrafo Único da lei nº 66/69, de 03 de Setembro de 1969, que disciplina as construções nas ruas XV de Novembro e Saldanha Marinho, nesta cidade. Guarapuava, 07 mai. 1971.

_____. Lei n. 10/1977, de 26 de Maio de 1977. Amplia o perímetro do quadro urbano do Patrimônio Municipal, na sede do Distrito da cidade. Guarapuava, 26 mai. 1977.

_____. Lei n. 03/1979, de 15 de maio de 1979. Estabelece o perímetro urbano da sede de Guarapuava, revoga a lei nº 10/77, e dá outras providências. Guarapuava, 15 mai. 1979

_____. Lei n. 43/1981, de 29 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a alienação de terras pertencentes ao patrimônio municipal. Guarapuava, 29 dez. 1981

_____. Lei n. 16/1985, de 10 de setembro de 1985. Institui o projeto padrão de moradia econômica, beneficiando pessoas de baixa renda. Guarapuava, 10 set. 1985.

_____. Lei n. 37/1986. Institui a Lei de zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano da sede do município. Guarapuava, 28 de dez. 1986.

_____. Lei n. 45/1987, de 24 de dezembro de 1987. Institui a Lei de parcelamento do solo para fins urbanos no município de Guarapuava. Guarapuava, 24 de dez. 1987.

_____. Lei n. 051/1987, de 24 de dezembro de 1987. Institui o Código de Obras do município de Guarapuava. Guarapuava, 24 dez. 1987.

_____. Lei n. 18/1988, de 29 de junho de 1988. Amplia o Perímetro Urbano da cidade de Guarapuava, estabelecido pela Lei Nº 03/79. Guarapuava, 29 jun. 1988.

_____. Lei n. 38/1988, de 31 de outubro de 1988. Amplia as áreas das Zonas Especiais definidas na lei nº 37/86 que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano da sede do município de Guarapuava. Guarapuava, 31 out. 1988.

_____. Lei Orgânica do Município. Guarapuava, 5 abr. de 1990.

_____. Lei n. 167/1990, 20 de novembro de 1990. Acrescenta Inciso XIII no Artigo 5º, da Lei Municipal nº 45/87 de 24/12/87. Guarapuava, 20 nov. 1990.

_____. Lei n. 02/91, de 26 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo dos perímetros urbanos do Distrito de Entre Rios. Guarapuava, 26 dez. 1991.

_____. Lei n. 227/1991, de 25 de novembro de 1991. Amplia o perímetro urbano da cidade de Guarapuava, estabelecido pela Lei nº 3/79. Guarapuava, 25 nov. 1991.

_____. Caderno Diagnóstico: Plano Diretor Urbano de Guarapuava. Guarapuava, v.1, maio, 1997.

_____. Lei n. 713/1997, de 02 de dezembro de 1997. Institui o programa de uso e aproveitamento de lotes baldios e não utilizados localizados no perímetro urbano. Guarapuava, 02 dez. 1997.

_____. Lei n. 727/1997, de 29 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o instituto do parcelamento consorciado em Guarapuava. Guarapuava, 29 dez. 1997.

_____. Lei n. 822/1998, de 14 de dezembro de 1998. Concede isenção de IPTU para incentivar Loteamentos no Município. Guarapuava, 14 dez. 1998.

_____. Lei n. 826/1998, de 14 de dezembro de 1998. Concede isenção de taxas para incentivar a construção civil em Guarapuava. Guarapuava, 14 dez. 1998.

_____. Lei n. 899/1999, de 30 de setembro de 1999. Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar Imóveis. Guarapuava, 30 set. 1999.

_____. Lei n. 901/1999, de 06 de outubro de 1999. Denomina os núcleos Habitacionais Municipais Xarquinho I e II, para Núcleo Habitacional Sol Poente. Guarapuava, 06 out. 1999.

_____. Lei n. 988/1999, de 30 de dezembro de 1999. Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar Imóvel. Guarapuava, 30 dez. 1999.

_____. Lei n. 1023/2001, de 07 de maio de 2001. Altera o inciso XII do artigo 5º, Capítulo III da Lei nº 045/87 – Parcelamento Do Solo para fins urbanos no Município de Guarapuava. Guarapuava, 07 mai. 2001.

_____. Lei n. 1101/2001, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1120/2002, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1121/2002, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1148/2002, de 04 de julho de 2002. Autoriza o Executivo Municipal a alterar o Perímetro da Área Urbana do Distrito Sede de Guarapuava. Guarapuava, 04 jul. 2002.

_____. Lei n. 1182/2002, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1200/2002, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1201/2002, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava, 28 dez. 2001.

_____. Lei n. 1401/2004, de 27 de outubro de 2004. Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar imóvel. Guarapuava, 27 out. 2004.

_____. Lei n. 1412/2004, de 11 de novembro de 2004. Institui Programa de regularização fundiária a famílias de baixa renda e dá outras providências. Guarapuava, 11 nov. 2004.

_____. Lei n. 1413/2004, de 11 de novembro de 2004. Autoriza o poder executivo municipal a desafetar imóveis. Guarapuava, 11 nov. 2004.

_____. Lei n. 016/2006, de em 04 de outubro de 2006 Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Guarapuava, atendendo às disposições do Estatuto da Cidade Lei Federal nº. 10.257/01 e Lei Estadual nº. 15.229/06 que dispõe sobre o conteúdo mínimo dos Planos Diretores Municipais, bem como revoga a Lei Municipal nº. 1.101/2001, de 28.12.2001, que instituiu o Plano Diretor de Guarapuava. Guarapuava, 04 out. 2006.

_____. Caderno diagnóstico e diretrizes do Plano Diretor. Guarapuava, 2006. 102 p.

_____. Cadastro Técnico Municipal de Guarapuava. Produção de casas e lotes públicos e particulares. Guarapuava, 2008.

GUIMARÃES, Norberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GURVITCH, Georges. Definição do conceito de classes sociais. VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S; BERTELLI, Antonio R. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.94-113

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.115-144.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**. São Paulo, Neru, n.2, p. 6 – 35, 1982.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**. São Paulo, Neru, p. 48-64, 1996.

HUGUES, Pedro Javier Aguerre. **Periferia: um estudo a segregação socioespacial na cidade de São Paulo**. 2003. 200 f. Doutorado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia do Brasil: a grande região sul**. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Censo Demográfico 2000: resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/perfil_dos_municípios_brasileiros>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros, 2001**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/perfil_dos_municípios_brasileiros>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA/FAO). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>>. Acesso em 20 de mai. 2007.

IDHS/PUC Minas. **Indicadores de pobreza e desenvolvimento humano: uma introdução**. Belo Horizonte: PNUD. IDHS/PUC Minas, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Diagnóstico sócio-econômico do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1981.

_____. **Dinâmica demográfica recente da Região Sul: anos 70 e 80.** Curitiba: IparDES, 1997

_____. **Redes urbanas regionais: Sul.** Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

_____. **Famílias pobres no Paraná.** Curitiba, 2003a.

_____. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional: Paraná 2003.** Curitiba, 2003b. CD-ROM.

_____. **Paraná: diagnóstico social e econômico.** Curitiba, 2003c.

_____. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos.** Curitiba: IPARDES, 2003d.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000:** anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003e.

_____. **Mesorregião Centro-Sul paranaense.** Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Atlas das necessidades habitacionais do Paraná.** Curitiba: IparDES, 2004.

_____. **Os vários Paranas:** estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. (Versão para Discussão), Curitiba 2005.

_____. **Caderno estatístico - Município de Guarapuava.** Curitiba: IparDES, 2006.

JORNAL ESQUEMA OESTE. Crise habitacional valoriza construções, Guarapuava, 26 mar. 2 abr. 1975, p.5

_____. Projeto Cura trará grandes benefícios. Guarapuava, 3-9 set. 1975, p.1

_____. Entrevista com Nivaldo Kruger. Guarapuava, 9 dez. 1975, p.6-7

_____. Ação comunitária vai procurar resolver o problema das favelas. Guarapuava, 25 jun - 01 jul. 1977, capa.

_____. Favelados ainda esperam os títulos de propriedade. Guarapuava, 18-24 set. 1981, p.2

_____. Calçadão: um enfeite caro e mal planejado. Guarapuava, 17-23 jul. 1982, p.9

_____. Sai um novo projeto para o Parque do Lago. Guarapuava, 9-16 dez. 1982, p.1

_____. O Doutor David anuncia na Câmara: plano viário fica como está. Guarapuava, 3-9 set. 1983, capa.

_____. Favelamento: indicador do centro da miséria. Guarapuava, 14-20 jul. 1984. p.2

_____. Até que enfim. Calçadão será alterado, mas a solução não agrada. Guarapuava, 21-27 dez. 1985, capa.

_____. Um novo Plano Diretor, 17 anos depois. Guarapuava, 18-24 out. 1986. p.1

_____. Prefeitura mostra obras para imprensa. Guarapuava, 05-11 ago. 1989. p.5

_____. Projeto Padrão beneficia famílias com casa própria. Guarapuava, 15 jan. 1991. p.4

_____. O remédio caseiro para o problema habitacional. Guarapuava, 7-13 dez. 1991. p.27

_____. Moradores protestam pela falta de luz. Guarapuava, 22-24 abr. 1995. p.5

JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Reestrutuação urbana deve frear loteamentos e otimizar áreas desocupadas. Guarapuava, 05 e 06/08/06. Guarapuava: 2006. p.5

_____. Desemprego em Guarapuava. Guarapuava, 22 de setembro de 2000. Guarapuava: 2000. p.9

_____. Cidade tem 21 mil desempregados. Guarapuava, 17 de janeiro de 2001. Guarapuava: 2001. p.7

_____. Residencial 2000 requer benfeitorias. Guarapuava, 16 de março de 2001. p.9

_____. Guarapuava tem 24 mil desempregados. Guarapuava, 29 de julho de 2003. Guarapuava: 2003. p.5

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; MOURA, Rosa; DESCHAMPS; Marley Vanice. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p. 27-50, jan./abr, 1999.

KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui**: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade. Guarapuava: Assis, 1999. 234 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade Estadual Paulista, Guarapuava-PR; Assis-SP, 1999.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LACHOWSKI, David (coord.). **Perfil da cidade porte médio** - Paraná: programa de investimentos urbanos – Guarapuava. Guarapuava: CNDU, FAMEPAR, SUDESUL, 1980.

LAGO, Luciana Corrêa. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Revan / Observatório / IPPUR/ UFRJ – FASE, Rio de Janeiro, 2000.

_____. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n.1, p.155-176, jan/jul, 2002.

_____. **Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana: São Paulo e Rio de Janeiro**. Observatório / IPPUR, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatório/observatório.htm>. Acesso em 28 de junho de 2006.

LEDRUT, Raymond. Política urbana e poder local. **Espaço & Debates**. São Paulo, Neru, p. 5-20, 1981.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henry Lefebvre. LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói: UFF/GECEL, 2003. p.15-33

LINHARES, Temístoles. **Paraná vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOW-BEER, Jacqueline Doris. Renda da terra – algumas noções básicas para a compreensão do espaço urbano. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.8, p.31-41, 1983

LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira em Ponta Grossa e Guarapuava: 1915-1974**. Curitiba: UFPR, 1980. 329 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

MAACK, Reinhard. **Breves notícias sobre a geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina**. Curitiba, 1947. (Arquivos de Biologia e Tecnologia, v.2)

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Agentes sociais no Paraná. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.86, p.3-33, set/dez, 1995.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “a formação social como teoria e como método”. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Unicentro, 1998.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira ...também nas cidades. **Revista cultura vozes**, Petrópolis, v.93, n.6, 1999.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-102.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. **A norma e o fato: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos**. 2003. 224 f. Doutorado (Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, José Souza. **O poder do atraso: ensaios sobre sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p.245-259.

MENDES, Cesar Miranda. **A terra urbana palmense no seu processo de (re) construção**. 1988. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lurdes Urban. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p.3-25, jan/abr, 1999.

MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Zlotnik. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.100, p.27-57, jan/jun, 2001.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **Pontes e muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX.** Guarapuava: Unicentro, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.1, p. 36-53, jun/set, 1982.

OLIVEIRA, Newton; PINTO, Aluísio L.; OLIVEIRA Nilce de. **Da ideologia à prática do planejamento urbano.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

OLIVEIRA, Jose Aldemir de. A cidade no horizonte do provável: políticas e desenvolvimento urbano. SILVA, José B. da *et al* (Org.). **A cidade e o urbano: temas para debates.** Fortaleza: UFC, 1997. p.265-271.

OLIVEIRA, Lisete Assen de. **Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na ilha de Santa Catarina.** 1999. 253 f. Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999.

O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Condomínios exclusivos: um estudo de caso. Rio de Janeiro. **Revista brasileira de geografia**, n.1, p. 63-81, 1986.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** Curitiba: Ipardes, 2006.

PARANÁ (Estado). **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná / PEDU.** Curitiba, SEDU, 2003.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Tradição e plano urbano: cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

PEREIRA, Elson Manoel. Zoneamento urbano e habitação de interesse social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GESTÃO DA TERRA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2000, Campinas. **Anais....** Campinas: Unicamp, 2000. CD ROM.

PINHEIRO, Jair. Comunidade versus classe na luta pelo espaço urbano. **Lutas sociais**, São Paulo, PUC / NEILS, n.8, p.11-24, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização.** São Paulo: Bontempo, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.** Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 20 fev. 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REMÉDIOS, Lúcia Regina dos. **A construção do imaginário conservador no Jornal Folha do Oeste: do integralismo ao Estado Novo.** 1999. 56 f. Monografia (Especialização em teoria e produção do conhecimento histórico). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 1999.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia.** Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. **Brasil: o estado de uma nação.** Brasília: IPEA, 2005.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz ; AZEVEDO, Sérgio de. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades e da questão da habitação à reforma urbana.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.13-32.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira? OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 84-105.

RIBEIRO, Antonio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de geografia**, Maringá, n.1, p.17-79, 1989.

ROCHA, Lilian Hahn Mariano da. **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária.** 1993. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 1993.

ROCHEFORT, Michel. Problemas gerais da produção da moradia dos pobres. ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região.** São Paulo: Hucitec, 1998. p.134-143.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** 2004. 230 f. Doutorado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do *Agrobusiness*: as dificuldades para um projeto político. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.86, p. 49-99, set/dez, 1995.

ROLNIK, Raquel. Instrumentos urbanísticos: concepção e gestão. **Curso de gestão urbana e de cidades – versão compacta 2000.** Belo Horizonte: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2000.

_____. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n.72, p.53-61, 2002.

SABATINI; Francisco; CÀCERES, Gonzalo. **Es posible la mezcla social em el espacio? la inclusion residencial y la nueva conflictividad urbana en latinoamérica**. Quito / Lincoln Institute Of Land Policy, 2005. CD ROM

SALVI, Rosana Figueiredo; ARCHELA, Edison; ARCHELA, Rosely Sampaio. Breve descrição da formação do território paranaense. FRESCA, Tânia; SALVI, Rosana Figueiredo; ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: Ed. UEL, 2002, p.193-210.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5, p. 09-19, 1988.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná**. 2005. 208 f. Doutorado (História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. O papel das cidades médias nas estratégias de desenvolvimento espacial do Paraná. **Boletim de geografia**, Maringá, vol. 1, n.1, p.21-33, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Experimental**, Rio de Janeiro, vol.1, n.4, p. 39-43, 1998.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Poder público, mercado imobiliário e (re)produção material: estratégias e ações em Maringá (1989/2000)**. 2002. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol.1, n.2, p.181-206, 2004.

SECRETARIA DO TRABALHO DO PARANÁ. **Fluxo de mão-de-obra, segundo tipo de movimento por setores em Guarapuava no período 2001/2005**, Guarapuava, 2006.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO / DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL. **Tabulações especiais**, Programação Emater Guarapuava, 2008.

SILVA, Joseli da. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR**. 1995. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

_____. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Ermes Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; GONCALVES, Walter. MUROLO, Afranio Carlos. **Estatística para os cursos de: economia, administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Walderez Pohl da. **Guarapuava: crônica de uma cidade anunciada (1819-1978)**. 1999. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade Estadual Paulista, Guarapuava-PR; Assis-SP, 1999.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. 2004. 220 f. Doutorado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. 2005. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SMOLKA, Martim Oscar. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, p. 41-77, 1987.

_____. "Mobilidade dos imóveis" e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro ou de como o mercado expulsa os pobres e redistribui os ricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, 1990, p.45-91.

_____. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: dinâmica imobiliária e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de estudos populacionais**, São Paulo, n. 9, vol. 1, p.3-20, 1992.

SOMEKH, Nadia. Globalização e forma urbana: a intervenção urbanística na cidade de São Paulo. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1997. p.332-340.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole:** a verticalização de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu:** a lógica da (re) produção monopolista da cidade. 1991. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de geografia**, Dourados, n.4, p.71-85, 1996.

_____; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro MAIA; Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007a. p. 35-67.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007b. p. 233-253.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES, 9, 2007c, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, 2007c. CD ROM.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa:** investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis. 2002. 300 f. Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TALAMINI JUNIOR, Ary; STORER, Carlos Augusto; LACHOWSKI, David *et al.* **Perfil da cidade porte médio** - Paraná: programa de investimentos urbanos – Guarapuava. Guarapuava: FAMEPAR, 1986.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Depois da queda ou a cidade que virou favela. **Espaço & Debates**, São Paulo, Ano IV, p.37-65, 1984.

TEMBIL, Márcia Terezinha. **História, memória e imaginário:** Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950-2004). Assis, 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

THÉRY, Henry. **Os grupos sociais:** forças vivas? Lisboa: Sanpedro (s/d).

TOPALOV, Christian. **Les promoteurs immobiliers**. Paris: Monton, 1974.

_____. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 53-80.

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo: Anpocs, v.19, n.54, p. 41-55, 2004.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**, São Paulo, USP / IPEA, v.17, n.47, p.97-128, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta a prestação de contas final de candidatos e comitês financeiros, Brasília, 2009. Disponível em http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/prestacao_2008.htm. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. **Debates urbanos**: repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente, vol.1, n. 2, p.259-274, 2004.

VILLA VERDE, Valéria. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Ipardes, 2004 (primeira versão).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora pensamento Cultrix Ltda, 1989.

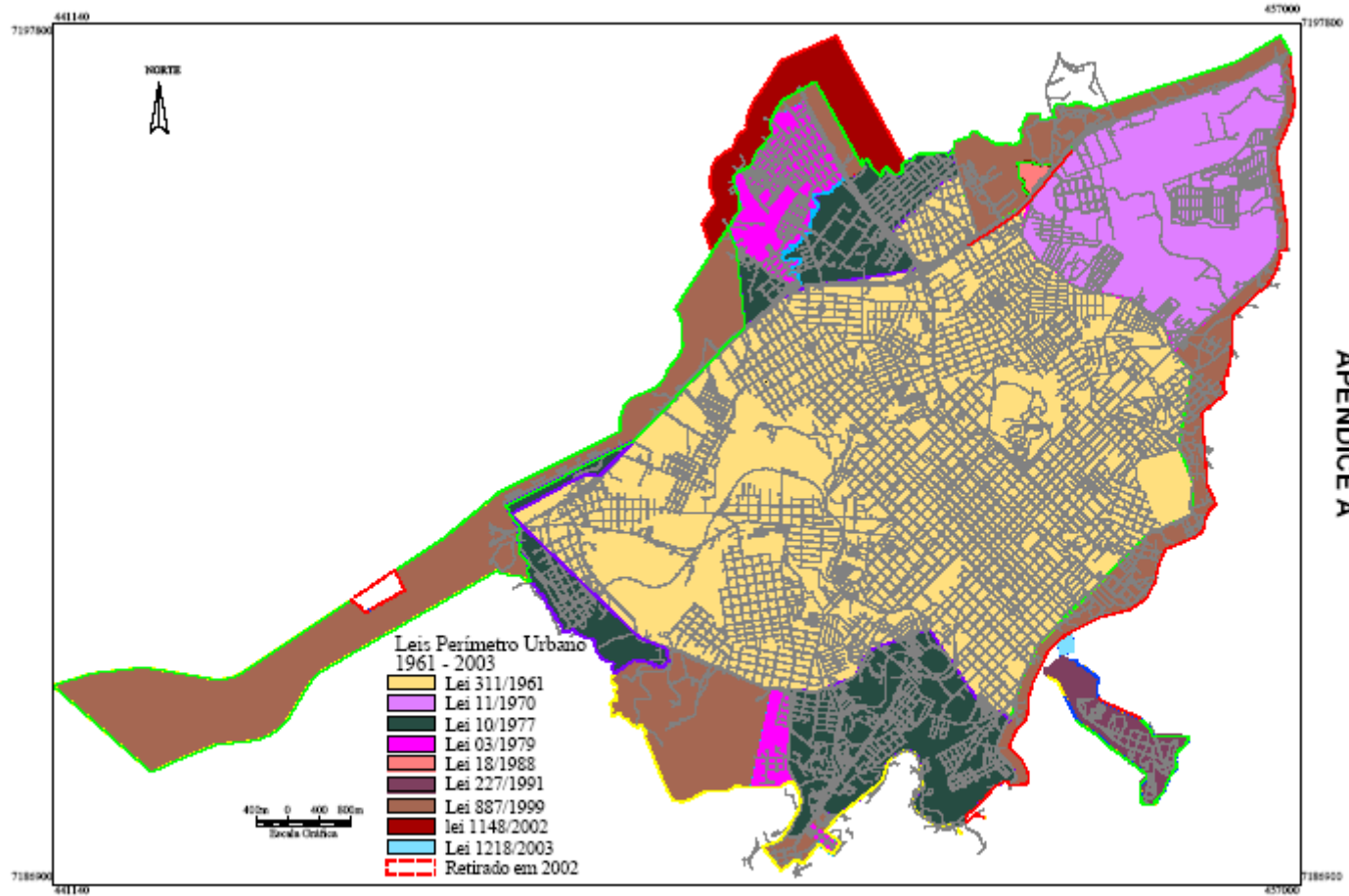
_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, 1995.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Unb, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ZMITROWICZ, Witold; DE ANGELIS NETO, Generoso. **Infra-estrutura urbana**. São Paulo: EPUSP, 1997. (Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17).

FONTES ORAIS

- Sr. Aroldo Conceição Ribeiro, Secretaria Municipal de Agricultura de Boa Ventura de São Roque.
- Sr. Carlos Eduardo Diniz Gomes Tossin, proprietário da Builder Engenharia Ltda
- Sr. Carlos Roberto Flareço, proprietário da Construtora Flabel
- Sr. Claudinei Pereira, proprietário da Impérium Empreendimentos Imobiliários Ltda
- Sr. D.S., morador do Bairro Jardim das Américas
- Sr. Flavio Alexandre, Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, em 2003 e 2004.
- Sr. Isis Machado, Técnico Agrícola, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pinhão
- Sr. João Carlos Zampier, proprietário da Construtora Zampier
- Sra J. V., moradora do bairro Xarquinho
- Sra. J.S.M., moradora do bairro Xarquinho
- Sra. Luci Meri Cabral Bahls, proprietária da Gasparzinho Imobiliária e Construtora Ltda
- Sr. Nereu Pedro Batistelli, Diretor Técnico da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava
- Sr. Paulo Roberto Martins, proprietário da Construtora Artec
- Sr. Roberto Kuster, proprietário da Imobiliária e Construtora Feroz
- Sr. V.M., morador da Vila São Jorge



Evolução do perímetro urbano de Guarapuava, 1961 - 2003

Fonte: Leis Municipais de Guarapuava, 1961 - 2003

Edição: Luciano Galvão

Organização: Autor, 2008

APÊNDICE B

Distribuição de freqüência das classes de valores dos imóveis em Guarapuava, 2005

Classes de valores	Número de Imóveis	PM	Fi
0 3000	20.539	1.500	20.539
3001 5000	13.425	4.000	33.964
5001 8500	3.638	6.750	37.602
8501 15000	4.112	11.750	41.714
15001 23000	2.106	19.000	43.820
23501 33000	1.098	28.000	44.918
33001 52000	558	42.500	45.476
52001 73000	549	62.500	46.025
73001 92000	313	82.500	46.338
Total	46.338	-	-

Fonte: Planta Genérica de Valores (PGV/PMG), 2005
Org.: Autor e Kurchaidt (2008)

$$P_{33} = 33 \sum f_i = 15.291,54$$

100

$$S_{33} = l_i + \frac{(P - F_i) \cdot A_i}{f_i}$$

f_i

1° Classe 15.291,54

$$S_{33} = l_i + \frac{(P - F_i) \cdot A_i}{f_i}$$

f_i

$$S_{33} = 0 + \frac{(15.291,54 - 0) \cdot 3000}{20.539}$$

20.539

2° Classe 31.046,46

$$S_{33} = 2233,54 \text{ limite para baixo}$$

$$P_{67} = 67 \Sigma fi = 31.046,46$$

$$\frac{\quad}{100}$$

$$S_{67} = 3000 + (31.046,46 - 20.539) \cdot 2000$$

$$\frac{\quad}{13.425}$$

$$S_{67} = 4.565,36 \text{ limite para média}$$

Assim, os valores da distribuição das classes dos valores dos imóveis em Guarapuava são:

Distribuição de freqüência das classes de valores dos imóveis em Guarapuava, 2005*

Classes	Número do Imóvel
Baixo	Até 2.233,54
Médio	de 2.233,54 a 4.565,36
Alto	acima de 4.565,36

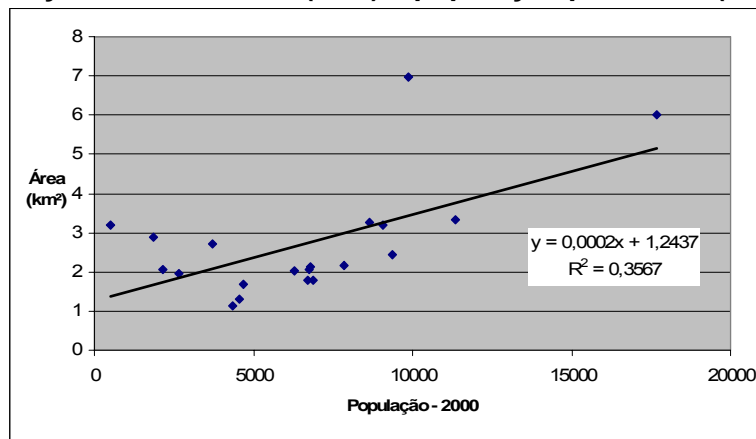
* Cálculo obtido para medidas separatrizes, conforme Silva; Gonçalves; Silva; Murolo (1999).

Fonte: Planta Genérica de Valores (PGV/PMG), 2005

Org.: Autor e Kurchaidt (2008)

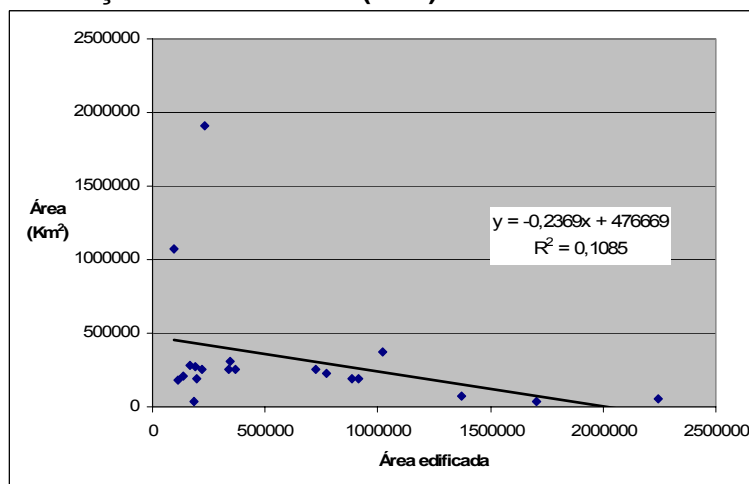
APÊNDICE C

Relação área do bairro (Km²) e população por bairro (2000)



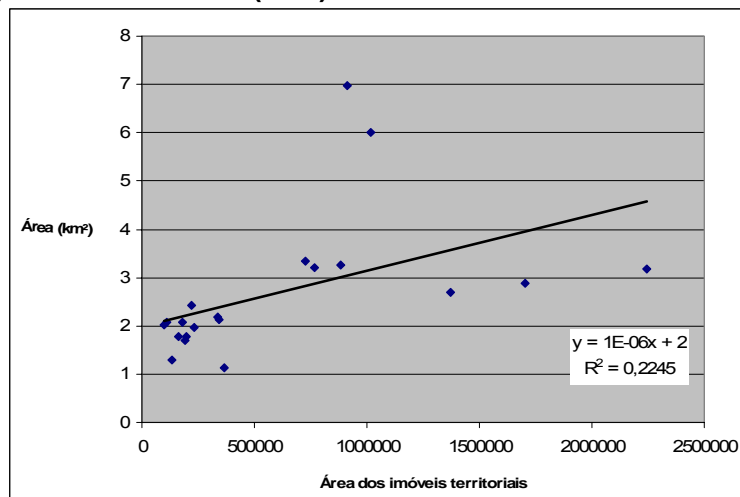
Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008) e IBGE (2000)
Org.: Autor e Vestena (2008)

Relação área do bairro (Km²) e área total edificada



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008)
Org.: Autor e Vestena (2008)

Relação área do bairro (Km²) e área total dos imóveis territoriais*

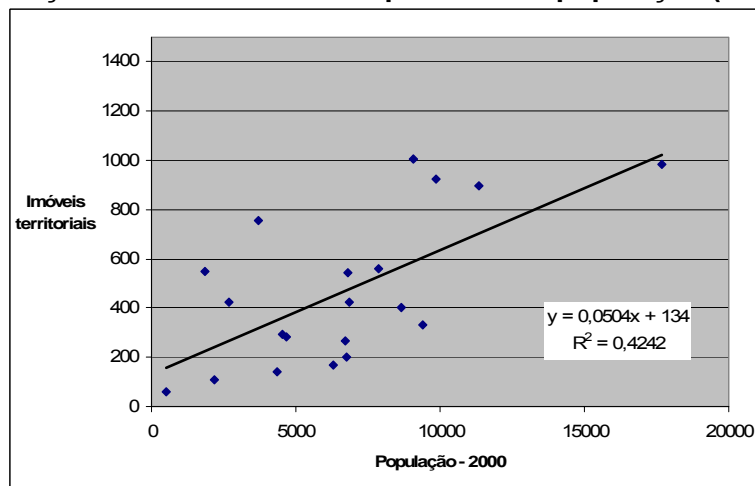


* Corresponde aos terrenos vazios

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008)

Org.: Autor e Vestena (2008)

Relação imóveis territoriais* por bairro e população (2000)

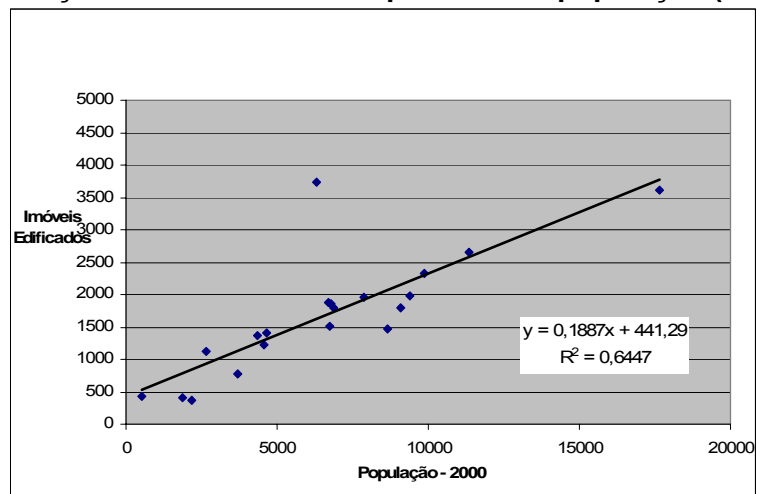


* Corresponde aos terrenos vazios

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008) e IBGE (2000)

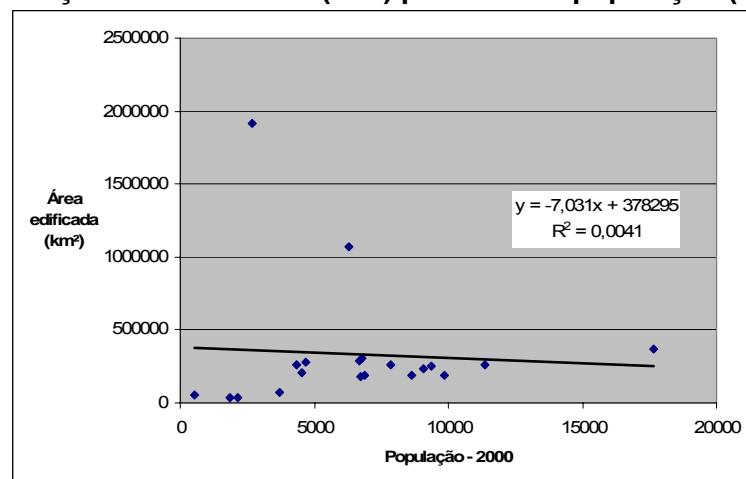
Org.: Autor e Vestena (2008)

Relação imóveis edificados por bairro e população (2000)



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008) e IBGE (2000)
Org.: Autor e Vestena (2008)

Relação área edificada (km²) por bairro e população (2000)



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo de Guarapuava, Cadastro Técnico Municipal (2008) e IBGE (2000)
Org.: Autor e Vestena (2008)

ANEXO A

QUESTIONÁRIO APLICADO NAS OCUPAÇÕES EM GUARAPUAVA

- 1) Há quanto tempo o sr(a) mora aqui? _____
- 2) O que o levou morar aqui, quais motivos? _____
- 3) De onde veio? campo outro município qual? _____ outro bairro
- 4) Que outro(s) bairro(s) já morou? _____
- 5) Veio com: grupo individualmente família
- 6) Já recebeu alguma proposta para morar em outro bairro?
 Sim qual? _____ Não
- 7) Se o sr (a) tivesse oportunidade para morar em outro bairro, qual seria? por
 quê? _____
- 8) Vive próximo: familiares trabalho outro _____
- 9) Já vendeu ou comprou outra casa ou terreno? onde _____
- 10) O terreno onde mora: próprio alugado cedido
- 11) Em que trabalha? _____
- 12) O que sente mais falta? Por quê? _____
- 13) Gostaria de saber sua opinião sobre o local de sua moradia _____

ANEXO B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS EM GUARAPUAVA

- 1) Empresa _____
- 2) Nome do entrevistado _____
- 3) Origem da empresa: Local _____ Outro município, qual? _____
- 4) Há quanto tempo atua no mercado imobiliário? _____
- 5) Executa: incorporação construção corretagem
- 6) De onde vem o capital para construção? _____
- 7) Que tipos de imóveis são produzidos? verticais ou horizontais? _____
- 8) Quanto ao terreno para produção: próprio permuta outro
- 9) Qual padrão? baixo médio alto
- 10) Em sua experiência, quais indicadores ajudam definir a escolha e o padrão dos imóveis?
- 11) Quais edifícios / loteamentos foram produzidos? onde? em que período?
- 12) Que função imobiliária exerce a construção?
residencial comercial misto público educacional
- 13) O que o levou produzir a verticalização?
- 14) O que é considerado critério definitivo para a construção?
- 15) Como identifica vantagens e desvantagens para o mercado imobiliário? está associado ao perfil da população? que barreiras são encontradas pelo mercado imobiliário?
- 16) A quem se destina as construções? _____
- 17) Pretende investir em outro segmento do mercado imobiliário? _____
- 18) Quais fatores são considerados decisivos para localização das construções? _____
- 19) Quais bairros são mais procurados? quais motivos para expansão e por quê? _
- 20) Qual a sua concepção sobre a influência regional de Guarapuava para o mercado imobiliário?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)